

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA
CAMPUS SANTANA DO LIVRAMENTO
BACHARELADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

JUAN BRANDI PRADO

**O LEGADO CZARISTA NA RÚSSIA DE PUTIN: UMA ANÁLISE HISTÓRICO-
COMPARATIVA**

Santana do Livramento

2025

JUAN BRANDI PRADO

**O LEGADO CZARISTA NA RÚSSIA DE PUTIN: UMA ANÁLISE HISTÓRICO-
COMPARATIVA**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Relações
Internacionais da Universidade Federal
do Pampa, como requisito parcial para
obtenção do Título de Bacharel em
Relações Internacionais.

Orientador: Flavio Augusto Lira
Nascimento

Santana do Livramento

2025

Ficha catalográfica elaborada automaticamente com os dados fornecidos
pelo(a) autor(a) através do Módulo de Biblioteca do
Sistema GURI (Gestão Unificada de Recursos Institucionais) .

P896l Prado, Juan Brandi

O LEGADO CZARISTA NA RÚSSIA DE PUTIN: UMA ANÁLISE
HISTÓRICO COMPARATIVA / Juan Brandi Prado.
182 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) --
Universidade Federal do Pampa, RELAÇÕES
INTERNACIONAIS, 2025.

"Orientação: Flavio Augusto Lira Nascimento".

1. Rússia. 2. Czarismo. 3. Vladimir Putin. 4.
Autocracia. 5. Política Externa. I. Título.

O LEGADO CZARISTA NA RÚSSIA DE PUTIN: UMA ANÁLISE HISTÓRICO-COMPARATIVA

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Relações
Internacionais da Universidade Federal
do Pampa, como requisito parcial para
obtenção do Título de Bacharel em
Relações Internacionais.

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em: 27/11/2025.

Banca examinadora:

Prof. Dr. Flávio Augusto Lira Nascimento
Orientador
UNIPAMPA

Prof. Ma. Cristiane Barboza Lopes da Silva
UNIPAMPA

Valdir da Silva Bezerra

Me. Valdir da Silva Bezerra

Dedico esse trabalho ao meu pai, a
minha mãe e a minha vó, sem eles eu
não poderia estar aqui.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer a minha família por terem me proporcionado as condições para que eu pudesse estar aqui hoje, além de sempre terem investido na minha educação e me incentivarem a dar o meu melhor em todas as coisas. A meu pai e minha avó Marta dedico um especial agradecimento por serem grandes modelo de seres humano, a quem eu espero sempre encher o coração de orgulho. Por fim agradeço também a minha mãe, minha irmã e minha avó Maria, que mesmo estando longe sinto muita saudade, e agradeço por todo o amor demonstrado. Agradeço imensamente também ao meu tio Paulo e minha tia Tati por todo o apoio e amor.

Aos meus amigos, gostaria de começar pelos que eu conheci aqui em Livramento, agradeço imensamente ao meu amigo Angelo, por toda a parceria e companheirismo, agradeço meu amigo Thiago pelo jeito leve de ser e por seu companheirismo no GESEU, agradeço também aos meus amigos Ramiro, Didi, Iannic, Marcelo, Wanderson e Samuel. Em relação as amigas, agradeço imensamente a Duda e Heloisa por suas amizades. Agradeço também aos meus amigos e veteranos, Lucas, Christian, Bruno, Victor e Gui que me acolheram no instante que cheguei no Village. Não conhecia ninguém na cidade e logo me senti abraçado, agradeço imensamente a todos vocês.

Em relação aos meus amigos em Juiz de Fora, começo agradecendo o meu grande amigo que nunca zerará Baldur's Gate, Matheus. Agradeço demais pela sua amizade e seu jeito de ser. Agradeço também a minha amiga de colégio, Laura, que sempre terá um lugar especial no meu coração, são anos de amizade e agradeço por cada um deles, estando lá nos momentos bons e ruins. Agradeço também aos meus grandes amigos Victor e Ratinho, muito obrigado pela amizade de vocês desde sempre, agradeço de coração. Por fim, agradeço aqueles que estão comigo quase todos os dias em call, Davi a geladeira, Renato bambolas, Yohai nanojudas e Iagolas bigode chefe, muito obrigado por fazerem os meus dias mais felizes. Agradeço imensamente também ao Pedro e o Daniel por todos nossos encontros presenciais, amo cada um de vocês.

Gostaria de agradecer também a todos os professores da UNIPAMPA que fizeram esta jornada possível, muito obrigado por todo o conhecimento passado, guardarei todos eles para o resto da minha vida. Agradeço de forma especial ao professor Flavio Lira, por ter sido uma inspiração e por toda a ajuda e companheirismo por todo o curso, muito obrigado de verdade professor.

Por fim, agradeço a minha companheira Wanda, que adotei logo que cheguei aqui,

não foi algo que eu escolhi, simplesmente entrou na minha vida em uma grande consciência e a tornou muito mais feliz, sendo minha companheira de todos os dias.

Nós russos, em termos gerais, nunca tivemos românticos bobos que vivem no mundo da lua, como os alemães, e especialmente, os franceses a quem nada pode afetar, [...] não mudam nem por uma questão de decência, e vão sempre entoar suas canções do mundo da lua, até a beira do caixão, por assim dizer, por que são imbecis. Já nós, na terra russa, não somos imbecis; isso é sabido; e é nisso que nos distinguimos de tantas terras estrangeiras. [...] e nenhuma reguazinha europeia vai servir para medir nada por aqui.

Fiódor Dostoiévski (1864)

RESUMO

O presente trabalho investiga a permanência e a resignificação de elementos do legado czarista na política contemporânea russa, especialmente durante o governo de Vladimir Putin, buscando identificar práticas, valores e estruturas imperiais que foram retomados, adaptados ou reconfigurados após o fim da União Soviética. Para isso, o estudo percorre a formação histórica do Estado russo, desde os varangianos, o Rus de Kiev e o período tártaro-mongol até a ascensão de Moscou, e analisa a consolidação do Império Russo sob Pedro, o Grande, Catarina II, Nicolau I e Alexandre III, destacando a autocracia, a centralização do poder, o papel da ortodoxia, as reformas administrativas, a política expansionista e a relação ambígua com o Ocidente. Em seguida, examina-se a trajetória de Putin desde sua formação na KGB, sua ascensão ao poder após o colapso soviético e o processo de reconstrução estatal caracterizado pela recentralização burocrática, pelo controle das elites, pela mobilização de narrativas civilizacionais e pela reafirmação da identidade nacional. A partir de uma análise histórica comparativa, identificam-se continuidades estruturais entre as práticas imperiais e as diretrizes contemporâneas: a manutenção da autocracia como eixo de legitimidade política; a centralidade dos aparatos de vigilância, comparados ao Terceiro Departamento imperial; e a oscilante, porém recorrente, relação de tensão com o Ocidente. Argumenta-se que o putinismo não representa uma ruptura com o passado, mas uma atualização de longas tradições políticas russas, sustentadas por imaginários históricos e símbolos civilizacionais que remetem aos czares. Assim, o trabalho demonstra que compreender a política russa atual exige retornar à longa duração histórica e aos padrões de poder que moldaram a Rússia desde sua gênese, revelando que a autocracia, a identidade e a centralização permanecem como pilares estruturantes do Estado russo.

Palavras-Chave: Rússia; Autocracia; Czarismo; Vladimir Putin; Política Externa; Identidade Nacional.

ABSTRACT

This study investigates the persistence and reinterpretation of the czarist legacy in contemporary Russian politics, especially under Vladimir Putin, examining to what extent imperial practices, values, and structures have been revived, adapted, or reconstructed after the collapse of the Soviet Union. To do so, the research traces the historical formation of the Russian state, from the Varangians, the Kievan Rus' and the Tatar-Mongol domination to the rise of Moscow, and analyzes the consolidation of the Russian Empire under Peter the Great, Catherine II, Nicholas I and Alexander III, emphasizing autocracy, power centralization, the role of Orthodoxy, administrative reforms, expansionism, and the ambivalent relationship with the West. The study then examines Putin's trajectory from his KGB formation to his rise to power in the post-Soviet context, focusing on state recentralization, elite control, civilizational narratives, and the reaffirmation of national identity. Through historical-comparative analysis, the research identifies structural continuities between imperial doctrines and contemporary political strategies: the preservation of autocracy as the core principle of legitimacy; the centrality of surveillance mechanisms, compared to the imperial Third Department; and a recurrent pattern of tension in Russia's relations with the West. The study argues that Putinism does not represent a break with the past but rather an updated expression of long-standing Russian political traditions rooted in historical imaginaries and civilizational symbols inherited from the czars. Thus, it concludes that understanding present-day Russian politics requires returning to its *longue durée* historical development, where autocracy, identity, and centralization remain foundational pillars of the Russian state.

Keywords: Russia; Autocracy; Tsarism; Vladimir Putin; Foreign Policy; National Identity.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Representação do espaço geográfico do Rus de Kiev.....	19
Figura 2. Principados na véspera das invasões tártaro-mongóis e as subsequentes incursões.	27
Figura 3: Expansão do Principado Moscovita.	32
Figura 4. Ivan IV, o Terrível e seu filho.....	38
Figura 5. Rússia no Tempo das Dificuldades.....	41
Figura 6. Rússia e os países vizinhos na época de Pedro, o Grande	48
Figura 7. Leste Europeu na época de Pedro, o Grande.	56
Figura 8. A vitória em Poltava	65
Figura 9. A Ascensão de Elisabeth ao trono em 25 de Novembro de 1741.....	76
Figura 10. Catarina, a Grande, viajando por seu país em 1787.....	94
Figura 11. As Partições da Polônia.	99
Figura 12. A Queda da Polônia.	100
Figura 13. Suvorov cruzando os Alpes.	103
Figura 14. General Inverno barbeando pequeno Boney (Napoleão).....	108
Figura 15. Assassinato de Alexandre II.....	117
Figura 16. Yeltsin passando a presidência para Vladimir Putin.....	146
Figura 17. Putin entrando no Salão Andreyevsky durante sua posse como presidente.....	147

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	13
2. A FORMAÇÃO DO ESTADO RUSSO	15
2.1 Os varangianos.....	15
2.2 Rus de Kiev	17
2.3 A desintegração do Rus de Kiev e a invasão mongol	25
2.4 O domínio tártaro-mongol.....	29
2.5 Ivan III Grão-Príncipe de toda a Rússia	34
2.6 O primeiro Czar e o fim da dinastia Rurikovich	36
2.7 Tempo das Dificuldades e a ascensão Romanov	40
2.8 Os primeiros Romanov	43
3. O IMPÉRIO RUSSO	47
3.1 Pedro, o Grande.....	49
3.1.1 A Grande Embaixada.....	54
3.1.2 A Grande Guerra do Norte	58
3.1.3 O Concerto Europeu	66
3.2 A Era Pós-Petrina.....	69
3.2.1 Ana Ivanovna e a Germanização	72
3.2.2 Elisabeth I Petrovna	75
3.2.3 Pedro III	79
3.3 Catarina, a Grande.....	81
3.3.1 Humilhação, Silêncio e Golpe: O Nascimento de uma Soberana.....	81
3.3.2 A Soberana Iluminada: A Feminilidade, o <i>Nakaz</i> e a Racionalização do Poder.....	85
3.3.3 Guerras Russo-Turcas: a “Nova Rússia” e o “Projeto Grego”	90
3.3.4 As Partições da Polônia e o Legado de Catarina II.....	96
3.4 Os Últimos 100 anos do Império	101
3.4.1 Nicolau I: O Ápice da Autocracia	110
3.4.2 O fim da Casa Romanov: A Rússia sob os últimos 3 Imperadores.....	116
4. A KGB RI POR ÚLTIMO: DO CAOS À AUTOCRACIA NA ERA PUTIN ..	121
4.1 O Passado Soviético.....	121
4.1.1 Os Anos de Ferro: A Era Stalinista	124

4.1.2 O Degelo e a Guerra Fria.....	128
4.1.3 O Fim da União Soviética	131
4.2 Vladimir Putin	136
4.2.1 A Formação de um Autocrata	136
4.2.2 Ascensão ao Poder	142
4.2.3 O Agente no Trono	148
5. <i>RENOVATIO IMPERII RUSSORUM?</i> UMA ANÁLISE COMPARATIVA DAS DOCTRINAS IMPERIAIS DE PUTIN E DOS CZARES	160
5.1 A Autocracia: O Eixo Imutável.....	162
5.2 A Vigilância: O Terceiro Departamento e a KGB.....	165
5.3 O Ocidente: De Amantes a Inimigos.....	167
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	170
REFERÊNCIAS	176

1. INTRODUÇÃO

Com a ascensão de Vladimir Putin ao poder, em 7 de maio de 2000, a Rússia assistiu a uma profunda reconfiguração de sua estrutura política e simbólica. Após o colapso da União Soviética em 26 de dezembro de 1991, o país encontrou-se mergulhado em um mar de instabilidades e caos, marcado pelo vácuo estatal e pela fragmentação do poder. Neste cenário, era difícil imaginar que apenas 15 anos depois a Rússia reassumiria o papel de protagonista no sistema internacional, carregando consigo novos, e ao mesmo tempo antigos, ideais de identidade e de poder.

Para atingir tal posição, o governo de Putin lançou mão de uma miríade de políticas e retóricas que culminaram, em última instância: na recentralização do poder nas mãos do Kremlin; na domesticação das elites oligárquicas e na exaltação da identidade nacional. Mais do que apenas um projeto de governo, essas políticas resgataram e reinterpretaram as tradições do passado russo, especialmente no que se diz respeito à época imperial. Entre os pilares dessas doutrinas, destacam-se a autocracia, a ortodoxia e a identidade, cernes da construção do ideal de uma Rússia com bases históricas e civilizacionais próprias.

A presente pesquisa, portanto, propõe-se a analisar as continuidades entre as políticas imperiais e as de Putin, além de investigar a relação da Rússia com o Ocidente, especialmente com a Europa. Tais comparações concentram-se nos reinados dos imperadores Pedro, o Grande; Catarina II; Nicolau I; e Alexandre III. Em relação a delimitação, estabelece-se a anexação da Crimeia, em 2014 como ponto temporal final da análise. Isso pois, até 2014 é possível encontrar uma abundância de fontes bibliográficas, documentais e analíticas, enquanto os anos posteriores, por ainda serem muito recentes, carecem de um distanciamento histórico significativo e, por consequência, de uma produção acadêmica substancial.

A partir dessas bases, a pesquisa parte a partir da seguinte pergunta: É possível observar, dentro do governo de Vladimir Putin, políticas e doutrinas que refletem continuidades ideológicas, institucionais e simbólicas do legado imperial, especialmente em comparação com os reinados de Pedro, o Grande, Catarina II, Nicolau I e Alexandre III? E o que isso revela sobre a permanência da autocracia e da tradição imperial na política russa contemporânea?

O objetivo geral, por sua vez, consiste em comparar a formação, os fundamentos e a expressão política do poder autocrático na Rússia imperial e na Rússia de Vladimir Putin, buscando evidenciar as continuidades entre as doutrinas imperiais e a política contemporânea. A fim de alcançar este objetivo, definiu-se os seguintes objetivos específicos: 1 - Contextualizar o processo histórico da formação do Estado russo, desde o Rus de Kiev até a consolidação do Império; 2 - Analisar as principais doutrinas e práticas políticas dos imperadores Pedro, o Grande; Catarina II; Nicolau I e Alexandre III, enfatizando suas concepções de Estado, identidade nacional e relação com o Ocidente; 3 - Examinar a ascensão e consolidação de Vladimir Putin no poder, destacando a construção de uma narrativa civilizacional e a reinterpretação contemporânea da autoridade estatal; 4 - Comparar as doutrinas políticas, o papel da autocracia, a relação com o Ocidente e a estrutura de poder entre os czares analisados e o governo Putin.

Em relação a hipótese, o trabalho parte do pressuposto que as políticas e doutrinas de Vladimir Putin reproduzem elementos centrais do legado imperial, especialmente no que se refere à autocracia, à centralização do poder e à reafirmação da identidade nacional como eixo moral e civilizacional. Ao mesmo tempo, entende-se que há uma constante redistribuição de peso na balança das relações com o Ocidente, sob o reinado de Pedro e Catarina II a Rússia passou pelo seu auge nas relações com o Ocidente, sob Nicolau I, Alexandre III a balança passou a tender para o outro lado, enquanto sob Putin ela atingiu o seu ponto mais baixo.

Metodologicamente, adota-se uma abordagem qualitativa, com ênfase na análise histórica comparativa e na pesquisa documental e bibliográfica. Busca-se, dessa maneira, combinar a revisão historiográfica, e o exame de fontes primárias, notoriamente o *Nakaz* de Catarina II, além de discursos oficiais do governo Putin. O método de análise empregado foi o hipotético-dedutivo.

Em relação a importância deste estudo, destaca-se, primeiramente a falta de trabalhos acadêmicos em português, que se dedicam a analisar a história russa em seu todo, principalmente em retornar aos primórdios da formação do Estado. Concomitantemente, se busca revelar nesta pesquisa que as ações do atual governo russo, não são meras expressões das conjunturas contemporâneas, elas são enraizadas em processos históricos muito maiores. Por fim, argumenta-se que o enfoque histórico de longa duração permite a compreensão do todo, revelando assim a permanência de certas estruturas, que a um primeiro momento poderiam parecer inéditas, e que são, ao final, fundamentos das concepções de legitimidade que moldam o Estado russo.

2. A FORMAÇÃO DO ESTADO RUSSO

A Rússia, atualmente é a maior nação em extensão territorial e uma das mais influentes na história humana, possuindo origens antigas que, apesar de sua importância para a compreensão de sua trajetória, são frequentemente negligenciadas. Este capítulo dedica-se a percorrer o longo e complexo processo de formação do Estado russo, desde seus primórdios até a consolidação que precedeu as grandes transformações imperiais nas mãos de Pedro, o Grande.

2.1 Os varangianos

Por volta dos séculos IX e X, o impulso expansionista dos chamados homens do norte, habitantes da península escandinava, também conhecidos como vikings, levou-os a conquistar e colonizar muitas regiões da Europa, notoriamente o norte e o oeste do continente. Contudo, estas não foram as únicas regiões em que eles atuaram, um aspecto menos abordado e explorado, mas de igual importância histórica, foi a sua expansão para o leste europeu, para as terras dominadas pelos povos eslavos. Nesta região, exerceram um fundamental papel na formação de importantes rotas de comércio, e em consequência dessas rotas, na fundação de importantes cidades, algumas das quais viriam a ser centrais na formação do futuro Estado russo (Milner-Gulland e Dejevsky, 1998).

Os vikings os quais avançaram em direção ao leste eram majoritariamente oriundos da atual Suécia. Diferente dos noruegueses e dinamarqueses, que se dirigiram principalmente ao Atlântico Norte, às Ilhas Britânicas e à costa ocidental da Europa, os suecos, devido à sua posição geográfica, expandiram-se para o leste. Movidos pela busca por rotas comerciais, muitos aventureiros cruzaram o Mar Báltico e descobriram uma extensa rede fluvial que ligava boa parte das terras eslavas. A partir dos rios, houve o início de uma intrincada gama de rotas comerciais, as quais influenciaram profundamente as relações políticas e culturais dos povos da região (Milner-Gulland e Dejevsky, 1998)

Inicialmente, o rio Volga destacou-se como uma das principais artérias comerciais; ao navegar por este rio, os varangianos engajaram-se profundamente nas redes mercantes que existiam na região há séculos. Na confluência do Volga e do rio Kama, eles encontraram os Búlgaros; navegando mais profundamente rio acima, eles encontraram os cazares, cujo vasto controle sobre as estepes haviam-lhe provido com grande riqueza. Os varangianos foram ainda mais longe, ligando os mercados europeus à distante cidade de Samarcanda (situada no atual Uzbequistão) e, conseqüentemente, às

rotas que se estendiam até a China. Conectando o Mar Báltico ao Mar Cáspio. A importância desta via se deu principalmente através do contato entre o norte europeu e o mundo islâmico e asiático, dando-os um conhecimento mais aprofundado da riquíssima rota da seda. Alguns documentos sobreviventes da época relatam o contato entre os vikings e o Califado Abássida, como o famoso relato de Ibn Fadlan, um viajante árabe do século X:

“Vi os Rus', que haviam vindo para o comércio e acampado às margens do rio Itil. Nunca vi corpos mais perfeitos do que os deles. Eram como palmeiras. São claros e rosados. Não usam túnicas (qurtāq) nem caftans, mas uma veste que cobre um lado do corpo e deixa uma mão livre. Cada um deles carrega um machado, uma espada e uma faca e nunca se separa de nenhuma dessas armas que mencionei. Suas espadas têm lâminas largas e sulcadas, como as dos Francos. Da ponta dos pés até o pescoço, cada homem é tatuado em verde-escuro com desenhos, e assim por diante.” (Lunde; Stone, 2012, p. 63, tradução nossa¹).

Com o passar do tempo, entretanto, a atenção dos vikings voltou-se cada vez mais para o rio Dnieper que, por sua conexão direta com o Mar Negro, consolidou-se como a principal rota de comércio rumo ao Império Bizantino, particularmente à cidade de Constantinopla. Em relação a Constantinopla a mesma era conhecida como Tsargrad, ou “Cidade dos Imperadores” pelos eslavos orientais; já entre os escandinavos, frequentemente era chamada de Miklagard, “Grande Cidade”, ou ainda de Cidade de Ouro, sendo assim a capital do Império Bizantino era conhecida por muitos epítetos, os quais ressaltavam tanto a grandiosidade quanto a riqueza desse centro político e comercial (Antonov, 2011).

Neste contexto, com a intensificação do comércio na região, os vikings, ou varangianos, como eram conhecidos pelos gregos e eslavos, começaram a estabelecer postos comerciais e assentamentos ao longo dos principais rios, fundando, assim, cidades que desempenhariam um papel crucial nas próximas décadas, principalmente no Estado conhecido como Rus de Kiev. Entre as cidades fundadas, destacam-se Novgorod e Kiev, localizadas em posições estratégicas ao longo das rotas fluviais. Novgorod, situada ao sul do Lago Ilmen, emergiu como um importante entreposto comercial e político, sendo considerada por muitos historiadores como o berço do Estado russo. Kiev, por sua vez,

¹ "I saw the Rūs, who had come for trade and had camped by the river Itil. I have never seen bodies more perfect than theirs. They were like palm trees. They are fair and ruddy. They wear neither coats [qurtāq] nor caftans, but a garment which covers one side of the body and leaves one hand free. Each of them carries an axe, a sword and a knife and is never parted from any of the arms we have mentioned. Their swords are broad bladed and grooved like the Frankish ones. From the tips of his toes to his neck, each man is tattooed in dark green with designs, and so forth."

localizava-se em um ponto privilegiado do Dnieper , funcionando como uma verdadeira ponte entre o norte europeu e o mundo bizantino, “havia-se um caminho entre os Vikings e os Gregos” (Nestor, 1953).

Assim, a presença varangiana no leste europeu não se limitou à mera exploração econômica; ela resultou na consolidação de uma rede de cidades fortificadas, na integração das rotas comerciais e na formação de estruturas políticas embrionárias que dariam origem ao primeiro Estado eslavo-oriental organizado: o Rus de Kiev.

2.2 Rus de Kiev

O Rus de Kiev, conhecido pelos seus habitantes simplesmente como “Rus”, constituiu-se, na sua época, como o maior Estado da alta Idade Média. Apesar de sua relativa distância geográfica em relação ao restante da Europa, de modo algum permaneceu isolado, seja política, ou culturalmente, sendo o seu estabelecimento considerado como o embrião do futuro Estado russo.

No que concerne ao seu nome, “Rus” era a forma como as populações eslavas locais designavam os vikings – especificamente os varangianos oriundos da Suécia – que se estabeleceram na região. O termo deriva da palavra finlandesa “Ruotsi”, cuja etimologia significa, basicamente “aqueles que remam”. Inicialmente, foi utilizada apenas para designar os varangianos, com o tempo passou também a designar as populações locais sob sua esfera de influência, bem como os territórios por eles controlados, culminando assim na formação da expressão: Rus de Kiev. Cabe ressaltar, no entanto, que embora essa seja a versão mais amplamente aceita pelos historiadores acerca da origem do termo, não é a única, uma vez que sua definição envolve controvérsias históricas e identitárias (Milner-Gulland e Dejevsky, 1998).

Segundo a história, a formação do Rus de Kiev inicia-se por volta do ano de 859, quando um príncipe varangiano, chamado Rurik, foi convidado a governar Novgorod, cidade estrategicamente situada nas rotas comerciais que conectavam o Mar Báltico ao interior do leste europeu. Esse evento é descrito na Crônica Primária Russa², escrita pelo

² A crônica de Nestor é muito contestada pelos historiadores modernos em relação a veracidade das informações nele contidas, isso pois, ela foi escrita a partir da visão de um monge cristão relatando os eventos de um passado pagão, trazendo assim, um certo preconceito a sua abordagem. Além disso, o passado pagão nela descrito por si só já era muito envolto em mitologia e lendas. Por ser uma das poucas fontes sobreviventes dessa época, ela é normalmente usada como fonte para retratar esse período, mas é importante ter consciência de sua natureza.

monge Nestor em 1113, sendo esta uma das poucas fontes de informação do período. Segundo a obra:

"Não havia lei entre eles, mas tribo se levantava contra tribo. Assim, surgiu a discórdia entre eles e começaram a guerrear uns contra os outros. Disseram então entre si: 'Vamos buscar um príncipe que possa governar sobre nós e nos julgar segundo a lei.' Assim, foram além-mar até os Varangianos Rus: [...] 'Nossa terra é grande e rica, mas nela não há ordem. Vinde governar e reinar sobre nós'" (Nestor, 1953, p. 59, tradução nossa³).

Desta forma, a ascensão de Rurik ao poder marcou uma mudança política significativa, pois estabeleceu uma elite varangiana com legitimidade local, a qual, mesmo após sua morte, perdurou, estabelecendo a primeira dinastia da antiga Rússia: os Rurikoviches. Os quais perduraram até o século XVI, muitas eras após a queda do Rus de Kiev (Milner-Gulland e Dejevsky, 1998; Antonov, 2011).

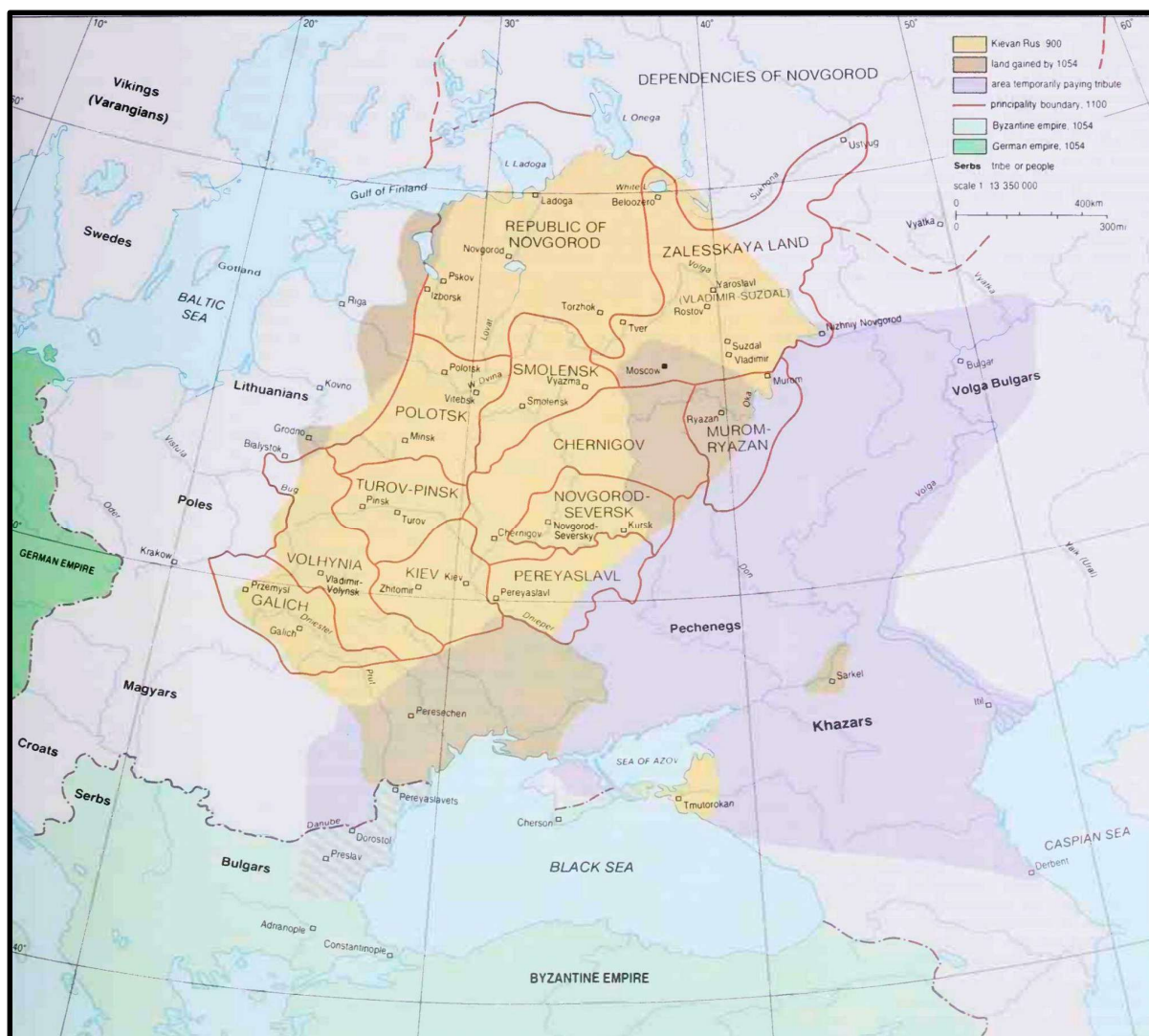
Estima-se que Rurik tenha falecido por volta do ano de 879. Antes disso, porém, nomeou como seu sucessor Oleg, um parente próximo, ao invés de transferir o poder a seu filho, Igor, que à época ainda era menor de idade. Oleg revelou-se ser um líder dotado de admirável habilidade, tanto política quanto militar. Em 882, liderou uma expedição militar contra os líderes Askold e Dir, então senhores de Kiev, capturando a cidade e estabelecendo-a como a capital de seu domínio (Milner-Gulland e Dejevsky, 1998).

A conquista de Kiev simboliza o nascimento do estado do Rus de Kiev, e o fato da mesma ter sido nomeada como capital está diretamente ligada à sua posição geográfica privilegiada ao longo do rio Dnieper, o qual se constituía como rota essencial de comércio com o Império Bizantino. Após sua vitória e consolidação, Oleg foi coroado como Príncipe de Kiev (Milner-Gulland e Dejevsky, 1998).

³ "There was no law among them, but tribe rose against tribe. Discord thus ensued among them, and they began to war one against another. They said to themselves, 'Let us seek a prince who may rule over us and judge us according to the Law.' They accordingly went overseas to the Varangian Russes: [...] 'Our land is great and rich, but there is no order in it. Come to rule and reign over us'".

O recém-formado reino (ver Figura 1) encontrava-se cercado por vizinhos hostis e era frequentemente invadido, a norte, por tribos vikings e, a Leste, pelos cazares, um povo nômade que habitava a região entre os rios Volga e Don. Além dos cazares, outra tribo também regularmente saqueava a nação, sendo estes os pechenegues, uma tribo turca semi-nômade que habitava as estepes da Ásia Central e as terras circundantes ao Mar Negro. Os pechenegues representaram tamanha ameaça ao reino que em determinado momento chegaram a sitiar Kiev, embora não tenham obtido sucesso, uma vez que foram incapazes de transpor as muralhas da cidade (Antonov, 2011).

Figura 1. Representação do espaço geográfico do Rus de Kiev



Fonte: Milner-Gulland e Dejevsky, 1998, p. 41.

Nota: Conforme a Figura 1, a área central do Rus de Kiev está destacada em amarelo, correspondendo ao território por volta do ano de 900. As terras conquistadas até 1054 aparecem em marrom, enquanto as regiões que periodicamente pagavam tributo são assinaladas em roxo. A delimitação das fronteiras, correspondente ao território do ano de 1110, é demarcada com linhas vermelhas. Além disso, a fronteira do Império Alemão, em 1054, está representada em verde escuro, enquanto as fronteiras do Império Bizantino são indicadas em verde claro.

Dessa forma, pode-se afirmar que o Rus de Kiev desempenhou um papel de bastião frente às incursões das tribos nômades provenientes da Ásia, funcionando como uma linha de contenção que, em certa medida, protegeu a Europa Central e Ocidental contra eventuais saques e invasões desses povos (Antonov, 2011).

O sucessor de Oleg foi seu sobrinho, Igor, filho de Rurik. Igor, porém, logo foi substituído por sua esposa, após morrer em uma emboscada por uma das tribos que compunham o reino: os drevlianos, que estavam em revolta. A esposa de Igor, conhecida como Olga, foi regente do então proto Estado russo por mais ou menos 17 anos durante a infância de seu filho Svyatoslav. Olga foi a primeira a sistematicamente organizar o governo, ela regularizou a coleta de impostos, vingou-se da tribo revoltosa que matou seu marido, e estabeleceu uma rede de posições fortificadas. Anos mais tarde Olga foi canonizada como santa pela Igreja Ortodoxa Russa por ser a primeira líder da região a se converter à ortodoxia. Olga também chegou a visitar Constantinopla, que a esse ponto já havia sofrido diversas invasões por parte dos Rus, e sofreria ainda outra nas mãos de Svyatoslav (Antonov, 2011).

Diferentemente de sua mãe, Svyatoslav foi a epítome de um guerreiro-viajante viking pagão, a despeito de seu nome eslavo; sob sua liderança o Estado continuou a ser fortalecido. Desde a fundação da dinastia Rurikoviche, um seleto grupo de guerreiros era considerado a nata da estrutura militar da nação, sendo estes a *druzhina*. Esta casta de guerreiros era formada principalmente por homens escandinavos e representavam uma espécie de centralização política e militar nas mãos do príncipe. A *druzhina* foi de especial importância durante o governo de Svyatoslav, o qual dedicou praticamente toda a sua vida a campanhas militares. Instalando relativos para cuidarem de seu território em sua ausência, Svyatoslav embarcou em uma jornada militar que o levou a dominar um império colossal por alguns anos (Milner-Gulland e Dejevsky, 1998).

Por volta do ano de 960, ao saber que algumas tribos russas ainda pagavam tributos a Cazária, Svyatoslav saqueou as cidades cazares e destruiu de forma definitiva sua estrutura de poder, de forma que eles nunca conseguiram se recuperar, tal fato acabou por ser de extrema importância anos depois, pois o declínio de Cazária abriu caminho para as hordas tártaro-mongóis. Além dos cazares, Svyatoslav também lutou contra os búlgaros do Volga e repeliu diversos ataques dos Pechenegues. Em 972, porém, o príncipe foi derrotado e morto em uma emboscada pechenegue nos arredores do rio Dnieper. O crânio de Svyatoslav foi transformado em um cálice banhado a ouro para o líder pechenegue, que bebia dele em banquetes (Antonov, 2011).

Após a morte de Svyatoslav, uma confusa guerra civil emergiu entre seus filhos. No total, o reino foi dividido em três: Yaropolk governava as terras ao sul, a partir de Kiev; seu irmão Oleg, as terras a oeste; enquanto Vladimir governava as terras ao norte, a partir de Novgorod. Entre estes, Vladimir era o menos favorecido, uma vez que era filho bastardo de Svyatoslav com uma meretriz chamada Malusha (Antonov, 2011).

Motivado por intrigas políticas e, sobretudo, pela ambição, Yaropolk, por volta do ano de 976, entrou em conflito com seu irmão Oleg, que acabou sendo morto, garantindo assim a Yaropolk o controle sobre as terras de seu irmão. Ao tomar conhecimento dos acontecimentos, Vladimir, temendo ser o próximo alvo na disputa sucessória, buscou refúgio entre seus parentes escandinavos. Em exílio, porém, Vladimir utilizou de seu carisma para conseguir reunir sob seu comando um considerável exército varangiano, e após uni-lo com suas forças ainda leais em Novgorod, marchou em direção a Kiev. Durante o cerco à cidade, Yaropolk foi morto, e assim, Vladimir ascendeu ao poder, tornando-se o Grão-Príncipe de Kiev (Milner-Gulland e Dejevsky, 1998).

Logo após assumir o trono, Vladimir prosseguiu com a lógica de fortalecimento militar e expansão, que todos os seus antecessores até agora tiveram. Vladimir conduziu uma série de campanhas militares bem-sucedidas contra os inimigos do Rus de Kiev. O príncipe derrotou os poloneses e os búlgaros do Volga, e subjugou os radímiches, os pechenegues, os cazares, bem como os livônios e os estonianos. Após suas bem-sucedidas campanhas, Vladimir retornou a Kiev e decidiu usufruir de um tempo de relativa paz; com os problemas externos resolvidos, o príncipe tomou agora em suas mãos os assuntos internos do reino (Antonov, 2011).

Um particular assunto demandava a atenção urgente do príncipe: a religião. O paganismo encontrava-se em ampla derrocada na Europa Central e do Norte, com diversos vizinhos próximos ao seu reino, como os poloneses, já tendo adotado o cristianismo por volta do ano de 960. Entendendo que a questão da religião se tornava cada vez mais um pré-requisito para a consolidação de um Estado civilizado, e que a não adoção de uma religião cristã poderia prejudicar significativamente os laços comerciais e diplomáticos do reino com o restante da Europa, Vladimir embarcou em uma jornada para definir qual seria a religião de seu Estado⁴ (Milner-Gulland e Dejevsky, 1998).

⁴ Como mencionado, a não adoção de uma religião cristã poderia ferir e muito as relações diplomáticas e comerciais do reino, isso pois iniciava-se a tradição que reinos cristãos não faziam negociações com nações pagãs. Dessa forma, a margem de escolha do príncipe era muito limitada, e muito já estava escolhido desde o início, só restava verdadeiramente decidir qual vertente do cristianismo seria seguida, aquela alinhada a Roma ou aquela alinhada a Constantinopla.

Em um primeiro momento, Vladimir tentou um caminho menos radical, buscando reformar o panteão pagão local, unificando os cultos sob uma estrutura comum. Essa tentativa, porém, revelou-se insatisfatória, o que levou Vladimir a uma busca mais profunda (Milner-Gulland e Dejevsky, 1998).

A primeira crônica de Nestor oferece detalhes em grande medida a respeito dos eventos que então se sucederam. Segundo a crônica, emissários de várias terras vieram para expor sua fé em Kiev: os islâmicos búlgaros do Volga, os alemães, os judeus de Cazária e os gregos de Bizâncio. Ainda insatisfeito, Vladimir mandou dez de seus melhores e mais sábios homens para as terras dos visitantes para que experimentassem em primeira mão a religião que lhes era pregada. A partir da crônica de Nestor, é possível observar a construção da ideia da ortodoxia como a melhor das religiões, colocando-a em contraste com outras religiões que foram rebaixadas e escrutinizadas pelo monge em seu relato, como pode ser visto no seguinte trecho:

"Quando viajamos entre os búlgaros, vimos como eles adoram em seu templo, chamado mesquita, enquanto permanecem sem cintos. O búlgaro se curva, senta-se, olha de um lado para outro como possuído, e não há felicidade entre eles, mas apenas tristeza e um fedor horrível. Sua religião não é boa. Depois fomos entre os alemães e vimos que realizavam muitos rituais em seus templos, mas não vimos glória alguma ali. Então fomos à Grécia, e os gregos nos conduziram aos edifícios onde eles adoram seu Deus, e não sabíamos se estávamos no céu ou na terra. Pois na terra não há tal esplendor nem tal beleza, e estamos perdidos em como descrevê-la. Apenas sabemos que Deus habita ali entre os homens, e seu serviço é mais belo do que as cerimônias de outras nações" (Nestor, 1953, p. 111-112, tradução nossa⁵).

Sendo assim, em 988, Vladimir decidiu converter-se ao cristianismo, sua conversão, porém, não se deu de forma tradicional, mas sim à típica maneira varangiana⁶. Navegando Dnieper abaixo, Vladimir capturou a cidade bizantina de Quersoneso, o mais importante entreposto comercial no Mar Negro. A partir da cidade, Vladimir escreveu ao Imperador bizantino Basílio II, exigindo sua irmã, a princesa Ana Porfirogênita em

⁵ "The envoys reported, 'When we journeyed among the Bulgars, we beheld how they worship in their temple, called a mosque, while they stand ungirt. The Bulgar bows, sits down, looks hither and thither like one possessed, and there is no happiness among them, but instead only sorrow and a dreadful stench. Their religion is not good. Then we went among the Germans and saw them performing many ceremonies in their temples; but we beheld no glory there. Then we went to Greece, and the Greeks led us to the edifices where they worship their God, and we knew not whether we were in heaven or on earth. For on earth there is no such splendor or such beauty, and we are at a loss how to describe it. We only know that God dwells there among men, and their service is fairer than the ceremonies of other nations'".

⁶ O sentimento é muito bem retratado nas palavras do poeta Alexei Tolstói: "Os gregos avistaram navios no mar, o exército se aglomerando em suas muralhas. A quem quisesse ouvir, por todos os lados ecoava o clamor: "Uma grande desgraça cairá sobre todos nós – Vladimir vem para ser batizado!"

casamento, e ameaçou em caso de recusa, invadir Constantinopla. Basílio acabou por aceitar as exigências de Vladimir, e despachou sua irmã juntamente com um grupo de cortesãos e padres em direção à cidade (Antonov, 2011).

Vladimir e Ana casaram-se ainda em Quersoneso, lá Vladimir também foi batizado e adotou como seu nome de batismo o nome de Basílio. Ao retornar a Kiev, Vladimir ameaçou executar todos aqueles que se recusassem a se converter ao cristianismo, batizando de forma forçada toda a população da cidade em uma região conhecida como Kreschatik. Vladimir também destruiu diversos ídolos e templos pagãos, erguendo igrejas em seu lugar (Milner-Gulland e Dejevsky, 1998).

A conversão de Vladimir e do Rus de Kiev não se tratou apenas de uma escolha confessional, adotar uma religião nos tempos medievos significava adotar uma gama de tradições, doutrinas, literatura e demais alta cultura atreladas a ela, e não só, significava também uma mudança no status internacional da nação, a qual agora estava inserida sob a égide de uma doutrina, e, portanto, carregava certos aspectos de leis e sistemas educacionais únicos àquela vertente. A conversão, destarte, vinculou de forma profunda o Rus de Kiev ao mundo bizantino, servindo como instrumento fundamental para a legitimação do poder do príncipe e para a centralização da autoridade política (Milner-Gulland e Dejevsky, 1998).

Nos últimos anos de seu governo, Vladimir buscou consolidar a administração estatal, organizando a cobrança de tributos e promovendo a construção de igrejas e escolas, além de estimular a disseminação da cultura escrita e do alfabeto cirílico, introduzido a partir da influência bizantina. Nesse sentido, em sua crônica, Nestor enfatiza como Vladimir, depois de sua conversão, passou a valorizar cada vez mais a educação literária, segundo o cronista, o príncipe passou a incentivar que crianças de famílias nobres fossem educadas e alfabetizadas, o que por sua vez causou grande alarde na sociedade, que não estava nem um pouco familiarizada com esta prática (Nestor, 1953).

Ao falecer em 1015, Vladimir deixou como legado um Estado politicamente fortalecido, territorialmente expandido e religiosamente reformado. Por seus esforços em unir e fortalecer o Estado russo, além de introduzir a nova fé ortodoxa, o príncipe passou a ser conhecido como “Vladimir, o Grande Sol”. A importância de Vladimir dentro da ortodoxia é visível até os dias de hoje, por volta do século XVIII, ele foi canonizado pela Igreja Ortodoxa Russa como um santo, e foi ordenado como um igual aos apóstolos. A morte de Vladimir simboliza o fim da primeira era de ouro de Kiev (Antonov, 2011).

A segunda, e última, era de ouro do Rus de Kiev inicia-se com a ascensão de Yaroslav, o Sábio, ao trono. Assim como Vladimir, Yaroslav teve que derrotar seus irmãos para chegar ao trono. No final do conflito, por volta de 1026, os dois irmãos mais poderosos, Yaroslav e Mstislav, estabeleceram uma diarquia dividindo o domínio das terras entre si a partir do do rio Dnieper. Em 1036, Mstislav morre, tornando Yaroslav o único soberano do reino, o qual governou sozinho até a sua morte em 1054 (Milner-Gulland e Dejevsky, 1998).

Yaroslav foi de especial importância, pois foi ele quem redigiu o primeiro código de leis russas formalmente instituído, conhecido como *Russkaja Pravda* (justiça russa). Qualquer cidadão que fosse pego quebrando as leis, seria obrigado a pagar uma taxa de indenização, com o valor podendo variar de acordo com a gravidade da infração. Ademais, o reinado de Yaroslav foi marcado pelo patrocínio da arquitetura, das artes e da literatura (Milner-Gulland e Dejevsky, 1998).

Antes de sua morte, em 1054 Yaroslav dividiu o reino entre seus cinco filhos e um sobrinho. A decisão, acabou por dar início ao fim do Rus de Kiev, com disputas dinásticas pelo poder levando o reino a um estado de guerra civil que culminou, no fim, na partilha do território em diversos principados, levando a um período de extensa descentralização política (Milner-Gulland e Dejevsky, 1998).

A incapacidade da dinastia Rurikoviche de estabelecer um sistema claro de sucessão nos primeiros anos de sua existência revela-se como um estudo de caso muito interessante. Como apontado por Milner-Gulland e Dejevsky (1998), o principal fator que pode ser definido como causa dessa deficiência está centrado na ideia de que o reino pertencia à família do príncipe em sua integridade. Tal percepção levava a uma espécie de “jogo de cadeiras” pelo poder, com príncipes frequentemente deslocando-se de um principado ao outro conforme a oportunidade política ou a morte de um parente, o que por sua vez gerava grandes instabilidades locais, já que de uma hora para outra vastos territórios podiam passar de um governante a outro. O jogo de cadeiras se dava seguindo uma lógica de hierarquia entre os principados, com alguns sendo considerados mais prestigiosos que outros, levando assim a disputas (Milner-Gulland e Dejevsky, 1998)

2.3 A desintegração do Rus de Kiev e a invasão mongol

Ao longo dos séculos XI e XII, o Rus de Kiev deixou de ser um Estado unificado para se transformar em uma série de principados semi-independentes, governados por ramos paralelos da dinastia Rurikoviche. Entre os mais destacados estavam Novgorod, Vladimir-Suzdal, Tchernigov, Smolensk, Galícia-Volínia e a própria Kiev, que, embora ainda conservasse prestígio simbólico como centro espiritual e cultural, viu sua influência política diminuir progressivamente ao longo dos anos. Entre os principados que se originaram a partir da descentralização do Rus de Kiev, dois deles destacaram-se entre os demais (Milner-Gulland e Dejevsky, 1998).

No início do século XII, Vladimir-Suzdal consolidou-se como o mais poderoso Estado entre os rios Oka e Volga. Utilizando-se de sua posição estratégica entre os rios, o principado se beneficiou enormemente do enriquecimento das cidades da região, sendo elas Rostov, Suzdal, Vladimir, Yaroslavl e, mais tarde, Moscou. O principado começou a ganhar mais notoriedade a partir da ascensão de Yury Dolgoruky ao poder, o qual, devido a suas constantes intervenções militares contra seus vizinhos, recebeu a alcunha de "Braços Longos". Também é a Yury que se atribui a fundação de Moscou; com a primeira menção à cidade datando de 1147, quando ele realizou lá um banquete em homenagem a um aliado, o príncipe de Chernigov (Milner-Gulland e Dejevsky, 1998).

Em relação ao desenvolvimento de Moscou, até a referida data, nenhuma menção havia sido feita à cidade. Segundo os documentos, o desenvolvimento inicial de Moscou deu-se a partir de uma vila chamada Kuchkovo, situada na confluência dos rios Moscou e Neglinnaya. A vila foi invadida por Yury, que a conquistou e a renomeou. A cidade continuou a se desenvolver ao longo dos anos, o estabelecimento de uma fortificação local, embrião do que seria hoje o Kremlin, marcou a transformação da vila, em um novo centro urbano, o qual, passaria a desempenhar um papel cada vez mais relevante no cenário político da Rússia (Antonov, 2011).

Enquanto Vladimir-Suzdal expandia seu poder a nordeste, o principado de Novgorod consolidava-se como um dos mais importantes rivais políticos e econômicos da região. Localizada próximo ao lago Ilmen e às rotas comerciais que se estendiam até o Lago Branco e os rios Onega, Dvina do Norte e Ural, Novgorod ocupava uma posição estratégica na antiga rota mercantil "dos Varangianos aos Gregos" (Antonov, 2011).

Devido a sua importante posição como centro comercial no mar Báltico, desde cedo Novgorod usufruiu de diversos privilégios únicos ao principado. Com o eventual

declínio do Estado russo, Novgorod começou a se diferenciar ainda mais dos outros principados. Indo ao contrário dos modelos autocráticos dos demais, Novgorod distinguiu-se pelo florescimento de uma cultura política mais participativa, centrada em uma assembleia popular denominada de *veche*, esta assembleia tornou-se responsável por decisões políticas de alto escalão dentro do Estado, como declarar guerra, assinar tratados de paz e eleger seus próprios líderes. Novgorod acabou por tornar-se, de fato, ao longo dos anos em uma cidade-estado oligárquica, aos moldes daquelas que se desenvolveram ao norte da Itália no período. (Milner-Gulland e Dejevsky, 1998).

Dessa forma, fica claro como os novos pólos de poder começaram a se afastar cada vez mais de Kiev, com o título de “Grão Príncipe de Kiev”, perdendo todo o seu significado prático. É nesse cenário, que um novo e devastador ator insere-se na jogada: os mongóis.

O desenvolvimento da cultura e do estado russo passou por profundas transformações a partir do século XIII, quando o país foi invadido pelos Tártaros Mongóis. A primeira investida mongol contra as terras russas ocorreu em 1223, quando um exército liderado pelos generais Subutai e Jebe foram enviados por Gengis Khan para o oeste, para lidar com os Cumanos⁷ (Hartog, 2004). A Figura 2, ilustra esse processo. Em determinado momento da invasão, os cumanos foram perseguidos até as margens do rio Kalka, próximo ao Mar de Azov, dentro do território dos Rus. Diante da situação, os mongóis enviaram emissários ao então Grão Príncipe de Kiev, Mstislav III, pedindo que expulsasse os cumanos de suas terras. Ofendido pelo pedido dos emissários, e ignorante a ameaça que os mongóis representavam, o príncipe ordenou a execução dos emissários, ato este que selaria o destino da região para sempre (The Chronicle of Novgorod, 1914).

Em resposta a execução de seus emissários, os mongóis marcharam em direção aos principados. Utilizando de sua limitada autoridade, o Grão Príncipe conseguiu reunir um exército de 40.000 soldados, o dobro do contingente mongol. Os dois exércitos se encontraram nas margens do rio Kalka e a batalha que se seguiu foi um massacre. Embora em menor número, os mongóis conseguiram utilizar-se da desunião entre os exércitos dos diferentes principados para causar uma derrota avassaladora; atrelado a descoordenação

⁷ Os cumanos, também conhecidos como kipchaks (polovtsians em inglês) eram um povo nômade túrquico que, entre os séculos XI e XIII, dominaram as estepes situadas entre o mar Negro e o rio Volga, sucedendo e em parte assimilando os pechenegues. Tradicionalmente em conflito e também aliados ocasionais dos Rus', os cumanos desempenharam um importante papel nas dinâmicas políticas da Europa Oriental até serem derrotados e dispersos pela invasão mongol no século XIII.

Figura 2. Principados na véspera das invasões tártaro-mongóis e as subsequentes incursões.



Fonte: Milner-Gulland e Dejevsky, 1998, p. 45.

das tropas russas soma-se também o fato que os mongóis conduziam a guerra de uma maneira totalmente nova aquela que os Rus conheciam. Arqueiros montados e lanceiros pesados cercaram as forças russas, tornando a batalha em uma carnificina (Antonov, 2011; Milner-Gulland e Dejevsky, 1998).

O Grão Príncipe e outros nobres foram capturados e executados de forma brutal: sobre os corpos dos capturados e dos feridos, os mongóis construíram uma plataforma de

madeira, sob a qual celebraram a vitória na batalha enquanto esmagavam os corpos abaixo. Após a vitória, as forças mongóis retornaram ao leste, mas agora, eles possuíam informações vitais a respeito da política e dos exércitos eslavos (Hartog, 2004).

Em 1237, os mongóis retornaram. Sob o comando de Batu Khan, neto de Genghis Khan, os tártaros reuniram um exército massivo, lançando uma invasão de larga escala sobre as terras dos Rus. A força de invasão amontoou um total de 100.000 homens, munidos com equipamentos de cerco chineses, com os quais eram capazes de destruir com facilidade as muralhas de madeira que protegiam as cidades russas. Ryazan foi o primeiro principado a cair, em dezembro de 1237. Após apenas 5 dias de cerco, as catapultas chinesas penetraram a muralha da cidade. Os horrores que se seguiram são descritos na contemporânea Crônica de Novgorod:

Eles mataram o príncipe e a princesa, homens, mulheres e crianças, monges, freiras e padres, alguns por fogo, outros pela espada, e violaram freiras, esposas de padres, mulheres e moças de bem na presença de suas mães e irmãs (The Chronicle of Novgorod, 1914, p. 83, adaptação nossa⁸).

Um por um, os principados foram caindo para as forças mongóis. Em 1240, os mongóis voltaram-se para Kiev, a "mãe das cidades russas". Ao chegar aos portões da cidade, mais uma vez os mongóis enviaram seus emissários, desta vez exigindo a rendição da cidade. Repetindo o erro de Mstislav, o voivoda⁹ Dmitro, executou os emissários mongóis. A resposta mais uma vez foi devastadora. As orgulhosas muralhas de Kiev ruíram sob o bombardeio das catapultas chinesas, a cidade foi incendiada e suas ruas foram mergulhadas em um banho de sangue. Segundo a Crônica de Novgorod os cidadãos, em pânico, refugiaram-se na Igreja da Virgem Maria. Tantos subiram ao seu teto que a estrutura desabou, esmagando todos em seu interior. Com a queda de Kiev, foi destruída não apenas uma cidade, mas qualquer vestígio de uma Rússia unificada, iniciando-se assim, o período do domínio tártaro-mongol (Milner-Gulland e Dejevsky, 1998).

⁸ A citação trata-se de uma adaptação livre do texto original que descreve os eventos da invasão de Ryazan, que estão contidos ao longo da página 83 da obra.

⁹ Voivoda é um termo eslavo usado para designar um comandante militar ou o governador de uma província ou região.

2.4 O domínio tártaro-mongol

A dominação mongol sobre os principados russos, historicamente conhecida como domínio tártaro-mongol, perdurou por mais de dois séculos, estendendo-se do início do século XIII ao final do século XV. Durante este longo período, os príncipes russos tornaram-se vassallos da chamada Horda Dourada¹⁰, um ramo do vasto império mongol. A partir da cidade de Sarai, estabelecida na parte baixa do rio Volga, os governantes da Horda administravam o seu domínio sobre as terras russas, impondo um pesado sistema de tributação e exigindo lealdade dos príncipes locais (Riasanovsky e Steinberg, 2019).

Dessa forma, ao contrário do que se poderia imaginar, os mongóis não exerceram uma ocupação direta ou permanente sobre o território russo. Ao invés disso, permitiram que os príncipes locais continuassem governando, desde que reconhecessem a autoridade do grande khan e pagassem regularmente os pesados tributos, conhecidos como “*yasak*”. Contudo, embora não houvesse a ocupação direta dos territórios, o khan da Horda tinha o controle efetivo dos territórios, isso pois, além dos tributos, a Horda também exigia o envio de contingentes militares da população local para participar de suas campanhas, e interferia no processo de nomeação dos príncipes, o qual só tinha seu poder legitimado mediante o recebimento de um título conhecido como “*yarlyk*” concedido pelo próprio khan àqueles que julgava como leais (Antonov, 2011).

O impacto do domínio tártaro-mongol nas terras russas foi profundo, tanto no plano econômico quanto no social e cultural. Como apontam Milner-Gulland e Dejevsky (1998):

Não há estatísticas para estimar a perda de vidas causada pela invasão tártaro-mongol, mas a destruição das cidades, as requisições forçadas de mão de obra e as exações financeiras representaram uma catástrofe econômica e social, enquanto a súbita e total derrota militar pelas mãos de infíeis [*sic*] foi um grande trauma psicológico (Milner-Gulland e Dejevsky, 1998, p.52, tradução nossa¹¹).

¹⁰ A Horda Dourada foi um dos quatro grandes khanatos (canatos) estabelecidos após a divisão do Império Mongol entre os descendentes de Gêngis Khan. Fundada por Batu Khan (neto de Gêngis) no ano de 1240, iniciou como uma subdivisão administrativa do império, governando vastos territórios com autonomia interna, mas mantendo lealdade nominal ao Grande Khan em Karakorum. Com o enfraquecimento do poder central mongol após o ano de 1260, consolidou-se como um khanato independente. Seu domínio estendia-se das estepes do sul da Rússia e Ucrânia (incluindo a Crimeia) ao Cáucaso, a Sibéria Ocidental e boa parte da Ásia Central.

¹¹ “There are no statistics to estimate the loss of life caused by the Tatar invasion, but the destruction of cities, forced levies of manpower and financial exactions were an economic and social catastrophe, while sudden and total military defeat at the hands of the infidel was a great psychological trauma”.

Buscando explicações para tamanha destruição, começou a surgir em meio aos Rus a crença de que os mongóis na verdade seriam algozes sobrenaturais enviados pelo divino para punir o povo pelos seus pecados, como demonstrado na Crônica de Novgorod:

Deus permitiu os pagãos sobre nós por nossos pecados. Deus traz estrangeiros à terra em sua ira, e assim esmagados por eles, eles se lembrarão de Deus. E a guerra interna vem da instigação do diabo: pois Deus não deseja o mal entre os homens, mas o bem; mas o diabo se regozija com o assassinato perverso e o derramamento de sangue. E qualquer terra que pecou, Deus castiga com morte ou fome, ou com a inflição de pagãos, ou com seca, ou com chuva forte, ou com outro castigo, para ver se nos arrependemos e vivemos como Deus manda; [...] Mas nós sempre nos voltamos para o mal, como porcos sempre chafurdando na imundície do pecado, e assim permanecemos; e por isso recebemos todo tipo de castigo de Deus; e a invasão de homens armados também, aceitamos sob o comando de Deus; como castigo por nossos pecados (Crônica de Novgorod, 1914, p. 84, tradução nossa¹²).

No tópico da religião é relevante notar que mesmo em meio a todo o caos instaurado no período, a Igreja Ortodoxa Russa não só sobreviveu a esse período como, paradoxalmente, saiu fortalecida. Recebendo a benevolência dos mongóis¹³, a população local foi deixada livre para cultuar sua própria fé, assim como as igrejas foram isentas de taxa fiscal, com a Igreja inclusive sendo permitida a abrir um templo na capital da Horda em Sarai. Nesse contexto a Igreja tornou-se mais fortemente identificada com a nação do que nunca, uma vez que era uma das únicas instituições que permaneceram unificadas, ligando o povo russo em sua integridade, e trazendo identidade em meio a um período de franca desmoralização (Milner-Gulland e Dejevsky, 1998).

Com o passar do tempo, surgiram focos de resistência e de afirmação de uma identidade política autônoma. A figura de Alexander Nevsky é emblemática nesse processo. Embora seu papel seja de extrema importância dentro da história russa, e sua trajetória extensa e complexa, cabe aqui apenas ressaltar que Nevsky, ao mesmo tempo em que manteve uma postura de submissão diplomática aos mongóis, evitando maior destruição da nação, organizou com sucesso a defesa contra invasores ocidentais,

¹² "God let the pagans on us for our sins. God brings foreigners on to the land in his wrath and thus crushed by them they will be reminded of God. And internecine war comes from the prompting of the devil: for God does not wish evil amongst men, but good; but the devil rejoices at wicked murder and bloodshed. And any land which has sinned God punishes with death or famine, or with infliction of pagans, or with drought, or with heavy rain, or with other punishment, to see whether we will repent and live as God bids; [...] But we always turn to evil, like swine ever wallowing in the filth of sin, and thus we remain; and for this we receive every kind of punishment from God; and the invasion of armed men, too, we accept at God's command; as punishment for our sins."

¹³ No geral, assim como os romanos, os mongóis tinham a prática de não interferir na fé dos povos conquistados. Para ambos, a principal exigência era a lealdade ao império e o cumprimento das obrigações cívicas. Desde que a religião não se tornasse um foco de oposição política ou sedição, ela era geralmente tolerada e às vezes até mesmo patrocinada como no caso dos mongóis.

especialmente suecos e cavaleiros teutônicos, que tentavam explorar o momento de fraqueza dos Rus para expandir seus territórios (Milner-Gulland e Dejevsky, 1998).

Em relação à resistência russa à dominação, embora dispersa e frequentemente infrutífera, seria errôneo afirmar que não houve tentativas de se livrar do domínio. Sobre este tópico, algumas divergências e tendências políticas costumam aparecer. Essas tendências podem ser muito bem observadas na obra de Boris Antonov (2011), um autor russo, que adota, em certa medida, uma visão romantizada: “a resistência russa à invasão mongol enfraqueceu o poder das forças inimigas, **salvando a Europa de sofrer o mesmo destino**”, grifo nosso. Essa interpretação, como demonstrado por Milner-Gulland e Dejevsky (1998), é um tanto exagerada, e pinta os russos como heróis altruístas, o que não era bem o caso. A resistência russa foi, antes de tudo, motivada pela defesa local e não por uma missão consciente de proteção da Europa, como visto na obra dos autores citados:

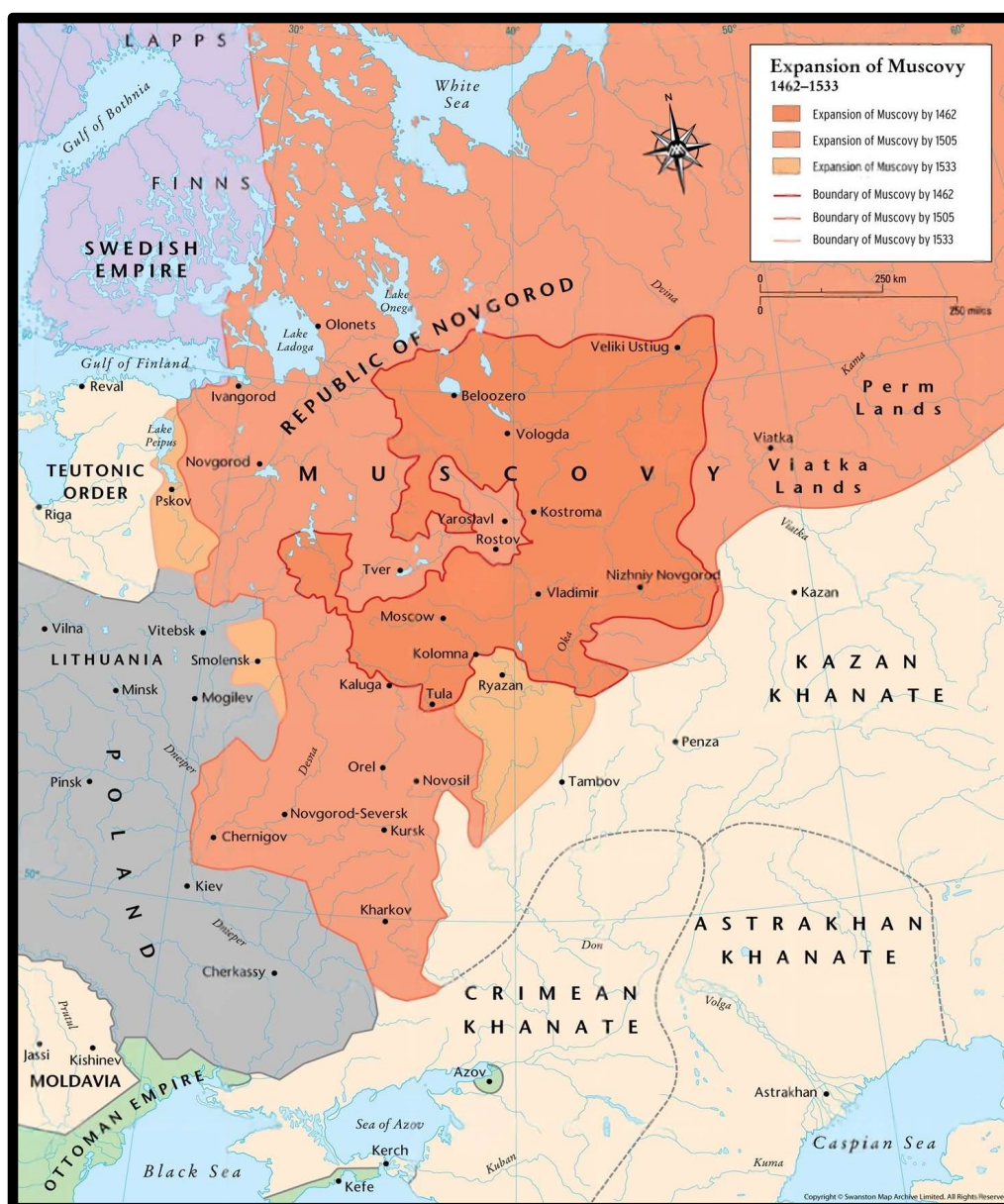
Mais tarde, é claro, seria construída toda uma teoria histórico-ideológica do "jugo tártaro", envolvendo a imagem da Rússia como uma espécie de saco de pancadas europeu, absorvendo aturdidamente o ataque violento dos bárbaros e, assim, protegendo o progresso da civilização ocidental, às suas próprias custas. Há uma certa medida de verdade nessa imagem, mas ela não corresponde realmente a como as coisas pareciam aos russos na época (Milner-Gulland e Dejevsky, 1998, p. 56, tradução nossa¹⁴).

A partir do século XIV, um novo ator começa a se destacar: Moscou (ver Figura 3). Originalmente um subdomínio pouco significativo do principado de Vladimir, a cidade conseguiu inverter a tendência usual da época e, ao invés de perder território, conseguiu expandir suas fronteiras. Essa ascensão foi impulsionada, entre outros fatores, pela habilidade de seus governantes em assegurar para si o título de Grão-Príncipe, mediante hábeis alianças e demonstrações de lealdade ao khan da Horda (Milner-Gulland e Dejevsky, 1998).

O primeiro líder Moscovita a assegurar o título de Grão-Príncipe foi Yury Danilovich, o qual, ao se casar com a irmã do khan da Horda Dourada, recebeu o título. A partir de então seus descendentes lutaram ferozmente para manter o título nas mãos da família. E o fizeram, conforme demonstra a historiografia, graças a suas habilidades como

¹⁴ “Later, of course, a whole historical ideological theory of the "Tatar yoke" would be constructed, involving the image of Russia as a sort of European punchbag, absorbing dazedly the vicious onslaught of barbarians and thereby protecting the progress of Western civilization, at its own expense. There is some measure of truth in this picture, yet it does not really correspond to how things looked to Russians at the time”.

Figura 3: Expansão do Principado Moscovita.



Fonte: The Map Archive, 2024.

exímios coletores de impostos, o que por sua vez os faziam cair nas graças da Horda e enriqueciam a si mesmos no processo (Antonov, 2011).

Outro fator que ajudou a elevar o prestígio de Moscou foi a transferência do líder da Igreja Ortodoxa Russa (Metropolitano) para a cidade por volta do ano de 1328, tornando-a assim, o centro da fé ortodoxa na região. A sede original do metropolitano costumava ser Kiev, mas desde a invasão mongol, segundo as palavras do enviado papal, Plano Carpini, a cidade havia sido “reduzida a quase nada”. Carpini fez tais anotações enquanto passava pela cidade em 1246 (Milner-Gulland e Dejevsky, 1998).

O momento simbólico da ascensão definitiva de Moscou como líder dos povos Rus ocorreu em 1380, na Batalha de Kulikovo. No ano de 1378, Moscou recusou-se a pagar os tributos anuais ao Khan da Horda Dourada, em resposta a Horda enviou uma pequena força punitiva, que foi derrotada pelo príncipe Dmitry de Moscou. Em 1380, porém, o Khan Mamai, invadiu novamente as terras moscovitas com um exército muito maior e mais poderoso dessa vez. O Grão-Príncipe então clamou a todos príncipes russos a se submeterem a seu comando e no dia 08 de setembro de 1380 os dois exércitos encontraram-se em uma pequena ilha no meio dos rios Don, Nepryadva e Krasivaya Mecha. As forças eram mais ou menos iguais entre si, tendo aproximadamente 100.000 a 120.000 homens de cada lado (Antonov, 2011).

Segundo Antonov, autor russo: “A batalha foi uma luta amarga entre ladrões e saqueadores de um lado e um exército lutando pela liberdade e a vida da sua pátria do outro” (Antonov, 2011). Embora Dmitry e as forças russas tenham saído vitoriosas, conseguindo quebrar e derrotar as forças de Mamai, muitas vidas foram perdidas, de tal maneira que, em 1382, quando o sucessor de Mamai invadiu novamente as terras dos Rus, não havia sobrado quase ninguém para proteger Moscou, que foi saqueada e forçada a pagar novamente tributos. As vidas perdidas naquele campo, porém, não foram em vão, a vitória na Batalha de Kulikovo foi de tremenda importância psicológica: os russos não mais temiam as hordas mongóis, a crença em sua invencibilidade fora estilhaçada. A Horda Dourada havia sido desmoralizada, e a liderança de Moscou era apenas uma questão de tempo (Milner-Gulland e Dejevsky, 1998).

A ruptura final com a dominação tártaro-mongol ocorreu sob o governo de Ivan III, o Grande. A ascensão de Ivan ao trono no ano de 1462 coincidiu com a queda definitiva do Império Romano do Oriente (Império Bizantino), com Constantinopla tendo caído na mão dos turco-otomanos no ano de 1453. Ao tomar o trono, Ivan consagrou-se, perante seus súditos, como herdeiro dos imperadores Bizantinos e adotou brasão de armas dos imperadores de Constantinopla – a águia bicéfala preta sobre um fundo dourado¹⁵. O último suspiro de dominação mongol sobre a Rússia encerrou-se no ano de 1480, no Grande Estande do Rio Ugra, quando os exércitos moscovitas e tártaros encararam-se um de cada lado do Rio Ugra por três dias. Chegando à conclusão de que não havia qualquer

¹⁵ O símbolo continua até hoje a ser usado na Rússia, o brasão atual foi desenhado pelo artista Yevgeny Ukhnyalov e foi adotado em 30 de novembro de 1993 por um decreto presidencial, e depois por uma lei federal assinada pelo presidente Vladimir Putin em 20 de dezembro de 2000. A águia bicéfala também está estampada no passaporte nacional do país e nas moedas de 25 rublos (Khuratev, 2014).

esperança de derrotar o exército russo, e que seus aliados não apareceriam, o então khan Akhmet da Horda Dourada simplesmente deu meia volta em direção a Sarai, encerrando assim 240 anos de submissão russa (Antonov, 2011; Milner-Gulland e Dejevsky, 1998).

2.5 Ivan III Grão-Príncipe de toda a Rússia

A figura de Ivan III representa um dos marcos fundamentais da história russa, simbolizando a transição definitiva da fragmentação política que marcou a maior parte dos anos do Rus de Kiev para em seu lugar estabelecer um Estado centralizado e autocrático, sob a liderança de Moscou, moldando, dessa forma, a estrutura que sustentaria a emergência da Rússia como potência regional e, posteriormente, imperial.

Além de ter sido o libertador das terras russas do domínio tártaro-mongol, Ivan III foi antes disso o responsável por iniciar o processo sistemático de “reunificação” das antigas terras russas, sob a égide de Moscou, seja por subjugação militar, por vias diplomáticas, ou casamentos dinásticos. Durante o reinado de Ivan III, Moscou quintuplicou seu território, passando de 400.000 quilômetros quadrados para mais de dois milhões no ano de sua morte (Antonov, 2011). A conquista de Novgorod, em 1478, destaca-se como o principal marco dessa expansão moscovita, isso pois, Novgorod, além de dominar um vasto e rico território, representava uma “alternativa” ao modelo autocrático de Moscou (Antonov, 2011).

Novgorod, com sua longa tradição de autonomia política e sua cultura mercantil republicana, foi o principado que ofereceu a maior resistência à centralização moscovita. Essa resistência, porém, foi terminada em 1478, quando Ivan III sitiou a cidade. Após a queda da cidade, em um gesto emblemático, Ivan III, mandou que o sino usado para chamar a *veche* (assembleia popular) fosse arrancado e transportado para Moscou, marcando assim, o fim de um modelo político participativo e oligárquico alternativo, substituindo-o pela autocracia moscovita, assegurando ao Grão-Príncipe de Moscou a hegemonia sobre todo o norte da Rússia e o controle sobre as ricas rotas comerciais da região. Da mesma maneira, outros importantes centros de poder, como Tver, Yaroslavl e Rostov foram conquistados, consolidando assim, um território progressivamente mais coeso, no qual Moscou se afirmava como o único núcleo incontestável de poder (Milner-Gulland e Dejevsky, 1998).

Um exemplo desta homogeneidade moscovita, pode ser observada nas consequências que a centralização teve sobre a estrutura social, particularmente em

relação à nobreza russa, os chamados boiardos. Como destacam Milner-Gulland e Dejevsky (1998), a mais antiga e ferrenhamente mantida prerrogativa da aristocracia nos principados russos era o direito ao “serviço livre”: a possibilidade de transferir sua lealdade e serviço a outro príncipe a qualquer momento. Esse direito, entretanto, com o avanço da centralização das terras russas, foi progressivamente eliminado. Como observam os autores, “com a ‘reunificação’ da Rússia, não havia mais ninguém além do grão-príncipe de Moscou para servir, exceto pela Lituânia, rival mortal de Moscou” (Milner-Gulland e Dejevsky, 1998).

A partir de Ivan III, a mudança de lealdade passou a ser considerada traição, e a aristocracia viu-se repentinamente quase tão vulnerável quanto camponeses diante dos caprichos do grão-príncipe (Antonov, 2011). Isso pois, diferentemente da Europa Ocidental, onde os nobres tinham um contrato de feudo-vassalagem, os boiardos na Rússia viram o único direito que lhes permitia qualquer pé de barganha com o suserano desaparecer, tornando a relação de poder do grão-príncipe sobre a nobreza absoluta. Não por acaso, observadores ocidentais do século XVI frequentemente notavam a extrema submissão e autodegradação dos boiardos e da classe de serviço em geral diante do grão-príncipe. Pavimentando, dessa forma, o caminho para a futura aristocracia czarista (Milner-Gulland e Dejevsky, 1998).

Por último, outro aspecto fundamental do governo de Ivan III está centrado na já mencionada tomada do manto imperial Bizantino. Além do mencionado brasão de armas, Ivan III casou-se com Sofia Paleóloga, sobrinha do último imperador bizantino, estabelecendo assim, uma ligação dinástica com o extinto Império. Embora pareça esdrúxulo, esse gesto foi de extrema importância para a legitimação do discurso de que Moscou seria a sucessora legítima do Império Romano do Oriente (Milner-Gulland e Dejevsky, 1998).

Este discurso atingiu seu apogeu com a elevação de Moscou à “Terceira Roma”. Assim como Constantinopla foi chamada de “Segunda Roma”, após a queda de Roma nas mãos dos povos “bárbaros” em 476, Moscou, com a queda de Constantinopla, tornava-se a “Terceira Roma”. Esse discurso foi fundamental para legitimar a centralização do poder e para justificar as pretensões imperiais de Moscou. Como herdeiro espiritual e político de Bizâncio, Ivan III conferiu ao seu governo uma dimensão transcendental e universalista, elevando Moscú da condição de principado regional à de guardião da Ortodoxia e bastião contra os invasores estrangeiros, sejam eles católicos ocidentais ou muçulmanos orientais. Este ideário moldou profundamente a mentalidade política russa,

fornecendo o substrato simbólico que sustentaria o discurso autocrático de seus sucessores (Milner-Gulland e Dejevsky, 1998; Antonov, 2011; Riasanovsky e Steinberg, 2019).

Ivan III deixou à Rússia um legado imensurável. Não apenas unificou a maioria das antigas terras russas sob Moscou, mas também transformou a natureza do Estado: de um mosaico de principados fragmentados, emergiu uma entidade centralizada, autocrática e ideologicamente legitimada. Sua política de expansão territorial e de fortalecimento institucional criou as condições para que seu filho, Vasili III, e, posteriormente, seu neto, Ivan IV, o Terrível, consolidassem a Rússia como uma das grandes potências da Europa oriental.

2.6 O primeiro Czar e o fim da dinastia Rurikoviche

O processo de expansão do Estado russo, iniciado sob Ivan III, encontrou continuidade durante o reinado de seu filho, Vasili III. Embora sua administração tenha sido relativamente breve e pouco inovadora, Vasili consolidou a hegemonia de Moscou ao anexar importantes territórios, destacando-se, sobretudo, a conquista de Smolensk em 1514, que retornou ao controle russo após 110 anos de dominação lituana. Essa conquista assegurou o controle russo sobre a região e fortaleceu a fronteira ocidental do Estado. Embora importante, a principal contribuição de Vasili à história russa foi na verdade a transmissão de um Estado centralizado e em expansão a seu herdeiro, Ivan IV, o Terrível.

Nascido em 1530, Ivan IV herdou o trono ainda criança, após a morte de seu pai em 1533. Por ainda ser menor de idade, sua mãe, Elena Glinskaya, atuou como regente. O governo de Elena foi marcado por uma crescente instabilidade política, que envolveu grande uso de violência, intrigas palacianas e luta por poder, com tudo sendo testemunhado pelo jovem príncipe (Antonov, 2011). Em 1538, Elena morre subitamente, rumores de envenenamento começam a correr pelo palácio, e, claro, aos ouvidos do príncipe. Após a morte de Elena, um conselho de boiardos assume a regência, e imediatamente após, começam a disputar entre si o poder, negligenciando no processo a educação e a segurança de Ivan. Como destacam Milner-Gulland e Dejevsky (1998), esse ambiente hostil contribuiu para moldar a personalidade desconfiada e violenta do príncipe, características as quais moldariam o seu governo (Antonov, 2011; Milner-Gulland e Dejevsky, 1998).

Em 1547, Ivan, em sua cerimônia de coroação decidiu que ele não seria mais conhecido pelo título de Grão-Príncipe, mas sim de um título corresponde a um herdeiro do Império Bizantino, Ivan então é coroado como Czar¹⁶ de toda a Rússia. A nova nomenclatura colocou o Estado russo em pé de igualdade simbólica com as grandes monarquias imperiais europeias, especialmente com o Sacro Império Romano-Germânico. Em relação ao Sacro Império, o mesmo adotava como título de seu líder a nomenclatura de “Kaiser”, e era reconhecido pela Igreja Católica como o legítimo sucessor do Império Romano, rivalizando dessa forma pelo título imperial romano com o Império Bizantino, e por consequência, com a Rússia (Antonov, 2011).

O reinado de Ivan IV foi marcado por ter sua ambivalência: de um lado promoveu significativas reformas administrativas e expansionistas marcando seu lugar como uma das figuras centrais na consolidação do Estado russo; por outro, foi marcado por políticas de repressão interna e episódios de extrema violência, pautados em fortes descontroles emocionais, rendendo-o a alcunha, mesmo mediante suas contribuições, de “o Terrível”. Ivan é facilmente uma das figuras mais controversas da história russa (Riasanovsky e Steinberg, 2019).

As primeiras décadas do governo de Ivan IV foram marcadas por um notável impulso reformista. Entre as medidas mais significativas destaca-se a organização do Conselho dos Cem Capítulos (*Stoglavyy Sobor*) em 1551, que buscou harmonizar a legislação eclesiástica e secular, fortalecendo a integração entre Estado e Igreja. Ademais, Ivan modernizou o exército russo, estabelecendo as unidades permanentes dos *streltsy*, tropas de infantaria armadas com mosquetes, ampliando assim a capacidade militar do Estado, e tornando-a mais em par com os estados europeus (Riasanovsky e Steinberg, 2019).

Já em relação à face repressiva do reinado de Ivan IV, esta manifestou-se de maneira extrema com a instituição da *Oprichnina*, em 1565. Esta instituição tratava-se de uma política que dividiu o território russo entre a parte diretamente governada por Ivan e uma outra administrada pelos boiardos, criando uma estrutura alternativa de poder, basicamente um Estado dentro de um Estado. A *Oprichnina* promoveu uma violenta repressão à aristocracia, principalmente na mão dos chamados *oprichniki*¹⁷ – uma força

¹⁶ A palavra é uma variação da palavra latina “César”, título usado pelos romanos para os seus imperadores.

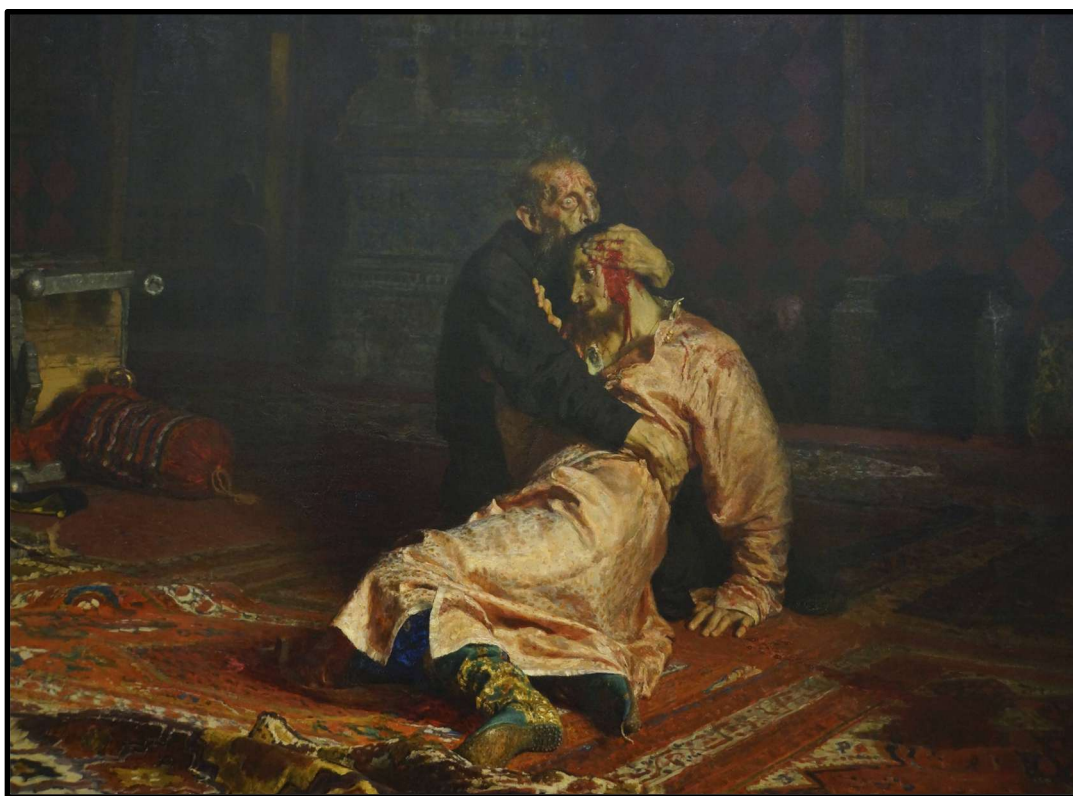
¹⁷ Conforme destaca Antonov, 2011, a *oprichniki* tinha o único objetivo de eliminar os inimigos do czar. Eles usavam como uniforme mantos pretos, e amarradas a selas de seus cavalos carregavam vassouras e a cabeça de cachorros, simbolizando sua intenção de varrer ou rasgar seus inimigos.

de elite instituída a partir da guarda pessoal do czar – sob o pretexto de eliminar traições e conspirações. Como salientam Milner-Gulland e Dejevsky (1998), essa política não apenas enfraqueceu a nobreza tradicional, mas também gerou uma profunda desorganização social e econômica, com cidades inteiras sendo saqueadas e populações deslocadas (Milner-Gulland e Dejevsky, 1998).

O legado de terror de Ivan IV não foi só político. Em um campo mais pessoal, o czar também foi responsável pela morte do próprio filho (embora não seja um consenso histórico), como demonstrado na pintura de Ilya Repin, 1883 (ver Figura 4) e na citação abaixo de Antonov, (2011). A morte de seu filho acabaria contribuindo para o fim da dinastia Rurikovice.

Ivan, o Terrível, certa vez entrou nos aposentos de seu filho Ivan e encontrou sua nora, a quem ele considerou estar vestida de forma inapropriada. Ele começou a espancar a mulher grávida, causando um aborto espontâneo. Quando seu filho veio correndo atender aos gritos da mulher, o czar o golpeou na cabeça com seu cajado, matando seu filho (Antonov, 2011, p. 37, tradução nossa¹⁸).

Figura 4. Ivan IV, o Terrível e seu filho.



Fonte: Ilya Repin, 1883.

¹⁸ “Ivan the Terrible once entered the apartments of his son Ivan and encountered his daughter-in-law, whom he considered to be immodestly dressed. He began to beat the pregnant woman, causing a miscarriage. When his son came running to the woman’s cries, the tsar struck him on the head with his staff, killing his son.”

No campo da expansão territorial, o governo de Ivan IV foi igualmente notável. Em campanhas sucessivas, conquistou os khanatos tártaros de Kazan (1552) e Astracã (1556), formados a partir do dismantelamento da Horda Dourada, estendendo o domínio russo sobre a bacia do rio Volga e abrindo caminho para a futura colonização da Sibéria (Milner-Gulland e Dejevsky, 1998).

Por fim, Ivan IV também se envolveu na prolongada Guerra Livoniana (1558-1583), um conflito destinado a garantir à Rússia o acesso ao Mar Báltico e a integração nas rotas comerciais do norte da Europa. Embora tenha obtido vitórias iniciais, a campanha revelou-se um fracasso estratégico, esgotando os recursos militares e financeiros do Estado e expondo-o à vulnerabilidade perante potências vizinhas, como a Suécia e a Polônia-Lituânia. A derrota nesta guerra significou o adiamento do sonho russo de acesso ao Mar Báltico até o século XVIII, quando finalmente seria conquistado por Pedro, o Grande (Milner-Gulland e Dejevsky, 1998).

O impacto do governo de Ivan IV foi profundo, se por um lado ele encarnou o ideal do autocrata forte e absoluto, por outro, deixou um legado de terror e instabilidade. Sua trajetória acabou por criar um precedente que seria seguido por muitos líderes depois, sendo este o arquétipo do soberano russo como simultaneamente protetor e opressor, marcando assim a cultura política e o imaginário russo nas centúrias seguintes (Milner-Gulland e Dejevsky, 1998).

Com a morte de Ivan IV em 1584, seu filho Teodoro I ascendeu ao trono. Contudo, Teodoro, descrito pelas fontes como um homem fraco, extremamente devoto e intelectualmente limitado, demonstrou-se incapaz de exercer o poder de maneira efetiva. De fato, o governo russo passou a ser administrado, na prática, por seu cunhado e conselheiro, Boris Godunov (Antonov, 2011).

Durante o reinado de Teodoro, o Estado russo enfrentou um período de relativa estabilidade superficial, mas sem grandes avanços políticos ou territoriais. O aspecto mais relevante de seu governo reside justamente no fato de que, com sua morte em 1598, extinguiu-se formalmente a dinastia Rurikoviche, estabelecida por Rurik, sete séculos antes (Antonov, 2011).

A ausência de um herdeiro direto e legítimo lançou a Rússia em um período de profundo caos, o vácuo deixado pela crise sucessória levou a um verdadeiro cenário de pai contra filho e irmão contra irmão. O período ficou conhecido como o Tempo das Dificuldades (*Smuta*), onde a fome, guerra civil e invasões estrangeiras tornaram-se as

palavras de ordem. Este interregno, porém, abriu espaço para a emergência de uma nova dinastia: os Romanov (Antonov, 2011).

2.7 Tempo das Dificuldades e a ascensão Romanov

O interregno que se seguiu ao fim da dinastia Rurikovich mergulhou a Rússia em um dos períodos mais sombrios e caóticos de sua história. O Estado russo, que havia se consolidado sob o impulso centralizador dos Rurikovich, viu-se repentinamente fragmentado, exposto ao real risco de desintegração territorial e do colapso político total.

Como destacam Milner-Gulland e Dejevsky (1998), a *Smuta* foi um momento em que a Rússia pareceu perder, simultaneamente, sua coerência interna e sua soberania externa. Diversos pretendentes ao trono, entre eles os chamados Falsos Dmitrys¹⁹, emergiram em meio ao caos, cada qual reivindicando para si a herança dos czares, aprofundando a desordem do período. A situação agravou-se ainda mais com a ocupação polonesa de Moscou, que expôs a vulnerabilidade da capital e intensificou o sentimento de humilhação nacional (Milner-Gulland e Dejevsky, 1998).

O tecido social e econômico do país foi severamente corroído: as revoltas camponesas proliferaram, a fome assolou diversas regiões e a autoridade central, outrora um elemento inabalável e absoluto, praticamente se desfez. O Estado russo, que fora por séculos uma força coesa na Eurásia, parecia então à beira do desmembramento irreversível (ver Figura 5).

Entretanto, em meio ao caos e vácuo governamental, emergiu um movimento popular de resistência que alteraria o curso da história e garantiria a sobrevivência do Estado russo. A figura do mercador Kuzma Minin, de Nizhny Novgorod, e do Príncipe Dmitry Pozharsky, um comandante militar, converteu-se no símbolo máximo desse renascimento nacional. Diante da ameaça representada pela ocupação estrangeira e do esfacelamento político interno, Minin liderou a mobilização da população, organizando um exército popular, que Pozharsky conduziu em uma campanha decisiva contra os poloneses, levando à retomada de Moscou em 1612 (Riasanovsky e Steinberg, 2019).

A expulsão das forças polonesas não apenas restabeleceu o controle sobre a capital, mas também representou a reafirmação da soberania russa e a recusa definitiva

¹⁹ Dmitry foi um dos filhos de Ivan IV, que poderia ter assumido o trono após a morte de seu irmão, Teodoro I. Dmitry, porém morreu em circunstâncias misteriosas, investigações oficiais concluíram que o jovem príncipe teria se ferido com uma faca, durante um ataque epilético. Vários boatos na época começaram a surgir de que Dmitry na verdade estaria vivo, e estaria retornando para tomar o trono que lhe era de direito, levando assim a oportunistas passando-se por ele.

Figura 5. Rússia no Tempo das Dificuldades



Fonte: Milner-Gulland e Dejevsky, 1998, p. 67.

Nota: Linha tracejada preta: limite político, 1598; Área com listras diagonais rosa e brancas: ocupado pela Polônia, 1611-13; Área com listras diagonais laranja e brancas: ocupado pela Suécia, 1613; Área rosa sólida: Polônia, 1618; Área verde clara sólida: Rússia, 1618; Área bege sólida: Suécia, 1618; Área lilás clara sólida: outros estados, 1618; Seta laranja: avanço sueco, 1610; Seta rosa escura: avanço polonês, 1610; Seta larga verde água: contra-ataque russo sob Minin e Pozharsky, 1611-12; Seta azul clara: marcha de Bolotnikov, 1606-07; Contorno azul claro: rebelião de Bolotnikov, 1606-07; Contorno vermelho: levante de povos não eslavos, 1606-08.

do povo de uma re-fragmentação nacional (vide os tempos dos principados do Rus de Kiev). Como bem observa Antonov (2011), esse episódio adquiriu uma dimensão heroica, elevando Minin e Pozharsky à condição de salvadores da pátria, protagonistas do

renascimento de uma Rússia que, a despeito do caos, conseguiu resistir e se reorganizar (Antonov, 2011).

Com certa ordem restabelecida, foi possível realizar-se na capital um conselho entre os altos membros da Igreja Ortodoxa e boiardos, neste conselho, realizado no ano de 1613, foi decidido, por unanimidade, a eleição de Miguel Romanov ao trono. Pelos próximos três séculos a Rússia seria governada pelos Romanov, e seriam eles os responsáveis por elevar a Rússia de um relativamente isolado e pouco conhecido país nas margens da Europa, para um dos atores centrais dentro e fora do continente. A escolha de Miguel²⁰ (Mikhail), ao trono, na época um jovem de apenas dezesseis anos, representou mais do que uma simples solução dinástica: foi a expressão de um consenso da necessidade de uma ordem e unidade nacional, e o terror a anarquia e a intervenção estrangeira, sentimentos esses, que nunca foram verdadeiramente esquecidos pelos russos (Antonov, 2011).

A ascensão dos Romanov representou o ingresso do Estado russo em uma nova etapa, primeiramente marcada pela lenta reconstrução das instituições, pela consolidação territorial e pela reconfiguração de sua identidade política, que posteriormente levariam a uma segunda fase marcado por processos mais complexos e profundos, como os esforços modernizadores e expansionistas de Pedro, o Grande, cuja trajetória será objeto de análise no próximo capítulo deste trabalho.

²⁰Miguel na verdade não foi o primeiro Romanov a chegar ao trono, anos antes, Anastasia Romanov tornou-se Czarina consorte ao casar-se com Ivan IV, essa relação sanguínea foi um dos fatores que influenciaram a escolha de Miguel ao trono.

2.8 Os primeiros Romanov

Tornou-se vazia e selvagem a Rússia, – dizia o escriturário (diak) do Prikaz das Embaixadas, Grigory Kotoshikhin, testemunha ocular daqueles tempos. – Os campos cobriam-se de erva-formigueira, pelas estradas crescia mato, nas florestas multiplicaram-se muitos animais selvagens... Volta e meia, bandos de salteadores vagueavam pelas estradas – restos de homens de guerra, não exterminados, não enforcados... Nas cidades e distritos, a pobreza chegou ao extremo. O tártaro da Crimeia deixou de ir em guerra às terras vazias – não havia mais o que saquear. Por todo o Estado, choro e lamentos... (Parafraseado de Kotoshikhin, 1666-1667, tradução nossa²¹).

Nestes dias difíceis, um menino foi trazido em um trenó pelas lamacentas estradas de marcha até as muralhas carbonizadas de Moscou – um monte de cinzas saqueada e devastada, libertada a grande custo dos ocupantes poloneses. Um menino assustado, eleito czar de Moscóvia, por conselho do patriarca, por boiardos empobrecidos, mercadores de mãos vazias e homens rígidos do norte e do Volga. O menino orava e chorava, olhando da janela de sua carruagem, com medo e desânimo, para as multidões esfarrapadas e frenéticas que tinham vindo saudá-lo nos portões de Moscou. O povo russo tinha pouca fé no novo czar, mas a vida tinha que continuar (Alexei Tolstoi, *apud* Antonov, 2011, p. 62 tradução nossa²²).

As descrições que abrem este subcapítulo, demonstram o ambiente que marcava a Rússia no período subsequente ao Tempo das Dificuldades. O país, devastado social, econômica e politicamente, via-se ainda abalado, lutando para se recompor.

Por conta disso, o governo de Miguel Romanov foi essencialmente um governo tímido, baseado em uma premissa defensiva e restauradora. Somado ao contexto do período, o czar também era jovem e inexperiente, com sua grande contribuição no governo sendo na verdade o seu próprio cargo, o qual trazia estabilidade e legitimidade após o caos da *Smuta*. Em seu reinado, foi buscado, antes de qualquer inovação, a recuperação dos aspectos básicos da governabilidade, com o Estado passando por uma completa reorganização fiscal, reconstituição das forças militares e reestruturação da administração pública, a prioridade, portanto, era a sobrevivência interna (Antonov, 2011).

Será apenas com o reinado de seu filho, Alexei Mikhailovich, que a Rússia volta a apresentar sinais mais claros de fortalecimento e expansão. Alexei promoveu reformas de impacto duradouro, consolidando as bases do Estado russo que seu filho, Pedro, mais

²¹Esta citação é uma paráfrase modernizada frequentemente atribuída a Grigory Kotoshikhin, inspirada em passagens dispersas de sua obra *O Rossii v tsarstvovanie Alekseia Mikhailovicha*, mas não corresponde a uma formulação literal do original.

²² “On these difficult days, a boy was brought on a sledge across the dirty Marchroads to the charred walls of Moscow— a plundered and ravaged heap of ashes, only freed at great cost from the Polish occupants. A frightened boy elected tsar of Muscovy, at the advice of the patriarch, by impoverished boyars, empty-handed merchants and hard men from the north and the Volga. The boy prayed and wept, looking out of the window of his coach in fear and dejection at the ragged, frenzied crowds who had come to greet him at the gates of Moscow. The Russian people had little faith in the new tsar, but life had to go on...”

tarde radicalizaria. No campo religioso, implementou as reformas litúrgicas que culminaram no chamado Cisma dos Velhos Crentes: um movimento de resistência que, embora profundamente traumático, acabou por reforçar o controle do Estado sobre a Igreja, ampliando a capacidade do czar de intervir nos assuntos espirituais e consolidando a aliança entre o trono e a Igreja (Riasanovsky e Steinberg, 2019).

No plano jurídico-administrativo, promulgou o *Sobornoye Ulozhenie* (Código de 1649), uma das legislações mais importantes da história russa, que consolidou a servidão como estrutura social predominante e fixou as bases legais para a organização administrativa do Estado. Este código foi decisivo, e estruturaria o modelo da aristocracia russa nas centúrias vindouras, hierarquizando a estrutura das classes. Ademais, o legado que a instituição da servidão teve na Rússia foi profundamente significativo, a servidão acabaria por se tornar uma âncora na modernização do país, e traria enormes problemas estruturais, mesmo após a sua abolição por Alexandre II, em 1861, como será visto (Milner-Gulland e Dejevsky, 1998).

Alexei também foi responsável por retomar a expansão territorial russa, destacando-se a incorporação do território ucraniano em sua integralidade ao território Russo após o Tratado de Pereyaslav (1654). O território em questão estava em revolta contra os dominadores da região, na época a Comunidade Polaco-Lituana (República das Duas Nações); buscando proteção contra esta última, os cossacos zaporojianos²³ procuraram proteção sob a égide russa (Milner-Gulland e Dejevsky, 1998).

Esse movimento alterou significativamente o equilíbrio geopolítico na região, além de ampliar as fronteiras de Moscóvia. Contudo, como assinalam Milner-Gulland e Dejevsky (1998), “todo esse expansionismo, entretanto, causou poucas ondas no contexto mais amplo das relações internacionais, e a Rússia do século XVII permaneceu amplamente isolada de todos, exceto de seus vizinhos mais imediatos”. Aliado a isso, a diplomacia moscovita era marcada por uma concepção fortemente cerimonial, destacando-se por longos ritos e banquetes, que serviam apenas para uma demonstração de prestígio e pompa, o que pouco se adequava aos padrões pragmáticos e mercantis das potências nórdicas e centro-europeias na época. Esta característica contribuiu para manter

²³ Os cossacos zaporojianos (ou da Zaporíjia) eram um grupo de população predominantemente eslava oriental que vivia na região da Zaporíjia, além das cataratas do rio Dnieper, na atual Ucrânia. Constituíam uma sociedade militarmente organizada, notável por seu sistema de autogoverno com elementos considerados proto-democráticos para a época, incluindo a eleição de seus líderes (como o Hetman) em assembleias gerais (Rada). Eram conhecidos por sua autonomia e seu papel significativo nos conflitos e alianças políticas no Leste Europeu entre os séculos XV e XVIII, oscilando entre lealdades à Polônia-Lituânia, ao Império Otomano e ao Czarado da Rússia.

a Rússia relativamente à parte do sistema internacional da época (Milner-Gulland e Dejevsky, 1998).

Esse isolamento, conjugado com a rigidez interna, tornava-se, progressivamente, um entrave ao desenvolvimento russo, um fator que posteriormente exigiria uma ruptura drástica, missão que caberia a Pedro, o Grande.

A sucessão de Alexei Mikhailovich foi marcada por uma série de eventos que evidenciam a fragilidade e as tensões políticas latentes do Estado russo à época. Seu filho, Teodoro III, que ascendeu ao trono em 1676, chegou a implementar algumas reformas administrativas, mas seu governo foi interrompido subitamente por uma morte prematura, no ano de 1682. Sua morte impediu que qualquer transformação notável fosse feita (Antonov, 2011).

Teodoro III morreu sem apontar um herdeiro, o que por sua vez gerou uma crise política que resultou na ascensão conjunta de dois czares: Ivan V e Pedro, ambos ainda crianças. Por ainda não terem atingido a maturidade, um governo provisório foi montado, com a Rússia ficando sob a regência da irmã mais velha dos czares²⁴Sofia Alekseyevna (Antonov, 2011).

O período da regência de Sofia foi particularmente conturbado. Determinada a manter o poder, Sofia apoiou-se politicamente nos *streltsy*, a unidade militar de elite criada por Ivan IV. Os *streltsy* na época de Sofia, na verdade já haviam deixado de ser uma unidade de elite, e tinham se tornado extremamente indisciplinados, e desleais, buscando interesses próprios, como a manutenção de seus privilégios (Hughes, 1998). Nesse cenário, Sofia atrelou seu governo aos *streltsy*, que patrocinaram uma série de revoltas, marcando o período. Entretanto, as tentativas de Sofia de consolidar sua posição acabaram por fracassar diante do crescimento da figura de Pedro, que, apoiado por setores adversários à regente, conseguiu suplantá-la politicamente. O afastamento de Sofia, que foi acusada de traição, sendo exilada em um convento, juntamente com o declínio do poder dos *streltsy*, pavimentou o caminho para a ascensão plena de Pedro ao trono (Hughes, 1998).

Quanto a Ivan V, embora formalmente corregente com Pedro, sua saúde debilitada e falta de interesse pelos assuntos de Estado tornaram-no uma figura passiva, sem

²⁴ Sofia na verdade não era a irmã mais velha da família, Marfa Alekseyevna era sete anos mais velha que Sofia. Sofia, porém, era engajada nas intrigas palacianas, diferentemente de sua irmã, além de ter suporte direto dentro do governo na figura de seu amante, o príncipe VasilyVasilyevich Golitsyn, sendo assim, Sofia foi escolhida para a tarefa.

influência significativa nos rumos políticos do país. Sua morte, em 1696, eliminou o último obstáculo formal à supremacia de Pedro (Riasanovsky e Steinberg, 2019).

Destarte, foram vistas até aqui as principais contribuições dos primeiros Romanov para a história russa. Porém, antes de fechar este capítulo é necessária uma análise mais ampla deste período. Ao se analisar os primeiros anos de governo dos Romanov, embora eles tenham instaurado uma nova dinastia, nenhuma mudança fundamental foi feita em comparação com as instituições dos tempos dos Rurikoviche.

Como destacado por Milner-Gulland e Dejevsky (1998), quando os Romanov assumem o poder, estes optam por restaurar um modelo político de caráter mais tradicional, ancorado em estruturas autocráticas semelhantes às de Ivan III e Ivan IV. Essa escolha na verdade, era quase mandatória, isso pois, dada as condições internas do país que saía da Smuta, a busca por estabilidade após décadas de fragmentação política e crise sucessória pode ter sido orgânica. O “problema” reside, no entanto, no contraste com a trajetória ocidental (Milner-Gulland e Dejevsky, 1998).

No mesmo período, boa parte da Europa Ocidental havia passado por uma série de transformações políticas, religiosas e intelectuais como o Renascimento, e a Reforma Protestante. Tais processos foram acompanhados também por inovações tecnológicas, como a difusão da imprensa, e por uma crescente valorização da razão e da ciência.

Em face dessas tendências ocidentais, a Rússia Romanov permaneceu relativamente isolada, retornando a uma centralização de poder e estrutura social hierarquizada semelhante à que existia cerca de um século antes. Dessa maneira, ao buscarem estabilidade e unidade política, os Romanov acabaram por distanciar-se das tendências de reforma e modernização que se afirmavam no Ocidente europeu.

Essa divergência institucional acabou por fazer com que a trajetória institucional russa seguisse um compasso próprio, menos permeável às transformações culturais e políticas que moldavam seus contemporâneos europeus. A situação só seria parcialmente revertida com a ascensão de uma figura com energia reformadora e visão de modernização, a qual guinaria a trajetória do Estado russo. Essa figura seria Pedro, o Grande, cuja análise constituirá o tema central do próximo capítulo deste trabalho.

3. O IMPÉRIO RUSSO

Quem teria dito, em 1700, que uma corte magnífica e polida se estabeleceria no fundo do golfo da Finlândia... que um Império de duas mil léguas, quase desconhecido por nós até então, seria civilizado em cinquenta anos? Quem o tivesse dito, teria passado por o mais fantasioso de todos os homens. (Voltaire, 1759, p.2, tradução nossa²⁵)

No final do século XVII, a Rússia encontrava-se em uma encruzilhada. Por um lado, a nação encontrava-se adormecida no passado, presa a velhos costumes e tradições únicas a sua terra; com boa parte da Europa Ocidental considerando-a como um reino “rude e bárbaro” (Hughes, 1998). Por outro lado, essa ordem estava cada vez mais sendo pressionada, principalmente na forma de ideias e pessoas que vinham do Ocidente. Ainda assim, essa interação entre os dois mundos era incipiente e não alterava a visão do país no cenário internacional (Hughes, 1998).

Nas palavras de Lindsey Hughes (1998) a Rússia do século XVII era um local onde o nascimento de um novo príncipe passaria praticamente despercebido pelo restante da Europa, a qual a Rússia no melhor dos casos era considerada como um membro marginal. Haveria pouca ou nenhuma discussão a respeito da elegibilidade do novo príncipe como um potencial parceiro de casamento (Hughes, 1998).

De uma perspectiva interna, o isolacionismo russo era reforçado por uma sociedade onde a maioria da população, desde os boiardos aos camponeses, via os estrangeiros com intensa desconfiança. A cultura russa era protegida por controles rígidos; a publicação de livros, por exemplo, permanecia quase inteiramente nas mãos da Igreja. A estrutura social, ainda baseada no modelo moscovita, era estritamente hierarquizada, com a grande maioria da população sendo composta por servos atrelados às terras dos boiardos e do clero (Hughes, 1998).

Em termos geopolíticos, a própria composição das fronteiras corroborava para o seu isolamento. A nação se via cercada por vizinhos hostis, os quais barravam seu acesso a águas quentes: a oeste a Suécia bloqueava o acesso ao Mar Báltico, nas palavras do então rei sueco Gustavo Adolfo “A Rússia não pode lançar sequer um barco a remo ao mar, sem a permissão da Suécia”, já a sudoeste o Império Otomano, juntamente com os tártaros da Crimeia barravam o caminho para o Mar Negro (Hughes, 1998), isolando

²⁵“Qui aurait dit en 1700, qu'une cour magnifique & polie ferait établie au fond du golfe de Finlande... qu'un Empire de deux mille lieües, prefque inconnu de nous jufqu'alors, ferait policé en cinquante années ? Qui l'aurait dit, eût pallé pour le plus chimérique de tous les hommes“.

assim o reino. Na época a Rússia possuía um único porto em Arcangel no Mar Branco, tal cenário pode ser mais bem visualizado na Figura 6 (Hughes, 1998).

Figura 6. Rússia e os países vizinhos na época de Pedro, o Grande



Fonte: Netchev, Simeon, 2023.

Nota: Área rosa com tracejados azuis demonstra os territórios conquistados por Pedro, o Grande.

Como evidenciado no final do capítulo anterior, todos os eventos descritos acima são consequências diretas do sistema de governo introduzido pelos primeiros Romanovs,

os quais aprofundaram assim, o descompasso da Rússia em relação as potências ocidentais.

Sobre este cenário de tradição, isolamento e desafios latentes que uma era de mudanças drásticas estava prestes a irromper, destinada a forjar um novo Império a partir da antiga Moscóvia²⁶. É neste contexto em que Pedro, o Grande nasce.

3.1 Pedro, o Grande

Enfim, Pedro nasce, e a Rússia é formada. (Voltaire, 1759, p.76, tradução nossa²⁷)

Nascido em Moscou em 30 de maio de 1672, Pedro Alekseyevich Romanov foi o responsável pela proclamação do Império russo, elevando o status da nação de uma pequena potência regional, pouco notável e localizada na periferia da Europa, para um dos maiores e mais importantes atores no grande concerto europeu.

Pedro foi coroado²⁸ aos 10 anos de idade após a morte prematura de seu irmão, Teodoro III em 1682. Por ainda ser menor de idade, sua mãe Natalya Naryshkina foi apontada como regente até que Pedro atingisse a maioridade. Durante seu período como regente, Natalya buscou incessantemente preservar a posição do filho, sua autoridade, entretanto, foi rapidamente contestada por setores rivais dentro da aristocracia (Antonov, 2011).

A instabilidade política resultante deste impasse culminou na revolta dos *streltsy*. A revolta começou por conta de rumores que diziam que o príncipe Ivan V havia sido assassinado. Enfurecidos, os *streltsy* invadiram o Kremlin e começaram a assassinar diversos membros da família Naryshkin acusando-os de traição. Pedro e sua mãe não

²⁶ Aqui torna-se necessário esclarecer que o termo “Moscóvia” se refere a “antiga Rússia” a qual em grande parte ainda era baseada nos modelos de governo de Ivan III e Ivan IV, sendo utilizada por historiadores nesse contexto específico. O termo em si, porém, era uma designação puramente da Europa Ocidental para se referir à Rússia na época, sem nenhum equivalente russo. Para os czares seu reino sempre foi conhecido como Rus, ou Rossiya (sob influência latina). No início do século XVIII, durante o reinado de Pedro, o Grande, a corte russa já considerava o uso de “Moscovita” ou “Moscóvia” profundamente ofensivo.

²⁷ “Enfin, PIERRE nâquit, & la Russie fut formée”.

²⁸ É importante destacar aqui que Pedro não era o filho mais velho de Alexei, mas sim Ivan V. Embora à primeira vista isso possa parecer ser o motivo da crise sucessória, na prática não era o caso. Na Rússia da época, a primogenitura era mais um costume do que uma regra formal, e como Ivan apresentava claros problemas mentais, a ascensão de Pedro ao trono era legalmente justificada e contava inclusive com o apoio do Patriarca. Dessa forma, no que concerne aos motivos da crise, a disputa teve origem sobretudo em questões aristocráticas, isso pois Pedro e Ivan eram filhos de mães diferentes (pertencentes, respectivamente, às famílias Naryshkin e Miloslavski). Essas casas nobres aproveitaram-se da ausência de um herdeiro designado por Teodoro III para pressionar seus próprios interesses. Sobre esse ponto, ver Hughes (1998).

foram alvos da carnificina (embora fossem alvos fáceis no tumulto que se instaurou), o jovem *tsarevich*²⁹, porém, assistiu a tudo isso ocorrendo a sua frente, fato este que pode explicar o porquê mais para frente ele irá evitar de todas as formas possíveis o Kremlin, além do seu profundo desgosto pelos *streltsy* (Milner-Gulland e Dejevsky, 1998; Hughes, 1998; Antonov, 2011).

Após a revolta, Sofia Alekseyevna, irmã de Ivan V, e meia irmã de Pedro, assumiu o governo como regente entre 1682 e 1689, apoiando-se nos *streltsy* para consolidar seu poder. Pedro continuou a ser formalmente o czar, mas seu irmão foi eleito co-czar, em resultado direto da revolta (Hughes, 1998).

Durante o período da regência de Sofia, Pedro e sua mãe afastaram-se de Moscou passando a viver em uma antiga casa de caça real em um local conhecido como Preobrazhenskoe. Segundo Hughes, esse período de sete anos que Pedro viveu longe das intrigas do Kremlin foram fundamentais para o desenvolvimento do czar, a autora irá classificar esse tempo como uma espécie de “sabático político”, o qual lhe permitiu formar um círculo independente de aliados e dedicar-se a seus gostos pessoais, principalmente a organização militar e a navegação, que mais tarde tornar-se-iam centrais em sua trajetória (Hughes, 1998).

Nesse sentido, é justamente neste período que nascem os célebres regimentos de brinquedo (*Poteshnye voiska*), os quais mais tarde se transformariam nos prestigiosos regimentos da Guarda Imperial, embrião do novo exército russo. Conta-se que, por volta de 1680, Pedro reuniu cerca de 300 jovens das redondezas de Preobrazhenskoe e os convocou para participar de exercícios militares (Hughes, 1998).

O que começou como jogos de guerra infantis, foram cada vez mais assumindo contornos práticos e militares. À medida que a seriedade dos regimentos ia crescendo, também ia seu tamanho, muitos outros homens foram recrutados ao longo do tempo, inclusive alguns de destacamentos dentro do próprio exército; embora o salto de seriedade tenha sido significativo, os regimentos de brinquedo não perderam seu aspecto pessoal, todos os membros eram pessoalmente conhecidos pelo czar (Hughes, 1998).

Os regimentos eram divididos em duas unidades principais, o Preobrazhensky e o Semenovsky, com o último formado em parte pelos excedentes do primeiro. Munidos com armas de fogo e munição reais, passaram ao longo dos anos a serem treinados por oficiais estrangeiros, muitos deles amigos pessoais de Pedro, como Lefort e Gordon (veja

²⁹ Título eslavo dado aos filhos de um czar.

logo a frente). Os exercícios conduzidos pelos dois regimentos não eram de nenhuma forma inofensivos, as manobras por vezes resultavam em diversos feridos e até mesmo em mortes, como descreve Antonov (2011):

Eles travavam batalhas simuladas com armas de verdade, que muitas vezes resultavam em ferimentos graves e até em várias mortes. O mordomo de Pedro, o príncipe Ivan Dolgoruky, foi morto em uma dessas batalhas, enquanto o rosto do czar ficou seriamente queimado por uma explosão de artilharia. As primeiras batalhas simuladas se pareciam mais com brigas de aldeia: os dois regimentos alinhavam-se contra um destacamento dos *streltsy* às margens do rio Yauza. Representantes robustos de cada ‘exército’ avançavam e começavam a insultar uns aos outros. A situação tornava-se cada vez mais acalorada, até que os dois lados finalmente chegavam às vias de fato. Os instrutores estrangeiros começaram gradualmente a transformar essas lutas em manobras regulares segundo o modelo ocidental. Foi construída uma fortaleza chamada Pressburg — uma miniatura da fortificação da atual Bratislava — às margens do Yauza, para o estudo da arte de defender e sitiar fortificações. Além da infantaria, havia também destacamentos de artilharia e cavalaria, bem como uma ‘marinha de brinquedo’ no lago Pereyasavl. (Antonov, 2011, p. 82, tradução nossa³⁰).

Desta forma, os regimentos de brinquedo se transformaram em verdadeiros laboratórios de experimentação militar, nos quais Pedro aprendeu técnicas modernas de combate, disciplina e organização. Mais do que simples jogos, esses regimentos se tornaram o núcleo das forças que, mais tarde, garantiriam a supremacia de Pedro sobre Sofia (Hughes, 1998).

Outro aspecto essencial desse período foi a convivência de Pedro com os estrangeiros estabelecidos em Moscou, especialmente na chamada Nemetskaya Sloboda (o “Bairro Alemão”). A inserção do jovem czar nesse ambiente cosmopolita, associada ao distanciamento da corte russa tradicionalista, ampliou seu horizonte cultural e reforçou o interesse pela modernização do Estado, o qual ele cada vez mais enxergava como antiquado. Dentre os diversos oficiais, artesãos e mercadores europeus que Pedro conheceu neste ambiente, destacam-se Franz Lefort e Patrick Gordon, os quais tornaram-se amigos próximos de Pedro, e desempenharam papéis cruciais em sua vida política e militar, tanto enquanto czar quanto imperador (Hughes, 1998).

³⁰ “They fought mock battles with real weapons, often leading to serious injuries and several deaths. Peter’s steward, Prince Ivan Dolgoruky, was killed during one such battle, while the tsar’s face was badly burnt in an artillery barrage. The first mock battles were more like village fistfights. The two regiments would line up against a detachment of *Streltsy* guards on the bank of the River Yauza. Brawny representatives of each ‘army’ came forward and began insulting one another. The situation became increasingly heated, with the two sides eventually coming to blows. The foreign instructors gradually began to develop these battles into regular manoeuvres along Western lines. A fortress called Pressburg — a miniature copy of the fort in modern-day Bratislava — was built on the River Yauza to study the art of defending and besieging fortifications. Besides infantry formations, there were also artillery and cavalry detachments and a toy navy on Lake Pereyasavl”.

O fim da regência de Sofia em 1689 marcou a ascensão efetiva de Pedro, que, embora ainda dividisse o trono com Ivan V, consolidou gradualmente sua autoridade. Sua posição foi fortalecida por fatores como o apoio do Patriarca, o controle sobre seus regimentos de brinquedo e a percepção crescente dos aliados de Sofia que ela não poderia sustentar indefinidamente seu governo³¹. A crise final ocorreu em agosto de 1689, quando Pedro refugiou-se no Mosteiro da Trindade, alegando que *streltsy* haviam sido enviados para assassiná-lo. Em setembro do mesmo ano, Pedro escreveu a seu irmão Ivan V:

E agora, Irmão Soberano, o tempo chegou, pois já estamos em idade perfeita, para nós mesmos, os Soberanos, governarmos com nossa própria e justa regência todos os reinos e terras que nos foram confiados por Deus e aos nossos súditos, e não permitimos que aquela terceira pessoa vergonhosa, nossa irmã, a Tsarevna Sofia Alekseevna, esteja conosco, os Soberanos, nos títulos e na administração dos assuntos de Estado... (*Pis'ma I Bumagi Imperatora Petra Velikogo*, 1887, p. 26, tradução nossa³²).

A crise terminou com a prisão e o exílio de Sofia, além da execução de vários membros dos *streltsy*, consolidando assim Pedro e Ivan V no trono (Hughes, 1998).

Nos anos seguintes, Pedro empreendeu suas primeiras iniciativas militares. O episódio mais emblemático foi a Campanha de Azov (1695–1696), contra o Império Otomano. Embora sua primeira tentativa tenha fracassado, a experiência demonstrou sua capacidade de reagir rapidamente ao revés, mobilizando recursos, recrutando em massa e utilizando novas técnicas de comando. Em 1696, após reorganizar as forças e lançar mão de embarcações construídas sob sua supervisão, Pedro obteve a vitória, conquistando a fortaleza de Azov. Essa vitória não apenas garantiu à Rússia uma saída estratégica ao Mar de Azov, mas também representou o início concreto da projeção russa para além de suas fronteiras (Hughes, 1998).

A celebração da conquista de Azov ilustra de maneira paradigmática a transformação cultural que começava a ocorrer sob o reinado de Pedro. Concomitantemente as tradicionais procissões religiosas (as quais eram comuns a maioria dos países Europeus da época), foram realizadas também paradas seculares inspiradas na Roma Antiga, com arcos triunfais de estilo clássico portando a inscrição em russo “*Vim*.

³¹ Embora Sofia controlasse o aparato estatal, Pedro continuava formalmente a ser o czar, e atingindo a maioridade, não haveria nada que Sofia pudesse fazer para impedi-lo de tomar o trono. A única solução que Sofia poderia ter tido era matar Pedro, isso, porém, não parecia ser algo que ela contemplasse com seriedade, como apontam alguns historiadores. Ademais, um atentado contra a vida de Pedro seria algo muito difícil em virtude dos seus regimentos de brinquedo.

³² “*A nyně, Gosudar' brate, vremja prišlo, poneže my uže v soveršennyh lětah, i vsëm Bogom poručennym nam, poddannym našim, gosudarstvam i zemljam nam samim, Gosudarem, pravednym svoim pravleniem praviti, a toj tret'ej zazornoj osobě, sestrě našej, Carevně Sof'ě Aleksěevnē, s nami, Gosudari, v titulah i v raspravě gosudarstvennyh děl byti ne izvoljaem*”.

Vi. Venci.”. Ademais, nas celebrações, ao em vez de utilizar de trajes tradicionais russos, Pedro apareceu trajado em um uniforme militar alemão, desfilando à frente das tropas³³ (Hughes, 1998).

Tais elementos introduziram uma nova gramática de poder simbólico: se até então as vitórias militares eram vistas quase exclusivamente como sinais de favorecimento divino, agora o triunfo era também associado à força bélica e a uma reafirmação abstrata de grandeza e legitimidade, vinculada à ideia de herança imperial romana³⁴ (Riasanovsky e Steinberg, 2019).

A recepção popular, entretanto, foi ambivalente. Se por um lado a vitória sem dúvidas consolidou a imagem de Pedro como um grande líder militar, por outro, a crescente adoção de costumes estrangeiros e símbolos “paganizados”, despertou a desconfiança das camadas mais tradicionais da sociedade russa. Essa tensão atingiria seu auge em 1698, com uma nova revolta dos *streltsy* (Hughes, 1998).

Dessarte, a partir deste ponto Pedro começa uma nova etapa em seu governo, a qual foi caracterizada pela tentativa de aproximar a Rússia da Europa, através do que ficou conhecido como A Grande Embaixada. Essa primeira fase de Pedro, porém, foi fundamental para a formação de sua identidade política e militar. A priori, o que antes poderia ter sido visto apenas como características excêntricas do imperador, durante os anos que passou afastado do Kremlin, foram aperfeiçoadas e desenvolvidas, permitindo-lhe cultivar redes e pensamentos diferentes daqueles ligados à velha aristocracia. Sua iniciativa em incorporar novos símbolos, também foi de igual importância, pois criou as bases para a concepção de uma nova lógica política que teria no Império sua maior expressão.

³³ Além de resgatar o passado romano, Pedro também estava incorporando elementos de alguns de seus antecessores, em especial Ivan IV, o qual organizou uma parada militar semelhante após a sua vitória sobre Kazan em 1552 (Hughes, 1998).

³⁴ Exemplo disso foi a previsão de professores da Academia de Moscou, segundo a qual a conquista de Azov simbolizava o primeiro passo para a restauração do império grego e a queda definitiva dos “infiéis” turcos, como retratado na obra de Pekarsky: “Não é Constantinopla sua herança? Os cetros, coroas e tronos de Honório e Arcádio, os sempre memoráveis autocratas de Constantinopla, não veneram sua majestade real?” (Pekarsky, 1882, p 364, tradução nossa). Texto original: “ne vaše li naslědie Konstantinograd? Ne lěpotstvet li tvoemu carskomu veličestvu skipetry, věncy i prestoly Onoria i Arkadia, prisnopamjatnyh samoderžcev konstantinopol’skih?”.

3.1.1 A Grande Embaixada

A vitória em Azov projetou Pedro como um monarca capaz de conduzir a Rússia a conquistas externas, mas, para que esse triunfo se consolidasse, era necessário algo além da força militar. Como destacam os historiadores, a sustentação da expansão russa para a região do Mar Negro dependia do reconhecimento europeu: apenas alianças diplomáticas sólidas, combinadas à assimilação de conhecimentos técnicos relacionados à construção naval e à modernização do Estado, poderiam impedir os Otomanos de reconquistarem a região. Foi nesse contexto que nasceu a chamada Grande Embaixada (1697–1698), sendo esta a primeira iniciativa sistemática de inserir a Rússia no Concerto Europeu e de reposicionar sua política externa.

Oficialmente, a missão tinha como meta a formação de uma coalizão contra o Império Otomano, dando continuidade à guerra que já mobilizava parte das potências da chamada Santa Liga³⁵. Contudo, já então se esboçava um desígnio mais amplo. Como sugerem algumas fontes, Pedro parecia inclinar-se à ideia de criar uma liga antissueca, reunindo principados e reinos como a Curlândia, a Prússia, a Polônia, a Saxônia, a Dinamarca, além de contar, eventualmente, com o apoio da Inglaterra e da Holanda (Hughes, 1998).

Tal desígnio estaria ancorado em um desejo antigo russo de reconquistar o acesso às águas quentes do báltico, perdidas em função do tratado de Stolbovo de 1617 assinado pelo Império Sueco e uma Rússia enfraquecida recém-saída dos tempos das dificuldades. Nesse sentido, tal mudança nos objetivos russos sinalizava um deslocamento da política externa: do eixo sul, voltado ao Mar Negro, para o eixo báltico, onde se encontravam alguns dos Estados mais dinâmicos da Europa (veja a Figura 7), e uma das rotas comerciais mais ricas da época (Hughes, 1998).

A composição da comitiva também revelava a natureza multifacetada da missão. Conduzida por Franz Lefort, a embaixada incluiu mais de 250 pessoas a sua comitiva. Além desses, outros 35 jovens russos voluntários, uniram-se a comitiva tendo como objetivo o estudo de construção de navios e navegação na Holanda (Hughes, 1998). A respeito da comitiva, Lefort escreveu:

Nunca antes uma embaixada tão grande saiu daqui. Sua Majestade teve o prazer de me nomear o primeiro embaixador; minha comitiva contará com

³⁵ A Santa Liga foi uma coalizão formada em 1684 sob iniciativa do Papa Inocêncio XI, reunindo o Sacro Império Romano-Germânico, a Polônia-Lituânia e a República de Veneza, a Rússia se juntou ao bloco em 1686. A liga tinha como objetivo conter o avanço do Império Otomano na Europa.

cerca de 200 pessoas, e cuidarei para que ninguém se queixe de nós, como os outros... Tenho 12 nobres que escolhi, alemães ou estrangeiros, oficiais... Tenho 6 pajens, 4 anões, cerca de 20 criados uniformizados; todos estarão magnificamente vestidos; 5 trompetistas, músicos, um pastor, médicos, cirurgiões e uma companhia de soldados bem equipados. (Babkin, 1976, s.p.³⁶, tradução nossa³⁷).

Entre os 35 voluntários citados acima, encontrava-se o próprio Pedro, o qual viajava em incógnito³⁸ sob o disfarce de “Pedro Mikhailov”, portando um selo em que se lia: “Sou estudante e preciso de professores” (Hughes, 1998). A viagem, portanto, não se limitava apenas ao terreno diplomático; era igualmente uma expedição de aprendizagem pessoal e cultural para o czar (Hughes, 1998).

Durante suas viagens, Pedro pôde observar com os próprios olhos o quanto a Rússia estava atrasada em relação ao restante da Europa em questão econômica e tecnológica, confirmando, desta forma, uma percepção já presente em Moscou: o risco de o país tornar-se dependente das nações mais desenvolvidas e, além disso, de ser invadida e conquistada pelos seus vizinhos (Hughes, 1998; Massie, 2016).

Em abril de 1697, a comitiva chegou a um de seus primeiros pontos de parada, Riga, uma importante cidade localizada no Báltico, que na época encontrava-se sob dominação sueca. Neste local, um trivial incidente acabou por assumir proporções dramáticas. Segundo Hughes (1998), durante sua estadia, Pedro solicitou autorização para inspecionar e desenhar as fortificações da cidade, pedido este negado pelo governador sueco Erik Dahlberg, que além de recusar honras especiais ao “senhor Mikhailov”, tratou a comitiva com frieza. Sentindo-se humilhado, Pedro descreveu sua estadia como “servil” e a recepção como “bárbara e tártara”. Apesar disso, observou atentamente as defesas locais, concluindo que eram incompletas e escassamente guarnecidas (Hughes, 1998).

³⁶ As citações da obra de Babkin (1976) foram consultadas na versão digitalizada do site *Vostlit*, que não apresenta a paginação original da obra.

³⁷ “Nikogda ešče ne otbyvalo otsjuda takoe bol’šoe posol’stvo. Ego veličestvu ugodno bylo naznačit’ menja pervym poslom; v moej svite budet okolo 200 čelovek, i ja pozabočus’, čtoby na nas ne žalovalis’, kak na drugih... U menja imeetsja 12 dvorjan, kotoryh ja vybral, nemcev ili inyh inostrancev, oficerov... U menja 6 pažej, 4 karlika, okolo 20 livrejnyh slug; vse budut odety velikolepno; 5 trubačej, muzykanty, pastor, lekari, hirurgi i rota horošo snarjažennyh soldat”.

³⁸ A decisão de Pedro de viajar em incógnito é frequentemente atribuída pelos historiadores ao fato de o czar não querer estar preso a questões burocráticas e formais, preservando assim sua liberdade. Outro fator importante, contudo, dizia respeito à segurança, não tanto em termos pessoais, mas sobretudo sob uma perspectiva nacional. O fato de o czar ter deixado a Rússia poderia ter sido explorado pelos Turcos para organizar uma nova ofensiva, mas talvez a maior preocupação fosse a reação do próprio povo russo, que poderia se alarmar ou até mesmo se enfurecer diante da ausência de seu soberano. Durante o período em que Pedro esteve fora, editos continuaram a ser proclamados em seu nome, sem dar qualquer indício de sua ausência (Hughes, 1998).

Figura 7. Leste Europeu na época de Pedro, o Grande.



Fonte: Period Paper Historic Art llc, 1907.

Nota: Na imagem é possível observar o mapa do leste europeu durante a época de Pedro, o Grande. Nela se pode ver com mais detalhes os principais atores do período e suas disposições no Concerto Europeu. Ainda a partir dele, no contexto presente do texto, pode-se ter um melhor entendimento de alguns dos países que foram visitados pela Grande Embaixada. Nele também é possível localizar Riga na fronteira com o Reino da Polônia, além de localizar Azov, situada no canto inferior direito do mapa, em território otomano, logo acima e à direita da Crimeia. Essa representação reflete a situação anterior à conquista de 1696. As partes do mapa destacadas em laranja são os territórios incorporados por Pedro durante a Grande Guerra do Norte, relevante para o próximo capítulo.

Dessarte, a visita acabou por adquirir um caráter pessoal e tático: o conhecimento adquirido sobre as vulnerabilidades suecas, somou-se ao repertório prático e estratégico do czar, influenciando em tomadas de decisões futuras. Além disso, mais tarde, o “insulto” sofrido por Pedro pelo governador, seria utilizado como *casus belli* contra o Império Sueco (Hughes, 1998).

Em contraste, outras etapas da viagem produziram marcas muito mais positivas no czar. Na Holanda e na Inglaterra³⁹, Pedro imergiu-se profundamente nos arsenais e

³⁹ A respeito da visita de Pedro à Inglaterra, vale notar que, para a coroa inglesa, o interesse em recebê-lo era sobretudo econômico, ligado à Companhia Moscovita (que detinha o monopólio do comércio anglo-russo). Ademais, no campo geopolítico a Rússia ainda era percebida como distante e voltada ao Oriente, pouco relevante para decisões de natureza europeia (Milner-Gulland e Dejevsky, 1998; Hughes, 1998).

estaleiros locais, trabalhando como aprendiz, conversando com cientistas e engenheiros, e contratando especialistas para servir em seu país. Nesta parte da viagem Pedro mantinha sua incógnita quando lhe era conveniente, mas na realidade, já se era de conhecimento praticamente público dos locais em que passou a Embaixada que o czar estava entre eles, a respeito disso Lefort escreveu: “Nós não estamos mais escondendo a presença do czar, pois isso seria inútil” (Hughes, 1998).

Em junho de 1698, a viagem foi interrompida antes que Pedro pudesse alcançar Veneza. Convocado às pressas de volta a Moscou, teve de lidar com uma nova revolta *streltsy*, que ameaçava a estabilidade interna. Antes que pudesse chegar a Moscou, porém, a revolta foi sufocada, em grande parte graças a rápida e brutal resposta dada pelos seus regimentos de brinquedo sob o comando do general Gordon (Antonov, 2011; Milner-Gulland e Dejevsky, 1998).

Em relação ao objetivo principal da Embaixada, pode-se dizer que esta foi um fracasso. Nenhuma potência ocidental demonstrou-se interessada em uma coalizão contra os otomanos, e a própria Santa Liga já se demonstrava em profunda desagregação. Quanto à Suécia contudo, a situação mudava de figura. A época, o Império Sueco gozava de elevado prestígio e poderio militar, tão bem demonstrados em sua participação chave na Guerra dos 30 Anos, impedindo a eminente derrota do protestantismo na Europa. Os ganhos que a Suécia recebeu nessa guerra foram significativos, de tal modo que boa parte do Báltico estava sob o seu controle, o que por sua vez, atraía a cobiça e o ressentimento de seus vizinhos, notoriamente, entre eles destacam-se a Dinamarca, Polônia-Lituânia e Prússia (Hughes, 1998).

Durante a viagem de volta para a Rússia, Pedro encontrou-se com o governante da Saxônia e rei do trono polonês, Augusto, o Forte. Com a rebelião resolvida, Pedro conseguiu passar vários dias em Rawa, aprofundando sua relação com Augusto e discutindo planos de guerra contra a Suécia (Hughes, 1998).

Dessa forma, embora o objetivo oficial da Embaixada tenha sido um fracasso, ainda assim, seu impacto foi profundo. A comitiva trouxe à Rússia mão de obra qualificada, além de que marcou categoricamente a visão geopolítica de Pedro, que por sua vez, se refletiu na redefinição da orientação da sua diplomacia. Ademais, a “humilhação” sofrida em Riga, a cordialidade experimentada em relação a inimigos da Suécia, e a percepção de que o caminho ao sul estava bloqueado, apontaram para um novo paradigma: a virada para o Báltico. Ao regressar em agosto de 1698, Pedro já se

encontrava preparado para a etapa mais importante de seu reinado: A Grande Guerra do Norte.

3.1.2 A Grande Guerra do Norte

Guerreiros! Agora chegou a hora que definirá o destino da Pátria. Lutai não por Pedro, mas pelo Estado que foi confiado a Pedro; pela vossa família, pela Pátria, pela nossa fé Ortodoxa. E digam a respeito de Pedro que a vida dele não lhe é cara, se ao menos a Rússia vivesse em êxtase e glória para o bem-estar de vocês. (Discurso atribuído a Pedro I, conforme versão de Feofan Prokopovich, 1709 *apud* Biblioteca Presidencial Russa, tradução nossa⁴⁰).

A queda do Império Sueco⁴¹ significou a ascensão do Império Russo, com o grande catalizador desta transição sendo a Grande Guerra do Norte. Como evidenciado no último capítulo, a região principal de conflito entre Moscou e Estocolmo era o Báltico, o qual configurava-se como a principal artéria comercial do Norte da Europa. À época do conflito, praticamente a integridade do Báltico encontrava-se sob hegemonia sueca, por conta disso, algumas nações, especialmente aquelas lesadas pela dominação sueca do mar, passaram a orquestrar uma coalização contra os suecos, especialmente a Dinamarca e a Saxônia-Polônia.

Durante a Grande Embaixada, Pedro entrou em contato com os líderes dessas nações, e demonstrou interesse em participar de tal coalização. Nesse sentido, em 1699 a Rússia ingressa formalmente na aliança. É importante ressaltar, porém, que a Rússia ainda não era vista como uma participante no grande Concerto Europeu, o que por sua vez levou seus aliados a enxergarem-na como um “parceiro júnior”, e, portanto, esperavam uma contribuição periférica vinda de Moscou (Hughes, 1998; Massie, 2016).

Em relação às justificativas da guerra, é feita, pela primeira vez na história russa, uma obra formal expondo todas as razões para ela, seguindo o modelo ocidental. A obra em questão é a de autoria do barão Petr Shafirov e é intitulada: Um Discurso sobre as Justas Causas da Guerra entre a Suécia e a Rússia (*A Discourse Concerning the Just*

⁴⁰ “Warriors! Now the hour has come that will decide the fate of the Fatherland. So, you should not think that you are fighting for Peter, but for the state that was entrusted to Peter, for your family, for the Fatherland, for our Orthodox faith. And you should tell about Peter that his life is not dear to him, if only Russia would live in bliss and glory for your well-being”.

⁴¹ O termo “Império Sueco” (*Stormaktstiden*, ou “Era do Grande Poder”) é uma designação historiográfica posterior, usada para caracterizar o período entre 1611 e 1718 em que a Suécia exerceu hegemonia no Báltico e controlou vastos territórios fora da Escandinávia (Finlândia, Estônia, Livônia, Íngria, Pomerânia, Bremen e Wismar). À época, o Estado era denominado oficialmente Reino da Suécia (*Konungariket Sverige*), não havendo pretensão de herança romana nem título imperial universal (prerrogativas ainda associadas ao Sacro Império Romano-Germânico). O uso moderno do termo “Império” reflete a projeção militar e diplomática alcançada pela Suécia sobretudo após a Paz de Westfália (1648), que a elevou ao status de grande potência europeia.

Causes of the War Between Sweden and Russia), publicada em 1717, esta foi uma das primeiras obras de direito internacional na Rússia e é resultado direto das políticas de modernização e de ocidentalização promovidas por Pedro.

Destarte, em 19 de agosto de 1700, Moscou declarou guerra à Suécia evocando dois argumentos principais: o insulto sofrido em Riga em 1697 e a ocupação “ilegal” de territórios russos. Em um rescrito de 1709 dirigido à população da Ucrânia, o czar justificou sua decisão:

Estávamos vingando o insulto dirigido a nós e a nossos embaixadores em Riga [em 1697], pelo qual, em resposta ao nosso pedido aos embaixadores suecos, o rei da Suécia recusou-se terminantemente a dar satisfação fazendo com que o grosseiro governador de Riga pedisse desculpas publicamente, e também [lutávamos] pela restituição das províncias de Ijora [Íngria] e Carélia, que pertenceram a nossos ancestrais, os grandes soberanos da Rússia, por muitos séculos, mas que a coroa sueca, na verdade, arrebatou traiçoeiramente por meios militares desonestos durante um tempo de graves convulsões internas e de ocupação por inimigos estrangeiros... (apud Hughes, 1998, tradução nossa⁴²).

A retórica de Pedro, dessa forma, associava a guerra à defesa da honra nacional e à recuperação de territórios ancestrais. Em abril de 1714, diante da corte britânica, o czar reafirmou que “não apenas a Íngria e a Carélia, mas também a maior parte da Estônia e da Livônia sempre pertenceram à coroa russa” (Hughes, 1998). Tal lógica de restituição histórica não era novidade na historiografia russa, Ivan IV, o Terrível, ainda no século XVI, já havia usado argumentos semelhantes contra a Suécia. Tratava-se, portanto, de uma continuidade discursiva em que a guerra não surgia como expansão ilegítima, mas como reparação histórica (Hughes, 1998).

A guerra, porém, não começou do jeito que Pedro esperava. Em novembro de 1700, o czar realizou sua primeira ofensiva na guerra, sitiando a cidade de Narva, localizada no Báltico. As forças russas, embora numerosas, totalizando por volta de 40.000 homens, encontravam-se em um estado deplorável, seus comandantes eram inexperientes e desunidos, sua linha de suprimentos pouco confiável, e sua artilharia obsoleta (Massie, 2016).

É com este exército que Pedro enfrenta pela primeira vez as forças de Carlos XII. No dia 19 de novembro Carlos chega a Narva com sua comitiva composta por menos de

⁴² “We were avenging the insult dealt to us and our ambassadors in Riga [in 1697] for which, in response to our request to the Swedish ambassadors, the king of Sweden refused point blank to give satisfaction by making the rude governor of Riga publicly apologize, and also for the restoration of the provinces of Izhera [Ingria] and Karelia, which belonged to our ancestors, the great sovereigns of Russia, for many centuries, but which the Swedish crown in truth treacherously snatched by dishonest military means during a time of major internal upheavals and occupation by foreign foes...”

9.000 homens. O rei sueco, aproveitando a disposição espaçada das forças russas concentrou seu ataque, abrindo uma brecha nas linhas inimigas. A maioria das forças russas sequer chegaram a lutar, muitos largaram suas posições e fugiram. Em torno de 8.000 a 10.000 russos foram mortos, e milhares mais capturados (Hughes, 1998). Pedro não se encontrava no dia da batalha, pois o czar havia deixado o acampamento a fim de conseguir mais reforços (Hughes, 1998).

A respeito do exército sueco, não é exagero dizer que, à sua época, era considerado o melhor da Europa. Seus soldados, conhecidos como Caroleanos, formavam uma elite forjada na disciplina absoluta. Diferentemente das milícias ou mercenários que compunham a maioria dos exércitos europeus, eles eram profissionais permanentes, sustentados pelo sistema de repartição que lhes dava terras em troca de serviço vitalício ao rei. Treinados para resistir à fome, ao frio e ao medo, os Caroleanos marchavam sob fogo inimigo sem romper fileiras. O inimigo disparava à distância, mas os suecos continuavam a avançar até cinquenta metros, quando abriam fogo devastador em duas descargas sucessivas e, sem parar para recarregar, desembainhavam espadas e baionetas. Essa tática, conhecida como “*Gå-På*” (avançar), fazia dos caroleanos as primeiras tropas de choque modernas (Roberts, 1979).

Ademais, adiciona-se a competência sueca à própria figura de seu rei, Carlos XII, conhecido como o “menino rei”. Tendo ascendido ao trono aos 15 anos, o monarca rapidamente demonstrou a sua devoção irrequieta à guerra, dedicando-se quase exclusivamente às armas e à oração, vivendo como soldado entre seus soldados. Tal como seus homens, *Carolus Rex*⁴³ acreditava que o destino das batalhas estava escrito pela providência divina, e que o dever do guerreiro era apenas cumprir com coragem o papel que lhe cabia. O rei combatia à frente das tropas, expunha-se ao perigo e compartilhava as privações do campo de batalha. Esse estilo de liderança criou uma relação simbiótica entre o monarca e seu exército, ambos definidos pela fé, pela disciplina e pela disposição de lutar até o limite da resistência humana (Roberts, 1979). Não à toa, contemporâneos viam o exército sueco como invencível.

Enquanto Pedro era foçado a reorganizar suas forças, a Dinamarca era retirada da guerra pelo Tratado de Travendal e Augusto com suas forças Saxônicas fracassava em conquistar Riga. Em relação à Polônia (da qual Augusto era formalmente o rei), esta se manteve neutra, uma vez que facções nobres dentro da nação a dividiam. Enquanto a

⁴³ Apelido em latim dado a Carlos XII por sua dedicação em preservar o Império Sueco, além de exaltar sua autoridade.

guerra ocorria, outras nações como Inglaterra, Holanda, França e o Sacro Império preferiram não intervir no conflito, por mais que tivessem algo a ganhar com o fim da dominação sueca do Báltico, lhes era preferível ver Carlos XII atolado na região em vez de ativo em outros cenários da Europa⁴⁴, notoriamente a crise de sucessão espanhola que se mostrava no horizonte (Hughes, 1998).

A derrota na batalha de Narva poderia facilmente ter encerrado a guerra para a Rússia, mas o espírito energético de Pedro, juntamente com a decisão de Carlos XII de invadir a Polônia em vez de marchar em direção a Moscou, permitiram que a reconstrução militar da Rússia. Em um gesto marcante de resiliência e adaptabilidade Pedro ordenou que sinos de igrejas fossem derretidos para a fabricação de canhões (Hughes, 1998).

Com a atenção sueca voltada para a Polônia, e o exército russo em grande parte restaurado, em 1701 Pedro passou a conquistar suas primeiras vitórias na guerra. Em 1703, um ataque bem-sucedido a uma fortificação sueca de Nyen no Lago Ladoga, permitiu a fundação dos alicerces de São Petersburgo, marcando o lento, mas progressivo avanço russo na região. A cidade seria de extrema importância, projetando a Rússia no coração do Báltico (Hughes, 1998).

A guerra continuou a prosseguir nos próximos anos, com a Rússia fazendo importantes ganhos no báltico e consolidando as posições ganhas. Para Augusto, porém, a situação era oposta, em 1706 foi obrigado a renunciar à coroa polonesa em favor de Leszczyński, aliado de Carlos XII. Com Augusto neutralizado, as forças suecas voltaram-se novamente para a Rússia (Hughes, 1998).

Com o escalonamento do conflito, cada vez mais a guerra assumia um caráter existencial. Carlos se negava a negociar ou fazer concessões, declarando-se pronto a lutar até o último sueco antes de deixar São Petersburgo em mãos russas, indo inclusive além: o jovem rei sueco aspirava pela completa destruição da força militar russa e o desmantelamento da nação, fazendo-a retornar ao antigo status de Principado de Moscúvia (Hughes, 1998).

Diante do prospecto de avanço sueco, uma reunião da alta cúpula militar de Pedro foi feita, tendo como objetivo decidir qual seria a estratégia para lidar com o exército sueco. Dessa reunião, chegou-se à conclusão de que o melhor cenário seria evitar qualquer

⁴⁴ Acrescenta-se a isso o aparente medo dessas nações perante o Império Sueco, as quais agiam inclusive contra os seus próprios interesses. Hughes traz o exemplo da Grã-Bretanha e da Holanda, que se recusavam a fazer comércio com os portos conquistados pela Rússia no Báltico, mesmo estando em necessidade de suprimentos marítimos.

tipo de batalha direta com os suecos, a estratégia adotada seria a de terra arrasada. Nesse sentido, Pedro ordenou que, diante do avanço sueco, não dever-se-ia deixar pedra sobre pedra: aldeias deveriam ser evacuadas, colheitas queimadas, moinhos destruídos, populações inteiras deslocadas. O czar advertia que qualquer um que alimentasse o inimigo, ainda que por dinheiro, seria enforcado, e suas aldeias queimadas. (Hughes, 1998; Massie, 2016).

Nesse contexto dramático, ocorreu a defecção de Ivan Mazepa⁴⁵, hetman da Ucrânia e outrora aliado de Pedro, que em 1708 passou para o lado sueco. A “traição” do hetman foi uma grande surpresa para o czar, que se sentiu pessoalmente atacado pela defecção de quem considerava ser um súdito leal. Diante disso, uma forte campanha de propaganda, tanto na Rússia quanto na Ucrânia, passou a fomentar a imagem de Mazepa como um “novo Judas”. Pedro mandou diversas cartas a grupos ucranianos utilizando-se da retórica religiosa para convencê-los a não mudar de lado, acusando Mazepa de planejar entregar mosteiros ortodoxos na mão dos católicos. A retórica de Pedro pode ser bem observada na citação abaixo:

que se levantem contra esse inimigo pela fé Ortodoxa e por sua pátria... E por seus leais serviços a nós, o Grande Soberano, nosso favor jamais lhes será retirado, embora o dito maldito traidor, ex-hetman Mazepa, tenha sempre feito contra vós suas falsas acusações, como se vocês fossem infiéis a nós... mas agora, vendo o seu leal serviço a nós, e que daquele criminoso e traidor Mazepa foram feitas calúnias injustas contra vós, nossos leais súditos, por isso, por seus leais e constantes serviços, nosso favor será aumentado, e de nosso favor podem estar seguros. (*Pis'ma I Bumagi Imperatora Petra Velikogo*, 1908, tradução nossa⁴⁶).

Em razão da virada de Mazepa para o seu lado, Carlos tomou a decisão de marchar em direção a Ucrânia, antecipando abundância em suprimentos para seu exército. Conforme um enviado inglês que acompanhava o exército sueco esperava-se encontrar

⁴⁵ A decisão de Ivan Mazepa de romper com Pedro não se deveu a motivações meramente pessoais, mas inseria-se no contexto do dilema político enfrentado pelos hetmans cossacos da Ucrânia. Desde o século XVII, esses líderes alternavam alianças entre Moscúvia, Polônia, Turquia e Suécia, buscando preservar a autonomia do *Host* cossaco diante de potências maiores. Durante a Grande Guerra do Norte, o uso das tropas ucranianas em campanhas fora de suas fronteiras e sob comando estrangeiro gerou crescente descontentamento interno. A ruptura ocorreu quando o czar se recusou a enviar reforços para defender a Ucrânia de uma possível invasão polonesa, levando Mazepa a concluir que a lealdade a Moscou condenaria sua pátria à destruição. Apoiando-se então na Suécia de Carlos XII, o hetman justificou sua decisão como um ato de libertação, afirmando que “sendo um povo livre”, os cossacos desejavam retirar-se “sem derramar sangue cristão” (Hughes, 1998).

⁴⁶ “stali protivu togo nepriyatela za pravoslavnyuyu veru i za otechestvo svoe... a za vernyya vashi sluzhby k nam, Velikomu Gosudaryu, milost' nasha ot vas nikogda otnyata ne budet, khotya onyy proklyatyy predatel', byvshiy getman Mazepa, i chinil na vas vseгда lozhnyya svoi dovody, yakoby vy k nam byli neverny... no nyne, vidya k nam vashu vernuyu sluzhbu i chto ot togo zlochintsa i predatelya Mazepy na vas, vernyykh poddannyykh nashikh, chineny byli naprasnyya klevety, i za to k vam za vernyya i prilezhnyya vashi sluzhby nasha milost' usugublena budet i v nashey milosti blagonadezhny budite”.

na Ucrânia “campos fluindo com leite e mel”, em contraste com a fronteira onde mal havia suprimentos para homens ou feras. A realidade, porém, era outra: a campanha de terra arrasada de Pedro, pagava seu preço (Hughes, 1998).

Além disso, a revolta de Mazepa em grande parte havia sido infrutífera: poucos cossacos o seguiram, de tal maneira que apenas 4.000 homens se uniram ao exército de Carlos, carregando pouco ou nenhum tipo de suprimento. Em relação à falta de ajuda em questão de mantimentos, destaca-se a retaliação rápida de um dos generais russos à revolta de Mazepa, o qual invadiu e queimou boa parte dos suprimentos que haviam sido antecipadamente estocados a fim de auxiliar na campanha. Dessa forma, “os rios de leite e mel”, acabaram por provar-se mera miragem (Hughes, 1998).

Pedro continuou a evitar batalha com o exército de Carlos, e assim o inverno chegou, avassalador. O inverno de 1708–1709 foi um dos mais severos já registrados na Europa, e devastou o exército sueco. Daniel Krman, pastor luterano que acompanhava as tropas suecas, descreveu cenas perturbadoras: homens mutilados pela geada, animais congelando, pássaros caindo mortos do céu, soldados rastejando sem mãos ou pés, “Sentimos frio como nunca antes, de tal maneira que jamais nos esqueceremos” (Hughes, 1998). Assim, como faria muitas outras vezes na história, o frio tornou-se aliado russo, cumprindo papel mais formidável que o fogo e a espada.

Quando a primavera finalmente chegou, o destino da guerra já se desenhava. Os suecos, reduzidos e exaustos, encontraram-se diante das forças de Pedro nas planícies próximas a Poltava, em 28 de junho de 1709. Ali se decidiu não apenas uma batalha, mas o futuro político do Norte europeu. Englund (1992) descreve o amanhecer como abafado e opressivo, com o ar saturado de poeira e calor que antecedia a tempestade de pólvora. Carlos XII, ferido no pé dias antes pela bala de um mosquete, era carregado numa liteira, e comandava suas tropas com a obstinação que o caracterizava: via na luta uma provação divina, e na derrota, uma impossibilidade moral (Englund, 1992).

À frente dos suecos, o exército russo, agora modernizado, contava cerca de 22.000 homens bem-posicionados atrás de uma rede de redutos escavados à noite. Pedro supervisionara pessoalmente as defesas, sendo concebidas a fim de canalizar o inimigo a um fogo cruzado devastador. As forças suecas, por volta de 20.000, avançaram com a habitual disciplina caroleana: em silêncio, bandeiras erguidas, mantendo as fileiras sob o rugido distante dos canhões (Englund, 1992).

O início foi promissor para os suecos. Parte da infantaria sueca rompeu as trincheiras iniciais, mas o ataque perdeu coesão. Divisões inteiras dispersaram-se em

meio à fumaça, enquanto a artilharia falhava em acompanhar o avanço. Englund narra que o campo se converteu em uma fornalha de pólvora e de pó, e como o chão tremia sob os canhões russos. A confusão generalizada foi explorada por Pedro, que lançou suas reservas no momento exato, transformando o contra-ataque em um massacre (Englund, 1992).

A resistência sueca durou pouco mais de três horas. Ao meio-dia, o exército sueco estava em ruínas: dos 20.000 combatentes, cerca de 10.000 encontravam-se mortos ou capturados, e o restante dispersado em fuga desordenada. O próprio Carlos, incapaz de sustentar-se a cavalo, assistiu em silêncio à aniquilação de seu exército, o qual simbolizava a glória militar da Suécia. “O rei pálido e mudo”, conforme escreve Englund, “olhava em volta sem compreender como o mito da invencibilidade de seus caroleanos havia se desintegrado diante de seus olhos” (Englund, 1992). A seu lado, um oficial murmurava: “São como ovelhas enviadas para o matadouro sacrificial” (paráfrase de Englund, 1992).

A vitória russa foi absoluta. Pedro, observando o campo de batalha de uma elevação próxima, saudou seus oficiais afirmando que a vitória havia sido um presente de Deus (Englund, 1992). Poltava não representou apenas o colapso da hegemonia sueca, mas o nascimento de uma nova potência europeia. A partir daquele dia, a Rússia deixava de ser vista como fronteira da cristandade oriental para afirmar-se como um império moderno, capaz de disputar, em igualdade, seu lugar no concerto das nações europeias. Dessa forma, Poltava selava, de modo definitivo, a transição da Rússia moscovita para a Rússia Imperial europeia. A glória da vitória pode ser observada na pintura de Alexander Kotzebue (Figura 8) e na citação abaixo:

À medida que a notícia de Poltava se espalhava por uma Europa incrédula, governantes e seus povos perceberam que o equilíbrio de poder havia sido alterado para sempre. Uma superpotência se erguera no Leste, e o Czar Pedro era seu soberano incontestável (Bell, 2024, tradução nossa⁴⁷).

Após a batalha, Carlos XII fugiu para o Império Otomano, enquanto Mazepa caiu em desgraça definitiva. A guerra, contudo, não se encerrou em Poltava. Prolongou-se até 1721, com disputas pelo controle do Báltico e choques navais, mas a vitória russa já era

⁴⁷ “As word of Poltava spread throughout a sobered Europe, government leaders and their people realized the balance of power was permanently altered. A superpower had arisen in the East, and Tsar Peter was its undisputed master. Henceforth his intercourse with other nations would be comported from a position of power. The repercussions of this battle are ongoing. Mother Russia and her resolute people would survive repeated attacks and bloodlettings in coming centuries, maintaining their place as major international players to this day.”

Figura 8. A vitória em Poltava



Fonte: Kotzebue, 1882.

irreversível. O Tratado de Nystad (1721) consolidou a anexação russa das regiões de Íngria, Estônia, Livônia e parte da Carélia. Foi nesse momento que Pedro assumiu oficialmente o título de Imperador de todas as Rússias, consagrando o nascimento do Império Russo e o fim da hegemonia sueca (Hughes, 1998).

Dessa forma, a Grande Guerra do Norte representou o batismo de fogo da Rússia no sistema europeu. Da humilhação em Narva à glória em Poltava, do insulto em Riga ao Tratado de Nystad, a trajetória de Pedro mostra a transformação de um Estado ainda visto como periférico em uma superpotência reconhecida. Se até então a Rússia buscava o reconhecimento europeu, a partir de 1721 ela se afirmava como uma das guardiãs da ordem continental.

3.1.3 O Concerto Europeu

Como visto até aqui, a consolidação da Rússia como ator europeu não se deu por iluminação súbita, mas por um movimento calculado de inserção no “concerto” das nações. Desde o final da década de 1690, sua diplomacia passou a operar por alianças formais e contatos sistemáticos com praticamente todas as cortes da Europa (e mesmo com alguns poderes asiáticos), numa estratégia explícita de romper o isolamento moscovita e transformar a Rússia em parceiro reconhecido nas decisões continentais. Esse impulso, porém, encontrou o limite da *Realpolitik*: a admissão russa no jogo não eliminava a assimetria de prestígio, e Pedro, aos olhos de aliados experientes, ainda era percebido como “parceiro júnior” nas coalizões que se formavam contra inimigos comuns (Hughes, 1998; Wortman, 2006; Anderson, 1977).

O primeiro teste dessa inserção ocorreu imediatamente após Azov. A vitória sobre os otomanos permitiu renovar a aliança com Áustria e Veneza no início de 1697, e os russos voltaram a combater no baixo Dnieper obtendo êxito militar. Pouco depois, no entanto, o avanço austríaco levou os otomanos a proporem paz. No acordo proposto por Istambul, não havia nenhuma referência a Moscou; haver-se-ia o reconhecimento de ganhos somente para a Áustria, Viena mesmo assim aceitou, uma vez que a sua atenção já estava voltada para a sucessão espanhola. A respeito deste evento Hughes (1998), escreveu: “Não pela primeira nem pela última vez, a Rússia sentiu-se preterida pelos seus aliados”. A lição de que os ganhos russos eram negociáveis por terceiros marcou profundamente a leitura que Pedro passou a fazer do tabuleiro europeu (Hughes, 1998; Massie, 2016).

A partir de então, a política externa russa assumiu um caráter mais autônomo e pragmático. Pedro compreendeu que o peso de uma potência no sistema europeu não se media apenas pela participação em alianças, mas pela capacidade de sustentar seus próprios interesses quando as circunstâncias mudassem. Dessa forma, a diplomacia deixou de ser instrumento de deferência e passou a ser instrumento de cálculo. Esse aprendizado foi essencial para a formação de uma política que buscava cooperação com as potências, mas não dependência delas. É nesse contexto que se insere a virada estratégica em direção ao norte. O fracasso do eixo austro-otomano e a exclusão da Rússia dos tratados de paz empurraram Pedro a concentrar-se no Báltico, região que oferecia não apenas vantagens comerciais e navais, mas a possibilidade simbólica de inserir a Rússia de forma definitiva no espaço europeu, como visto e aprofundado no capítulo anterior.

A Grande Guerra do Norte (1700–1721), nesse sentido, não foi apenas um conflito militar, mas uma operação diplomática em larga escala. Ela proporcionou à Rússia o elemento que faltava desde Ivan IV: o reconhecimento político de seu estatuto de potência. O resultado final (a vitória sobre a Suécia e o domínio das rotas bálticas), não apenas deslocou o eixo geopolítico da Europa setentrional, mas deu à Rússia as condições materiais e diplomáticas para reivindicar um papel igualitário nas negociações continentais. Como destaca Anderson (1977), as embaixadas russas, antes tratadas com desconfiança e exotismo, passaram a ser recebidas com protocolo de corte europeu, sinal de que a transformação interna começava a refletir-se na forma como Moscou era percebida fora de suas fronteiras (Anderson, 1977).

No plano interno, porém, essa abertura teve custos. A aproximação com a Europa gerou resistência entre segmentos da população e da nobreza tradicional, que viam na presença de estrangeiros e na adoção de costumes ocidentais uma ameaça à ortodoxia e à identidade russa. Surgiu, nesse contexto, o rumor de que o verdadeiro czar teria morrido durante a Grande Embaixada e fora substituído por um impostor alemão⁴⁸ (Milner-Gulland e Dejevsky, 1998). Tal rumor reflete categoricamente a extrema desconfiança e medo de parte da população russa de interferência estrangeira. Essa preocupação é um elemento constante na história russa e tem seu embrião na persistência da memória coletiva dos traumas adquiridos durante o período da *Smuta* (Tempo dos Problemas), e ao mesmo tempo que afastava elementos hostis à Rússia, também a impediam de se modernizar (Milner-Gulland e Dejevsky, 1998).

Para tentar conter as desconfianças do povo, Pedro recorreu à teatralização do poder, transformando vitórias diplomáticas e militares em atos de legitimação pública. Como observa Wortman (2006), a nova corte imperial, fundada em São Petersburgo, combinava símbolos europeus e tradições autocráticas, projetando ao mesmo tempo modernidade e continuidade, ou seja, uma monarquia “europeia”, mas sem deixar de ser russa (Wortman, 2006).

A partir de 1709, com a vitória em Poltava e a consolidação da presença no Báltico, a Rússia passou a ser incorporada de maneira mais estável ao sistema de alianças europeias. Pedro buscou equilibrar-se entre as potências, alternando aproximações com a

⁴⁸ Além de rumores e descontentamento, as políticas de modernização de Pedro causaram reações violentas por parte dos setores mais conservadores. Destacam-se a revolta dos Streltsy em 1698, a qual foi citada aqui no texto, no contexto da Grande Embaixada, e cita-se agora a Rebelião de Bulavin (1707–1708) no Sul, o qual atestou o profundo descontentamento popular e cossaco com as exigências da Grande Guerra do Norte e as políticas de recrutamento e tributação.

Prússia, com a Dinamarca e com as Províncias Unidas, sem subordinar-se inteiramente a nenhuma. Essa política de coalizões flexíveis tornou-se uma marca duradoura da diplomacia russa. Como nota Hughes (1998), o czar aprendeu a “pensar lateralmente” nas alianças, explorando rivalidades para ampliar a margem de manobra da Rússia, uma tática que seria retomada por seus sucessores em diferentes momentos da história (Hughes, 1998).

Em síntese, a política europeia de Pedro pode ser compreendida como uma trajetória de autonomia conquistada. Partindo de uma posição periférica e de dependência de aliados, a Rússia alcançou, ao final de seu reinado, o status de potência indispensável no leste da Europa. Destaca-se que esse percurso se assentou em quatro pilares: a busca por acesso marítimo e comercial; a diplomacia pragmática de alianças mutáveis; a legitimação do poder por símbolos europeus; e a construção de uma imagem imperial voltada tanto para dentro quanto para fora. Destarte, Pedro não apenas aproximou a Rússia da Europa: ele redefiniu os termos dessa aproximação, transformando a antiga “fronteira da cristandade” em um dos centros de decisão do continente (Anderson, 1977; Wortman, 2006; Massie, 2016).

3.2 A Era Pós-Petrina

A morte de Pedro, o Grande, em 1725, encerrou uma era e inaugurou um período de incerteza que moldaria as décadas seguintes do Império Russo. Ao morrer sem nomear um sucessor, o czar deixou um vácuo político que nenhum de seus herdeiros estava preparado para preencher. Três anos antes, em 1722, Pedro havia promulgado o Estatuto da Sucessão ao Trono, que lhe concedia o direito de escolher livremente quem o sucederia, abolindo o princípio da hereditariedade masculina que até então definira a monarquia russa. A intenção por trás dessa decisão não era a de reformar o sistema de sucessão em favor de um mais moderno como fizera até agora, mas unicamente garantir que o poder não recaísse sobre seu filho Aleixo, a quem considerava indigno de governar. O jovem príncipe, que conspirara contra o próprio pai, fora visto por Pedro como a personificação da resistência ao seu projeto de modernização (Milner-Gulland e Dejevsky, 1998).

A lei, porém, acabaria por enfraquecer a estabilidade da monarquia. Pedro morreu antes de exercer a prerrogativa que ele mesmo criara, e a Rússia viu-se diante de uma sucessão sem herdeiro legítimo, mas com um império que dependia de continuidade. Milner-Gulland e Dejevsky (1998), resumem de modo incisivo o caráter disfuncional da nova norma:

“Tão remota era esta lei das realidades humanas, das tradições russas e dos processos reais de transmissão de poder que no resto do século XVIII — durante o qual sete czares e czarinas sucederam a Pedro — ela funcionou corretamente apenas duas vezes, e em ambas as ocasiões em favor de sucessores de curta duração e inadequados” (Milner-Gulland e Dejevsky, 1998, p. 100, tradução nossa⁴⁹).

A incerteza gerada por essa nova lógica de poder, fundada na vontade individual do monarca e não mais na linhagem, abriria espaço para uma série de arranjos palacianos em que o trono seria conquistado, e não herdado. Assim, um dispositivo pensado para reforçar a autoridade do trono acabou lançando o país em um século de sucessões contestadas e governos efêmeros (Milner-Gulland e Dejevsky, 1998).

Nesse contexto, a ascensão de Catarina I representou uma solução política de compromisso. Viúva de Pedro, sua autoridade derivava não de sangue ou de direito

⁴⁹ “So remote was this law from human realities, from Russian traditions and from the actual processes of transmission of power that in the rest of the 18th century — during which seven tsars and tsaritsas followed Peter — it operated properly only twice, and on both occasions in favor of short-lived and unsuitable successors”.

dinástico, mas de sua associação direta ao falecido czar e do apoio de seus aliados militares e administrativos. Amparada pelo poderoso Alexandre Menshikov, comandante da Guarda Preobrazhensky⁵⁰, Catarina foi proclamada imperatriz com o respaldo do exército e de parte da elite reformista que havia prosperado sob Pedro. Contudo, a fragilidade de sua legitimidade, e seu desinteresse pela política, levou à criação de um novo órgão colegiado de governo: o Supremo Conselho Privado (*Verkhovny Tainy Sovet*), instituído em 1726 (Milner-Gulland e Dejevsky, 1998).

Composto por sete membros das mais influentes famílias do império, o Conselho funcionava como uma espécie de regência disfarçada, concentrando a administração nas mãos da nobreza e limitando a ação direta da imperatriz. De acordo com Milner-Gulland e Dejevsky (1998), essa instituição pretendia dar forma estável à autocracia pós-petrina, mas, na prática, inaugurou um sistema de governo oligárquico, no qual o trono se tornava dependente do equilíbrio entre os interesses de corte e as ambições pessoais dos seus integrantes. A autoridade de Catarina residia, assim, menos na força política e mais no simbolismo da continuidade petrina: ela reinava como guardiã da memória de Pedro, mantendo formalmente suas reformas, mas permitindo que o poder real migrasse gradualmente para o círculo dos nobres (Milner-Gulland e Dejevsky, 1998).

Quando Catarina faleceu em 1727, a escolha de seu sucessor recaiu sobre Pedro II, neto de Pedro, o Grande, filho de Aleixo, Pedro II a época tinha 11 anos. Devido a sua menoridade, o Supremo Conselho Privado deveria agir como regente, Menshikov, porém, decidiu tentar aproveitar-se da situação para concentrar poder em suas próprias mãos. Educador e tutor do jovem czar, o general tentou arranjar o noivado de sua filha Maria com o imperador, numa tentativa de consolidar sua influência sobre ele (Milner-Gulland e Dejevsky, 1998).

No entanto, como relatam Milner-Gulland e Dejevsky (1998), “Pedro II, apesar da pouca idade, unia a decisão do avô à desconfiança do pai”, e, com o apoio da velha aristocracia, especialmente da família Dolgorukov, conseguiu reverter a situação. Pouco tempo após a sua coroação, ordenou a prisão e o exílio de Menshikov (Milner-Gulland e Dejevsky, 1998).

Embora tenha tido um início promissor, o jovem czar acabou por demonstrar-se completamente desinteressado pelos assuntos do Estado, além de ser declaradamente contrário ao legado de seu avô, tendo como objetivo reverter as reformas e instituições

⁵⁰ O mais antigo e prestigiado dos regimentos da Guarda Imperial Russa, tendo como sua origem a divisão Preobrazhensky dos regimentos de brinquedo de Pedro I.

criadas por ele. Pedro I desprezava os filhos de Aleixo, e ao que tudo indica, o sentimento era mútuo (Antonov, 2011).

Essa rejeição ativa ao projeto petrino significou a suspensão de algumas das reformas administrativas e a transferência da corte de São Petersburgo de volta a Moscou. Ainda assim, como observam Milner-Gulland e Dejevsky (1998), havia em Pedro II “um espírito voluntarioso, embora sem preparo”, o que levanta a especulação de como o destino da Rússia poderia ter sido diferente caso ele tivesse sobrevivido (Milner-Gulland e Dejevsky, 1998).

A morte do jovem imperador, em 1730, aos quinze anos, ocorreu de forma abrupta. Após participar de uma tradicional cerimônia nas águas do Rio Moscou, no dia 6 de janeiro acabou por contrair um resfriado, no dia seguinte o jovem imperador contraiu varíola. O czar morreu no dia 19 de janeiro, levando consigo o último herdeiro da linha masculina da dinastia Romanov (Antonov, 2011). A respeito de Pedro II, Antonov, adverte: “Histórias são geralmente severas com o reinado de dois anos de Pedro II, esquecendo-se de que ele ainda era apenas um menino” (Antonov, 2011).

De uma forma ou de outra, o desaparecimento de um herdeiro legítimo mergulhou o império novamente em uma crise sucessória e entregou o trono às disputas do Supremo Conselho, que, ao escolher Ana Ivanovna como sucessora, inauguraria a chamada Era das Imperatrizes.

A transição para esse novo período revelou a natureza paradoxal da herança petrina. As instituições criadas por Pedro (o Senado, o exército e a burocracia), garantiram a sobrevivência do Estado, mas o trono, agora enfraquecido pela ausência de um herdeiro carismático, transformou-se em um campo de batalha entre facções cortesãs e interesses estrangeiros. Sob o verniz europeu do império, ressurgia a instabilidade que Pedro havia tentado eliminar (Milner-Gulland e Dejevsky, 1998).

Dessa forma, o início da Era Pós-Petrina foi um tempo de acomodação do poder. O império moderno erguido por Pedro sobrevivia em suas formas, mas não em seu espírito. O carisma autocrático do fundador fora substituído por uma sucessão de compromissos frágeis, e a legitimidade da coroa dependia, mais do que nunca, da capacidade de conciliar memória, força e conveniência. A Rússia de 1730 era petrina nos mecanismos de governo, mas já pós-petrina em sua essência: um império à procura de um novo centro de gravidade.

3.2.1 Ana Ivanovna e a Germanização

Como visto, a morte de Pedro II em 1730 encerrou a linhagem masculina direta dos Romanov, fato que mergulhou o Império Russo em uma nova crise de sucessão. Pela primeira vez desde o século XVI, não havia herdeiros homens da casa imperial, e o poder, antes personificado na figura do czar, tornava-se objeto de disputa entre as elites cortesãs. Coube novamente ao Supremo Conselho Privado a tarefa de decidir quem ocuparia o trono.

Segundo Milner-Gulland e Dejevsky (1998), foi nesse momento que o Conselho tomou uma decisão que, “com suas consequências não intencionais, marcaria um ponto de inflexão importante, embora frequentemente subestimado, na história russa.” Incapaz de encontrar sucessores na linha de Pedro I, o Conselho voltou-se para a família de seu irmão mais velho e co-czar, Ivan V, cuja descendência feminina oferecia novas possibilidades dinásticas. A escolha, dessa forma, recaiu sobre Ana Ivanovna⁵¹, duquesa de Courlândia, filha de Ivan V e sobrinha de Pedro, o Grande (Milner-Gulland e Dejevsky, 1998).

Essa decisão marcou não apenas uma mudança dinástica, mas também um reposicionamento político dentro da própria nobreza russa. O Conselho, dominado por velhas famílias aristocráticas (como os Dolgorukov e os Golitsyn), via na morte do jovem imperador Pedro II a oportunidade de recuperar o protagonismo político perdido durante o reinado de Pedro, o Grande. Para esses círculos, as reformas petrinas haviam concentrado poder excessivo na figura do monarca e ameaçado o prestígio da antiga nobreza (Antonov, 2011; Milner-Gulland e Dejevsky, 1998).

Dessa forma, quando chamada para herdar o trono, o Supremo Conselho Privado impôs a Ana um conjunto de restrições constitucionais, conhecidas como as Condições de 1730. O documento, redigido pelos mesmos aristocratas que haviam articulado sua escolha, limitava severamente as prerrogativas da nova imperatriz: ela não poderia declarar guerra, firmar tratados, dispor das finanças públicas nem nomear sucessores sem o consentimento do Conselho. Na prática, tratava-se de um projeto político que pretendia

⁵¹ A ascensão de Ana reintroduziu de forma decisiva a questão do papel feminino no trono russo. Como observam Milner-Gulland e Dejevsky (1998), “embora outras mulheres já tivessem governado a Rússia antes, todas o haviam feito na condição de viúvas de czares (como Catarina I) ou regentes (como Sofia, Natalya Naryshkina, Yelena Glinskaya e até Olga de Kiev).” Ana, contudo, assumiu o trono em seu próprio nome, não por vínculo matrimonial ou interinidade, mas por direito de sangue. Essa mudança, nesse sentido, rompia tanto com a tradição dinástica masculina quanto com o papel subordinado das soberanas, inaugurando uma nova fase na chamada Era das Imperatrizes, iniciada com Catarina I.

substituir a autocracia petrina por uma monarquia constitucional, em que o trono seria apenas o símbolo de uma autoridade compartilhada entre as famílias nobres (Milner-Gulland e Dejevsky, 1998).

O projeto, porém, não seguiu conforme fora planejado, ao tentar domesticar o poder imperial, o Conselho subestimou tanto o peso simbólico do trono quanto o sentimento de continuidade da tradição autocrática entre os oficiais e a nobreza menor, que enxergavam a autocracia como herança nacional (Antonov 2011). Nesse sentido, quando a notícia das condições chegou à Guarda Imperial e à pequena nobreza, formou-se um movimento de oposição ao Conselho. Como relatam Milner-Gulland e Dejevsky (1998), a percepção dominante era de que “um grupo de aristocratas tradicionais tentava remodelar o sistema petrino, que ainda oferecia oportunidades de ascensão aos homens de origem humilde” (Antonov, 2011; Milner-Gulland e Dejevsky, 1998).

A crise atingiu seu ponto culminante no salão de recepção do Kremlin, no início de março de 1730. Nesta ocasião, um deputado da nobreza menor dirigiu-se à imperatriz, lembrando que “a Rússia sempre fora governada por monarcas soberanos, não por conselhos”, e implorou que Ana assumisse o governo em nome próprio. Fingindo surpresa, ela respondeu: “Não foi com a vontade de toda a nação que assinei o ato que me apresentaram em Mittau?” Ao que a assembleia respondeu em coro: “Não!”. Cada cláusula das Condições foi então lida em voz alta e rejeitada. Ana, em um gesto marcante, tomou o documento, rasgou-o diante do público, e declarou: “Esses escritos, então, não são necessários.” (Milner-Gulland e Dejevsky, 1998). Desta forma terminou o único mês de monarquia constitucional que a Rússia conheceria até 1906 (Milner-Gulland e Dejevsky, 1998).

Em sua coroação, realizada em 28 de abril de 1730 na Catedral da Dormição, Ana Ivanovna inaugurou um novo ciclo de poder: o Supremo Conselho Privado foi destituído, e em seu lugar, um grupo ainda menor de figuras passou a controlar o poder. Isso pois, a despeito da habilidade demonstrada por Ana ao lidar com o Conselho, a imperatriz não demonstrava grande interesse por governar, delegando o poder a um gabinete de cinco ministros. Entre estes, quem tinha poder efetivo era Ernst Johann von Biron, nobre germânico da Courlândia e favorito da imperatriz. Como observa Antonov: “este foi um período de influência alemã e de abusos de poder, quando todos os principais cargos do governo eram ocupados por homens de origem estrangeira.” (Antonov, 2011).

Ao lado de Biron, destacavam-se Heinrich Ostermann, responsável pelos assuntos exteriores, e o marechal Burkhard Münnich, engenheiro militar que reorganizou o

exército e supervisionou grandes obras públicas. Esse trio de conselheiros, todos germânicos, consolidaram um modelo de governo tecnocrático e disciplinado, mas profundamente impopular. A nobreza russa via-se marginalizada, enquanto a língua e os costumes alemães dominavam a corte. A ironia, como nota Antonov, é que “Ana Ivanovna foi a única imperatriz puramente russa da história russa” e, paradoxalmente, a que mais delegou estrangeiros para governar (Antonov, 2011; Milner-Gulland e Dejevsky, 1998).

O governo de Ana manteve traços do autoritarismo petrino, mas sem a legitimidade carismática que sustentara o governo de Pedro. Sua corte era temida e satirizada pela rigidez e pelos excessos do favoritismo. Ainda assim, as instituições criadas por Pedro, como o senado, o exército, e a burocracia, permaneceram funcionando, o que demonstra a solidez estrutural do Estado autocrático petrino, mesmo sob o peso da germanização.

Antes de morrer, em 1740, Ana designou como sucessor o infante Ivan VI, seu sobrinho-neto e neto de sua irmã Catarina Ivanovna, confiando a regência a Biron. A sucessão, porém, reacendeu o ressentimento generalizado no Kremlin contra os estrangeiros. Apenas semanas após a morte da imperatriz, Biron foi deposto em um golpe liderado por Münnich, que transferiu o poder para a mãe da criança, Anna Leopoldovna, também de origem germânica (Antonov, 2011; Milner-Gulland e Dejevsky, 1998).

A nova regente, embora mais popular que Biron, revelou-se incapaz de consolidar sua autoridade. A administração continuou nas mãos de germânicos, e o império mergulhou em nova instabilidade. Em 1741, essa atmosfera de descontentamento serviu de estopim para um golpe liderado por Elisabeth Petrovna, filha de Pedro, o Grande, que, apoiada pela Guarda Imperial, depôs o governo germânico e restaurou o trono à linhagem petrina (Milner-Gulland e Dejevsky, 1998).

O período compreendido entre 1730 e 1741 constitui, portanto, uma das fases mais ambíguas da história russa. Sob Ana Ivanovna, a Rússia preservou a estrutura de Estado criada por Pedro, mas perdeu o sentido nacional que a legitimava. O poder permaneceu absoluto, mas passou a ser exercido por uma elite estrangeira; a modernização continuou, mas sem vínculo com a sociedade russa. A Era Germânica foi, assim, um tempo de continuidade institucional e de alienação política: um império moderno, porém governado de fora. Com a queda do regime bironiano e a ascensão de Elisabeth I, o ciclo iniciado em 1730 se encerraria, marcando o retorno da autocracia nacional e a reafirmação

simbólica da herança petrina, agora revestida de um novo sentido de soberania e identidade russa.

3.2.2 Elisabeth I Petrovna

Ela veio, a autocrata escolhida por Deus, que adornou o trono de Toda a Rússia com Sua bondade e Sua beleza. E todos desejam, a uma só voz e um só coração, com a graça e a bênção de Deus, que Ela governe Sua pátria por inumeráveis anos em alegria sem fim e prosperidade eterna. (Arcebispo Ambrósio de Novgorod, 1742, *Oration on Empress Elizabeth's Visit to Moscow*, apud Riasanovsky e Steinberg, 2019, tradução nossa⁵²).

Em um contexto de grande insatisfação, a figura de Elisabeth Petrovna, filha de Pedro, o Grande, emergiu como símbolo vivo da continuidade da dinastia paterna e da restauração da soberania nacional. Seu nome evocava a memória do primeiro imperador e a promessa de reconciliação entre o trono e a Rússia.

Como destaca Antonov (2011), “sendo filha de Pedro, o Grande, Elisabeth era particularmente popular entre os regimentos da guarda criados por seu pai.” A princesa visitava com frequência os quartéis, participava de cerimônias religiosas e atuava como madrinha dos filhos dos oficiais, cultivando laços pessoais com as tropas. Essa relação de confiança seria decisiva na noite de 25 de novembro de 1741, quando, aos trinta e dois anos, Elisabeth liderou um golpe de Estado com o apoio do Regimento Preobrazhensky (Antonov, 2011).

Vestindo uma couraça sobre o vestido e empunhando uma cruz de prata, dirigiu-se a trezentos granadeiros e, erguendo o crucifixo, perguntou: “Quem vocês querem servir? A mim, a soberana legítima, ou àqueles que roubaram minha herança?” (Antonov, 2011). Após jurarem fidelidade e beijarem sua mão e a cruz, os guardas marcharam até o Palácio de Inverno, onde prenderam o imperador infante, seus pais e o comandante alemão do regimento. O golpe transcorreu sem derramamento de sangue, simbolizando o retorno da linhagem petrina ao trono e a restauração da autocracia russa sob a bandeira da herança paterna (Antonov, 2011). Evgeny Lanceray em sua obra permite visualizar um pouco como foi este momento (ver Figura 9).

O primeiro ato de Elisabeth, ao consolidar o poder, foi dismantelar o aparato germânico que havia dominado o Estado a partir do governo de Ana Ivanovna. Biron, Ostermann e Münnich foram presos e exilados, e vários cargos de alto escalão retornaram

⁵² “She came, the God-chosen autocrat, who has adorned the All-Russian throne with Her kindness and Her beauty. And all wish, with one voice and one heart, with the grace and blessing of God, that She rule Her fatherland for innumerable years in endless joy and eternal prosperity.”

Figura 9. A Ascensão de Elisabeth ao trono em 25 de Novembro de 1741.



Fonte: Evgeny Lanceray, 1913.

às mãos da nobreza russa. Embora não tivesse grande vocação administrativa, Elisabeth compreendia que sua legitimidade residia no simbolismo da russificação do poder e na retomada do modelo de autoridade pessoal de seu pai. Apesar das mudanças, o reinado de Elisabeth e Ana são vistos como um *continuum*, principalmente no que concerne a política externa, que será visto mais à frente (Milner-Gulland e Dejevsky, 1998).

Em relação a suas características, no geral a imperatriz era conhecida por sua extrema devoção e por seu conservadorismo ligado às famílias mais tradicionais da nobreza russa, contudo, apesar deste conservadorismo, as instituições estatais criadas por Pedro continuaram presentes durante todo seu reinado (Milner-Gulland e Dejevsky, 1998). Durante o seu governo, talvez a instituição que mais se beneficiou tenha sido a Igreja Ortodoxa, a qual recuperou um papel central na legitimação do poder. Por conta disso, atrelado a sua já mencionada piedade, e apreço pela identidade russa, a figura da imperatriz passou a ser representada em termos quase sagrados, como uma “mãe protetora” da Rússia e de sua fé (Antonov, 2011; Milner-Gulland e Dejevsky, 1998).

Ademais, sob seu governo, a corte de São Petersburgo atingiu um esplendor inédito. O estilo barroco, com sua teatralidade e grandiosidade, tornou-se expressão política da autoridade imperial. Palácios e igrejas se multiplicaram, enquanto o mecenato de Elisabeth transformava a capital em um polo de cultura e orgulho nacional. Em 1757 criou-se a Academia de Artes, e a Academia de Ciências foi ampliada, consolidando assim, o florescimento cultural do império. Dessa forma, mesmo sem o ímpeto reformista de Pedro, a imperatriz legou uma contribuição importantíssima à construção simbólica da Rússia moderna: um forte Estado autocrático que também se apresentava como guardião e fomentador da cultura europeia (Milner-Gulland e Dejevsky, 1998).

No campo externo, Elisabeth dedicou-se a consolidar a posição da Rússia no Concerto Europeu. A imperatriz tinha o objetivo de restaurar o prestígio diplomático, em partes, perdido na Era Germânica e consolidar o império como potência vital no equilíbrio de forças do continente. É dito que nesse sentido o governo de Elisabeth não foi tão diferente do de Ana, pois durante essa época, a Rússia lograva de um exército extremamente eficiente e generais mais que competentes, portanto, o principal ponto que deveria ser perseguido era a manutenção do processo de consolidação iniciado tão arduamente por Pedro (Milner-Gulland e Dejevsky, 1998).

Nesse sentido, Elisabeth, nos primeiros anos de seu reinado, adotou uma política externa cautelosa, buscando aprofundar relações com as principais potências europeias. O tratado de aliança com a Áustria foi reafirmado, e, pela primeira vez na história, a Rússia aproximou-se da França, firmando em 1746 um tratado que representava uma ruptura com a orientação antifrancesa herdada de Pedro, o Grande. Essa inversão diplomática demonstrava não apenas o pragmatismo, mas também a sagacidade da czarina: ao perceber que o prestígio russo dependia de sua capacidade de agir com fluidez, e não de seguir automaticamente as alianças tradicionais, Elisabeth desvencilhava-se de uma política externa engessada. Por fim, o equilíbrio obtido no Sul com o Império Otomano, por meio da manutenção da paz, permitiu à Rússia concentrar sua atenção na Europa Central e no Báltico (Milner-Gulland e Dejevsky, 1998).

A política externa da imperatriz alcançou seu auge durante a Guerra dos Sete Anos (1756–1763), o maior conflito europeu do século XVIII. A Rússia integrou a coalizão formada por França, Áustria e Saxônia contra a Prússia e a Grã-Bretanha. O objetivo russo era duplo: conter a expansão de Frederico II e afirmar sua presença como potência central da Europa. As forças russas, bem-organizadas e equipadas, alcançaram vitórias notáveis, destacando-se as batalhas de Gross-Jägersdorf, em 1757, e Kunersdorf, em 1759, onde

infligiram uma das piores derrotas da carreira de Frederico, o Grande. Em 1760, as tropas russas ocuparam Berlim, em um gesto de imenso impacto político: pela primeira vez, uma potência eslava tomava a capital de um Estado germânico. O prestígio militar obtido na guerra consolidou a imagem da imperatriz como protetora dos exércitos russos e defensora da fé ortodoxa, reforçando a noção de que a Rússia desempenhava uma missão providencial na história da Europa (Antonov, 2011; Milner-Gulland e Dejevsky, 1998).

Contudo, a morte de Elisabeth, em janeiro de 1762, alterou radicalmente o cenário. Seu sucessor, Pedro III, admirador confesso de Frederico II, encerrou as hostilidades e devolveu à Prússia os territórios conquistados, em um gesto que a história registraria como o “milagre da Casa de Brandemburgo”. Embora a reversão tenha anulado os ganhos imediatos da guerra, o impacto duradouro do reinado de Elisabeth permaneceu: a Rússia havia conquistado seu lugar como potência europeia de primeira grandeza. O conflito consagrou o exército russo como um dos mais poderosos do continente e consolidou a diplomacia imperial como instrumento de influência global (Riasanovsky e Steinberg, 2019).

O governo de Elisabeth foi também um exercício de reconciliação entre autocracia e nação. A czarina projetou-se como a herdeira espiritual de Pedro, o Grande, e guardiã de sua memória. Seu reinado é frequentemente descrito como o da “última czarina barroca”, caracterizado pela religiosidade, pelo luxo e pela teatralidade do poder (Milner-Gulland e Dejevsky, 1998). Ao contrário do racionalismo reformador do pai, Elisabeth governou por meio do carisma e da devoção, mais pela autoridade simbólica do que pela inovação institucional. Ainda assim, conseguiu preservar a solidez do Estado moderno criado por Pedro, ao mesmo tempo em que restaurou o sentido de identidade nacional que havia se diluído sob o domínio estrangeiro (Milner-Gulland e Dejevsky, 1998).

A morte da imperatriz em 1761 encerrou um dos períodos mais estáveis e prósperos do século XVIII russo. Deixou ao seu sucessor um império coeso, financeiramente sólido e diplomática e militarmente respeitado. Embora não tenha promovido reformas estruturais, sua política de continuidade administrativa e expansão internacional consolidou as bases sobre as quais Catarina II ergueria o auge do poder russo. O reinado de Elisabeth I Petrovna representou, assim, o amadurecimento definitivo da obra de seu pai: a autocracia havia sobrevivido às turbulências da Era Germânica, reencontrado sua legitimidade nacional e alcançado, sob sua liderança, a plena inserção no sistema europeu. A Rússia não era mais uma potência em formação, mas um império em plena consolidação.

3.2.3 Pedro III

Com a morte de Elisabeth I, em janeiro de 1762, seu sucessor, Pedro III, neto de Pedro, o Grande, duque de Holstein-Gottorp, e mais surpreendentemente sobrinho de Carlos XII, ascendia ao trono sem jamais ter tido vínculos reais com o país que agora governaria. Educado na Alemanha, falava russo com dificuldade e mantinha hábitos e valores claramente estrangeiros. Como destaca Antonov (2011):

Pedro estava horrorizado com a ideia de se tornar imperador da Rússia. Ele não gostava de nada da Rússia, e isso irritava a imperatriz. Elisabeth lhe deu tutores russos, mas sua antipatia por aprender significava que ele preferia passar o tempo na companhia de criados (Antonov, 2011, p. 110-111, tradução nossa⁵³).

Sua chegada ao poder foi recebida com grande desconfiança: herdava um império militarmente poderoso e respeitado, mas encontrava uma nobreza sensível à legitimidade dinástica e um exército profundamente identificado com a memória de Elisabeth e Pedro I. De uma forma ou de outra, sua ascensão ao trono significou o início da dinastia de Holstein-Gottorp-Romanov, a qual governaria a Rússia até a revolução de 1917 (Antonov, 2011).

Pedro III iniciou seu reinado de forma desastrosa. Fascinado pela figura de Frederico II da Prússia, cujo estilo militar e racionalismo o impressionavam, ordenou o fim imediato à participação russa na Guerra dos Sete Anos, que até então se encaminhava para uma vitória da coalizão austríaco-francesa (da qual a Rússia era peça-chave), e firmou uma aliança com o antigo inimigo. A súbita guinada diplomática, acompanhada da devolução dos territórios conquistados sob Elisabeth, provocou indignação generalizada. Os oficiais russos, junto com seus soldados, os quais haviam lutado e sangrado nas campanhas contra os prussianos, sentiram-se traídos, e a corte passou a ver o novo imperador como alguém alheio à honra e aos interesses do Estado (Milner-Gulland e Dejevsky, 1998).

No plano interno, Pedro III revelou-se um reformador impetuoso, mas sem grande sensibilidade política. Inspirado pelo modelo administrativo e militar prussiano, tentou reorganizar o exército, simplificar a hierarquia burocrática e submeter a Igreja Ortodoxa à autoridade do Estado. Sua medida mais célebre foi o decreto de libertação da nobreza promulgado no dia 18 de fevereiro de 1762. O documento abolia a obrigatoriedade do

⁵³ “Peter was horrified at the idea of becoming emperor of Russia. He disliked everything about Russia, and this irritated the empress. Elizabeth gave him Russian tutors, but his antipathy towards learning meant that he preferred to spend his time in the company of servants.”

serviço estatal ou militar instituída por Pedro, o Grande. Tal reforma, na teoria, representava uma modernização do Estado, na medida que conferia autonomia à aristocracia e aproximava o império das práticas europeias ocidentais. Na prática, porém, o ato acabou por descontentar o exército, que via na tradição do serviço obrigatório a base da sua identidade, e alarmou setores da nobreza que temiam perder sua influência política ou seu status (Milner-Gulland e Dejevsky, 1998).

À medida que o isolamento do czar se ampliava, a corte tornava-se um terreno fértil para conspirações. Como destacam Milner-Gulland e Dejevsky (1998): “O retorno da germanização dos dias de Ana parecia familiar demais”. Sua esposa, Catarina Alekseyevna, uma princesa alemã de origem modesta, mas de notável habilidade política, começava a conquistar a simpatia da Guarda Imperial e da nobreza. Inteligente e discreta, ela apresentava-se como alternativa legítima e pragmática à excentricidade do marido. O descontentamento generalizado entre os oficiais e o clero convergia, assim, em torno de sua figura (Antonov 2011).

Em julho de 1762, a tensão atingiu o limite. Catarina, com o apoio do Regimento Preobrazhensky (o mesmo que havia colocado Elisabeth no trono duas décadas antes) liderou um golpe de Estado quase sem resistência. Pedro III, surpreendido e sem aliados, abdicou em favor da esposa e foi preso poucos dias depois. Sua morte, sob circunstâncias suspeitas, consolidou definitivamente a ascensão de Catarina ao poder (Antonov, 2011; Milner-Gulland e Dejevsky, 1998).

O breve reinado de Pedro III, embora efêmero, teve consequências profundas. Suas reformas, ainda que mal executadas, anteciparam debates que moldariam o século XVIII russo, como a secularização da Igreja, a racionalização do Estado e a redefinição do papel da nobreza. Muitos projetos iniciados pelo imperador seriam mais tarde continuados por sua esposa, como o próprio ato de libertação da nobreza (Antonov, 2011).

Assim, Pedro III acabou por tornar-se um dos imperadores mais controversos da história russa. Sua queda não foi apenas o resultado de intrigas palacianas, mas a expressão de uma reação mais ampla da elite russa diante de um soberano que confundia ocidentalização com submissão. Ao derrubá-lo, Catarina herdava não apenas o trono, mas o desafio de reconciliar o projeto europeu da Rússia com a sua autocracia nacional. Seu governo, que se iniciaria em 1762, marcaria o ponto culminante desse processo: a síntese entre razão iluminista e poder imperial.

3.3 Catarina, a Grande

Ela se sentou no trono de Pedro, o Grande, e governou um império, o maior do mundo. Sua assinatura num decreto era lei e, se quisesse, poderia significar vida ou morte para qualquer um de seus 20 milhões de súditos (Massie, 2013, cap. 45).

A morte de Pedro III, em 1762, encerrou um breve e tumultuado interlúdio político e abriu caminho para o mais longo e emblemático reinado feminino da história russa. A ascensão de Catarina Alekseyevna ao trono não foi apenas o desfecho de um golpe palaciano, mas a inauguração de uma nova lógica de poder no trono russo. Como observam Riasanovsky e Steinberg, (2019), “Pela primeira vez desde Pedro, o Grande, a Rússia adquiriu uma soberana que trabalhava dia e noite, dedicando atenção pessoal a todos os tipos de assuntos, grandes e pequenos.” (Riasanovsky e Steinberg, 2019).

Nesse sentido, a jovem imperatriz compreendia o governo não como um direito hereditário, mas como uma tarefa civilizatória, em que o poder deveria ser exercido pela razão e justificado pela utilidade pública. Como será visto ao longo do texto, por muitas vezes a imperatriz teve uma visão quase maternal de seu papel (via-se como uma educadora e guardiã de seu povo, que não sabia como cuidar de si próprio), utilizando dos preceitos do iluminismo e de sua própria interpretação da autocracia para tomar e justificar suas decisões (Massie, 2013).

O reinado de Catarina, portanto, configurou um ponto de inflexão singular na história russa. A autocracia carismática de Pedro, o Grande, cedeu lugar a uma autocracia racionalizada, sustentada pela competência administrativa e pelo prestígio intelectual. Sustentando esse novo modelo estava quase unicamente a persona da imperatriz, que através do favoritismo escupi essa era. Por sua natureza profundamente pessoal, o modelo político forjado por Catarina não sobreviveu aos seus sucessores, encerrando-se com ela uma era que fora moldada à imagem de sua própria vontade.

3.3.1 Humilhação, Silêncio e Golpe: O Nascimento de uma Soberana

Como visto anteriormente, o casamento entre Catarina e Pedro foi mais que infeliz. Para compreender a imperatriz, porém, é necessário olhar com um pouco mais de detalhes a esse período, uma vez que grande parte da sua personalidade será forjada a partir do sofrimento vivenciado nestes anos iniciais. Nesse sentido, será explorado neste capítulo a chegada da futura imperatriz à Rússia, seu casamento e sua ascensão ao poder.

Aos dezesseis anos, a jovem princesa de Anhalt-Zerbst chegava à Rússia com grande ambição e ingenuidade. Desde sua chegada à corte, demonstrou uma disciplina e uma inteligência que impressionaram Elisabeth, sua futura sogra. Contudo, o brilho inicial que cercou a jovem princesa logo daria lugar a desilusões. O casamento com Pedro, razão pela qual foi levada à Rússia, tornar-se-ia em pouco tempo um tormento para ambos os jovens (Massie, 2013).

Sob a ótica do jovem grão-duque, a união forçada representava mais um fardo do que uma aliança. Incapaz de lidar com o papel que o destino lhe impusera e intimidado pela própria posição de herdeiro de um trono que não desejava, refugiava-se em um mundo de fantasias e brincadeiras infantis. Passava horas entretido com bonequinhos de madeira que simulavam soldados prussianos ou com joguinhos ao lado de seus cortesãos, demonstrando, assim, uma grande imaturidade para seus dezoito anos. Nas palavras de Massie: “Pedro flutuava entre profunda depressão e revoltas bobas. Às vezes resmungava que a Rússia era uma terra amaldiçoada. Em outras ocasiões agredia com ódio as pessoas a sua volta.” (Massie, 2013, cap. 12).

Catarina, por sua vez, reagia de forma completamente diferente. Apesar de suas próprias tribulações com o casamento forçado e do estranhamento em relação à nova terra que agora habitava, esforçou-se em aprender o russo, e converteu-se à religião ortodoxa, mesmo diante da desaprovação do pai. É notório, que nesses primeiros anos na corte, dedicou-se com afinco a impressionar a imperatriz Elisabeth, buscando demonstrar disciplina, modéstia e inteligência (Massie, 2013). Apesar disso, todos seus esforços pareciam esbarrar em uma barreira que nenhuma virtude parecia capaz de transpor: a ausência de um herdeiro. Elisabeth temia pela saúde de Pedro e, portanto, urgia que um herdeiro estivesse logo a caminho; nada além disso importava (Massie, 2013).

A origem da ausência, porém, não estava em Catarina, mas sim no próprio Pedro. Marcado por traumas de infância e sequelas de varíola, o grão-duque mostrava-se incapaz de lidar com a realidade à sua volta. Frustrado com o casamento e com o papel que lhe era imposto, descontava sua revolta na esposa. A falta de um herdeiro, portanto, não decorria de uma recusa de Catarina, mas sim porque Pedro recusava-se a tocá-la (Massie, 2013). De fato, o grão-duque desprezava a esposa, tanto sua personalidade, quanto seu corpo. Para piorar as coisas, o jovem herdeiro parecia sentir prazer em tornar o fracasso conjugal um espetáculo público, expondo amantes de forma deliberada e encorajando Catarina a flertar com outros homens (Massie, 2013). Como escreve Massie:

Toda a corte era testemunha dessa humilhação. Todos os embaixadores estrangeiros viam que ela não conseguia despertar o interesse do marido, todos os servos sabiam o nome de cada jovem que o grão-duque assediava no momento. E como ninguém entendia por que Pedro ignorava a jovem esposa, todos, incluindo a imperatriz, punham a culpa nela. (Massie, 2013, cap. 18).

Nesse ambiente de frieza e humilhação, Catarina aprendeu a dominar o que não podia controlar: a própria imagem (Montefiore, 2010). Aprendeu a fazer do silêncio um escudo e da observação uma arma. Como ela mesma recordaria em suas memórias, os primeiros anos na Rússia lhe ensinaram que “há mais sabedoria no disfarce do que na rebeldia” (Massie, 2013).

Dessa forma, a ausência de afeto e o isolamento forçado contribuíram para moldar seu caráter. As longas horas de solidão foram preenchidas por leituras como Montesquieu, Voltaire e por reflexões sobre o destino da Rússia e o papel do soberano, renunciando sua atuação como um dos maiores expoentes dos chamados “Déspotas Iluminados” (Riasanovsky e Steinberg, 2019). Dessa maneira, enquanto Pedro se entregava à imprudência e ao desprezo pela Rússia, Catarina cultivava a prudência e a arte da espera. Cada gesto da imperatriz Elisabeth, cada intriga palaciana, era registrado e estudado por ela com atenção. Aos poucos, a jovem alemã se transformava em uma figura de presença silenciosa, mas observadora, cuja frieza escondia uma vontade firme (Massie, 2013).

No fim, o casamento, em vez de sufocar sua ambição, serviu-lhe como instrumento de autoconhecimento. O fracasso conjugal revelou-lhe o quanto o poder masculino podia ser frágil e arbitrário, e como a estabilidade dependia mais da disciplina e da inteligência do que do nascimento. Esse aprendizado seria determinante para sua trajetória. Catarina não aprendeu apenas a sobreviver à corte: aprendeu a compreendê-la como um palco em que cada palavra, cada gesto e cada silêncio possuíam um peso político (Montefiore, 2010).

Quando, em 1762, Pedro ascendeu ao trono, a distância entre os dois havia se tornado intransponível. O novo czar, fascinado pela sua admiração desmedida por Frederico da Prússia, e por conta de sua insensibilidade política, tomou medidas apressadas e impopulares, que acabaram gerando grande descontentamento, principalmente entre os regimentos da Guarda Imperial. Catarina, que até então havia se mantido discreta, percebeu o colapso iminente. Sua correspondência e suas alianças, tecidas com cuidado ao longo dos anos, começaram a se mover (Riasanovsky e Steinberg, 2019).

Na madrugada de 28 de junho de 1762, o destino se decidiu. Acompanhada por oficiais do Regimento Preobrazhensky, Catarina dirigiu-se à Catedral de Nossa Senhora de Kazan. Vestia-se com simplicidade militar: um uniforme da guarda e uma cruz de prata ao peito. Ali, foi proclamada imperatriz. O juramento dos soldados transformou-se em aclamação, e a coroação improvisada em São Petersburgo selou o golpe (Massie, 2013). Pedro, surpreendido e sem apoio, abdicou dias depois. Sua morte, ocorrida em circunstâncias obscuras, encerrou de forma abrupta seu reinado, que na verdade, mal havia começado (Massie, 2013).

Mesmo após ser proclamada imperatriz, Catarina ainda se preocupava em consolidar seu poder. Entendia que uma coroação oficial era indispensável pela sua importância religiosa e política. Segundo Massie: “Ela sabia que jamais se sentiria em segurança no trono enquanto a coroa não fosse colocada em sua cabeça, no Kremlin, e o povo de Moscou a aceitasse como imperatriz.” (Massie, 2013). Nesse sentido, a coroação ocorreu poucos meses depois do golpe, e a aceitação do povo lhe surpreendeu:

Os moscovitas ladearam as ruas com folhas verdes de abeto, penduraram guirlandas de sempre-vivas nas portas e sedas drapeadas e tapetes persas nas sacadas e janelas. Ao longo dos seis quilômetros do portão da cidade até o Kremlin foram erguidos quatro arcos de triunfo. [...] Em 22 de setembro, dia da coroação, os canhões começaram a troar às cinco da manhã, quando um tapete carmim foi estendido nos degraus da histórica Catedral da Assunção, dentro do Kremlin. [...] Quando essa fulgurante obra de arte estava no lugar, ela pegou o orbe com a mão esquerda, o cetro com a direita, e olhou calmamente para o público na catedral. A sequência final da cerimônia era o reconhecimento de que a coroação representava um pacto entre Deus e a imperatriz. Ele era o Senhor; ela era a serva, agora a única responsável pela Rússia e seu povo. [...] Aquela noite, Moscou se iluminou de fogos de artifício e luzes especiais. À meia-noite, achando que ninguém a veria, Catarina caminhou sozinha até o alto da Escadaria Vermelha, a fim de contemplar o Kremlin e a cidade. A multidão, ainda festejando na praça da catedral, a reconheceu e desatou em aplausos. Essa reação continuou, e três dias depois ela escreveu ao embaixador russo em Varsóvia: “Não posso sair nem chegar à janela sem que recomecem as aclamações.” (Massie, 2013, cap.45).

Destaca-se que a escolha de Moscou, no lugar de São Petersburgo, não foi à toa: muitos russos ainda consideravam Moscou a real capital do país, além de carregar consigo um simbolismo tradicionalista enorme. Ao receber a coroa na Catedral da Dormição, Catarina selou sua metamorfose: de estrangeira observada com desconfiança a imperatriz, de usurpadora a soberana — herdeira legítima do trono de Pedro, o Grande (Montefiore, 2010).

A ascensão de Catarina, portanto, não pode ser compreendida apenas como o resultado de uma conspiração palaciana, mas como o desfecho de um longo processo de

amadurecimento pessoal. Cada humilhação, cada silêncio e cada gesto calculado contribuíram para formar a mulher que agora governava a Rússia. Sua trajetória até o trono ilustra de maneira clara a forma como o poder, na Rússia do século XVIII, não era herdado, mas sim conquistado (Massie, 2013).

Ao consolidar-se no trono, Catarina inaugurava uma nova e singular fase da autocracia russa, pautada na racionalidade, no bem comum e na extrema centralização do poder. O império de Pedro I, outrora moldado pela força e pelo heroísmo, seria reconstruído sob bases menos espetaculares, porém mais estáveis, sendo erguido sobre o intelecto e a vontade de uma mulher que transformara a vulnerabilidade em governo. Sob seu comando, a Rússia alcançaria o auge de seu prestígio no Concerto Europeu, projetando-se como árbitra do equilíbrio continental (Riasanovsky e Steinberg, 2019).

3.3.2 A Soberana Iluminada: A Feminilidade, o *Nakaz* e a Racionalização do Poder

Ao consolidar-se no trono, cabia a Catarina agora legitimá-lo não apenas pela força, mas também pela razão. Como demonstrado, a imperatriz via no governo uma tarefa civilizatória, um esforço contínuo de transformar a Rússia num império ilustrado e moralmente ordenado. Nesse contexto, seu reinado pode ser compreendido como a tentativa mais coerente de conciliar o absolutismo tradicional com os princípios do Iluminismo europeu, fundando uma forma própria de despotismo esclarecido, em que o poder absoluto, tão característico da autocracia russa, se revestia de racionalidade e utilidade pública (Riasanovsky e Steinberg, 2019; Massie, 2013).

Nesse sentido, a figura da imperatriz foi cuidadosamente moldada segundo símbolos que expressavam a dualidade de uma soberana firme, mas cuidadosa. Riasanovsky e Steinberg (2019) observam que Catarina foi retratada com frequência durante o seu período, como Minerva, a deusa da sabedoria e cultura, mas também da guerra. Paralelamente a esta imagem, consolidou-se um imaginário da soberana como uma figura maternal, guardiã do império e portadora de virtudes femininas como a compaixão, coração puro e o amor ao povo. Entre a deusa romana e a mãe, Catarina conseguiu construir um discurso visual e político que lhe permitiu conciliar atributos opostos: firmeza e sensibilidade, razão e ternura. Todos representando a mesma autoridade (Riasanovsky e Steinberg, 2019).

Em relação à questão de soberana e mulher, Catarina dedicou amplos escritos, e, em suas memórias, reconhece a ambiguidade como parte essencial de sua identidade.

Massie (2013) interpreta a seguinte autodefinição da imperatriz como um gesto de autolegitimação, em que a czarina transforma o seu gênero em instrumento político:

Nasci com esse temperamento e um rosto que era pelo menos interessante, que agradava à primeira vista, sem artifícios nem presunção. Meu temperamento era, por natureza, tão conciliatório que ninguém jamais passou um quarto de hora comigo sem se sentir perfeitamente à vontade e falando como se me conhecesse havia muito tempo. Ganhava a confiança de todos que tivessem algo a ver comigo porque todos sentiam que eu demonstrava honestidade e boa vontade. Se me permitem a franqueza, eu diria que era um verdadeiro cavalheiro, com a mente mais masculina que feminina, mas, ao mesmo tempo, nada tinha de masculina e, junto com o caráter de um homem, eu possuía os atrativos de uma mulher adorável. Que me perdoem essa franca expressão de meus sentimentos em vez de tentar encobri-los com um véu de falsa modéstia (Massie, 2013, cap. 38).

Nesse aspecto, Catarina avançou muito além de suas antecessoras (Catarina I, Ana Ivanovna e Elizabeth Petrovna). Diferentemente delas, que exerceram o poder sob a tutela de facções cortesãs e interesses pessoais, Catarina conseguiu, como se vê em sua própria autodefinição, transformar a feminilidade em fundamento moral do poder. Como demonstra Ivleva (2015), em sua obra: *Catarina II como governante feminina: o poder da feminilidade iluminada*⁵⁴, a imperatriz conciliou papéis tradicionalmente atribuídos à mulher, como os de uma mãe, educadora e administradora doméstica, com as funções do Estado, criando uma analogia entre governo e lar. Essa apropriação dos valores culturais da feminilidade, juntamente com a deliberada projeção de uma identidade andrógina, capaz de combinar a “firmeza masculina” com a “graça feminina”, permitiu-lhe libertar-se dos limites simbólicos que haviam contido suas predecessoras. Assim, ela de fato converteu o gênero em linguagem política e a feminilidade em atributo de Estado (Ivleva, 2015).

A respeito da concepção de poder racional e civilizador da imperatriz, esta encontra sua expressão mais clara na redação do *Nakaz*, ou Instrução, documento que sintetiza o ideal reformista de Catarina. Inspirado nas obras de Montesquieu e Beccaria, o texto propunha reorganizar o sistema jurídico russo e substituir a arbitrariedade pelo primado da lei escrita. No entanto, como assinala Massie (2013), o *Nakaz* era menos um código legal do que um manifesto político e moral, cujo propósito era tanto anunciar à Europa o ingresso da Rússia no concerto das nações civilizadas quanto reafirmar o papel do trono como fonte de justiça e razão. (Massie, 2013). A respeito dessa obra, ela será retratada com mais detalhes mais à frente no texto.

⁵⁴ Catherine II as Female Ruler: The Power of Enlightened Womanhood.

Como destacam Milner-Gulland e Dejevsky (1998), no começo de seu reinado Catarina ainda estava aprendendo a governar, recebendo conselhos sobre reforma institucional e criando comitês para examinar medidas recentes, a maioria iniciadas por ser ex-marido, como a libertação da nobreza e a secularização das terras eclesiásticas. Boa parte das leis e reformas promulgadas nesse período dizia respeito à administração local das províncias, que em grande medida se encontravam em alto grau de desorganização e abandono (Milner-Gulland e Dejevsky, 1998).

Passados esses primeiros anos, mais tímidos, porém de extrema importância. Catarina estava pronta para o anúncio mais dramático de seu reinado: uma convocação, a chamada “Comissão Legislativa”. Essa Comissão muito se assemelhava a antiga instituição czarista, dos tempos de Ivan IV, conhecida como o *Zemskiy Sobor* (Assembleia da Terra). Reunindo 564 delegados de diversas classes, mas excluindo os servos, a assembleia simbolizou uma tentativa de abertura controlada do Estado ao debate público. Entretanto, como ressalta Massie (2013), tratava-se de um fórum meramente consultivo. A imperatriz acompanhava as sessões “atrás de uma cortina”, ouvindo atentamente, mas sem permitir que sua autoridade fosse posta em questão (Massie, 2013).

A assembleia reuniu-se durante cerca de um ano e meio, mas seus resultados acabaram por revelar-se um fracasso. A profunda desigualdade social entre os membros impedia que se chegasse a qualquer consenso, com diversos confrontos emergindo entre as diferentes partes. Rapidamente Catarina percebeu o perigo desses confrontos, e com a eclosão da guerra com o Império Otomano em 1768, a Comissão foi dissolvida (Riasanovsky e Steinberg, 2019; Milner-Gulland e Dejevsky, 1998).

Em relação a mencionada autoridade da czarina, é interessante notar que para Catarina, a autocracia permanecia o único meio viável de manter unido o império, dado sua vastidão e heterogeneidade. Segundo a visão da imperatriz, dividir o poder seria perigoso, e dadas as realidades da Rússia, não havia outro método de governo melhor que a autocracia e a centralização do poder: fragmentar a autoridade significaria abrir espaço para a anarquia; o fracasso da Comissão reforçou em sua mente essa premissa (Massie, 2013).

Durante seu reinado o trono fora o centro de todas as decisões, estando informada de tudo; seus ministros dependiam de sua vontade e eram frequentemente substituídos. Suas ordens cobriam todos os assuntos, das campanhas militares à construção de escolas, das leis ao mobiliário dos palácios. Mesmo quando delegava autoridade, jamais renunciava ao direito de revogar ou corrigir decisões. “Catarina, tendo chegado ao poder

supremo, não tinha a intenção de dividi-lo nem permitir que fosse reduzido.” (Massie, 2013).

Tal interpretação da autocracia fica clara, a partir do mencionado documento redigido por Catarina, o qual foi escrito em antecipação à Comissão Legislativa: o *Nakaz*, ou a Instrução. Neste documento a imperatriz expôs de forma contundente, a sua visão de como a Rússia deveria ser governada e como a sociedade deveria ser organizada. O texto foi inteiramente escrito à mão por Catarina, ao longo de dois anos, e foi fortemente influenciado por obras como *O Espírito das Leis*, de Montesquieu, e *Dos Delitos e das Penas*, de Cesare Beccaria (Riasanovsky e Steinberg, 2019). O objetivo de Catarina com a Instrução era o de completar o trabalho de modernização e organização das leis que haviam sido começadas por Pedro, o Grande, mas que haviam sido negligenciadas nos quarenta anos após sua morte por “governantes preguiçosos e incompetentes.” (Massie, 2013). Ao basear-se inteiramente nos conceitos Iluministas a imperatriz tinha o objetivo de mostrar para toda a Europa, que uma nova era se iniciava na Rússia.

Nesse sentido, o *Nakaz* tinha o objetivo de ser um novo código legal para a nação, o resultado final, contudo, não foi este. A obra acabou por se tornar muito mais um livro que expunha a visão da imperatriz de como a Rússia deveria ser governada, do que um código legal de fato, como destacado por Massie:

O *Nakaz* não era, como Voltaire declarou com entusiasmo, um código de leis, e sim uma coletânea de princípios que Catarina acreditava serem a base de um bom governo e da boa ordem de uma sociedade. Em carta a Frederico, Catarina sugeriu estar muito ciente das discrepâncias entre a Rússia da realidade e a nação que ela almejava: “Devo advertir a Vossa Majestade que encontrará várias partes do documento que talvez pareçam estranhas. Rogo lembrar-se que frequentemente tenho me acomodado ao presente, sem fechar os caminhos para um futuro mais favorável.” (Massie, 2013, cap. 51).

No que tange a última parte da citação, que Catarina se refere a Frederico II, e diz estar se “acomodando ao presente”, trata-se de uma sumarização do que a maior parte de seus críticos posteriores iriam julgá-la por. Isso pois, embora sua obra tenha sido retirada em grande parte das obras dos pensadores iluministas, muitos dos seus preceitos foram “ignorados” ou adaptados pela imperatriz, principalmente aqueles que diziam respeito à divisão do poder (Riasanovsky e Steinberg, 2019).

Ainda assim, o documento introduzia uma série de preceitos inéditos à sociedade russa, e no geral tratou-se de um documento extremamente liberal, de tal modo que chegou a ser banido de circular na França, que se encontrava às vésperas da revolução (Riasanovsky e Steinberg, 2019). No fim, boa parte do documento redigido por Catarina

acabou por ser cortado pela nobreza e pelo Senado russo, com apenas ¼ de seu conteúdo sendo publicado. Entre as diversas partes suprimidas, uma em especial se destaca: a questão da servidão (Massie, 2013).

Se por um lado a razão iluminava o trono, por outro a iluminação não alcançava a base da sociedade. A questão da servidão representou o limite moral e político do despotismo esclarecido. Conforme lembra Massie (2013), cerca de metade da população russa vivia em condição de servidão, considerada propriedade de nobres, do Estado ou da Igreja. A imperatriz reconhecia a injustiça do sistema, mas era politicamente impotente para alterá-lo. Suas tentativas de reforma, como o decreto de 1762 que previa o pagamento de salários aos servos industriais, resultaram em revoltas e repressão. A lição, segundo o autor, foi amarga: “era preciso mais que inteligência e boa vontade para quebrar tradições seculares” (Massie, 2013).

Ainda a respeito do assunto, quando o célebre pensador iluminista Diderot⁵⁵ criticou, em São Petersburgo, a imundice dos camponeses a imperatriz respondeu com agrura: “Por que se preocupariam com a limpeza se a alma deles não lhes pertence?” (Massie, 2013; Riasanovsky e Steinberg, 2019).

Riasanovsky e Steinberg (2019) ressaltam que, embora moralmente contrária à servidão, Catarina compreendia sua função estrutural na manutenção do Estado. A nobreza e o exército, sustentáculos da ordem imperial, dependiam da estrutura senhorial. Nesse sentido, Milner-Gulland e Dejevsky (1998) observam que o século do Iluminismo na Rússia coincidiu, paradoxalmente, com o fortalecimento da escravidão camponesa, revelando os limites em que a razão, sem emancipação, conseguia revolucionar (Milner-Gulland e Dejevsky, 1998; Riasanovsky e Steinberg, 2019).

Em última análise, o reinado de Catarina II expressa as contradições do século XVIII russo: um império iluminado pelo discurso da razão, mas alicerçado na servidão; governado por uma mulher discípula dos *philosophes*, mas que manteve intacta a tradição do poder absoluto. Assim, a chamada “Semíramis do Norte”⁵⁶ simbolizou o auge e o

⁵⁵ Outra celebre interação de Catarina com Diderot foi quando o último criticou veladamente a imperatriz pela lentidão na implementação das reformas na Rússia, no que a primeira respondeu: “você trabalha apenas no papel, que aceita tudo, é suave e flexível, e não oferece obstáculo, nem à imaginação nem à pena, ao passo que eu, pobre imperatriz, trabalho na pele humana, muito mais sensível e melindrosa.” (Massie, 2013, cap. 50).

⁵⁶ Semíramis (ou Semiramis) foi uma lendária rainha assíria, notória na Antiguidade por sua capacidade militar e grandes projetos de construção (como os Jardins Suspensos da Babilônia). No século XVIII, o nome foi usado como uma metáfora para uma governante feminina poderosa, conquistadora e civilizadora, uma figura que combinava genialidade militar com ambição cultural. O epíteto “Semíramis do Norte” foi popularizado por filósofos iluministas como Voltaire, que buscavam na figura de Catarina a prova de que

limite do Despotismo Esclarecido: a tentativa de iluminar o trono sem incendiar o povo, de fazer da razão o ornamento do poder e não o instrumento da liberdade.

3.3.3 Guerras Russo-Turcas: a “Nova Rússia” e o “Projeto Grego”

Pedro, o Grande, resolveu um dos três problemas fundamentais da política externa russa: a Suécia. Catarina, a Grande, enfrentou os outros dois: a Turquia e a Polônia (Riasanovsky e Steinberg, 2019, p. 232, tradução nossa⁵⁷).

A epígrafe acima resume de maneira breve os ímpetus expansionistas do reinado de Catarina. Concomitantemente aos seus esforços de reorganização do aparato estatal, a imperatriz empreendeu projetos militares extensivos, buscando retomar e ampliar o legado de Pedro I. Conforme dizem algumas historiografias: se Pedro fora o conquistador do norte, Catarina fora a conquistadora do sul. Sob seu reinado o Império Russo expandiu-se como força cultural e militar, redefinindo o mapa político da Europa e do Oriente. A partir das vitórias esmagadoras conquistadas neste período, reacendeu-se a ideia da Rússia como herdeira de Bizâncio e isto a consolidou como potência “civilizadora” europeia (Riasanovsky e Steinberg, 2019).

Para entender esse período, é necessário observar que a rivalidade entre a Rússia e o Império Otomano configurou, desde a época de Ivan IV, um dos pontos de maior instabilidade no Leste Europeu, mas que, no século XVIII, essa rivalidade se transformou em uma disputa estrutural. Longe da sua era dourada, o outrora invencível Império Turco-Otomano, com seus temidos janízaros⁵⁸, encontrava-se em franco declínio, engessado em uma casca de tradições e privilégios, que o tornavam incapaz de se reformar e modernizar (Palmer, 1994).

Nesse cenário, a disputa pelo controle do Mar Negro e suas rotas comerciais tornava-se cada vez mais vital para ambos os impérios: para a Rússia, a conquista da região significaria o acesso a mares quentes e a sua integração no comércio mediterrâneo; para os otomanos, tratava-se de manter o equilíbrio de poder e a integridade de sua fronteira setentrional. Conforme analisa Davies (2016), a política externa russa desde

o despotismo poderia ser esclarecido. Cristina da Suécia também foi chamada dessa forma durante o século XII, e assim como Catarina II, também foi chamada de Minerva.

⁵⁷ “It has been said that Peter the Great “solved” one of the three fundamental problems of Russian foreign relations: Sweden. Catherine the Great dealt with the other two: Turkey and Poland.”

⁵⁸ Soldados de elite da infantaria do Império Otomano.

Pedro o Grande se organizava em torno de três vetores de atrito com a Porta⁵⁹: Polônia, Pérsia/Cáucaso e o Canato da Crimeia⁶⁰ (Davies, 2016).

Na década de 1760, esses focos de tensão se entrelaçaram. A influência russa na Polônia, garantida pela eleição⁶¹ de um rei pró-russo (Stanisław August Poniatowski) e pela intervenção constante de São Petersburgo nos assuntos internos do país, provocou um movimento de resistência nacionalista e católica, que ficou conhecido como a Confederação de Bar (1768), buscando se opor à influência russa. Em reação a esse movimento, grupos armados de cossacos e *haidamaky*⁶² ortodoxos, dentro da Comunidade Polaco-Lituana, oriundos da região da Ucrânia oriental, rebelaram-se contra a nobreza polonesa católica, atacando propriedades e cidades próximas à fronteira otomana (Davies, 2016).

Esses episódios de violência, que escapavam ao controle russo, atingiram também súditos da Porta e serviram de pretexto para a declaração de guerra do Império Otomano ao Império Russo. A declaração de guerra, porém, ocorreu de fato em outubro de 1768 quando o embaixador russo em Constantinopla, Alexei Obreskov, foi preso no Forte das Sete Torres, gesto que equivalia à declaração formal de guerra (Davies, 2016).

Catarina, ainda consolidando sua autoridade após o golpe de 1762, e preocupada com questões internas no país, como a Comissão Legislativa, não havia planejado um conflito de grandes proporções. Portanto, seus objetivos na guerra, como destaca Davies (2016), eram inicialmente limitados, contentando-se em assegurar o controle sobre o sul da região da Ucrânia e sobre os portos do Don, sem provocar uma guerra de aniquilação. No entanto, o curso dos acontecimentos rapidamente a empurrou para uma guerra total (Davies, 2016).

⁵⁹ Na linguagem diplomática europeia, a expressão "Porta" (ou "Sublime Porta", do turco *Bab-ı Ali*) era a designação corrente dada ao governo central do Império Otomano. A expressão designava o palácio do sultão, a corte imperial e o próprio centro de decisão política do Império.

⁶⁰ À época a península da Crimeia encontrava-se sob a dominação do Khanato da Crimeia, uma das instituições herdeiras da antiga Horda Dourada. Sob ameaças externas, entre elas a própria Moscúvia, o Khanato em 1478 tornou-se vassalo do Império Otomano, caindo assim sob sua proteção.

⁶¹ A Polônia-Lituânia (também conhecida como Comunidade das Duas Nações) era, nesse período, uma monarquia eletiva, e não hereditária. Isso significa que o novo rei não era automaticamente o filho ou herdeiro do monarca anterior, mas sim eleito pelos nobres (a *Szlachta*). Essa característica, conhecida como "*Liberum Veto*" ou "Liberdade Dourada", dava à nobreza um poder imenso, mas também transformava a eleição em uma oportunidade para potências estrangeiras interferirem. A Rússia, em particular, utilizou sua influência e, muitas vezes, suas tropas para garantir a vitória de candidatos que servissem aos seus interesses geopolíticos, como foi o caso de Poniatowski.

⁶² *Haidamaky* designa grupos paramilitares formados por camponeses, artesãos e cossacos ucranianos da margem direita do Dnieper, então sob domínio da Comunidade Polaco-Lituana. Atuavam de modo irregular e autônomo, promovendo revoltas e saques contra a nobreza local entre os séculos XVII e XVIII. O termo é usado na historiografia para se referir, de modo geral, a esses bandos populares de caráter cossaco e ortodoxo.

Diante desse cenário, o conflito, que ficou conhecido como a Primeira Guerra Russo-Turca (1768–1774), desenrolou-se em dois teatros principais: no baixo Danúbio e nos Bálcãs, sob comando terrestre do general em chefe Pyotr Rumyantsev, e no Egeu, onde uma esquadra russa, enviada desde o Báltico, atacou a frota otomana. No de 1770, Rumyantsev conduziu uma série de campanhas vitoriosas, nas quais exércitos russos numericamente inferiores derrotaram forças turcas muito superiores (Davies, 2016).

Nessas campanhas, um jovem coronel, sob o comando de Rumyantsev, começou a se destacar: Alexander Suvorov. Suvorov viveria para se tornar um dos generais, se não o general mais bem sucedido de toda a história russa, lutando em mais de 50 batalhas, sem nunca ter sido derrotado. Como descreve Chen (2024), Suvorov demonstrava já nesse período as qualidades que definiriam sua carreira: energia inquebrantável, improvisação tática e uma ligação quase paternal com seus soldados. Sua atuação na Segunda Guerra Russo-Turca (1787-1792), lhe renderia o apelido de “flagelo dos turcos” (Davies, 2016; Chen, 2024).

No mesmo ano das vitórias de Rumyantsev, a marinha russa, comandada por Alexei Orlov, obteve uma vitória esmagadora sobre a frota otomana na batalha de Çeşme, no mar Egeu. A destruição quase total da esquadra turca garantiu o domínio russo no Mar Negro e teve enorme repercussão internacional, projetando a imagem de Catarina como soberana reformadora e conquistadora (reforçando sua imagem como Minerva). As vitórias de 1773 e 1774 confirmaram o sucesso russo: em Kozludzha, Suvorov conduziu um ataque decisivo que forçou os otomanos à mesa de negociação (Davies, 2016).

O Tratado de Küçük Kaynarca, assinado em 1774, representou uma virada histórica na região. A Rússia obteve o direito de livre navegação no Mar Negro e nos estreitos, o reconhecimento formal de sua autoridade sobre a proteção dos cristãos ortodoxos dentro do Império Otomano e a independência nominal do Canato da Crimeia, que, na prática, passou a ser um protetorado sob a tutela russa. Como observa Davies (2016), o tratado inseriu definitivamente a Rússia no sistema do Mediterrâneo oriental e alterou o equilíbrio de poder na Europa. Para Catarina, a vitória confirmou a superioridade de sua política racional e projetou seu império como defensor legítimo da fé ortodoxa e da civilização europeia (Davies, 2016; Palmer, 1994; Massie, 2013).

A partir desse triunfo, foi iniciado um projeto de colonização das escassamente povoadas terras férteis ao norte do Mar Negro, na região leste da contemporânea Ucrânia. A essas regiões, que um dia pertenceram a já longínqua instituição do Rus de Kiev, deu-se o nome de “Nova Rússia”. Riasanovsky e Steinberg (2019) observam que a

denominação carregava em si um simbolismo enorme: a “Nova Rússia” expressava o alcance imperial e civilizador do Império, comparando-se as colônias ultramarinas de suas contrapartes na Europa Ocidental, como a “Nova Espanha” ou a “Nova França”. Em pouco tempo a região passaria por uma transformação latente, se tornando um laboratório para as ideias iluministas, trazendo grande “progresso” e modernização para a região (Riasanovsky e Steinberg, 2019; Massie 2013).

O principal artífice dessa transformação foi Grigory Potemkin, conselheiro e confidente da imperatriz, que em 1783 anexou formalmente a Crimeia ao império, contravindo assim, o Tratado de Küçük Kaynarca. Segundo Massie (2013), o projeto de Potemkin possuía uma dimensão civilizadora e moral: construir estradas, cidades e portos; fomentar a agricultura e o comércio; e integrar a população muçulmana “sem destruir sua cultura e religião”. Cidades como Kherson, Nikolaev e Sebastopol tornaram-se bases da nova frota russa do Mar Negro e símbolos da modernização imperial (Massie, 2013).

A grandiosidade do empreendimento atingiu seu auge em 1787, com a viagem triunfal da imperatriz à Crimeia, concebida e organizada por Potemkin. Durante meses, Catarina percorreu o sul do império, acompanhada pelo imperador austríaco José II e por diplomatas europeus, testemunhando o florescimento das novas províncias. O escopo da viagem é ilustrado por Massie no seguinte trecho:

Durante nove anos, Potemkin trabalhou para transformar aquela parte do Sul da Rússia numa área próspera do império. Orgulhoso de suas realizações, insistiu para que a imperatriz fosse ver sua obra. Finalmente ela concordou em ir na primavera e verão de 1787, ano de seu jubileu de prata, quando fazia 25 anos que subira ao trono. Começaram os planos e preparativos para a viagem que seria a mais longa da vida de Catarina e o maior espetáculo público de seu reinado. Por mais de seis meses e mais de 600 quilômetros, ela viajou por terra e água, de trenó, de galera fluvial e carruagem, e confirmou o futuro daquela vasta região. Desde o ano dessa viagem até a invasão alemã, em 1941, e a independência da Ucrânia em 1991, essas terras nunca saíram das mãos russas (Massie, 2013, cap. 67).

A imagem mítica desse triunfo foi eternizada na pintura *Catarina, a Grande, viajando por seu país em 1787*, na qual a soberana aparece conduzida por querubins e observada por Pedro, o Grande (Figura 10).

Figura 10. Catarina, a Grande, viajando por seu país em 1787.



Fonte: Pintor Desconhecido.

Mais tarde surgiram rumores de que Potemkin teria montado “cidades de papelão” para impressionar a soberana, e que todo o suposto desenvolvimento na região não passaria de uma farsa. Esses rumores dariam origem a expressão “cidades Potemkin”. Massie (2013), contudo, argumenta que tais acusações eram exageradas e refletiam mais o ceticismo estrangeiro diante do sucesso russo do que a realidade dos fatos. A viagem, segundo o autor, foi o triunfo de uma administração visionária, que transformou uma “terra periférica” em vitrine do império (Massie, 2013).

O sucesso na Crimeia estimulou ambições ainda mais ousadas. Surgiu assim, o chamado “Projeto Grego”, concebido por Potemkin e apoiado por Catarina, que previa a conquista de Constantinopla e a restauração do Império Bizantino sob proteção russa. Em preparação para este projeto, em 1779, a imperatriz batizou seu neto com o nome de Constantino, confiou-o a uma ama grega e mandou cunhar medalhas com a imagem da

Hagia Sophia. Como observam Riasanovsky e Steinberg (2019), o projeto simbolizava a sobrevivência do ideal da Rússia como Terceira Roma, herdeira de Bizâncio e guardiã da fé ortodoxa, demonstrando assim, uma ambição imperial de caráter messiânico: a restauração do Império Romano do Oriente sob a égide da fé ortodoxa russa. (Riasanovsky e Steinberg, 2019; Massie, 2013).

O desrespeito aos termos do Tratado de Küçük Kaynarca, porém, não passou despercebido pelos otomanos, que diante da anexação da Crimeia declararam guerra novamente a São Petersburgo, em 1787. Buscava-se, assim, a restauração do equilíbrio de poder no Mar Negro. O novo conflito, que ficou conhecido como a Segunda Guerra Russo-Turca, se estenderia até 1792, e confirmou de forma definitiva a hegemonia russa na região (Riasanovsky e Steinberg, 2019).

As forças russas, dessa vez comandadas diretamente por Potemkin e Alexander Suvorov, demonstraram mais uma vez a superioridade militar russa frente aos otomanos. Ao longo de 5 anos, os soldados russos conquistaram vitórias atrás de vitórias, destacando-se aqui o cerco a Ochakov (1788), as batalhas de Focșani e Rymnik (1789), onde Suvorov obteve vitórias decisivas, derrotando contingentes otomanos muito superiores; e o cerco a Ismail (1790), onde o general conduziu pessoalmente o assalto à fortaleza, que era considerada por muitos como inexpugnável. Chen (2024) descreve a tomada de Ismail como “um dos feitos mais impressionantes e sangrentos da história militar russa”, onde a disciplina e a audácia de Suvorov superaram a resistência inimiga. Pela vitória, recebeu de Catarina o título de Conde de Rymnik (Davies, 2016; Chen, 2024).

A vitória em Ismail rendeu a Suvorov grande prestígio internacional, e anos mais tarde o famoso poeta inglês George Byron escreveria a respeito da vitória de general no cerco a fortaleza em sua lendária poesia *Don Juan*:

*Herói, bufão, demônio a meio-pelo e imundo,
Reza, instrui, devasta e saqueia o mundo;
Ora é Marte, ora Momo; e ao ter de dar assalto
A um forte, um Arlequin na farda de alto.
(Don Juan, Canto VII, est. LV, Byron, 1823, tradução nossa⁶³).*

O conflito encerrou-se com o Tratado de Jassy, assinado em 1792, que confirmou a anexação da Crimeia e fixou a fronteira russa no rio Dniester. Conforme Riasanovsky e Steinberg (2019), o tratado consolidou o domínio russo sobre o norte do Mar Negro e

⁶³ “Hero, buffoon, half-demon and half-dust, praying, teaching, ravaging, plundering; now Mars, now Momus; and when bent to storm A fortress, Harlequin in uniform.”

transformou a Rússia em potência mediterrânea, coroando o processo iniciado duas décadas antes (Riasanovsky e Steinberg, 2019; Davies, 2016).

As guerras russo-turcas de 1768–1774 e 1787–1792 foram, portanto, o ápice da política de Catarina II e uma das mais claras manifestações de sua filosofia de governo. Sob o manto da razão e da civilização, o império se expandiu tanto como força cultural quanto militar, redefinindo no processo todo o mapa político da Europa e do Oriente. Ademais, ao anexar a Crimeia e transformar o Mar Negro em um “mar russo” a imperatriz consolidou o domínio do sul, realizando na prática o que Pedro havia idealizado em sua primeira campanha militar contra os otomanos um século antes (Davies, 2016). Além disso, foi reacendida a ideia da Terceira Roma, com a Rússia chegando, mais perto do que nunca, de conquistar Constantinopla. Por fim, como sintetizam Riasanovsky e Steinberg (2019), a Rússia de Catarina, durante essas guerras encarnou-se como “um Iluminismo de conquista”, no qual a glória e o poder tornaram-se os fundamentos da expansão do Estado (Riasanovsky e Steinberg, 2019).

3.3.4 As Partições da Polônia e o Legado de Catarina II

Após consolidar o domínio russo no sul, através da conquista da Crimeia e do controle do Mar Negro, Catarina voltou sua atenção para o flanco ocidental do império, onde a Polônia-Lituânia, debilitada por décadas de conflitos internos, encontrava-se vulnerável, pronta para ser tomada. Se a guerra contra os otomanos havia sido apresentada como o cumprimento de uma missão civilizadora, a desintegração da Polónia representaria, sob outro aspecto, a face mais pragmática e fria da política de poder da imperatriz. Como observa Riasanovsky e Steinberg (2019), a conquista do sul podia ser vista como “lógica e natural”, mas a partição da Polónia inaugurou um problema duradouro na política europeia (Riasanovsky e Steinberg, 2019).

A República das Duas Nações, ou Polónia-Lituânia, outrora um dos maiores Estados do continente europeu, encontrava-se enfraquecida por uma estrutura política arcaica. O sistema *do liberum veto*, que permitia a qualquer nobre vetar as decisões do *Sejm* (Assembleia legislativa central da nobreza polonesa e lituana), transformara o governo em uma paralisia institucional. As sucessivas “confederações”, alianças armadas de facções rivais, corroíam a autoridade central, somado a isso, ainda havia a questão do trono eletivo, o qual abria amplo espaço à interferência estrangeira. Riasanovsky e Steinberg (2019), descrevem essa forma de governo como “uma anarquia temperada por

guerra civil”, um Estado que, na prática, ao buscar preservar os privilégios da nobreza, perdeu a sua capacidade de autogestão e defesa (Riasanovsky e Steinberg, 2019).

Desde 1764, a Rússia havia imposto no trono polonês um monarca de sua confiança, Stanisław August Poniatowski, antigo amante de Catarina. Sua eleição foi garantida pela presença de tropas russas em Varsóvia, e despertou um profundo ressentimento entre a nobreza católica, que via na Rússia uma ameaça à soberania polonesa e à hegemonia religiosa (a Rússia pressionava por direitos iguais a populações ortodoxas dentro da Polônia, o que ia contra os interesses da nobreza católica). O descontentamento culminou na Confederação de Bar (1768–1772), um movimento armado que proclamava a defesa da fé católica e a independência nacional (Davies, 2016).

Iniciou-se, então, um período de guerra civil na Polônia que muitas vezes ultrapassava suas fronteiras, provocando incidentes (como os que levaram à eclosão da Primeira Guerra Russo-Turca) e disseminando instabilidade por toda a Europa Central. Entre os países que mais sentiram o colapso da ordem interna polonesa estava a Prússia. Vitoriosa na Guerra dos Sete Anos e ainda sob o governo do ambicioso Frederico II, a monarquia prussiana viu na desordem polonesa não um problema, mas uma oportunidade. Com grande pragmatismo e frieza, Frederico II propôs a seus vizinhos um compromisso: a divisão de partes do território polonês. O acordo, firmado secretamente em São Petersburgo em fevereiro de 1772 e oficializado em agosto do mesmo ano, tinha como objetivo compensar cada uma das grandes potências na região, harmonizando rivalidades e preservando o equilíbrio de poder entre elas. (Riasanovsky e Steinberg, 2019; Davies, 2016).

Dessa forma, a Primeira Partição da Polônia (1772) marcou o início da dissolução do Estado polonês. A Rússia anexou grande parte da Bielorrússia oriental (Polotsk, Vitebsk, Mogilev e Gomel) somando mais de 90.000 quilômetros quadrados; a Áustria recebeu a Galícia e a Lodomeria, enquanto a Prússia garantiu um corredor territorial entre Pomerânia e a Prússia Oriental. Segundo Davies (2016), a Polónia perdeu cerca de um terço de seu território e mais de 4 milhões de habitantes. O ato, embora justificado como “restauração da ordem”, representou a primeira grande amputação de um Estado europeu moderno alterando perigosamente o equilíbrio de poder no continente (Riasanovsky e Steinberg, 2019).

Os anos seguintes testemunharam um breve esforço de regeneração política polonesa. Inspirados pelos ideais do Iluminismo e pelos exemplos de reformas vindas do Ocidente, os deputados de Varsóvia aprovaram em 1791 uma nova Constituição, a

primeira moderna da Europa. O documento abolia o *liberum veto*, tornava hereditário o trono e instituiu um governo central forte, rompendo com séculos de paralisia aristocrática. Contudo, para Catarina, e Frederico II, que viam o renascimento polonês como ameaça direta à suas influências, a reforma equivalia a um ato hostil (Riasanovsky e Steinberg, 2019).

Em 1792, sob patrocínio russo, um grupo de nobres conservadores formou a Confederação de Targowica, apelando à imperatriz em nome da “liberdade da nobreza” e da “antiga ordem”. Essa manobra diplomática forneceu o pretexto para uma nova intervenção militar. Tropas russas invadiram a Polônia e, sob pressão conjunta de São Petersburgo e Berlim, o país sofreu uma nova mutilação. A Segunda Partição da Polônia (1793) reduziu o território polonês à metade: a Rússia anexou a região equivalente a contemporânea Ucrânia oriental e a Bielorrússia ocidental, enquanto a Prússia incorporou Gdansk, Torun e a região da Posnânia. A Áustria, então envolvida nas guerras revolucionárias contra a França, não participou desta repartição (Riasanovsky e Steinberg, 2019).

Diante do desmembramento de seu país os poloneses responderam em março de 1794 em um último ato de resistência. Liderados pelo general Tadeusz Kościuszko, veterano da Revolução Americana, uma grande insurreição patriótica buscou restaurar a independência da Polônia e resistir à ocupação estrangeira. Mais uma vez, a Prússia e a Rússia mobilizaram-se. Para lidar com a revolta, Catarina enviou Suvorov, cuja reputação há muito o precedia. Como relata Chen (2024), Suvorov derrotou Kościuszko em Maciejowice, capturando-o vivo, e em novembro de 1794 ordenou o assalto ao subúrbio de Praga⁶⁴, em Varsóvia, o episódio resultou em um massacre de civis e levou a rendição da cidade. No ano seguinte, em 1795, consumou-se a Terceira Partição: Rússia, Prússia e Áustria dividiram entre si o restante do território polonês, apagando do mapa um Estado que por séculos fora ponte entre Oriente e Ocidente. O rei Poniatowski abdicou, encerrando simbolicamente a história da República das Duas Nações (Riasanovsky e Steinberg, 2019; Chen 2024). As repartições podem ser observadas nas Figuras 11 e 12.

Riasanovsky e Steinberg (2019) observam que a destruição da Polônia completou o ciclo expansionista iniciado com Pedro, o Grande. O império russo dominava agora o norte, o sul e o oeste, projetando-se não mais como uma potência nas periferias da Europa, mas como um ator cujas garras estendiam-se até o centro do continente. O custo real desta

⁶⁴ Praga, neste contexto, refere-se ao distrito histórico de Varsóvia localizado na margem leste do Rio Vístula. Não deve ser confundido com a capital da Boêmia (hoje República Tcheca).

Figura 11. As Partições da Polônia.



Fonte: Encyclopaedia Britannica, Inc., 2015.

Nota: Legenda do mapa em ordem da esquerda para a direita — Primeira Partição (1772): Terras anexadas pela Áustria, Prússia e Rússia. Segunda Partição (1793): Terras anexadas pela Prússia e pela Rússia. Terceira Partição (1795): Terras anexadas pela Áustria, Prússia e Rússia.

expansão, porém, viria a ser cobrado ao longo dos próximos séculos, a instabilidade gerada pela partição gerou cicatrizes profundas na região, causando instabilidades e prenunciando novos desequilíbrios no Concerto Europeu (Riasanovsky e Steinberg, 2019).

Apesar disso, o reinado de Catarina encerrou-se com a Rússia mais poderosa, estável e culturalmente vibrante do que jamais fora. As conquistas territoriais, do Báltico ao Mar Negro, foram acompanhadas de uma expansão intelectual sem precedentes. Como escreve Massie (2013):

Catarina deu continuidade ao legado de Pedro. Ele ofereceu à Rússia uma “janela para o Ocidente” na costa do Báltico, construindo uma cidade para se tornar sua capital. Catarina abriu outra janela, no mar Negro, onde Sebastopol e Odessa eram suas joias. Pedro importou tecnologia e instituições governamentais. Catarina trouxe da Europa filosofia moral, política e jurídica, literatura, arte, arquitetura, escultura, medicina e educação. Pedro criou a Marinha e organizou um Exército que derrotou um dos melhores militares europeus. Catarina fundou a maior galeria de arte da Europa, hospitais, escolas e orfanatos. Pedro cortou a barba e os longos mantos dos nobres. Catarina os

persuadiu a tomar vacina contra a varíola. Pedro fez da Rússia uma grande potência. Catarina amplificou esse poder e desenvolveu uma cultura que, durante o século seguinte, produziu, entre outros, Derzhavin, Pushkin, Lermontov, Gogol, Dostoiévski, Tolstoy, Turgenev, Tchekov, Borodin, Rimsky Korsakov, Mussorgsky, Glinka, Tchaikovsky, Stravinsky, Petipa e Diaghilev. Esses artistas e suas obras são parte do legado de Catarina à Rússia. (Massie, 2013, cap. 73).

Dessa forma, ao contrário de Pedro, que impôs a modernidade pela força, Catarina consolidou o poder pelo convencimento e pela cultura. Se ele construiu o império com o aço e a vontade, ela o revestiu de razão e beleza. Juntos, moldaram o destino da Rússia moderna. Pedro abriu uma janela; Catarina construiu um palácio inteiro ao redor dela.

Figura 12. A Queda da Polônia.



Fonte: Matejko Jan, 1866.

Nota: A Queda da Polônia, de Jan Matejko, retrata o protesto dramático de Tadeusz Rejtan (embaixo, à direita) no *Sejm* em Varsóvia, em 1773. A cena simboliza a resistência desesperada de alguns nobres poloneses contra a ratificação da Primeira Partição da Polônia. Rejtan é representado atirado ao chão, na porta da câmara, em uma tentativa fútil de impedir fisicamente que os deputados (muitos dos quais haviam sido subornados ou intimidados) entrassem para aprovar o tratado. A obra retrata de maneira poderosa a ideia do patriotismo traído e da paralisia política que permitiu que as potências vizinhas eliminassem a soberania do Estado Polonês.

3.4 Os Últimos 100 anos do Império

Com a morte de Catarina II, em 1796, ascendeu ao trono seu filho, Paulo I, encerrando o longo ciclo das imperatrizes e inaugurando uma nova fase na história russa. Seu reinado, ainda que breve, foi marcado pela tentativa de reverter parte de seu legado materno e restaurar uma ordem mais rígida e centralizada, inspirada no modelo militar de Pedro III. Como observam Riasanovsky e Steinberg (2019), seu governo representou uma breve, mas reveladora tentativa de inverter o curso que a Rússia seguia desde Pedro, o Grande. Caracterizado por um temperamento impulsivo e por uma personalidade desconfiada, Paulo via-se como restaurador da disciplina e da moral, mas sua inconstância tornaria seu reinado um dos mais erráticos da história imperial (Riasanovsky e Steinberg, 2019).

Internamente, o novo czar procurou limitar o poder da nobreza e reintroduzir o rigor autocrático. Revogou parte das concessões feitas por Catarina, como a Carta à Nobreza e a Carta às Cidades, restringindo liberdades locais e reafirmando o controle direto do Estado. Em 1797, promulgou a Lei de Sucessão ao Trono, que instituiu a primogenitura masculina e encerrou o ciclo de sucessões instáveis que, por quase um século, haviam alternado imperadores e imperatrizes. Essa lei trouxe à dinastia uma estabilidade institucional inédita, ainda que a custo de crescente isolamento político. Buscou também aliviar, de forma tímida, as condições do servilismo, com o decreto que determinava três dias de trabalho para o senhor e três para si, medida que acabou sendo mais simbólica do que prática (Milner-Gulland e Dejevsky, 1998; Antonov, 2011).

Se internamente sua política foi marcada por autoritarismo e censura, externamente Paulo revelou-se ainda mais volátil. À época do imperador, a Europa passava por transformações drásticas em seu mapa político: a Revolução Francesa havia derrubado a monarquia no país e ameaçava subverter toda a ordem continental. Nesse cenário, em um primeiro momento, o czar alinhou-se às potências contrarrevolucionárias, juntando-se à Segunda Coalizão ao lado da Inglaterra, Áustria, Nápoles e Turquia, em uma aliança contra a França revolucionária. Nestas campanhas, a Rússia assumiu um importantíssimo papel (Milner-Gulland e Dejevsky, 1998; Riasanovsky e Steinberg, 2019).

Sob comando de Alexander Suvorov⁶⁵, o exército russo obteve vitórias notáveis na Itália e na Suíça (1799), libertando Milão e Turim do domínio francês, revertendo todo o progresso feito por Napoleão em suas campanhas na Itália, além de realizar a famosa travessia dos Alpes⁶⁶, uma das operações mais ousadas da história militar russa (ver Figura 13). Simultaneamente, no Mediterrâneo, a frota de Fiódor Ushakov conquistou as Ilhas Jônicas, criando uma república sob protetorado russo-turco e assegurando à Rússia uma presença direta no mar Adriático (Riasanovsky e Steinberg, 2019; Longworth, 1966).

Tais vitórias elevaram muito o prestígio do Império Russo, e o alavancaram como uma das principais potenciais da Coalização. Apesar disso, a política de alianças de Paulo mostrou-se tão instável quanto seu temperamento. Irritado com o que considerava traições de seus aliados, sobretudo a Áustria, que avançava ocupando territórios italianos libertados pelos russos, e a Grã-Bretanha, cuja frota se recusava a apoiar as ambições russas no Mediterrâneo e negava reconhecimento às conquistas navais de Ushakov nas Ilhas Jônicas, o czar rompeu abruptamente com a coalizão (Riasanovsky e Steinberg, 2019).

Aos olhos de Paulo I, Londres havia abandonado São Petersburgo à própria sorte, tratando a Rússia como força de sacrifício para fins britânicos, como conclui Riasanovsky e Steinberg (2019), “Paulo I sentiu-se traído pelos aliados ocidentais, em especial pelos britânicos, cuja política era tão egoísta quanto fria.” Desencantado com seus antigos

⁶⁵ Após anos de afastamento durante o reinado de Catarina II, motivado por desentendimentos com a corte, Suvorov foi chamado de volta ao serviço ativo por Paulo I em 1799 e, após as vitórias iniciais na campanha da Itália, foi elevado ao título de Generalíssimo do Exército Russo, o mais alto posto militar do império, concedido apenas a raras figuras, como Pedro, o Grande. Longworth (1966) observa que o czar via em Suvorov não apenas um comandante, mas o símbolo de virtude e disciplina que desejava restaurar no exército russo. (Longworth, 1966).

⁶⁶ Durante a campanha italiana de 1799, Suvorov libertou Milão e Turim, mas, após sucessivas divergências com os austríacos, que se recusavam a cooperar com suas operações e assumiram unilateralmente o comando das forças na Lombardia, o generalíssimo foi obrigado a recuar pela Suíça para evitar o cerco por tropas francesas. Essa retirada estratégica o levou à célebre travessia dos Alpes, executada sob condições extremas e com recursos limitados. Segundo Longworth (1966), os soldados marcharam sobre penhascos cobertos de gelo, arrastando canhões por trilhas quase intransitáveis, enquanto homens e cavalos deslizavam para a morte nas ravinas. Em determinado momento, diante de um princípio de motim, Suvorov ordenou que cavassem uma cova diante dele e exclamou: “Enterrem-me aqui! Deixem seu general aqui! Vocês já não são meus filhos, e eu já não sou seu pai! Nada mais me resta senão morrer!”, esse gesto devolveu a coesão moral às tropas. O episódio culminou na batalha da Ponte do Diabo (*Teufelsbrücke*), onde, sob fogo cerrado francês e com 1200 baixas, os russos conquistaram o desfiladeiro à baioneta. As palavras “Suvorov Vitorioso”, gravadas em rocha, marcaram o local da vitória. O marechal, então com quase setenta anos, recusou-se a ser carregado e caminhou a pé entre os soldados por toda travessia, encorajando-os pessoalmente. Nenhum exército europeu desde Aníbal havia cruzado os Alpes em circunstâncias tão desesperadoras e nenhum o fizera com tamanho êxito moral. Embora as perdas tenham sido severas, a manobra salvou o exército russo e consolidou a reputação de Suvorov como o “general invicto”, elevando enormemente o prestígio de Paulo I. É significativo notar que Napoleão Bonaparte atravessaria os Alpes apenas um ano depois, em 1800, em condições muito mais favoráveis e sobre rotas já parcialmente conhecidas, o que torna a façanha de Suvorov ainda mais extraordinária (Longworth, 1966).

Figura 13. Suvorov cruzando os Alpes.



Fonte: Surikov Vasily, 1899.

parceiros, o monarca passou a ver em Napoleão uma nova figura de ordem e estabilidade após o caos revolucionário. Essa guinada, é interpretada por Antonov (2011) como um reflexo da personalidade errática do imperador, marcando uma virada inesperada na diplomacia russa, muito se assemelhando a mudança brusca que seu pai havia realizada na Guerra dos 7 Anos algumas décadas atrás (Riasanovsky e Steinberg, 2019; Antonov, 2011).

Em 1800, Paulo formou a Segunda Liga da Neutralidade Armada, reunindo Rússia, Dinamarca, Suécia e Prússia em uma aliança contra o domínio marítimo britânico. Pouco depois, reconheceu formalmente o governo de Napoleão Bonaparte e iniciou tratativas para uma aliança franco-russa. O gesto mais extravagante de sua política foi o plano de atacar as Índias Orientais britânicas, chegando a ordenar que os cossacos do Don marchassem pela Ásia Central rumo à Índia, em uma expedição temerária que se trava mais de um impulso do que uma estratégia racional. O plano foi abandonado após sua

morte, mas ilustra o grau de volatilidade que caracterizou sua política externa (Riasanovsky e Steinberg, 2019).

Em março de 1801, um complô formado por nobres e oficiais do exército, descontentes com seus caprichos e excentricidades, assassinou o czar no Castelo de São Miguel, em São Petersburgo. Sua morte não apenas encerrou um reinado turbulento, mas também demonstrou que o poder imperial, embora absoluto, tinha limites impostos pela própria nobreza. Com a ascensão de Alexandre I, seu filho, a Rússia ingressaria em uma nova etapa: mais moderada e diplomática, mas ainda marcada pelo legado expansionista e pela busca de equilíbrio no sistema europeu (Antonov, 2011).

Jovem e culto, Alexandre I foi educado sob a orientação do preceptor suíço La Harpe, e trazia de volta consigo o ideal dos déspotas iluminados. Filho de um imperador tradicionalista e neto de uma imperatriz esclarecida, o jovem imperador parecia ter herdado de ambos os traços opostos, mas que ao mesmo tempo, foram complementares: de seu pai, Alexandre I herdara o senso de dever e disciplina, enquanto de Catarina II herdara o impulso filosófico e o sonho reformador. Assim como sua avó, o novo imperador aspirava governar pela razão e pelo exemplo moral e, assim como ela, acabaria dividido entre o ideal e a frieza da realidade do poder (Riasanovsky e Steinberg, 2019).

Nos primeiros anos de seu governo, Alexandre buscou restaurar a imagem benevolente do trono e aliviar as tensões herdadas do reinado de seu pai. Com esse objetivo, o jovem imperador reverteu várias das medidas repressivas de Paulo, restabelecendo a chamada Carta à Nobreza e à Cidades⁶⁷, além de suavizar a censura e abolir a tortura (Riasanovsky e Steinberg, 2019).

No que diz respeito a seu lado reformista, o imperador reabriu universidades e formou o chamado “Comitê Não-Oficial”, composto por jovens aristocratas de mentalidade liberal como Stroganov, Czartoryski, Kochubey e Novosiltsev que serviriam como conselheiros nos primeiros anos de seu reinado. Sob sua influência, Alexandre ensaiou uma série de reformas administrativas e educacionais que dariam à Rússia uma aparência de modernidade institucional. Tal como Catarina em sua juventude de poder, ele acreditava que a razão e o conhecimento poderiam civilizar o império e harmonizar a

⁶⁷ As Cartas à Nobreza e às Cidades (*Gramoty dvorianstvu i gorodam*), promulgadas por Catarina II em 1785, eram estatutos que formalizavam os direitos corporativos da nobreza e das elites urbanas do Império Russo. A primeira garantia à nobreza privilégios como isenção de impostos, direito de propriedade plena e autonomia administrativa local; a segunda reconhecia às cidades um grau limitado de autogoverno municipal e representação. Essas cartas foram revogadas ou no mínimo negligenciadas sob o governo de Paulo I, e agora era restabelecidas por Alexandre I, como sinal de reconciliação com a aristocracia (Riasanovsky e Steinberg, 2019).

autoridade com a justiça (Milner-Gulland e Dejevsky, 1998; Riasanovsky e Steinberg, 2019).

O ponto alto do esforço de racionalização durante seu reinado foi a atuação de Mikhail Speransky, jurista e estadista de formação clerical, filho de um sacerdote provincial, que ascendeu por mérito intelectual e tornou-se o principal teórico do Estado sob o governo de Alexandre. Caracterizado por sua profunda inclinação legalista e fortemente influenciado pelas ideias do Iluminismo francês, Speransky acreditava, assim como a jovem Catarina II, que a autocracia só poderia sobreviver se se revestisse de bases racionais e jurídicas. Nesse sentido, entre 1808 e 1811, foi responsável por elaborar uma ampla reforma no Estado, criando o Conselho de Estado, órgão consultivo encarregado de examinar projetos de lei e servir de intermediário entre o imperador e a administração. Além disso, reorganizou os antigos colégios petrinos em ministérios especializados e redigiu um projeto de Constituição, que, embora jamais fosse implementado, previa um sistema hierarquizado de governo e tribunais subordinados à autoridade imperial (Riasanovsky e Steinberg, 2019).

Segundo Riasanovsky e Steinberg (2019), tratou-se do maior esforço de racionalização administrativa desde Pedro, o Grande. Em sua correspondência, Alexandre referia-se a Speransky como “meu Diderot russo”, o que ilustra a afinidade intelectual entre o czar e o espírito reformista de sua avó. Contudo, como ocorrera com Catarina, o impulso reformador logo seria sufocado pelas pressões externas e pelo temor das consequências políticas que a razão, levada às últimas consequências, poderia trazer a um trono autocrático (Riasanovsky e Steinberg, 2019).

Embora esse esforço reformista inicial tenha sido significativo, na realidade o que seria o centro gravitacional de seu reinado seria a política externa europeia. Inicialmente cauteloso em relação às potências ocidentais, o imperador logo se viu arrastado para o turbilhão das Guerras Napoleônicas, e dessa vez a Rússia não teria o generalíssimo para liderar suas tropas, pois Alexander Suvorov falecera em 18 de maio de 1800, em São Petersburgo, poucos meses após retornar da campanha dos Alpes. Em 1805, aderiu à Terceira Coalizão contra a França, ao lado de Inglaterra, Áustria e Suécia. A campanha que seguiu terminou em desastre, a derrota em Austerlitz, aniquilou os exércitos aliados, dando a Napoleão uma de suas maiores vitórias em toda a guerra. A derrota, impactou profundamente o czar e abalou sua fé no racionalismo político que herdara do Iluminismo. Dois anos depois, na Quarta Coalizão (1806–1807), novas derrotas em Eylau e Friedland levaram Alexandre a buscar a paz (Milner-Gulland e Dejevsky, 1998; Antonov, 2011).

A partir disso, deram-se início às negociações de paz entre França e Rússia. Como resultado dessas tratativas, chegou-se ao Tratado de Tilsit (1807), que foi assinado pessoalmente entre Alexandre I e Napoleão Bonaparte, às margens do rio Niemen. Riasanovsky e Steinberg (2019), destacam que as negociações de Tilsit foram conduzidas quase inteiramente entre os dois soberanos, muitas vezes sem a presença tradicional de chanceleres ou diplomatas. Napoleão, muito mais experiente e seguro que Alexandre, explorou a inexperiência do czar para retirar vantagens significativas para si (Antonov, 2011; Riasanovsky e Steinberg, 2019).

Fascinado pela personalidade de Bonaparte, o czar acabou por aceitar um acordo desigual, onde reconheceria o bloqueio continental contra o Reino Unido, e consentiria com reorganização da Europa sob hegemonia francesa. Em troca a Rússia receberia apenas o reconhecimento da sua influência sobre a Finlândia, o Cáucaso e o Reino da Polônia. Riasanovsky e Steinberg (2019), descrevem o tratado como “o ponto mais baixo do prestígio russo no século XIX”, um pacto humilhante que a nobreza considerou uma capitulação moral diante da França revolucionária (Riasanovsky e Steinberg, 2019).

Ainda assim, o período de paz atingindo permitiu a Alexandre consolidar uma nova rodada de expansão territorial russa. Em 1808–1809, iniciou-se uma guerra contra a Suécia que resultou na anexação da Finlândia, que fora transformada em Grão-Ducado autônomo sob a coroa russa. No sul, sucessivas campanhas contra a Pérsia (1804–1813) e o Império Otomano (1806–1812) garantiram o domínio russo sobre o Cáucaso, a Geórgia, a Bessarábia e novas áreas na costa do Mar Negro⁶⁸. Essas conquistas, embora discretas, ampliaram o império e completaram o arco expansionista iniciado por Catarina II (Riasanovsky e Steinberg, 2019).

A paz, porém, não duraria muito tempo, e após um período de crescente deterioração nas relações entre São Petersburgo e Paris, o Tratado de Tilsit foi rompido, e em 1812 as duas nações encontravam-se mais uma vez em guerra. Entre os motivos que causaram o reacendimento do conflito estava a latente rivalidade entre os dois impérios.

⁶⁸ O avanço russo em direção ao Cáucaso e à Ásia Central durante o reinado de Alexandre I marcou também os primórdios do chamado Grande Jogo, um prolongado confronto diplomático e estratégico entre o Império Russo e o Império Britânico pela supremacia na Ásia Central. Conforme explica Shvangiradze (2024), embora o termo tenha sido cunhado apenas décadas depois, suas raízes remontam à rivalidade do início do século XIX, quando o avanço russo em direção ao mar Cáspio e ao Afeganistão passou a ser visto por Londres como uma ameaça à segurança da Índia Britânica. Desde então, a região transformou-se em um verdadeiro “tabuleiro geopolítico”, no qual ambas as potências buscaram, por meio de tratados, espionagem e guerras indiretas, assegurar esferas de influência. Essa desconfiança anglo-russa, já perceptível desde o reinado de Paulo I, e intensificada sob Alexandre, moldaria profundamente a diplomacia europeia do século XIX e XX, perdurando assim, pelo reinado de todos os imperadores a seguir (Shvangiradze, 2024).

Alexandre desconfiava da ambição universal de Napoleão e ressentia-se do bloqueio continental, que afetava gravemente o comércio russo e prejudicava enormemente a economia nacional. Napoleão por sua vez, via com desconfiança a expansão russa na Finlândia e no Cáucaso, interpretando-a como um desafio à sua hegemonia. Por fim, as tensões sobre a Polônia, que permanecia como ponto sensível entre as duas potências, agravaram o impasse e transformaram os jovens aliados em inimigos novamente (Riasanovsky e Steinberg, 2019).

Em junho de 1812, a *Grande Armée*, com mais de 450 mil homens, cruzou o rio Niemen e invadiu o território russo. Dessa vez, o czar recusou-se a negociar e declarou que não faria paz “enquanto um só soldado inimigo permanecer em solo russo”. A estratégia adotada pelas forças russas foram as mesmas empregadas contra o exército sueco em 1700 na Grande Guerra do Norte, tudo no caminho do exército invasor deveria ser queimado, a terra deveria ser arrasada, conduzindo o inimigo cada vez mais para o seu interior. A Batalha de Borodino (setembro de 1812), embora indecisa, exauriu ainda mais as já exaustas forças francesas. Napoleão, diferentemente de Carlos XII, conseguiu alcançar Moscou, apenas para encontrar uma cidade evacuada e incendiada. Frustrado, e sem conseguir a batalha decisiva que tanto procurava, o imperador francês decidiu recuar durante o inverno⁶⁹ (ver figura 14), decisão esta que rapidamente se transformou em desastre, marcando o início do colapso de seu império, e transformando Alexandre em herói da Europa (Riasanovsky e Steinberg, 2019).

Após o triunfo de 1812, a Rússia assumiu a liderança das coalizões europeias contra a França. Alexandre acompanhou pessoalmente as campanhas de 1813–1814, participando da vitória em Leipzig, a “Batalha das Nações”, e da entrada triunfal das forças aliadas em Paris. O czar, que apenas uma década antes fora derrotado em Austerlitz, agora era saudado como o libertador do continente. Sua reputação alcançou proporções quase messiânicas: “Alexandre, o Abençoado”, era como era chamado por seus contemporâneos (Antonov, 2011).

⁶⁹ Embora a tradição popular e a propaganda europeia tenham creditado a derrota de Napoleão ao rigor do inverno russo, como pode ser observado na figura 14, estudos recentes apontam que o fator decisivo foi a estratégia militar russa. Conforme destaca Manáev (2021), o mito do frio devastador foi amplamente difundido pela imprensa francesa e britânica como forma de minimizar o êxito dos generais russos e da resistência popular. Na realidade, tanto o exército russo quanto o francês enfrentaram temperaturas semelhantes, e a derrota de Napoleão resultou da combinação entre o esgotamento logístico, a tática de terra arrasada e o desgaste moral das tropas durante a retirada (Manáev, 2021).

Nos anos seguintes, o imperador tornar-se-ia introspectivo, místico e atormentado por sentimentos de culpa, advindos da morte do pai e pela devastação provocada pelas guerras. Como resultado direto desse processo, decidiu afastar Speransky do governo e confiou a administração interna ao severo conde Arakcheev, figura controversa que é creditada como criador de assentamentos militares, que combinavam agricultura e disciplina castrense. Dessa forma, fica claro como idealismo do jovem reformador deu lugar a um autoritarismo espiritualizado, muito semelhante ao de Catarina II em seus últimos anos (Milner-Gulland e Dejevsky, 1998).

O imperador morreu subitamente em Taganrog, em 1825, cercado por um manto de mistério. Começou a se espalhar um rumor de que o czar não morrera, mas havia abdicado para viver como eremita sob o nome de Fiódor Kuzmich. Entre razão e fé, entre o iluminismo e a autocracia, Alexandre I deixou um império mais vasto e respeitado do que jamais fora, mas também mais introspectivo e conservador (Riasanovsky e Steinberg, 2019).

Como observa Riasanovsky e Steinberg (2019), Alexandre encarnou “o paradoxo russo do século XIX, o czar iluminado que libertou a Europa, mas manteve sua própria nação em servidão”. Nesse paradoxo ecoa o destino de sua avó: ambos acreditaram poder civilizar pela razão, mas terminaram reféns da autocracia que pretendiam moralizar. Sob Alexandre, a Rússia consolidou-se definitivamente como potência europeia, estendendo sua influência de Helsinque a Paris, de Tbilisi a Varsóvia. No palco continental, tornou-se árbitro e guardião da ordem; dentro de suas fronteiras, porém, a promessa de reforma permanecia inacabada, herança direta de Catarina, cuja luz o neto procurou reviver, mas cuja sombra jamais conseguiu dissipar (Riasanovsky e Steinberg, 2019).

3.4.1 Nicolau I: O Ápice da Autocracia

Aqui [no exército] há ordem, há uma legalidade estrita e incondicional, nenhuma pretensão impertinente de saber todas as respostas, nenhuma contradição — todas as coisas decorrem logicamente umas das outras; ninguém comanda antes de ter aprendido a obedecer; ninguém se adianta a outro sem uma razão legítima; tudo está subordinado a um objetivo definido, tudo tem um propósito. É por isso que me sinto tão bem entre essas pessoas e porque sempre honrarei a vocação do soldado. Considero toda a vida humana apenas como um serviço, porque todos servem. (Nicolau I, *apud* Riasanovsky, 1959, p. 7, tradução nossa⁷⁰).

A ascensão de Nicolau I ao trono russo ocorreu sob incerteza e crise. Quando Alexandre I morreu inesperadamente em 1825, em Taganrog, não havia uma sucessão claramente estabelecida. Seu irmão mais velho, Constantino, havia abdicado secretamente em 1822, mas essa renúncia não fora amplamente divulgada, criando um vácuo político que deixou o exército e a nobreza em dúvida sobre quem deveria ser o novo czar. Durante semanas, a confusão dividiu a elite imperial até que Nicolau, inicialmente hesitante, assumiu formalmente o trono.

Durante o interregno, porém, ocorreu a chamada Revolta Dezembrista, o primeiro grande levante político moderno da Rússia. Oficiais do exército, inspirados pelos ideais liberais e constitucionais que haviam conhecido nas guerras napoleônicas, se insurgiram contra o juramento de lealdade ao novo imperador, exigindo uma constituição e o fim do absolutismo (Riasanovsky, 1959).

A rebelião foi rapidamente sufocada, mas o impacto psicológico sobre Nicolau foi profundo. Como observa Presniakov (1974), a revolta “inaugurou o seu reinado sob o som de tiros”, e deixou no jovem czar uma impressão duradoura de que liberalismo significava traição e anarquia. Riasanovsky e Steinberg (2019) destacam que o episódio reforçou a mentalidade de Nicolau de que um governante deveria ser “disciplinado, desconfiado e convencido de que a ordem é o único remédio contra o caos”. A partir disso, seu governo seria definido por dois princípios: a preservação incondicional da autocracia e o combate sistemático a qualquer forma de dissidência. Durante seu reinado, o Estado assumiria a forma de um quartel e o czar seria seu comandante supremo (Presniakov, 1974; Riasanovsky e Steinberg, 2019).

⁷⁰ “Here [in the army] there is order, there is a strict, unconditional legality, no impertinent claims to know all the answers, no contradiction, all things flow logically one from the other; no one commands before he has himself learned to obey; no one steps in front of anyone else without lawful reason; everything is subordinated to one definite goal, everything has its purpose. That is why I feel so well among these people, and why I shall always hold in honor the calling of a soldier. I consider the entire human life to be merely service, because everybody serves.”

A ideologia que sustentaria esse sistema tomou forma alguns anos depois, com a formulação da doutrina da “Nacionalidade Oficial”, idealizada pelo ministro da Educação, Sergei Uvarov, e aprovada por Nicolau em 1833. Essa doutrina, resumida no tríplice lema “Ortodoxia, Autocracia e Nacionalidade” (*Pravoslavie, Samoderzhavie i Narodnost*), tinha como objetivo fornecer à Rússia um molde espiritual e moral que a diferenciasse das nações ocidentais, corrompidas, aos olhos do imperador, pelo racionalismo e pelo liberalismo. Uvarov afirmava que os três princípios não eram ideias separadas, mas expressões de um mesmo “espírito unificado”, um ideal de ordem e unidade que definia a própria essência do Estado russo (Riasanovsky, 1959; Presniakov, 1974).

O primeiro desses princípios, a Ortodoxia (*Pravoslavie*), representava não apenas a fé oficial, mas a fonte última da ética e dos valores do império. Como salientam Riasanovsky e Steinberg (2019), tratava-se de uma negação deliberada do Iluminismo e da primazia da razão humana. Em lugar da crença no progresso e na perfectibilidade do homem, dever-se-ia reconhecer o “mistério e a insondabilidade da vida” e, portanto, a limitação do entendimento da razão. Adicionalmente, dizia-se, que cada um deveria “servir a Deus em seu lugar”, o súdito, obedecendo; o soberano, governando. A ordem social tornava-se, assim, um reflexo da ordem cósmica, e o czar, o guardião da harmonia estabelecida por Deus⁷¹ (Riasanovsky e Steinberg, 2019).

A partir do princípio da fé derivava a Autocracia (*Samoderzhavie*), entendida, novamente, não como tirania, mas como a forma legítima e natural de governo da Rússia. Partindo do pressuposto de que o ser humano era, por natureza, fraco e pecador, a doutrina sustentava que apenas a mão firme do soberano poderia assegurar a estabilidade e o bem comum. Ademais, entendia-se que a grandeza da Rússia sempre fora derivada da força de seus governantes, e a unidade do país dependia desesperadamente disto. O czar, portanto, não seria um déspota, mas uma figura paternal. O império era como uma grande família, na qual o imperador era o pai severo, porém benevolente, e o povo, seus filhos obedientes, por vezes indisciplinados, mas essencialmente fiéis. Essa visão paternalista do poder expressava-se na própria estrutura administrativa e simbólica do Estado, o governo não

⁷¹ A ideia de que a ordem social era um reflexo da ordem cósmica e que cada indivíduo possui um lugar fixo e divinamente estabelecido (o súdito obedece, o soberano governa), não era nova, e na verdade representava um claro resgate ideológico da visão de mundo medieval. Este princípio ecoava a doutrina das “Três Ordens” (clero, nobreza e trabalhadores) disseminada pela Igreja Católica na Alta Idade Média na Europa Ocidental, justificando a rigidez social e hierárquica como uma vontade de Deus.

se baseava em leis impessoais, mas em relações de lealdade e dever, unidas por uma mística de obediência (Riasanovsky e Steinberg, 2019).

Por fim, o terceiro e último elemento da doutrina, a Nacionalidade (*Narodnost*). Esta referia-se à natureza singular do povo russo e à sua relação especial com o trono. Uvarov e seus contemporâneos afirmavam que o gênio nacional da Rússia residia na devoção espontânea de seu povo ao soberano, na unidade espiritual entre governante e governados. Nesse sentido, é importante destacar que a *narodnost* não era sinônimo de patriotismo, mas um princípio ideológico mais amplo, que afirmava a identidade cultural e histórica da Rússia como única, distinta do Ocidente e impermeável às suas influências políticas e morais. O povo russo era visto como amoroso e obediente por natureza, mas também necessitado da orientação firme do Estado. Após a Revolta Dezembrista, Nicolau reforçaria pessoalmente essa ideia de distinção, afirmando que tais conspirações “não correspondiam ao caráter do povo russo”, cuja lealdade ao trono derivava de “traços naturais” de submissão e fé (Riasanovsky e Steinberg, 2019).

Desse modo, a “Nacionalidade Oficial” constituía não apenas uma ideologia de Estado, mas um programa moral e metafísico, negando a racionalidade ocidental em favor da fé, substituindo a cidadania pela lealdade e transformando a obediência em virtude. Essa concepção teocrática e paternalista do poder dava ao Estado uma aparência de estabilidade, mas ao preço de uma crescente imobilidade. O império parecia firme porque nada se movia (Riasanovsky, 1959).

No que se refere ao aparato estatal, Nicolau organizou seu governo de modo a refletir sua visão hierárquica. O Estado russo foi quase que completamente militarizado, Presniakov (1974) observa que “no fim de seu reinado, não havia civis entre os colaboradores mais próximos do czar”. Dessa forma, ao redor do imperador estavam quase exclusivamente generais, que passaram a tratar a administração como uma cadeia de comando: cada ordem devia ser transmitida com precisão mecânica e cumprida sem questionamento. Para garantir isso, Nicolau criou um corpo de inspetores e emissários especiais, geralmente oficiais de confiança, encarregados de fiscalizar pessoalmente as províncias e relatar diretamente ao trono. O império transformou-se num vasto quartel-general, onde a obediência substituía a criatividade e o medo tornava-se o principal instrumento de governo (Presniakov, 1974).

Essa centralização encontrou seu símbolo institucional na criação, em 1826, do Terceiro Departamento de Sua Majestade Imperial, a polícia política do império. Estando diretamente subordinado ao imperador e comandado pelo conde Alexander

Benckendorff, o órgão tinha por função supervisionar a censura, reprimir a dissidência e controlar a opinião pública. Sob sua égide, uma rede de agentes, informantes e censores passou a monitorar intelectuais, estudantes, funcionários e mesmo membros da nobreza. O império de Nicolau tornou-se, segundo Presniakov (1974), em uma monarquia policial, sustentada não pelo amor do povo, como se afirmava, mas pelo medo da insubordinação (Presniakov, 1974).

A repressão política foi acompanhada por um controle estrito da cultura e da vida intelectual. O sistema de censura atingiu níveis exorbitantes depois de 1848, quando novas fagulhas de revolução se ascendiam na Europa, conforme discorrem Riasanovsky e Steinberg (2019):

[houve-se o] surgimento de novas agências, incluindo “uma censura sobre os censores”. Os censores, para citar apenas alguns exemplos de suas atividades, eliminaram a expressão “forças da natureza” de um livro didático de física, investigaram o significado oculto de uma elipse em um manual de aritmética, mudaram “foram mortos” para “pereceram” em um relato sobre os imperadores romanos, exigiram que o autor de um livro de adivinhação explicasse por que, em sua opinião, as estrelas influenciam o destino dos homens, e se preocuparam com a possível ocultação de códigos secretos em partituras musicais. A literatura e o pensamento foram sufocados (Riasanovsky e Steinberg, 2019, p. 291-292, tradução nossa⁷²).

Chegou-se a um nível que nem mesmo antigos idealizadores da doutrina da Nacionalidade Oficial conseguiam justificar as ações do Estado. Um deles, o historiador Mikhail Pogodin, chegou a ser empalado por acusar o governo de impor a Rússia “o silêncio de um cemitério, apodrecendo e fétido, física e moralmente”. Assim, a Estabilidade absoluta fora alcançada, nada se movia, nada florescia (Riasanovsky e Steinberg, 2019).

A rigidez interna do país foi refletida em sua política externa. O imperador via a Rússia como um bastião da ordem e da legitimidade monárquica na Europa pós-napoleônica, e assumiu para si o papel de “Gendarme da Europa”. Como afirmam Riasanovsky e Steinberg (2019), o czar via a si mesmo como “o soldado de Deus” em luta contra a “hidra da revolução”, que, embora decapitada em 1815 com a derrota de Napoleão, insistia em ressurgir em revoltas, como as de 1830 e 1848. O papel de Nicolau nessas novas revoltas seria brutal e decisivo, intervindo diversas vezes para esmagar

⁷² “[...] with new agencies appearing, including “a censorship over the censors.” The censors, to cite only a few instances of their activities, deleted “forces of nature” from a textbook in physics, probed the hidden meaning of an ellipsis in an arithmetic book, changed “were killed” to “perished” in an account of Roman emperors, demanded that the author of a fortune-telling book explain why in his opinion stars influence the fate of men, and worried about the possible concealment of secret codes in musical notations. Literature and thought were stifled.”

movimentos dentro e fora de seu país. Em 1830–31, o imperador reprimiu uma revolta na Polônia, abolindo sua constituição e formalmente integrando o território ao império; em 1849 enviou mais de 100 mil soldados à Hungria, atendendo ao apelo da Áustria para reprimir a revolução liberal. Além dessas intervenções, o imperador suprimiu várias outras, essas ações consolidaram sua reputação como o guardião da ordem e o “terror” dos liberais europeus (Presniakov, 1974; Riasanovsky e Steinberg, 2019).

Todas essas intervenções, porém, cobrariam o seu preço. Isso pois, ninguém realmente havia elegido à Rússia o papel de polícia da Europa, e sua ingerência constante nos assuntos continentais começava a gerar fortes ressentimentos. Como observa Presniakov (1974), o liberalismo e o nacionalismo, embora momentaneamente derrotados, estavam longe de desaparecer, e a interferência russa nos destinos de outros Estados começava a gerar desconforto até mesmo entre seus aliados da Santa Aliança. Nesse cenário, tanto a Prússia quanto a Áustria, passaram a temer a prepotência moral de Nicolau e suas pretensões de tutela sobre o continente, mesmo com a última tendo sido salva somente pela intervenção russa de 1849. Nesse sentido, o autoproclamado “Gendarme da Europa” encontrava-se cada vez mais isolado, cercado por aliados desconfiados e inimigos ideológicos (Presniakov, 1974).

A política oriental de Nicolau agravou o isolamento do país. Isso pois, cada vez mais tornava-se cada vez mais claro para as potências da Europa que o Império Otomano estava em uma decadência irreversível, e para muitos, sua queda significaria um desequilíbrio imenso na balança de poder no continente. O imperador concordava com essa ideia, inclusive chegando à conclusão de que as vantagens de se preservar o Império Otomano eram maiores do que a inconveniência da sua existência (Riasanovsky e Steinberg, 2019).

Mesmo diante disso, o imperador buscou expandir sua influência nos Bálcãs e no Mar Negro, apresentando-se como o defensor dos cristãos ortodoxos sob domínio turco. Essa ambição o colocou em rota de colisão com a Grã-Bretanha e a França, que viam o avanço russo como ameaça ao equilíbrio europeu. As tensões culminaram na Guerra da Crimeia (1853–1856)⁷³, que viu a Rússia lutando sozinha contra Império Otomano,

⁷³ A Guerra da Crimeia (1853–1856) destacou-se não apenas por seu impacto militar, mas por ser o primeiro conflito amplamente moldado pela opinião pública. A cobertura da imprensa britânica e francesa, com correspondentes como William Howard Russell do *The Times* e as fotografias de Roger Fenton, alimentou uma onda de indignação que consolidou o apoio popular à guerra contra a Rússia (Lambert, 2011). As perdas humanas foram devastadoras, mais de 250 mil homens de cada lado pereceram, sendo a maioria não em combate, mas por doenças como cólera, tifo e disenteria. As condições sanitárias precárias e a falta de

França e Grã-Bretanha. O exército russo, embora disciplinado, encontrava-se tecnologicamente atrasado, em relação a coalização ocidental, muito superior em armamento e logística. Destaca-se o cerco de Sebastopol⁷⁴ como evidência marcante da obsolescência das instituições militares e administrativas do império (Riasanovsky, 1959).

Quando Nicolau morreu em 1855, em meio à guerra, seu reinado chegava ao fim do mesmo jeito que havia começado: sob o som dos canhões. Para Riasanovsky e Steinberg (2019), sua morte representou “não apenas o colapso de um homem, mas o esgotamento de um sistema”. O império que ele deixava parecia sólido, mas estava corroído por dentro, socialmente arcaico, economicamente atrasado e intelectualmente sufocado. Sob sua rigidez militar e moral, a Rússia havia alcançado o apogeu do absolutismo, mas também sua saturação (Riasanovsky e Steinberg, 2019).

Como observa Presniakov (1974), Nicolau I “foi o mais honesto e disciplinado dos autocratas russos, mas também o mais prisioneiro de seu próprio ideal”. Seu governo representou o auge e o limite da autocracia petrina: um império unido, mas imobilizado; respeitado, mas temido; grandioso, mas incapaz de reformar-se. Nesse sentido, a “tranquilidade do cemitério” de Pogodin tornou-se, na verdade, o prelúdio de uma nova era, a das reformas de Alexandre II, que só seriam possíveis porque o peso do absolutismo nicolino tornara impossível continuar como antes (Presniakov, 1974).

Assim, o reinado de Nicolau I encerrou a grande fase iniciada por Pedro, o Grande. Nele, a autocracia russa alcançou seu ponto máximo de centralização e coerência doutrinária, e de igual modo, atingiu o limiar de seu esgotamento histórico. O império, que por mais de um século foi construído sobre a força do Estado e a obediência ao trono, começava a dar os primeiros sinais de ruptura. Sob a superfície do poder, começavam a germinar as forças que, nas décadas seguintes, abririam caminho para a transformação social e política da Rússia, como resultado final do “ápice da autocracia”.

assistência médica impulsionaram as reformas lideradas por Florence Nightingale, que redefiniriam a medicina militar moderna (Lambert, 2011; Encyclopaedia Britannica 2025).

⁷⁴ O cerco de Sebastopol (1854–1855) foi um episódio central da Guerra da Crimeia e um dos mais longos e sangrentos da história moderna. Durando onze meses, cerca de 170 mil russos defenderam a principal base naval do império no Mar Negro contra mais de 200 mil aliados franco-britânicos. O conflito degenerou-se em uma guerra de trincheiras brutal, marcada por bombardeios incessantes e condições sanitárias catastróficas. O colapso de Sebastopol, em setembro de 1855, teve um impacto moral profundo, simbolizando o esgotamento militar e administrativo do reinado de Nicolau I (Rickard, 2016).

3.4.2 O fim da Casa Romanov: A Rússia sob os últimos 3 Imperadores

A derrota humilhante na Guerra da Crimeia deixou cicatrizes profundas na Rússia. A partir do conflito, ficou mais claro do que nunca que o sistema vigente se tornara incapaz de modernizar, estando totalmente fechado em si mesmo não conseguia competir de igual para igual com as potências da Europa Ocidental, que transformavam-se rapidamente. Destarte, quando Alexandre II ascende ao trono em 1855, ele encontra uma Rússia exausta, militarmente enfraquecida e moralmente ferida. Sem mudanças, era evidente o risco de que o país se convertesse em um tigre de papel.

Dessa forma, o novo imperador, dotado de um temperamento muito mais aberto e pragmático que seu pai, compreendia a urgência das reformas. Sob seu governo, foi inaugurado um período de renovação, ainda que cuidadosa. Entre todas as reformas, a mais significativa fora a emancipação dos servos. Decretada em 1861, a medida libertou mais de vinte milhões de camponeses e encerrou, pelo menos no papel, uma estrutura social perpetrada desde os tempos do antigo principado de Moscúvia. Apesar disso, torna-se necessário ressaltar que os camponeses foram obrigados a indenizar o Estado pela terra que receberam e permaneceram vinculados às comunas rurais (*mir*), fatos estes que acabavam se tornando novas formas de dependência (Kalantar, 2018).

Além da emancipação, o imperador também empreendeu uma série de outras reformas. Entre elas: a reforma judiciária, que estabeleceu tribunais independentes; a criação dos *zemstvos*, que consistiam em assembleias locais com atribuições administrativas; a reorganização do exército, com a instituição do serviço militar obrigatório; e um relativo alívio da censura, que permitiu a difusão de novas ideias. Contudo, apesar de todas essas reformas, como observa Antonov (2011), o reformismo de Alexandre II ainda se recusava a romper com o passado, criando uma série de contradições sobre si mesmo. O imperador buscava modernizar o Estado, mas sem enfraquecer o trono, libertar o camponês, mas não alterar a hierarquia social, e abrir o império à razão sem romper com o princípio da autocracia. Tal ambiguidade acabaria por tornar o reformador refém de suas próprias concessões (Kalantar, 2018; Antonov, 2011).

Quando começaram os rumores e primeiros vislumbres de reformas, foram criadas grandes esperanças a respeito, e quando se tornou claro que elas não seriam radicais, e sim muito limitadas, a esperança foi transformada em frustração. À medida que o governo hesitava em avançar, multiplicavam-se as organizações clandestinas e os movimentos radicais. Entre os mais jovens e educados, propagava o chamado

Narodnichestvo (populismo), que consistia na ideia de que a salvação da Rússia residia no povo e na ação direta. O império, que então havia acreditado piamente na obediência mística do povo ao soberano, chocou-se com a nova fase de terrorismo político que se instaurou no país. E entre as vítimas deste terrorismo estaria o próprio imperador. Em 1881, Alexandre II foi assassinado em São Petersburgo por membros da organização (A Vontade do Povo), encerrando assim o ciclo reformista que se inaugurara (Kalantar, 2018).

Com a morte do imperador, o trono passaria para seu filho Alexandre III, que assumiria o poder em meio ao trauma do assassinato do pai. Nesse sentido, o novo imperador assume o trono com sua mentalidade bem estabelecida a respeito das reformas: elas haviam sido um erro, um erro tão grande que haviam levado a morte de seu pai, e, portanto, a autocracia deveria ser restaurada, e toda a “fraqueza liberal”, extirpada. De caráter reservado e rígido, Alexandre III emularia um retorno a época de seu avô, com mais uma vez o poder seria visto como um dever moral e religioso, e o trono como instrumento divino de ordem (Kalantar, 2018).

Sob sua visão, e sob a influência de Konstantin Pobedonostsev, procurador-chefe do Santo Sínodo e teórico da autocracia, a Rússia conheceu uma profunda contração política. Pobedonostsev via a democracia como uma “ilusão perigosa” e o liberalismo

Figura 15. Assassinato de Alexandre II



Fonte: Broling, Gustav, 1881

como uma forma de decadência ocidental. Sua doutrina preconizava a submissão da sociedade ao Estado e a identificação da ortodoxia religiosa com a obediência civil. Inspirado por tais princípios, Alexandre III restaurou o controle sobre a imprensa, endureceu a censura e expandiu os poderes da *Okhrana*, a nova polícia secreta encarregada da vigilância política (Kalantar, 2018).

Outro fator importantíssimo de seu governo foi a intensificação da política de Russificação. Nas províncias bálticas, polonesas e caucasianas, o idioma russo passou a ser obrigatório nas escolas e nas repartições públicas; a Igreja Ortodoxa, foi forçada em detrimento das intuições religiosas locais; e minorias nacionais, sobretudo poloneses, finlandeses e judeus, foram submetidas a rígidas restrições. *Pogroms* (perseguições) devastaram comunidades inteiras, tudo sob a bandeira da “pureza moral” da nação e homogeneidade do império (Kalantar, 2018; Riasanovsky e Steinberg, 2019).

Paralelamente, contudo, o período assistiu a um notável crescimento econômico. À frente do Ministério das Finanças foi alocado Sergei Witte, um industrialista que promoveu uma política de industrialização acelerada, baseada na expansão ferroviária, na atração de capitais estrangeiros e na consolidação de um sistema monetário estável. Nesta época se há o início da construção da celebre Ferrovia Transiberiana, que no contexto de sua criação, passava a simbolizar o avanço da Rússia rumo à modernidade técnica, ainda que sob rígido controle autocrático. Como resultado direto da política de industrialização, uma nova paisagem urbana e industrial começava a se criar, sendo profundamente marcada pela concentração operária nas cidades, os quais viviam em condições insalubres e decadentes, condições estas que viriam cada vez mais à tona a partir das décadas seguintes (Riasanovsky e Steinberg, 2019; Antonov, 2011).

Ademais, no que se refere a política externa de Alexandre III, durante seu reinado, o império viveu um raro período de estabilidade interna e de paz externa. Em sua política internacional, o imperador adotou uma postura cuidadosa, evitando qualquer tipo de interação que pudesse levar a um confronto direto. Essa política não era aleatória, o czar entendia que antes de se preocupar com o externo, era necessário ajeitar a casa, e, portanto, focou justamente nisso. De uma forma ou de outra, o imperador exerceu a moderação com grande excelência, de tal modo que lhe foi rendido o apelido de “Pacificador da Europa” (Kalantar, 2018).

Em relação as políticas de alianças, Alexandre III rompeu com a aliança tradicional com a Alemanha, e promoveu uma aproximação com a França republicana, que resultou na chamada na Aliança Franco-Russa (1891–1894). Essa parceria foi de

ampla importância por rompeu com o isolamento diplomático que a Rússia havia sofrido desde a Guerra da Crimeia, o rompimento com a Alemanha também significou um significativo rebalanceamento de forças no continente. Embora Alexandre III, tenha recebido o apelido de “Pacificador da Europa”, é importante frisar que o império não parou de se expandir durante o seu reinado, pelo contrário, importantes ganhos foram feitos na Ásia Central e no Extremo Oriente, com destaque a fundação da cidade portuária de Vladivostok (Kalantar, 2018).

Em 1894 o imperador morreu, vítima de uma doença renal, e em seu lugar assumiu seu filho, Nicolau II. O novo imperador era jovem e inexperiente, e embora tenha herdado um país muito mais estabilizado do que o seu pai tinha, sob forma nenhuma o sistema havia sido envernizado, na realidade varreu-se para debaixo do tapete os problemas, e Nicolau II teria que lidar com eles agora. Logo tornar-se-ia claro que o imperador não carregava consigo as qualidades que eram necessárias para impedir a implosão que estava por vir (se realmente fosse possível), e sua grande indecisão e incerteza corroborariam para o fim. O czar vivia muito fechado em seu próprio mundo, muito ligado à imperatriz Alexandra e muito influenciado pelo místico Grigori Efimovitch Rasputin, não conseguindo assim enxergar a dimensão das rachaduras que se espalhavam pelo país (Kalantar, 2018).

A Guerra Russo-Japonesa (1904–1905) foi o primeiro grande abalo de seu reino. A derrota diante de uma nação asiática estremeceu as bases do Kremlin, criando um grande buraco no ego do exército imperial, além de minar ainda mais o prestígio do czarismo. Em 1905, manifestações pacíficas em São Petersburgo foram reprimidas a tiros, em um episódio que ficou conhecido como o Domingo Sangrento, e provocou uma onda de greves e motins em todo o império. Nicolau foi então compelido a promulgar o Manifesto de Outubro, criando a Duma, uma assembleia representativa que, na prática, teve sua autoridade anulada pouco tempo depois (Riasanovsky e Steinberg, 2019).

Com a eclosão da Primeira Guerra Mundial, em 1914, a Rússia mergulhou em uma crise sem precedentes. O esforço de guerra exauriu as finanças e o moral da população, enquanto sucessivas derrotas no *front* desintegraram o exército. Em fevereiro de 1917, revoltas em São Petersburgo (renomeada na época para Petrogrado) e a deserção das tropas forçaram Nicolau II a abdicar, pondo fim a mais de trezentos anos de domínio da dinastia Romanov. O poder passou às mãos do Governo Provisório, que tentou conciliar liberalismo e guerra, mas rapidamente perdeu apoio. Em outubro do mesmo ano,

os bolcheviques, liderados por Lênin, tomaram o poder e declararam o início do Estado socialista (Riasanovsky e Steinberg, 2019; Kalantar, 2018).

O que se seguiu foi um período de anarquia e violência. Entre 1918 e 1921, a Rússia assistiu a uma sangrenta guerra civil entre o Exército Vermelho e o Exército Brancos, com o último reunindo os monarquistas, os liberais e alguns voluntários de potências estrangeiras. O conflito devastou completamente o país, e das suas cinzas surgiu um novo Estado, a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) (Antonov, 2011).

Por fim, encerra-se este capítulo com as palavras de Kalantar (2018): “o império que parecia feito de ferro tinha, na verdade, um coração de vidro”. O colapso de 1917 representou não apenas a ruína de uma dinastia, mas o desfecho de um sistema que há muito deixara de caminhar para arrastar-se sob o peso de suas próprias tradições. A longevidade desse sistema, porém, é algo muito interessante, e pode ser em boa parte atribuída a resiliência do povo russo, que mesmo submetido a sucessivas formas de repressão, em grande medida, permaneceu leal ao trono, insurgindo-se apenas quando a continuidade do sistema se tornara absolutamente insustentável (Kalantar, 2018).

Assim, chegava ao fim a Rússia dos czares, um império que, herdeiro do manto bizantino, fora visto por muitos como o último Império Romano, e que, ao ruir, levou consigo não apenas uma forma de governo, mas todo um ideal... ou assim se imaginava. Muitas vezes costumamos pensar a história como uma linha reta, com início meio e fim, mas nem todas as vezes ela comporta assim. Como será visto no próximo capítulo, marcha da história move-se também em ciclos, demonstrando que talvez nada realmente morra, mesmo quando há muito se fora.

4. A KGB RI POR ÚLTIMO: DO CAOS À AUTOCRACIA NA ERA PUTIN

O fim do Império Russo significou o começo de uma nova era para a Rússia. Esse capítulo estudará desde os primeiros anos da jovem URSS sob a direção de Lenin, até o seu fim e colapso em 1991 sob Gorbatchov. Ademais, também será estudado como, a partir das cinzas do colosso soviético, um ex-KGB chegou ao poder, estabelecendo uma nova era sob seu nome.

4.1 O Passado Soviético

A Revolução de Outubro de 1917 marcou, na história russa, não apenas o fim de um modelo, mas o início de um processo de reconstrução estatal sem precedentes na história moderna. A partir das cinzas do Império dos Romanov, dilacerado pela guerra, pelo colapso econômico e pela fragmentação política, nasceu um novo Estado, que prometia quebrar com todas as bases do antigo regime, por mais que, na realidade, muitos elementos assemelhavam-se perigosamente ao antigo império.

De uma forma ou de outra, Lenin e os bolcheviques, ao assumirem o poder, encontraram um país em franca desagregação, um território despedaçado e uma sociedade exaurida pela guerra e pela miséria. Como observa Fitzpatrick (2022), o governo leninista ao herdar um império em desintegração, via-se obrigado a colocar a sobrevivência da nação acima de qualquer ideal revolucionário, a ordem deveria ser restabelecida e a autoridade central reafirmada: a teoria teria que dar lugar ao pragmatismo (Fitzpatrick, 2022).

Neste contexto, a formação do novo poder soviético foi menos uma criação planejada que um esforço de improviso diante do caos. Em Petrogrado, foi estabelecido o Conselho de Comissários do Povo (*Sovnarkom*), o presidente seria o líder do partido Bolshevik, à época, Vladimir Lenin. Além do presidente, o Conselho era composto de outras figuras chaves, entre eles destaca-se Trotsky, responsável pelos Negócios Exteriores, e Stalin, nomeado Comissário das Nacionalidades (Riasanovsky e Steinberg, 2019). A composição dentro do Conselho refletia a diversidade dentro do antigo império e, ao mesmo tempo, expunha o desafio que ela impunha. A nascente autoproclamada federação socialista devia administrar um território vasto e heterogêneo, atravessado por tensões étnicas e por movimentos separatistas. Na prática, a “autodeterminação dos povos”, princípio defendido por Lenin desde 1917, seria gradualmente substituída por uma política de centralização rígida, em que o federalismo se tonaria cada vez mais uma

nova forma de dominação russa. Sobre isso, Fitzpatrick (2022) discorre: “não é difícil entender por que as pessoas em regiões não eslavas na periferia às vezes sentiam que estar sob o olhar da Moscou soviética não era totalmente diferente de estar sob o olhar da São Petersburgo czarista” (Fitzpatrick, 2022; Riasanovsky e Steinberg, 2019).

O período da Guerra Civil consolidou a estrutura de poder que definiria o Estado soviético. O chamado “Comunismo de Guerra”, adotado entre 1918 e 1921, representou uma economia de emergência: o Estado nacionalizou a indústria, aboliu o comércio privado e impôs a requisição compulsória de grãos aos camponeses. Tratava-se, como observa Kenez (2006), de uma política não nascida da teoria, mas da necessidade. A militarização da economia e da sociedade produziu fome, revoltas e exaustão. Em 1921, a rebelião dos marinheiros de Kronstadt (antigos símbolos da revolução) evidenciou a crise do sistema e a fadiga popular diante da “comissarocracia”, referente ao Conselho de Comissários (Riasanovsky e Steinberg, 2019; Kenez, 2006).

A exaustão social e econômica gerada pela Guerra Civil acabaria por gerar uma das maiores crises do período revolucionário, a qual Lenin respondeu com notável pragmatismo. No mesmo congresso em que proibiu facções internas dentro do Partido, decretou o fim do Comunismo de Guerra e inaugurou a Nova Política Econômica (NEP). A NEP consistia em uma conciliação entre o controle estatal e a reintrodução limitada do mercado: O Estado manteria o domínio sobre os “setores de comando” da economia, grandes indústrias, finanças, comércio exterior e transporte, mas permitiria o livre comércio agrícola e a pequena iniciativa privada. Como descrevem Riasanovsky e Steinberg (2019), o Estado manteve o controle dos pilares dominantes da economia, mas devolveu algum fôlego à vida cotidiana. A medida acabou por se mostrar eficiente: A produção industrial e agrícola retomou os níveis pré-guerra, enquanto o comércio urbano e rural foi retomado (Riasanovsky e Steinberg, 2019).

Entretanto, o sucesso econômico trouxe algumas preocupações. A partir do sucesso da nova medida econômica, surgiram os chamados “*nepmens*”, comerciantes urbanos que se enriqueciam, e no campo rural, camponeses prósperos chamados de “*kulaks*”, ambos passaram a ser vistos com desconfiança por uma parcela do Partido. Por outro lado, observava-se cada vez mais, dentro do próprio partido, a visão de que a NEP, que fora adotada para ser uma solução provisória, poderia muito bem converter-se como um “caminho possível ao socialismo”. Segundo Kenez (2006), “os leninistas, políticos flexíveis que eram, adotaram tanto o Comunismo de Guerra quanto a NEP sob coação”. Dessa forma, a NEP, que deveria ter sido apenas uma política de sobrevivência

temporária, acabaria por se tornar uma doutrina, revelando assim o realismo do movimento leninista, o qual conciliava tanto o idealismo revolucionário quanto o pragmatismo econômico (Kenez, 2006).

Enquanto isso, a questão das nacionalidades retornava ao centro do debate. Lenin, sabendo do risco de o regime ser percebido como uma restauração do domínio russo, defendia uma postura de cautela em relação às repúblicas não eslavas. Fitzpatrick (2022) observa que ele insistia no tratamento cuidadoso dos não-russos e em evitar qualquer tipo de injustiça que pudesse ser interpretada em termos nacionais. Stalin, porém, não concordava com a perspectiva de Lenin, para o então Comissário das Nacionalidades, dar muitas liberdades para as nacionalidades na forma das federações significaria colocar em risco o sucesso da revolução, defendendo, dessa forma, a opressão a movimentos locais de autonomia, como o dos comunistas georgianos (embora ele próprio fosse georgiano). Destarte, um meio termo tentou ser alcançado, e a fundação da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, em 1922, formalizou o arranjo federativo, porém apenas em sua aparência, pois na prática, o poder de Moscou foi consolidado (Kenez, 2006; Fitzpatrick, 2022).

A contradição criada entre a retórica da autodeterminação e a realidade da dominação tornou-se o núcleo do leninismo político. A URSS nascia como império disfarçado de federação, sustentado pela ideologia da revolução. A vitória militar e o controle partidário permitiram ao regime apresentar a centralização não como coerção, mas como libertação do “jugo imperialista”, reinterpretando o domínio russo em linguagem socialista. Nesse sentido, o leninismo não destruiu a autocracia herdada dos czares: Apenas a revestiu de uma nova legitimidade (Kenez, 2006; Fitzpatrick, 2022).

Nos últimos anos de vida, debilitado pela doença, Lenin refletiu sobre os rumos do regime que ajudara a criar. Como observam Riasanovsky e Steinberg (2019), ele via com preocupação o crescimento da burocracia, o declínio do antigo espírito revolucionário e o renascimento do nacionalismo russo entre os comunistas. Em suas anotações finais, advertiu sobre o perigo da concentração de poder em Stalin, a quem descreveu como “demasiado rude e perigoso para ser confiado com autoridade”. A morte de Lenin, em 1924, representou o fim da primeira fase da revolução, e deixou um legado ambíguo na história: Um Estado ideologicamente novo, porém estruturalmente antigo: centralizado, hierárquico e avesso à divergência (Riasanovsky e Steinberg, 2019; Fitzpatrick, 2022).

Dessa forma, o leninismo deve ser entendido menos como ruptura e mais como uma reconfiguração da autocracia russa. O velho império sobreviveu sob novos símbolos; o czarismo cedeu lugar ao partido único; o misticismo da monarquia foi substituído pelo dogma do socialismo científico. Em essência, o poder manteve-se vertical e personalista, apenas substituindo a linguagem de Deus pela da Revolução. Como sintetiza Fitzpatrick (2022), “os bolcheviques reconstruíram o império que haviam destruído, agora em nome do socialismo e não do czarismo” (Fitzpatrick, 2022).

4.1.1 Os Anos de Ferro: A Era Stalinista

A Regra 1, na página 1 do livro da guerra, é: “Não marche sobre Moscou”. Várias pessoas tentaram, Napoleão e Hitler, e não é uma boa ideia. Essa é a primeira regra. Não sei se Vossas Senhorias conhecerão a segunda. (Montgomery, 1962, tradução nossa⁷⁵).

Com a morte de Lenin, em 1924, a URSS encontrava-se novamente diante de um momento decisivo. O líder da revolução deixara um país profundamente transformado, mas ainda em processo de reconstrução. O Partido Comunista, que durante o governo de Lenin se consolidara como centro do poder político, passava agora por um período de disputas internas em torno da sucessão. Entre os principais nomes, estavam Leon Trotsky, defensor da chamada “revolução permanente”, e Josef Stalin, secretário-geral do Partido desde 1922, com o seu ideal de “socialismo em um país”.

Embora Trotsky gozasse de enorme prestígio intelectual e militar, advindos principalmente da sua liderança durante a Guerra Civil, Stalin detinha aquilo que, no sistema bolchevique, era mais importante: O controle da máquina partidária e do aparato administrativo do Estado. Como observam Riasanovsky e Steinberg (2019), a ascensão de Stalin não se deu por meio de um confronto aberto, mas por um processo lento e estratégico, construído ainda enquanto Lenin vivia, marcado por alianças temporárias e pelo domínio das estruturas internas do partido. Assim, quando Lenin faleceu, a luta pela sucessão já estava, na prática, decidida (Riasanovsky e Steinberg, 2019).

Com habilidade política e notável senso de oportunidade, Stalin soube apresentar-se como o verdadeiro herdeiro do manto de Lenin. Após a morte do líder soviético, Stalin começou uma pesada campanha de culto a figura de Lenin, sob a qual ele construiria o seu próprio culto, colocando-se como o continuador legítimo do projeto revolucionário.

⁷⁵ “Rule 1, on page I of the book of war, is: ‘Do not march on Moscow’. Various people have tried it, Napoleon and Hitler, and it is no good. That is the first rule. I do not know whether your Lordships will know Rule 2 of war.”

Trotsky, por sua vez, seria gradualmente afastado do poder, sendo expulso do Partido em 1927 e, dois anos depois, exilado do país. Outros nomes importantes da velha guarda bolchevique seguiriam destino semelhante. Ao final da década de 1920, Stalin havia eliminado toda a oposição política e se tornara, de fato, o líder incontestável da União Soviética (Fitzpatrick, 2022; Kenez, 2006).

Uma vez consolidado no poder, Stalin lançou-se à tarefa de transformar a estrutura econômica e social do país. Em 1928, teve início o Primeiro Plano Quinquenal, que previa uma industrialização acelerada e uma completa reorganização da economia nacional. O objetivo era monumental, transformar um país profundamente agrário em uma potência industrial em apenas 5 anos. Como destaca Kenez (2006), as metas estabelecidas eram de uma ousadia sem precedentes, esperava-se um crescimento de cerca de 300% na indústria pesada, com ênfase na produção de aço, carvão e maquinário. Para financiar tal avanço, o governo voltou-se ao campo, impondo a coletivização da agricultura, e pesadas cotas de produção. As propriedades privadas foram abolidas, e milhões de camponeses foram forçados a ingressar em fazendas coletivas, conhecidas como *kolkhozes* (Kenez, 2006).

A política de coletivização representou um dos episódios mais impopulares da história soviética, a maior parte dos camponeses eram totalmente opostos ao projeto. Tal cenário levou a emergência de diversos focos de resistência e manifestação, que por sua vez, foram respondidos com extrema violência. A classe dos *kulaks*, camponeses mais abastados e responsáveis pela maior parte da produção agrícola, foi declarada inimiga do Estado e praticamente destruída. Kenez (2006) recorda que, entre deportações, execuções e prisões, milhões de pessoas foram deslocadas de suas terras e enviadas a campos de trabalho forçado. A economia rural entrou em colapso, e em seguida veio a fome (Kenez, 2006).

Entre 1932 e 1933, a crise alimentar atingiu níveis catastróficos, ceifando a vida de milhões de pessoas, sobretudo na Ucrânia, onde o evento ficou conhecido como Holodomor. A respeito deste evento Fitzpatrick (2022) aponta que, embora o desastre tenha sido maior na região da Ucrânia, não há um consenso historiográfico de que a fome tenha sido resultado de uma política de extermínio deliberadamente voltada para a região. De qualquer forma, a tragédia revelou o custo humano da modernização forçada promovida pelo Politburo⁷⁶. Apesar do grande preço, a industrialização avançou a passos largos, e, ao final da década de 1930, a União Soviética já se colocava entre as principais

⁷⁶ Uma das formas de se referir ao partido comunista.

potências industriais do mundo. Entre as regiões mais desenvolvidas industrialmente no período, destaca-se a região do Donbas, onde estabeleceu-se uma enorme cadeia industrial metalúrgica (Kenez, 2006; Fitzpatrick, 2022).

Paralelamente às transformações econômicas, Stalin consolidava seu poder por meio do medo. Entre 1936 e 1938, teve início o período conhecido como Os Grandes Expurgos, em que o terror atingiu proporções sem precedentes. Milhares de dirigentes do Partido, oficiais do Exército e cidadãos comuns foram presos, julgados e executados sob acusações de traição, espionagem ou sabotagem. Os Processos de Moscou, transmitidos e noticiados amplamente, serviam de espetáculo público de lealdade e punição, passando uma falsa ideia de transparência e uma aparente “caça as bruxas” a corrupção, que enganava inclusive, parte do ocidente. Como observa Kenez (2006), o terror dos Expurgos não se limitava à eliminação de inimigos reais, mas funcionava também como um controle psicológico e político sobre toda a população. Nesse mesmo período, a rede de campos de trabalho forçado, os *gulags*, expandiu-se por toda a extensão do país, abrigando milhares de prisioneiros, principalmente dissidentes e oponentes políticos. (Kenez, 2006).

No campo externo, a princípio isolada no cenário internacional, a URSS buscava romper o cerco diplomático e conquistar reconhecimento entre as grandes potências. Nesse contexto, Alemanha e União Soviética, ambas marginalizadas no sistema após a Primeira Guerra Mundial, aproximaram-se por interesse mútuo. Como lembram Riasanovsky e Steinberg (2019), o Tratado de Rapallo, assinado em 1922, foi o primeiro passo dessa aproximação, permitindo o restabelecimento das relações econômicas e militares entre os dois países (Riasanovsky e Steinberg, 2019).

Essa aliança seria retomada, de forma surpreendente, em 1939, com o Pacto Ribbentrop–Molotov. O acordo de não agressão, que chocou o mundo, também previa secretamente a divisão da Polônia e estabelecia as respectivas zonas de influência na Europa Oriental. Poucas semanas depois, a Alemanha invadiria o oeste polonês, enquanto o Exército Vermelho avançava pelo leste, retomando antigos territórios e ecoando, de forma sinistra, as antigas partilhas do século XVIII (Kenez, 2006; Fitzpatrick, 2022).

A aliança, contudo, seria breve. Em junho de 1941, a Alemanha lançou a Operação Barbarossa, uma ofensiva em larga escala contra a União Soviética. Mesmo advertido por seus serviços de inteligência, Stalin se recusava a acreditar que Hitler abriria um novo *front*, descartando as informações de invasão como fabricações e mentiras, mesmo diante de repetidos pedidos de seus comandantes de que o exército fosse mobilizado. O resultado

desse negacionismo foi catastrófico: O ataque pegou o país de surpresa, milhões de soldados foram capturados, boa parte da força aérea foi destruída ainda em solo, e uma área enorme de território foi capturada sem nenhuma resistência significativa (Kenez, 2006).

Os primeiros anos da invasão se provariam uma maré de desastres para o Exército Vermelho, mas a resiliência do povo soviético e a quantidade esmagadora de suas forças mostrar-se-iam elementos intransponíveis para o exército alemão. Segundo a narração do documentário *Eastern Front #0.10: Soviet Strategic Situation*, do canal *Kings and Generals* (2025):

Paulus [oficial nazista] estimou que a União Soviética poderia acrescentar de trinta a quarenta divisões à defesa principal nos três primeiros meses de guerra. Essas viriam de novos recrutas mobilizados e de transferências de forças de outros teatros. Ele ainda estimou que esse número aumentaria para um total de cem novas divisões dentro dos seis primeiros meses após o início do conflito. Essa seria uma expansão sem precedentes, difícil de ser compreendida pelo Estado nazista — algo que jamais havia sido feito na história militar. Imaginar que a União Soviética pudesse mobilizar forças dessa magnitude em tão pouco tempo era impensável para muitos líderes nazistas. Tal ideia contrariava completamente sua estrutura ideológica de referência [‘Só precisamos chutar a porta e toda a estrutura podre virá abaixo’ – Hitler]. E, no entanto, o Exército Vermelho acabou por superar essas estimativas (Kings and Generals, *Eastern Front #0.10: Soviet Strategic Situation*, 2025).

Nesse cenário, o regime mobilizou todos os recursos possíveis em uma guerra de sobrevivência. A resistência soviética transformou-se em um símbolo nacional: A luta contra as forças nazista ficou conhecida como a Grande Guerra Patriótica, e a defesa das cidades de Moscou, Leningrado e Stalingrado tornaram-se lenda. A vitória em Stalingrado, em 1943, marcou o ponto de virada do conflito. A partir daí, o Exército Vermelho iniciou uma lenta, mas constante, ofensiva rumo ao oeste, libertando os territórios ocupados e avançando até Berlim em 1945 (Kenez, 2006; Fitzpatrick, 2022).

Nas conferências de Yalta e Potsdam, realizadas entre os líderes das potências aliadas, o papel da União Soviética na vitória sobre o nazismo garantiu-lhe um prestígio sem precedentes. Stalin participou ativamente das negociações, definindo as novas fronteiras e assegurando a influência soviética sobre o Leste Europeu. Ao término da guerra, a União Soviética emergia como uma das duas grandes potências mundiais, ao lado dos Estados Unidos. Destaca-se, porém, que embora o prestígio internacional tenha alcançado novos patamares, internamente o preço fora altíssimo: O país perdera cerca de vinte e sete milhões de vidas e boa parte de sua infraestrutura estava destruída (Riasanovsky e Steinberg, 2019). Mesmo assim, o Exército Vermelho permanecia

estacionado em boa parte do continente europeu, e Moscou agora exercia influência direta sobre países como Polônia, Hungria, Tchecoslováquia, Romênia e Iugoslávia (Riasanovsky e Steinberg, 2019; Kenez, 2006).

Diante da expansão soviética, em 1946, o ex-primeiro-ministro britânico Winston Churchill, em discurso proferido na cidade americana de Fulton, externou suas preocupações com o futuro da Europa:

De Estetino, no Báltico, a Trieste, no Adriático, uma cortina de ferro desceu sobre o continente. Atrás dessa linha estão todas as capitais dos antigos estados da Europa Central e Oriental. Varsóvia, Berlim, Praga, Viena, Budapeste, Belgrado, Bucareste e Sófia, todas essas cidades famosas e as populações ao seu redor jazem no que devo chamar de esfera soviética, e todas estão sujeitas, de uma forma ou de outra, não apenas à influência soviética, mas a uma medida de controle muito alta e, em muitos casos, crescente, vinda de Moscou. (Churchill, 1946, tradução nossa⁷⁷).

A frase sintetizava o novo cenário mundial que emergia dos escombros da guerra. O sistema internacional passava a ser definido pela rivalidade entre Estados Unidos e União Soviética, dando início a Guerra Fria. A URSS, embora exaurida pela guerra, encontrava-se no auge de seu poder militar e político. A presença soviética na Europa Oriental marcava o início de uma era de tensão e disputa global, em que a influência ideológica e estratégica passaria a dividir o mundo em dois blocos opostos. A partir desse momento, a história soviética deixaria de ser apenas nacional e passaria a se confundir com a própria história do mundo moderno.

4.1.2 O Degelo e a Guerra Fria

Encerrada a Segunda Guerra Mundial, a Europa encontrava-se devastada, e duas potências emergiam como titeriteiros, protagonizando disputas e rivalidades não apenas no continente, mas em todo o cenário internacional, transformando, dessa forma todo o mundo em seu palco.

A divisão da Europa se formalizou à medida que ambos os blocos consolidavam suas alianças. De um lado, os Estados Unidos lideravam o Plano Marshall (1948), um programa de reconstrução econômica que visava revitalizar a Europa Ocidental e conter o avanço do comunismo no continente. Do outro, Stalin respondeu com a criação em 1949

⁷⁷ “From Stettin in the Baltic to Trieste in the Adriatic, an iron curtain has descended across the Continent. Behind that line lie all the capitals of the ancient states of Central and Eastern Europe. Warsaw, Berlin, Prague, Vienna, Budapest, Belgrade, Bucharest and Sofia, all these famous cities and the populations around them lie in what I must call the Soviet sphere, and all are subject in one form or another, not only to Soviet influence but to a very high and, in many cases, increasing measure of control from Moscow.”

do Conselho para Assistência Econômica Mútua (COMECON), entre os países socialistas. Como observam Riasanovsky e Steinberg (2019), a reconstrução do pós-guerra não foi apenas econômica, mas também ideológica: o continente se reorganizava segundo dois modelos opostos de sociedade. Nesse contexto, a antiga aliança entre Moscou e Washington desfazia-se por completo, dando lugar a uma rivalidade que marcaria toda a segunda metade do século XX (Riasanovsky e Steinberg, 2019).

O primeiro conflito aberto entre os dois sistemas ocorreu na Ásia. Em 1950, a península coreana, dividida desde o fim da Segunda Guerra, foi palco de uma nova guerra entre comunistas e capitalistas. A invasão do Sul pelas forças do Norte, apoiadas pela União Soviética e pela China, provocou uma resposta imediata dos Estados Unidos, que intervieram sob a bandeira da ONU. A Guerra da Coreia (1950–1953) prolongou-se por três anos, devastando o país e resultando em milhões de mortos. Como destaca Kenez (2006), o conflito terminou sem vencedores claros, restabelecendo as fronteiras originais, mas teve profundas consequências: A militarização definitiva do confronto entre os blocos e a expansão do medo nuclear. No mesmo ano em que cessaram os combates, a morte de Stalin, em março de 1953, encerrava também o primeiro grande ciclo da Guerra Fria (Kenez, 2006; Fitzpatrick, 2022).

A morte de Stalin provocou um breve período de incerteza dentro da União Soviética. Após disputas internas, Nikita Khrushchov emergiu como principal líder do Partido Comunista. Seu governo, iniciado oficialmente em 1956, marcou o início de um processo de desestalinização, que visava romper com o legado de repressão e centralização herdado do antigo regime. No célebre “discurso secreto”, pronunciado no XX Congresso do Partido, Khrushchov denunciou os crimes cometidos sob Stalin e prometeu uma nova fase para o socialismo soviético. Segundo Riasanovsky e Steinberg (2019), a desestalinização não apenas alterou o clima político interno, mas também impactou profundamente as relações internacionais, ao substituir a hostilidade permanente pela ideia de “coexistência pacífica”, que Kenez (2006) identifica como o novo eixo da política externa soviética (Kenez, 2006; Riasanovsky e Steinberg, 2019).

O período de Khrushchov ficou conhecido como Degelo, um momento de relativa abertura cultural e de otimismo. A União Soviética buscava afirmar sua imagem de potência moderna, e a ciência tornou-se um dos principais instrumentos para atingir tal objetivo. Em 1957, o lançamento do Sputnik, o primeiro satélite artificial da Terra, inaugurou a corrida espacial, e em 1961 o cosmonauta Yuri Gagarin tornou-se o primeiro homem a viajar pelo espaço. Como observa Riasanovsky e Steinberg (2019), essas

conquistas simbolizavam o auge do prestígio soviético e pareciam comprovar a superioridade tecnológica do socialismo. Contudo, o entusiasmo não duraria muito. No mesmo ano, a crescente tensão em Berlim levaria à construção do Muro que dividiria a cidade e se tornaria o símbolo mais duradouro da Guerra Fria (Riasanovsky e Steinberg, 2019).

A crise mais grave do período, entretanto, ocorreu em 1962, quando a instalação de mísseis soviéticos em Cuba levou o mundo à beira de uma guerra nuclear. O episódio, conhecido como Crise dos Mísseis de Cuba, foi o ponto culminante da política externa de Khrushchov. O confronto direto com os Estados Unidos terminou com a retirada dos armamentos soviéticos em troca de garantias de não invasão da ilha. O desfecho da crise foi visto como um recuo de Moscou e abalou a posição de Khrushchov no Partido. A partir de então, suas políticas passaram a ser duramente criticadas, tanto pela burocracia interna quanto pelos aliados internacionais. Em 1964, Khrushchov foi destituído de seus cargos sob o pretexto de idade avançada e saúde debilitada, mas, na prática, por ter perdido a confiança do alto escalão soviético (Kenez, 2006).

Com sua queda, teve início a chamada Era Brejnev, marcada por estabilidade política, mas também pela estagnação econômica. Leonid Brejnev, que assumiu o poder em 1964, representava uma geração de dirigentes formados sob Stalin, contrários a rupturas e reformas. Riasanovsky e Steinberg (2019) descrevem esse período como um tempo de “petrificação oligárquica”: O Estado soviético tornava-se previsível, burocrático e conservador. A ideologia cedia cada vez mais espaço à administração; o discurso revolucionário dava lugar à busca por ordem e previsibilidade. Ainda assim, a URSS manteve sua posição como superpotência e ampliou sua presença global. O envolvimento indireto na Guerra do Vietnã, o apoio a regimes socialistas na África e na América Latina e o fortalecimento de alianças no Oriente Médio demonstravam a amplitude e a resiliência da influência soviética (Riasanovsky e Steinberg, 2019; Fitzpatrick, 2022).

No entanto, a partir de 1968, a União Soviética passou a enfrentar crescentes sinais de desgaste dentro do próprio bloco socialista. A tentativa de liberalização na Tchecoslováquia, conhecida como a Primavera de Praga, foi rapidamente sufocada pelas tropas do Pacto de Varsóvia, sob ordens de Moscou. O episódio deixou claro os limites da autonomia dentro do sistema soviético. Apesar das repressões, o regime de Brejnev manteve-se firme, sustentado por um aparato militar gigantesco e por um rígido controle

interno. Embora o episódio demonstrasse as primeiras rachaduras da máquina soviética (Fitzpatrick, 2022).

No final da década de 1970, o desgaste interno tomou proporções internacionais. A decisão de invasão militar no Afeganistão, em 1979, a fim de defender um governo comunista, mostrou-se desastrosa. Fitzpatrick (2022) compara a invasão ao envolvimento dos Estados Unidos no Vietnã: Um conflito prolongado, de altos custos e resultados pífios. A guerra, que se estenderia por quase uma década, drenou recursos, afetou o moral das tropas e deteriorou a imagem da URSS no exterior. Como sintetiza a autora, a União Soviética, como os Estados Unidos no Vietnã, nada conseguiu ao custo de muitas vidas, sendo forçada, sob Gorbatchov, a uma retirada humilhante (Fitzpatrick, 2022).

No campo econômico, o crescimento industrial desacelerava, e a produtividade agrícola permanecia baixa. A centralização do poder e o aumento dos gastos militares agravavam o quadro. Brejnev, já idoso e debilitado, mantinha-se à frente do Partido como uma alegoria viva de um sistema envelhecido e incapaz de se adaptar. Quando morreu, em 1982, a União Soviética ainda figurava como uma das maiores potências do planeta, mas internamente, seus alicerces já vacilavam (Kenez, 2006).

Dessa forma, a era que se estende do pós-guerra ao início da década de 1980 marcou o auge e o princípio do declínio soviético. O país que havia emergido das ruínas da guerra como potência mundial encontrava-se, quatro décadas depois, preso à própria estrutura que construía. O ciclo que se iniciara com Stalin e se perpetuara sob Brejnev aproximava-se do fim, abrindo caminho para um novo momento na história russa: Aquele em que a necessidade de mudança se tornaria inevitável e que, no fim, levaria ao seu colapso definitivo.

4.1.3 O Fim da União Soviética

A morte de Leonid Brejnev, em novembro de 1982, marcou o fim de uma geração que dominara a União Soviética desde o pós-guerra. O país, ainda uma superpotência militar e política, encontrava-se, internamente, em um estado de visível paralisia. A economia estagnava, o Partido tornava-se uma máquina burocrática e a sociedade vivia entre o cansaço e a resignação. Os anos que se seguiram à morte de Brejnev foram breves, mas sintomáticos: Pela primeira vez, a sucessão do poder soviético não seria símbolo de estabilidade, mas de um sistema que se esgotava.

O comando do Estado passou inicialmente para Iúri Andropov, antigo chefe da KGB, que assumiu com a intenção de restaurar a disciplina e combater a corrupção administrativa. Sua liderança, porém, durou pouco mais de um ano. Andropov faleceu em 1984, sem conseguir imprimir mudanças significativas no regime. Em seu lugar, ascendeu Konstantin Chernenko, cuja saúde debilitada o impedia de governar. Como observam Riasanovsky e Steinberg (2019), a sucessão de dois líderes enfermos e de curta duração apenas reforçou a imagem de uma estrutura política envelhecida, incapaz de se renovar (Riasanovsky e Steinberg, 2019).

Quando Chernenko morreu, em março de 1985, o Partido Comunista encontrava-se em uma encruzilhada: Mais do que nunca, tornava-se claro que uma gerontocracia havia se apoderado do Politburo. Nesse contexto, e diante da necessidade de se quebrar com o ciclo de inércia que se prolongava desde a década anterior, foi escolhido Mikhail Gorbatchov. Então com 54 anos, Gorbatchov foi o dirigente mais jovem ao chegar ao poder desde a Revolução de 1917, sua escolha simbolizava a tentativa de rejuvenescimento do próprio regime (Kenez, 2006).

Ao assumir a liderança, Gorbatchov prometeu modernizar a economia e revitalizar o socialismo, o desafio, porém, era imenso. A produtividade industrial estava em franca queda, a agricultura encontrava-se em crise, e a guerra no Afeganistão continuava a drenar recursos e prestígio internacional. Diante disso, a nova administração anunciou duas palavras que rapidamente se tornariam símbolos da era: *Perestroika* (reestruturação) e *Glasnost* (transparência). Segundo Kenez (2006), a *Perestroika* buscava introduzir elementos de eficiência e responsabilidade individual na economia, descentralizando parcialmente a administração e permitindo formas limitadas de propriedade e iniciativa privada. Já a *Glasnost* consistia em abrir os canais de debate e crítica dentro da sociedade, incentivando a liberdade de expressão e a revisão dos erros do passado (Kenez, 2006; Fitzpatrick, 2022).

Essas reformas, porém, logo se veriam à prova. Em 26 de abril de 1986, apenas um ano após Gorbatchov assumir o poder, o acidente nuclear de Chernobyl, ocorria na Ucrânia soviética. A explosão do reator número quatro da usina liberou uma quantidade imensa de radiação, tornando-se um dos maiores desastres da história moderna. As autoridades locais, temendo pânico e responsabilização, tentaram inicialmente ocultar o ocorrido, e rapidamente o governo reverteu as prerrogativas da *Glasnost*, demonstrando a persistência dos antigos reflexos de censura e sigilo. Somente dias depois do acidente, quando nuvens radioativas começaram a ser detectadas em países da Escandinávia, o

governo central reconheceu o acidente. Fitzpatrick (2022) observa que o episódio arruinou a credibilidade internacional da União Soviética e abalou profundamente a confiança interna, minando quase completamente a confiança na política de transparência que recém começara a ser implementada (Fitzpatrick, 2022).

Apesar do impacto, Gorbachov manteve o rumo das reformas. O país vivia, pela primeira vez em décadas, um clima de liberdade de discussão e de confronto de ideias. Jornais e revistas passaram a publicar críticas ao governo, obras antes proibidas foram reeditadas, e os debates públicos multiplicaram-se. A *Glasnost*, concebida como um instrumento de fortalecimento do socialismo, acabou por libertar forças que o Estado já não conseguiria controlar. Movimentos nacionalistas ressurgiram nas repúblicas bálticas, na Ucrânia e no Cáucaso, enquanto a influência do Partido Comunista se enfraquecia rapidamente (Kenez, 2006; Riasanovsky e Steinberg, 2019).

No campo econômico, os resultados da *Perestroika* foram igualmente ambíguos. A tentativa de introduzir mecanismos de mercado em uma estrutura centralizada criou contradições insolúveis. A escassez de bens persistia, a inflação aumentava e o sistema de distribuição tornava-se cada vez mais caótico. Kenez (2006) afirma que as reformas só não salvaram o socialismo, mas como aceleraram sua desintegração. Ainda assim, as mudanças promovidas por Gorbachov tiveram um impacto inegável na política internacional (Kenez, 2006).

No exterior, o novo líder soviético tornava-se cada vez mais uma celebridade, sendo visto por muitos como um libertador e conciliador, mesmo que internamente a popularidade fosse inversa. Em fóruns e em encontros, Gorbachov buscou reduzir as tensões com o Ocidente, assinando acordos de desarmamento e inclusive retirando as tropas do Afeganistão. Como observa Fitzpatrick (2022), a política externa de Gorbachov contrastava fortemente com o expansionismo cauteloso de Brejnev: em vez da retórica da força, privilegiava-se o diálogo e a reconstrução da confiança. O clima de distensão e aproximação culminou em uma série de encontros com o presidente norte-americano Ronald Reagan, dos quais resultaram importantes tratados de redução nuclear (Fitzpatrick, 2022).

Pela primeira vez desde o fim da Segunda Guerra Mundial, o mundo parecia vislumbrar a possibilidade real de um entendimento entre as duas potências. Entretanto, dentro da União Soviética, essa postura despertava desconfiança. Muitos viam em suas concessões um sinal de fraqueza e acusavam-no de renunciar às vitórias históricas da revolução. Kenez (2006) observa que, enquanto o Ocidente o celebrava, o Partido e parte

da população o percebiam como o homem que “tentava reformar o irreformável”, e cuja boa vontade com o inimigo representava, em última instância, o prenúncio do fim (Kenez, 2006; Fitzpatrick, 2022).

Em 1989, a crise atingiu o ponto de ruptura. Inspiradas pela abertura soviética e sem temer mais a repressão, as populações da Europa Oriental começaram a se rebelar contra os regimes comunistas locais. Gorbatchov deixou claro que não interviria militarmente, rompendo com a antiga “Doutrina Brejnev”, que autorizava Moscou a intervir em qualquer país socialista em crise. Em questão de meses, governos aliados caíram um após o outro. O episódio mais simbólico ocorreu em novembro de 1989, quando multidões em Berlim derrubaram o muro que dividira a cidade por quase trinta anos. Riasanovsky e Steinberg (2019) ressaltam que a queda do Muro de Berlim significou não apenas o colapso de um símbolo, mas o fim da hegemonia soviética sobre a Europa Oriental (Riasanovsky e Steinberg, 2019).

No interior da própria União Soviética, a crise de autoridade tornava-se irreversível. As repúblicas começavam a exigir autonomia, e o Partido Comunista perdia o monopólio do poder. Em 1990, o Soviete Supremo da República Socialista Federativa Soviética da Rússia elegeu Boris Yeltsin como presidente. Carismático e populista, Yeltsin apresentava-se como um político independente, crítico do Partido e defensor da soberania russa dentro da União. Sua ascensão representava o início de uma nova fase, marcada pela disputa direta entre Gorbatchov, que tentava preservar a federação, e Yeltsin, que se tornaria o símbolo da dissolução do sistema (Riasanovsky e Steinberg, 2019).

O confronto entre os dois atingiu seu ápice em agosto de 1991, quando setores conservadores do Partido e das Forças Armadas tentaram depor Gorbatchov. O golpe fracassou, e Yeltsin, à frente da resistência em Moscou, emergiu como herói nacional. A partir daquele momento, o poder do Partido Comunista estava virtualmente destruído. Em dezembro do mesmo ano, Gorbatchov anunciou sua renúncia ao cargo de presidente da União Soviética, reconhecendo o fim do Estado fundado em 1922. Poucos dias depois, a bandeira vermelha foi arriada do Kremlin e substituída pelo tricolor russo (Kenez, 2006).

A dissolução da União Soviética representou não apenas o colapso de um regime político, mas o fim de uma era histórica. A experiência socialista que moldara o século XX chegava ao seu desfecho. Das ruínas do império vermelho, emergia uma nova Rússia, incerta, fragmentada, e pela primeira vez, democrática. Conduzida pelas mãos de Boris Yeltsin, a recém fundada Federação Russa mergulhará em uma fase caótica, marcada pela

introdução de um capitalismo selvagem, nascimento de uma casta oligárquica extremamente poderosa, e um vácuo político gigantesco.

No meio deste cenário, uma força oculta, remanescente das cinzas soviéticas, reemerge sorrateiramente, derrubando e apagando seus adversários um por um, para que no fim, restasse apenas ela e seu homens. A próxima parte da história russa, é uma história da KGB e de como, um de seus agentes saiu da obscuridade para se tornar a face da Rússia moderna, moldando, a partir do caos político e econômico, o retorno à autocracia, e demonstrando, que quem ri por último, ri melhor. A seguir, será estudada a história de Vladimir Vladimirovich Putin.

4.2 Vladimir Putin

Entre os líderes que marcaram a história recente da Rússia, nenhum encarna de forma tão plena as ambiguidades do poder russo quanto Vladimir Vladimirovich Putin. Sua trajetória, que se inicia nas sombras da antiga KGB e culmina no comando absoluto do Estado, é mais do que a história de um homem: é a síntese de um país que, ao longo do século XX, experimentou a glória do Estado Soviético, o colapso ideológico e a busca por uma nova identidade.

Putin emerge a partir do caos dos anos 1990 como resposta a um trauma coletivo: o caos. E sua ascensão ao Kremlin representou, para muitos, a restauração de uma continuidade histórica perdida. Sob sua liderança, a Rússia não apenas reconstruiu o Estado, mas redefiniu a própria noção de soberania, recuperando os elementos centrais de seu antigo *ethos* político: disciplina, hierarquia e destino.

Ao longo das décadas, o poder de Putin se consolidou como a recuperação de uma ordem, fundada na fusão entre Estado, identidade e autoridade. Em seu governo, as velhas estruturas de controle e vigilância foram revestidas com o discurso de legitimidade nacional, e o discurso de estabilidade se converteu em narrativa de grandeza. O que se ergueu não foi um novo governo, mas um novo mito, o mito de uma Rússia renascida sob o comando de um líder que se vê como guardião de uma missão histórica maior. Este capítulo busca compreender essa trajetória em suas múltiplas dimensões: o homem e o mito; o agente e o autocrata; o político e o czar.

4.2.1 A Formação de um Autocrata

Para compreender a trajetória de Vladimir Putin é necessário retornar à suas origens, a um ambiente marcado por privação e disciplina que, ao longo do tempo, forjou os contornos de sua personalidade política. Sua vida é indissociável da história da Rússia: nasceu dos escombros de uma cidade devastada pela guerra, amadureceu sob a rigidez soviética e alcançou o poder em meio à dissolução do Estado que moldara sua identidade. Assim, a análise de seus primeiros anos revela não apenas o percurso de um indivíduo, mas o reflexo de uma nação.

Vladimir Vladimirovich Putin nasceu no dia 7 de outubro de 1952, em Leningrado (antiga São Petesburgo), no rescaldo da Segunda Guerra Mundial. Ele era o terceiro filho da família Putin, e seu pai Vladimir Spiridonovich Putin, havia lutado na defesa da cidade contra as tropas nazistas apenas a alguns anos atras. Assim como a maioria das famílias

na época, mesmo após a guerra, os Putin ainda viviam em um ambiente de medo e privação (Myers, 2015). É neste contexto que o jovem Vladimir Putin vive a sua infância, em uma *kommunalka*⁷⁸ na rua Baskov, conforme descreve Myers (2015):

O prédio na Rua Baskov era o universo juvenil de Vladimir Putin. Os marcos dourados da Rússia czarista — o Hermitage, o Almirantado, a Catedral de Pedro e Paulo — ficavam próximos, mas não passavam de monumentos distantes na paisagem urbana. Ele era um descendente do proletariado, não da intelligentsia soviética ou da elite política; apenas mais tarde, em retrospectiva, ele se daria conta da privação de sua infância. As escadas para o quinto andar estavam esburacadas, fétidas e mal iluminadas; cheiravam a suor e repolho fervendo. O prédio era infestado de ratos, que ele e seus amigos perseguiam com paus. Era o que se passava por um jogo — até o dia em que ele encurralou um no fim de um corredor. “De repente, ele se virou e se atirou em mim”, ele relembrou. “Fiquei surpreso e assustado.” (Myers, 2015, cap.1, tradução nossa⁷⁹).

O episódio com o rato encurralado torna-se interessante, pois, em retrospecto, esse evento trivial acabou por assumir valor simbólico na vida de Putin: quando encurralado, deve-se atacar. Esta, porém, não seria a única lição que Putin levaria da sua infância. Leningrado, com suas ruínas materiais e morais, não oferecia abrigo algum à inocência, era um espaço de dureza, onde a vigilância e o silêncio pareciam ser onipresentes. Neste cenário, sua infância, passada entre as escadarias úmidas e os pátios sombrios, foi o primeiro laboratório da disciplina e frieza que mais tarde se manifestariam em seus métodos de governo (Myers, 2015).

Além do próprio ambiente a sua volta, dentro de casa, seu núcleo familiar parecia reforçar o clima frio. Como destaca Myers (2015) Putin cresceu em um ambiente superprotetor, seus pais tendo sobrevivido milagrosamente aos tempos de guerra, fariam agora de tudo para ter certeza de que seu filho também o fizesse, nem que isso significasse crescê-lo em um ambiente desafetuoso e autoritário. “Não havia beijos,” recorda uma antiga professora de Putin; “Não havia nada daquele 'amor de pombinhos' na casa deles.” (Myers, 2015).

⁷⁸ Uma *kommunalka* é um tipo de apartamento comunal, característico da União Soviética, especialmente a partir dos anos 1920. Eram grandes apartamentos burgueses (muitas vezes luxuosos) que foram confiscados pelo Estado após a Revolução Bolchevique e redistribuídos para várias famílias, geralmente proletárias. Cada família recebia um único quarto como espaço privado, enquanto a cozinha, o banheiro, o corredor e o telefone (quando existia) eram compartilhados por todos os moradores.

⁷⁹ “The building on Baskov Lane was Vladimir Putin’s youthful universe. The gilded landmarks of tsarist Russia—the Hermitage, the Admiralty, the Peter and Paul Cathedral—were nearby but little more than distant monuments in the cityscape. He was a scion of the proletariat, not the Soviet intelligentsia or the political elite; only later, in hindsight, would he become conscious of the deprivation of his childhood. The stairs to the fifth floor were pocked with holes, fetid, and dimly lit; they smelled of sweat and boiling cabbage. The building was infested with rats, which he and his friends would chase with sticks. It was what passed for a game—until the time he cornered one at the end of a hallway. ‘Suddenly it lashed around and threw itself at me,’ he recalled. ‘I was surprised and frightened.’”

O pai de Putin, além de veterano de guerra, também era membro do Partido, um homem totalmente leal ao Estado, enquanto sua mãe, era uma ortodoxa fervorosa, mesmo em tempos que a profissão de fé era proibida, passando uma forte imagem de resiliência. Ambos os aspectos parecem ter tido grande influência no jovem Putin, que também podia observá-los no próprio *ethos* do Estado soviético. Dessa forma, é possível dizer que a própria estrutura familiar de Putin parecia servir como uma espécie de extensão simbólica do Estado que os rodeava, reforçando a ideia de obediência, discrição e autocontrole (Myers, 2015).

Outro elemento importante da juventude de Putin foram os esportes, principalmente o judô e o sambo. Myers (2015) destaca que para o jovem, o esporte forneceu uma ortodoxia ausente na religião e na política, além de ensiná-lo- tanto a dominar a si mesmo, quanto o outro. Mais tarde, Vladimir reconheceria que foram os esportes que o tiraram da rua, e que os pátios não eram um bom ambiente para uma criança (Myers, 2015).

O passo seguinte da formação do jovem foi o contato com o imaginário heroico da espionagem. Nos anos 1960, um filme tornou-se particularmente popular: “O escudo e a espada” o qual contava a história de um espião russo disfarçado na Alemanha Nazista. O filme fascinou Vladimir, e ascendeu em seu coração um desejo de servir a KGB. Myers narra:

Vladimir Putin, então com quase dezesseis anos, estava encantado. Ele e seus amigos assistiram ao filme repetidamente. Mais de quatro décadas depois, ele ainda conseguia se lembrar da letra da canção-tema sentimental do filme [...] Vladimir abandonou prontamente seus sonhos de infância de se tornar um marinheiro, como seu pai, ou talvez um piloto. Ele se tornaria um espião. (Myers, 2015, cap. 1, tradução nossa⁸⁰).

A influência do filme no imaginário de Putin não pode ser subestimada, a partir dele, o jovem passou a enxergar a KGB não como um instrumento de repressão, mas sim como o ápice da lealdade patriótica, uma instituição que, sob a aparência do segredo, defendia a integridade do Estado. Movido por esse fervor, ainda aos dezesseis anos, ele apresentou-se voluntariamente à sede da KGB em Leningrado, oferecendo seus serviços. O oficial que lhe atendeu foi atencioso ao pedido do jovem, mas esclareceu que a KGB não aceitava voluntários, e que o menino, para ser chamado, deveria procurar entrar no

⁸⁰ “Vladimir Putin, then almost sixteen, was enchanted. He and his friends watched the movie repeatedly. More than four decades later he could still remember the lyrics to the film’s sentimental theme song, [...] Vladimir promptly gave up his childhood dreams to become a sailor, as his father had, or maybe a pilot. He would become a spy.”

exército ou na faculdade. Na ocasião o oficial lhe recomendou a faculdade de direito, e assim Putin fez (Myers, 2015).

Em 1975, Vladimir finalmente realizou o sonho de ingressar oficialmente na KGB. Contudo, ele nunca se tornou o agente secreto que imaginou ser em sua infância. Seu início de carreira foi modesto, sendo escalado para tarefas administrativas, relatórios e vigilância. Mesmo não sendo aquilo que ele imaginou, o trabalho moldou sua mentalidade para a de um técnico, e não de ideólogo. Ele aprendeu a observar, a agir dentro da cadeia de comando e a compreender que, em um sistema onde a iniciativa individual era suspeita, a discrição era a solução. Essa fase também o ajudou a consolidar laços com outros oficiais, homens formados na mesma cultura de sigilo e hierarquia, e que mais tarde, seriam importantíssimos para compor o núcleo de sua nova administração (Myers, 2015).

Em 1985, após quase uma década de serviços em Leningrado, Putin foi designado para servir no exterior, atuando como agente na República Democrática Alemã (RDA). Vladimir recebeu um posto na cidade de Dresden, na época estava com 32 anos, e havia se recém-formado na Academia da Bandeira Vermelha (um centro de formação de elite para agentes de inteligência estrangeira soviética). Instalou-se na cidade com a sua esposa e filhas, em uma residência que servia como sede local da KGB, e que nas proximidades situava-se o quartel-general da Stasi⁸¹, com a qual mantinha contato direto e frequente (Belton, 2020).

Segundo Belton (2020), o escritório soviético em Dresden havia estruturado uma pequena rede de informantes entre acadêmicos, empresários e estudantes locais, voltada a acompanhar o ambiente político e científico da Alemanha Oriental. O trabalho cotidiano de Putin em sua nova designação era essencialmente burocrático, marcado por relatórios, reuniões e trocas de informações. Myers (2015) observa que a vida na cidade seguia um ritmo previsível, distante do imaginário de espionagem e ação que permeava o cinema soviético. Dresden era uma cidade calma, e a vida de Putin seguia em compasso previsível até que a situação política na Alemanha Oriental começou a se deteriorar (Myers, 2015; Belton 2020).

A partir de 1989, o cenário mudou de forma abrupta. A RDA enfrentava protestos cada vez mais intensos e, em outubro daquele ano, multidões cercaram a sede da Stasi em

⁸¹ A Stasi (abreviação de *Ministerium für Staatssicherheit*) foi o serviço de segurança e polícia secreta da República Democrática Alemã (RDA), ativo entre 1950 e 1990, que detinha amplos poderes de vigilância interna, infiltração e repressão política dentro do país.

Dresden. Putin e outros oficiais soviéticos permaneceram dentro da residência da KGB, observando a crise de longe. Conforme relata Belton, 2020:

Enquanto as multidões se aglomeravam no frio cortante por dois dias do lado de fora da sede da Stasi, Putin e os outros homens da KGB se barricaram dentro da vila [sede da KGB]. “Nós queimamos papéis noite e dia”, disse Putin mais tarde. “Destruímos tudo – todas as nossas comunicações, nossas listas de contatos e nossas redes de agentes. Eu pessoalmente queimei uma quantidade enorme de material. Queimamos tanta coisa que a fornalha estourou.” (Belton, 2020, cap.1, tradução nossa⁸²)

Mais tarde, um grupo de manifestantes invadiu a sede da KGB, Belton (2020), descreve como Putin e os outros oficiais foram praticamente abandonados pela base militar soviética próxima. Durante a invasão, em desespero, Putin haveria ligado para o comandante das forças soviéticas em Dresden, pedindo ajuda, no que lhe responderam: “nós não podemos fazer nada sem ordens de Moscou. E Moscou, está em silêncio.” (Belton, 2020; Myers, 2015).

O silêncio de Moscou foi algo extremamente chocante e aterrorizador para Putin. Myers (2015) destaca como o agente ficou estonteado com a resposta. Mais tarde Vladimir se recordaria do episódio: “Eu tive o sentimento que a nação não existia mais, que tudo havia desaparecido.” (Myers, 2015). Nesse sentido, é importante entender que o silêncio se tratava muito mais do que uma falta de ordens, era uma constatação de que o centro de poder, até então inabalável, já não possuía voz. A autoridade que por décadas guiara cada decisão simplesmente estava em silêncio (Myers, 2015).

Pouco depois, com a queda do Muro de Berlim, as estruturas soviéticas na Alemanha Oriental começaram a ser dissolvidas, e muitos agentes buscaram adaptar-se ao novo contexto, convertendo antigas ligações em empresas de segurança e redes de negócios. Putin permaneceu em Dresden até 1990, quando retornou a Leningrado. Sua passagem pela Alemanha Oriental coincidiu com a derrocada final da ordem socialista e com a rápida desintegração das instituições soviéticas. O posto que ocupara por cinco anos desaparecia junto com o próprio sistema que o havia criado, embora o Estado soviético fosse sobreviver por mais algum tempo (Belton, 2020).

Em 1990, Putin retornou a Leningrado, encontrando um país fragmentado e exausto. A União Soviética, embora ainda viva, mal sustentava a aparência de

⁸² “While the crowds massed in the bitter cold for two days outside the Stasi headquarters, Putin and the other KGB men barricaded themselves inside the villa. ‘We burned papers night and day,’ Putin said later. ‘We destroyed everything – all our communications, our lists of contacts and our agents’ networks. I personally burned a huge amount of material. We burned so much stuff that the furnace burst.’”

estabilidade. A cidade, que nos anos de sua juventude representara o núcleo austero da ordem soviética, agora se via mergulhada em desorganização e incerteza. Conforme narra Belton (2020):

Quando Putin retornou à Rússia [...] o impacto da queda do Muro de Berlim ainda estava reverberando por toda a União Soviética. Movimentos nacionalistas estavam em ascensão, ameaçando desmembrar o país. Mikhail Gorbachev havia sido empurrado para a defensiva, forçado a ceder cada vez mais espaço aos líderes democráticos emergentes. O Partido Comunista Soviético estava gradualmente começando a perder seu monopólio de poder, e sua legitimidade estava cada vez mais sendo posta em questão (Belton, 2020, cap.1, tradução nossa⁸³).

Foi nesse contexto de desagregação que Anatoly Sobchak, professor de direito e figura carismática da Universidade Estatal de Leningrado, assumiu a prefeitura da cidade. Belton (2020) relata que, ao formar sua equipe de governo, Sobchak convidou Putin, seu antigo aluno, para ocupar o cargo de responsável pelo Comitê de Relações Exteriores. A função, embora descrita como técnica, envolvia tarefas de grande relevância prática, como o controle das licenças de exportação e a negociação com investidores estrangeiros (Belton, 2020).

Sob a proteção de Sobchak, Putin consolidou uma reputação de administrador eficiente e discreto. Durante o seu mandato, Putin estimulou e reforçou a presença de antigos agentes que trabalharam com ele nas estruturas de segurança e de economia da cidade. Essa recomposição silenciosa de poder, seria uma das características mais profundas do seu governo, uma política profundamente ligada a lealdade pessoal, e na primazia do interesse pessoal à transparência (Myers, 2015; Belton 2020).

Conforme destaca Myers (2015), foi nesse período que Putin chamou a atenção de figuras do governo federal em Moscou. Sua lealdade a Sobchak, aliada à habilidade administrativa demonstrada em São Petersburgo (renomeada a seu nome original após a queda da URSS), renderam-lhe recomendações importantes. Quando o governo de Boris Yeltsin começou a reorganizar a estrutura do Estado, buscando quadros tecnicamente preparados e politicamente confiáveis, Putin foi convidado a integrar a equipe presidencial (Belton 2020).

⁸³ “When Putin returned home to Russia [...] the impact of the Berlin Wall’s collapse was still reverberating across the Soviet Union. Nationalist movements were on the rise, and threatening to tear the country apart. Mikhail Gorbachev had been thrust onto the back foot, forced to cede ever more ground to emerging democratic leaders. The Soviet Communist Party was gradually starting to lose its monopoly on power, its legitimacy coming ever more under question.”

Em 1996, após a derrota eleitoral de Sobchak, Putin deixou a prefeitura se mudou para Moscou. Segundo Belton (2020), sua transferência não foi um gesto improvisado, mas sim o resultado de uma rede de conexões cuidadosamente construída ao longo dos anos em São Petersburgo, tanto antes quanto depois da queda do Estado soviético. A partir dessa mudança, a trajetória de Putin ganharia um novo sentido. Em pouco tempo após sua chegada em Moscou, o antigo agente da KGB se tornaria uma das figuras centrais do poder russo (Belton, 2020).

Destarte, quando Putin finalmente chega a Moscou, ele já não é mais apenas um ex-oficial buscando recolocação após a queda do império. É o herdeiro de uma tradição de poder que, mesmo após o fim da União Soviética, mantinha-se viva sob novas formas. O percurso que o levaria ao poder supremo no Kremlin não seria conquistado por ambição e audácia, mas através do silêncio e da discrição. Putin provar-se-ia um mestre de máscaras, enganando e infiltrando-se, até chegar ao topo.

4.2.2 Ascensão ao Poder

Vladimir Putin chega ao centro do poder russo em meio a desordem que dominava o país na segunda metade da década de 1990, onde a terapia de choque capitalista na economia havia criado uma desigualdade social imensa. O Estado encontrava-se mais fragilizado do que nunca, e o poder havia se tornado difuso, compartilhado entre oligarcas, políticos regionais e remanescentes do antigo aparato de segurança. Nesse cenário de colapso e caos, um grupo de antigos agentes da KGB, agora reorganizados em torno das novas estruturas de poder, começava a regressar ao centro das decisões políticas. Entre eles, estava Vladimir Putin, cuja carreira política até então havia sido tímida, restrita à administração local de São Petersburgo (Belton, 2020).

Como visto, a derrota de Anatoly Sobchak nas eleições municipais de 1996, significou o desligamento de Putin com as estruturas de poder, mas o que deveria ter sido, nas palavras de Belton (2020), o fim de sua carreira, acabou se tornando o seu verdadeiro começo. Após deixar o cargo de chefe do Comitê de Relações Exteriores, Vladimir foi convidado a trabalhar em Moscou, assumindo um posto dentro da administração presidencial. Essa transferência não foi fruto do acaso, Putin já estava sendo observado por antigos superiores da KGB e por aliados do Kremlin, que lhe indicaram para chefiar o Departamento de Propriedades Estrangeiras, responsável por administrar os bens soviéticos no exterior, como edifícios diplomáticos, empresas estatais e bases logísticas

que haviam ficado sob controle da Federação Russa após a dissolução da URSS (Belton, 2020).

O cargo recebido, embora de natureza técnica, representava um avanço gigantesco para Putin. Era um posto de confiança, que o colocava no interior do aparato presidencial e sob a supervisão direta dos assessores mais próximos de Yeltsin. No geral, o clima era favorável para Putin, muitos observavam seu passado em São Petesburgo com bons olhos, o que lhe fornecia aceitação necessária para poder desenvolver trabalho um bom trabalho. Tal fato pode ser observado nas palavras do general Gennady Belik:

Quando Putin foi subitamente nomeado para um cargo sênior no Kremlin, em Moscou, no verão de 1996, um dos generais seniores da KGB que havia acompanhado de perto sua carreira em São Petersburgo se declarou satisfeito com ele. 'Ele começou sua carreira como um funcionário do zero', o general, Gennady Belik, disse mais tarde a um repórter. 'É claro que ele cometeu erros. As questões eram absolutamente novas para ele... As únicas pessoas que não cometem erros são aquelas que não fazem nada. Mas, ao final de suas atividades em São Petersburgo, Vladimir Vladimirovich havia crescido enormemente.' (Belton, 2020, cap.3, tradução nossa⁸⁴).

A partir desse momento, sua ascensão seria rápida e constante. Em menos de dois anos, Putin foi promovido sucessivamente: primeiro à chefia do Departamento de Controle Presidencial, encarregado de supervisionar a execução das ordens do presidente em todas as regiões do país; depois, a vice-chefe de gabinete responsável pelos assuntos regionais; e, em seguida, a diretor do Serviço Federal de Segurança (FSB), órgão sucessor da KGB. Essa série de promoções, era algo sem precedentes. Até então, Putin possuía apenas a patente de tenente-coronel, o que deveria ter impedi-lo de assumir o comando FSB, uma vez que apenas generais poderiam assumir essa posição, mas arranjos foram feitos e ele assumiu mesmo assim (Belton, 2020; Myers 2015).

Embora as coisas estivessem indo bem para Putin, o mesmo não podia ser dito da Rússia. Ao longo de 1998, a crise econômica continuava a devastar o país e greves suspendiam setores inteiros da economia; o governo estava paralisado, incapaz de lidar e responder aos problemas crescentes. Salários atrasados, colapso do rublo e a Guerra na Chechênia despertavam um medo crescente na população (Belton, 2020). As similaridades a memória recente dos tempos de colapso sob Gorbachev eram muitas, e,

⁸⁴ "When Putin was suddenly appointed to a senior position in the Kremlin in Moscow in the summer of 1996, one of the senior KGB generals who'd watched closely over his St Petersburg career pronounced himself satisfied with him. 'He began his career as an official from zero,' the general, Gennady Belik, later told a reporter. 'Of course he made mistakes. The issues for him were absolutely new ... The only people who don't make mistakes are the ones that don't do anything. But by the end of his activities in St Petersburg, Vladimir Vladimirovich had grown a great deal.'"

pouco a pouco, antigos fantasmas pareciam despertar no imaginário coletivo: a anarquia do Tempo das Dificuldades voltava a assombrar a memória russa, e havia-se um medo real de que a Federação estava prestes a colapsar.

Diante do cenário, Yeltsin, que se encontrava a maior parte do dia debilitado por problemas de saúde, via-se cada vez mais dependente de um círculo restrito de assessores e familiares, conhecido como “A Família”. Era esse grupo, formado por figuras como Tatyana Dyachenko, filha de Yeltsin e sua principal conselheira; Valentin Yumashev, jornalista e genro do presidente; Boris Berezovsky, um dos mais influentes oligarcas do período; e Sergei Pugachev, banqueiro e aliado próximo do Kremlin, que passaram a influenciar diretamente as decisões do Kremlin (Belton, 2020). Entre suas maiores preocupações estava a sucessão presidencial de 2000, onde o principal medo não era ganhar a eleição em si, mas sim de que um novo governo pudesse abrir certas investigações contra a Família, investigações as quais poderiam muito bem comprometer a, principalmente no que se refere as privatizações realizadas na década anterior (Belton, 2020).

Nesse contexto, o nome de Putin começou a circular com insistência entre os membros da Família. Era necessário encontrar alguém capaz de garantir continuidade, lealdade e, acima de tudo, segurança. Segundo Belton (2020), a atuação de Putin à frente do FSB havia impressionado a elite do poder, agindo com grande discrição e reserva, Putin passava a impressão de um homem leal, sem grandes vaidades e, portanto, confiável (Belton, 2020; Myers 2015).

Tal visão seria reforçada pelo episódio em que Putin organizara a fuga de seu antigo mentor, Anatoly Sobchak, da Rússia, evitando sua prisão. Esse gesto pesaria fortemente a seu favor. Aos olhos da Família, Putin parecia o sucessor ideal: eficiente, obediente e, acreditavam, maleável o suficiente para ser controlado. Sergei Pugachev, um dos principais articuladores e apoiadores da transição, via nele o herdeiro natural do projeto liberal de Sobchak. “Se era próximo de Sobchak”, recordaria mais tarde, “deveria ser um homem de ideias moderadas e democráticas” (Belton, 2020).

Nem todos, porém, partilhavam dessa convicção. Havia, dentro do próprio círculo de Yeltsin, quem visse na figura de Putin algo inquietante. Entre os homens que advertiam a respeito de Putin estava surpreendentemente o próprio Sobchak, e um influente oligarca chamado Boris Berezovsky. Em uma conversa, Berezovsky disse a Pugachev que ele estava cometendo “o maior erro de sua vida” ao apoiar a ideia de Putin como primeiro-

ministro, “um *komitetchik*⁸⁵ nunca muda” continuou e alertou: “Você não sabe quem Putin realmente é” (Belton, 2020).

Enquanto as conversas dentro da Família ocorriam, Putin encontrava-se com inimigos os inimigos políticos da mesma, inclusive levando toda o alto escalão da FSB para a *dacha*⁸⁶ de Primakov (antigo primeiro-ministro e maior arqui-inimigo de Yeltsin) e ninguém na Família parecia perceber isso, como destaca Belton (2020), Pugachev e toda a família de Yeltsin haviam fechado seus olhos, eles gostariam de acreditar acima de qualquer coisa que Putin era um deles (Belton, 2020).

Enquanto as investigações sobre a Família se intensificavam e a saúde de Yeltsin declinava rapidamente, o Kremlin se transformou em uma fortaleza sitiada, tomada pelo medo. Entre reuniões discretas e decisões apressadas, amadureceu a ideia de que Putin seria o único nome capaz de garantir a sobrevivência política da Família. A escolha, feita no verão de 1999, foi um ato de franco desespero. O presidente, cansado e pressionado, finalmente aceitou a indicação de seus assessores, e, no dia 9 de agosto de 1999, Vladimir Vladimirovich Putin foi oficialmente nomeado Primeiro-Ministro da Federação Russa⁸⁷ (Belton, 2020).

A reação em Moscou foi de espanto. Myers (2015) descreve que, para muitos, a escolha de um ex-agente da KGB para o segundo cargo mais alto do Estado parecia um retrocesso histórico, o sinal de que as velhas estruturas de poder voltavam à superfície. Outros, porém, viam em Putin um administrador firme e pragmático, alguém capaz de restaurar a ordem em um país mergulhado no caos. Em seu primeiro discurso ao Parlamento, Putin prometeu combater a corrupção, o terrorismo e a desagregação do Estado, temas que, meses depois, se tornariam pilares de sua retórica presidencial (Myers, 2015).

De início, Putin foi apresentado como um tecnocrata de perfil discreto, sem grandes pretensões políticas. Gessen (2012) observa que ele parecia um funcionário exemplar do sistema: disciplinado, leal e desprovido de carisma. Mas por trás da

⁸⁵ O termo *komitetchik* era utilizado para designar os membros da KGB e, após a dissolução da União Soviética, passou a ser empregado para se referir aos antigos agentes e oficiais de segurança que permaneceram influentes nas estruturas políticas e econômicas do novo regime.

⁸⁶ Nome russo para fazenda, casa de campo ou mansão.

⁸⁷ Felipe Turover, um ex-oficial sênior da diretoria de inteligência estrangeira do KGB, destaca que Putin conseguiu enganar todos os membros da Família. Eles realmente acreditavam que Putin era um homem leal, dedicado aos preceitos do liberalismo e da democracia, e nunca imaginaram que Putin poderia ser o plano B da KGB para tomar o poder (a respeito do plano A, ver a obra de Belton, 2020). Nas palavras de Turover: “A guerra é baseada no engano. Esta é a estratégia de Sun Tzu. Ele escreveu A Arte da Guerra há 2.600 anos”; “Putin aprendeu bem suas lições de judô.” (Belton, 2020).

aparência reservada, movia-se com precisão. Em poucos meses no poder, Putin consolidou sua autoridade sobre o aparato de segurança e conquistou a confiança de setores estratégicos do exército e da administração, principalmente devido a seu envolvimento na Guerra da Chechênia, a qual lhe rendeu ampla popularidade. Sua ascensão no poder foi muito rápida, e quase ninguém percebeu o quanto era irreversível (Gessen, 2012).

No Natal de 1999, a história foi selada. Yeltsin, debilitado e cercado por investigações, anunciou sua renúncia em pronunciamento nacional. Com voz trêmula, declarou que deixava o país “nas mãos de um homem em quem confiava profundamente”. Putin assumiria o cargo de presidente interino da Federação Russa⁸⁸, ver Figuras 16 e 17 (Gesen, 2012; Belton, 2020). Uma nova era na Rússia acabava de começar, e seu protagonista já não era mais o reformista enfermo do passado, mas sim o herdeiro legítimo dos *komitetchik*, que tendo finalmente conquistado o trono, faria de tudo para permanecer nele. À medida que Vladimir Putin caminhava em direção a sua cerimônia de posse, refletia-se nas muralhas do Kremlin os raios da aurora da mais nova era autocrática russa.

Figura 16. Yeltsin passando a presidência para Vladimir Putin



Fonte: Kremlin.ru, 1999.

⁸⁸ Pouco antes de ser nomeado presidente, o pai de Putin havia falecido. Em seu leito de morte, teria dito: “Meu filho é como um czar.” Uma frase simples, mas carregada de presciência (Myers, 2015).

Figura 17. Putin entrando no Salão Andreyevsky durante sua posse como presidente



Fonte: Kremlin.ru, 2000.

4.2.3 O Agente no Trono

Ao assumir a presidência da Federação Russa em março de 2000, Vladimir Putin herdava um país cansado e sedento por estabilidade. O Estado, após quase uma década de reformas caóticas e governos erráticos, havia se tornado um corpo fragmentado, e a sociedade, exaurida, buscava no novo líder a promessa de normalidade.

O início de seu governo foi marcado por um intenso esforço de reconstrução do Estado e de redefinição dos centros de poder. Para Putin, o caos dos 1990 não deveria ter sido uma consequência inevitável da queda soviética, para ele o principal causador desse mal teria sido a fraqueza das instituições e a ausência de hierarquia. Sua meta, portanto, não era reformar o sistema, mas domá-lo. Gessen (2012) observa que, já nos primeiros meses de mandato, o Kremlin deixou de ser palco de disputas políticas e passou a funcionar como um quartel-general, onde as decisões partiam de um único centro e irradiavam para todo o país (Gessen, 2012).

Para compor seu novo governo, o novo presidente cercou-se de antigos conhecidos de São Petersburgo e do aparato de segurança, formando o núcleo do que Belton (2020) chamaria de “Homens de Putin” ou “*siloviki*” (homens da segurança). Ligados, direta ou indiretamente, à antiga KGB, eles eram unidos por laços de lealdade e pragmatismo. Entre eles, havia-se o entendimento de que as reformas e aberturas da era Yeltsin haviam representado não uma liberdade a ser preservada, mas uma humilhação nacional a ser corrigida (Belton, 2020).

Logo em seus primeiros meses de governo, Putin dedicou-se a reconstruir os pilares centrais do poder russo. Para isso, lançou mão de uma ampla recentralização administrativa, retirando grande parte autonomia das regiões da federação e subordinando diretamente ao Kremlin os governadores eleitos. Além disso, buscou reestruturar as forças de segurança, ampliando a influência dos serviços de inteligência substituindo figuras da velha guarda liberal, para colocar em seu lugar, os antigos colegas de São Petersburgo e da KGB. Myers (2015) descreve o processo como uma “restauração do centro”, conduzida de forma progressiva, mas constante. Os primeiros anos de Putin, dessa forma, foram marcados por um discurso de eficiência e disciplina, acompanhado por uma prática de controle e vigilância sobre todas as esferas da vida pública (Gessen, 2012; Myers, 2015).

O primeiro alvo dessa nova ordem foi a imprensa. Desde a campanha eleitoral de 2000, a televisão havia desempenhado papel central na formação de sua imagem pública,

e o controle sobre ela tornou-se prioridade absoluta. Gessen (2012) relembra o caso da NTV, a maior emissora privada da Rússia, fundada por Vladimir Gusinsky, que se destacava pela independência editorial e pela cobertura crítica da guerra na Chechênia⁸⁹. Seus programas satíricos, especialmente *Kukly*⁹⁰, ridicularizavam abertamente o novo presidente, algo que seria impensável nas décadas seguintes (Gessen, 2012).

Todo o Kremlin foi mobilizado para entregar uma resposta esmagadora. Como descreve Belton (2020), “Comandos policiais mascarados, armados com fuzis automáticos, invadiram os escritórios de Vladimir Gusinsky, o magnata que possuía o império Media Most, que incluía o canal de televisão NTV.”, marcando o início de uma ofensiva sistemática contra veículos de comunicação independentes. O ataque jurídico e econômico à empresa de Gusinsky terminou com sua prisão e, posteriormente, com a transferência do controle da NTV para a estatal Gazprom. A partir dessa operação, a televisão russa se tornava, novamente, uma extensão do Estado. Gessen (2012) observa que, já nas eleições seguintes, a emissora “deu a Putin uma vantagem quádrupla” sobre seus concorrentes (Gessen, 2012; Belton, 2020).

Após a ofensiva contra os meios de comunicação, os próximos na lista eram os oligarcas independentes, que desde o governo Yeltsin haviam se transformado em verdadeiros centros de poder paralelo, e isso, para Putin, era inaceitável. “Não haverá oligarcas como classe.” declarou em uma de suas primeiras entrevistas. O aviso se concretizou de maneira exemplar com a prisão de Mikhail Khodorkovsky, dono do conglomerado petrolífero Yukos e, na época, o homem mais rico da Rússia (Myers, 2012; Belton, 2020).

O caso Yukos foi o maior show de força demonstrado por Putin até então. Em 2003, Khodorkovsky foi detido sob dúbias acusações de fraude e evasão fiscal. Pouco

⁸⁹ A Guerra da Chechênia foram dois conflitos entre a Federação Russa e forças separatistas da República da Chechênia, localizada na região norte do Cáucaso. O primeiro conflito (1994–1996) terminou com uma humilhante derrota russa, que foi obrigada a retirar suas tropas e aceitar a independência de fato do território; o segundo conflito (1999–2009), iniciado após uma série de atentados atribuídos a militantes chechenos, foi mais bem sucedido, com forças russas conseguindo reestabelecer o controle da região. O segundo conflito é de especial importância, pois foi em cima dele que Vladimir Putin construiu sua imagem e sua popularidade enquanto ainda era primeiro-ministro. Entre os fatores que foram decisivos na construção dessa imagem destaca-se a forte campanha midiática que o acompanhou. Em matérias televisionadas, pintava-se a imagem de Putin como um homem viril, pilotando jatos, descendo de corda de helicópteros e no geral engajando-se de forma ativa no conflito. Essa abordagem colocavam o velho e debilitado Yeltsin em forte contraste como o primeiro-ministro, que passava de um desconhecido, para herói nacional (Belton, 2020).

⁹⁰ *Kukly* (“Bonecos”, em russo) foi um popular programa satírico exibido pela emissora NTV entre 1994 e 2002. Ele era inspirado no formato do britânico *Spitting Image*, utilizando bonecos de látex para caricaturar figuras políticas russas, entre elas, Putin.

antes, ele havia financiado partidos da oposição e discursado publicamente em uma reunião convocada pelo próprio Putin com os principais oligarcas do país, contra a corrupção no Kremlin. Belton (2020) interpreta o episódio como um divisor de águas, “A prisão de Khodorkovsky marcou o começo do fim dos oligarcas independentes. Foi um sinal de que aqueles que haviam feito suas fortunas durante a era Yeltsin só poderiam mantê-las segundo as condições impostas pelo Kremlin.” (Myers, 2015; Belton, 2020).

O processo judicial que se seguiu revelou-se menos uma investigação, e mais uma demonstração de poder. A venda forçada da subsidiária Yuganskneftegaz à estatal Rosneft simbolizou a passagem do poder dos empreendedores livres para as mãos dos *komitetchik*. Todo o processo foi transmitido pela televisão, a fim de que fosse feito um exemplo de Khodorkovsky. A partir deste ponto, torna-se interessante destacar que, diante de todas as ações feitas por Putin até agora, o Ocidente permanecia calado, nem a tomada de controle da mídia, e nem mesmo agora o julgamento teatral do homem mais rico da Rússia (com fortes laços com o governo americano) foram suficientes para que alertas fossem acesos. Segundo Thomas Graham, conselheiro norte-americano citado por Belton (2020), “O problema era que, toda vez que dizíamos aos russos que o que estavam fazendo teria um impacto negativo sobre o clima de investimentos na Rússia, alguma empresa ocidental aparecia e fazia uma oferta para comprar a Yukos.” (Belton, 2020).

A partir disso, Putin retirou um aprendizado que guiaria toda a sua política externa nos anos seguintes: o Ocidente jamais sacrificaria seus interesses materiais em nome dos supostos princípios democráticos. A venda da Yuganskneftegaz a preços irrisórios, com participação indireta de bancos e companhias estrangeiras, expôs a fragilidade da coerência ocidental, e deu a Putin a visão de que ele poderia agir internamente sem medo de represálias significativas, desde que garantisse estabilidade e fornecimento energético aos seus parceiros europeus (Belton, 2020).

Reeleito em março de 2004, o segundo mandato de Putin marcou a transição da consolidação do poder para a construção de uma estrutura estável e permanente. Com a mídia controlada e os oligarcas domados, o Kremlin passava a se consolidar sob uma nova arquitetura de poder. A economia russa crescia a todo vapor, impulsionada pela alta do preço do petróleo, e a promessa de estabilidade havia se cumprido, os salários aumentavam e o caos dos anos 1990 parecia distante. O preço, porém, havia sido a liberdade (Gessen, 2012).

Cada vez mais o poder deixava de ser impessoal e voltava a ser uma rede, baseada nos Homens de Putin. No novo sistema, as fronteiras entre o Estado e os interesses

privados se dissolviam cada vez mais. O que emergia a partir disso, não pode ser visto como um retorno ao comunismo, mas sim como um capitalismo de Estado rigidamente controlado, onde a riqueza fluía pelos canais de lealdade política. O Estado tornava-se, mais uma vez, a extensão de uma única pessoa e seus favoritos (Gessen, 2012).

O clima de estabilização foi abruptamente interrompido em setembro de 2004, quando ocorreu o chamado atentado à escola de Beslan, um dos episódios mais traumáticos da história recente da Rússia. Durante o primeiro dia de aula, um grupo de militantes chechenos e inguches armados invadiu a Escola Nº 1 da cidade de Beslan, na Ossétia do Norte, fazendo mais de mil pessoas reféns, em sua maioria crianças, pais e professores. O cerco durou três dias e terminou de forma trágica, quando forças especiais russas invadiram o prédio após uma série de explosões internas. No fim, o resultado foi uma tragédia, mais de 330 mortos, entre eles cerca de 180 crianças, e centenas de feridos (Belton, 2020).

O episódio chocou o país e serviu como plataforma política para Putin realizar uma das reformas mais profundas e radicais desde o fim da União Soviética: o fim das eleições diretas para governadores regionais. A partir daquele momento, todos seriam nomeados diretamente pelo presidente. Em um discurso televisionado, Putin afirmou que a Rússia estava “sob ataque” e que a única forma de garantir sua sobrevivência seria por meio do fortalecimento do poder central. Myers (2015) observa que, sob esse pretexto, Putin removeu um dos últimos sistemas que colocavam em xeque o poder presidencial, estabelecendo uma cadeia de comando em que cada autoridade regional respondia unicamente ao Kremlin (Myers, 2015).

A consolidação da centralização do poder interno, coincidiu com um novo tremor, dessa vez, no campo externo. Em 2003 e 2004, ocorreram as chamadas “revoluções coloridas”, a Revolução Rosa na Geórgia e a Revolução Laranja na Ucrânia. Essas revoluções foram movimentos e protestos que levaram a derrubada de governos pró-Moscou a favor de lideranças mais alinhadas ao Ocidente. Para o Kremlin essas revoluções representaram derrotas gigantescas, e o impacto aos planos do governo foi tão severo que, segundo relatos, Putin chegou a cogitar a renúncia. Segundo os olhos do governo, conforme relata Belton (2020), essas revoluções não eram fruto de manifestações autônomas, mas sim de operações orquestradas pelo Ocidente, a fim de enfraquecer a influência russa. O sentimento de humilhação e revolta era enorme. Passado o choque inicial, Putin denunciou as revoluções publicamente como planejadas “em

outros lugares” e financiadas por potências estrangeiras, entre elas os Estados Unidos (Belton, 2020).

Gessen (2012) interpreta esse momento como o início de uma virada ideológica. O Kremlin passava a enxergar não apenas ameaças externas, mas também internas. ONGs, veículos de imprensa e partidos independentes começaram a ser classificados como “agentes estrangeiros”. A narrativa da estabilidade deu lugar à narrativa da fortaleza sitiada, uma Rússia ameaçada por todos os lados, cuja sobrevivência dependia da disciplina e obediência interna (Gessen, 2012).

Foi nesse contexto que surgiu o conceito de “democracia soberana” (*suverénnyaya demokrátia*), formulado por Vladislav Surkov, o principal estrategista político de Putin. O termo buscava dar uma aparência teórica à realidade do governo, que se tratava, segundo Surkov, de uma forma legítima de democracia adaptada às “condições e valores russos”, resistente à interferência de outros Estados. Belton (2020) recorda que o Kremlin passou a utilizar o conceito como escudo retórico para justificar a limitação das liberdades políticas, sempre em nome da “soberania nacional” (Belton, 2020; Gessen 2012).

Em 2005, durante seu discurso anual à nação, Putin demonstrou para a nação e para o mundo que uma mudança estava prestes acontecer na política externa russa, como pode ser observado abaixo:

Para tanto, recordarei mais uma vez a história recente da Rússia. **Acima de tudo, devemos reconhecer que o colapso da União Soviética foi o maior desastre geopolítico do século.** Quanto à nação russa, esse evento tornou-se uma verdadeira tragédia. **Dezenas de milhões de nossos concidadãos e compatriotas encontraram-se fora do território russo.** Além disso, a epidemia de desintegração contaminou a própria Rússia. (Putin, 2005, tradução e grifo nosso⁹¹).

A constatação de que o colapso da União Soviética foi a maior catástrofe geopolítica do século XX, passaria a ser uma das frases mais celebres e emblemáticas do presidente, e longe de ser uma mera nostalgia dele, ela expressou a essência do que era ou passava a ser sua visão de mundo: A perda do império não era apenas uma tragédia histórica, mas um trauma que precisava ser corrigido. Gessen (2012) observa que, a partir dessa declaração, Putin deixou de falar como reformador e passou a falar como um restaurador (Gessen, 2012).

⁹¹ “To do so, I will recall once more Russia’s most recent history. **Above all, we should acknowledge that the collapse of the Soviet Union was a major geopolitical disaster of the century.** As for the Russian nation, it became a genuine drama. **Tens of millions of our co-citizens and compatriots found themselves outside Russian territory.** Moreover, the epidemic of disintegration infected Russia itself.”

As relações com o Ocidente, que até então haviam se mantido cordiais, deterioraram-se rapidamente. O mesmo homem, que havia colaborado com Washington após os atentados de 11 de setembro e até permitido o uso de bases russas em operações no Afeganistão, agora tratava os Estados Unidos e a OTAN como forças hostis. A ampliação da aliança atlântica, além da invasão do Iraque em 2003, passou a ser vistas como sinais inequívocos de que o Ocidente continuava a expandir sua influência sobre o que o Kremlin considerava sua esfera natural de domínio (Belton, 2020).

Myers (2015) destaca que, já em 2005, todo otimismo com a cooperação havia se dissipado, e que o Kremlin passava a tratar as ações norte-americanas como tentativas deliberada de conter o “ressurgimento” da Rússia. Belton (2020) reforça essa leitura ao afirmar que na mentalidade dos *siloviki* mais próximos de Putin, isso nunca havia deixado de ser verdade. Para eles, a Guerra Fria nunca havia realmente terminado. O colapso da URSS fora apenas uma pausa temporária, e a Rússia deveria agora se reerguer para reivindicar novamente seu lugar no mundo (Myers, 2015; Belton, 2020).

Em fevereiro de 2007, essa mudança de postura foi anunciada ao mundo de maneira clara. Na Conferência de Segurança de Munique, diante de chefes de Estado e ministros de defesa do Ocidente, Putin abandonou a diplomacia cuidadosa que o caracterizou até então e lançou uma crítica frontal e direta à ordem internacional liderada pelos Estados Unidos. Sua fala, de pouco mais de vinte minutos, soou como um ultimato:

Os Estados Unidos ultrapassaram suas fronteiras em todas as esferas. Estão impondo sua vontade a outros Estados na economia, na política e na esfera humanitária. E quem gosta disso? Quem gosta disso? [...] Este é um mundo com um único mestre, um único soberano. E isso, no fim, é ruinoso não apenas para todos que fazem parte desse sistema, mas também para o próprio soberano – porque o destruirá por dentro. (Putin, 2007 *apud* Belton, 2020, cap.12, tradução nossa⁹²).

Dessa forma, o discurso de Munique representou um marco simbólico do rompimento entre Moscou e o Ocidente. Myers (2015) descreve que este foi o momento que Putin parou de fingir, enquanto Belton (2020) afirma que o pronunciamento foi recebido como uma “declaração de independência” da Rússia frente ao mundo unipolar.

⁹² “The United States has overstepped its borders in all spheres. It is imposing its will on other states in the economy, in politics and in the humanitarian sphere. And who likes this? Who likes it? [...] This is a world of one master, one sovereign. And this in the end is ruinous not just for everyone who is part of this system but also for the sovereign itself – because it will destroy it from the inside.”

A parceria pós-Guerra Fria estava morta, e o país começava a se posicionar como o centro de um novo eixo geopolítico (Belton, 2020; Myers 2015).

Ao final de seu segundo mandato, em 2008, Putin havia alcançado níveis recordes de aprovação. A economia russa vivia o auge da bonança petrolífera, e o Kremlin gozava de ampla estabilidade interna e de crescente projeção externa. Entre parte da população o sentimento de orgulho nacional nunca esteve tão alto, isso, aliado a um discurso de “grandeza restaurada” conferiam ao governo fortes pilares de legitimidade (Belton, 2020).

Nesse mesmo ano, poucos meses antes de deixar formalmente o cargo, a Rússia interveio militarmente na Geórgia, um conflito breve, mas decisivo. Para muitos, foi o prelúdio de uma nova era. A guerra demonstrou que Moscou não estava disposta a reagir apenas retoricamente ao avanço ocidental, mas também de forma material, impondo limites a expansão da influência estrangeira, naquilo que considerava com seu quintal estratégico. A intervenção na Georgia era um anúncio de que a Rússia, deixava de ser reativa e passava a ser afirmativa, retomando, no campo político e simbólico, a posição de império que acreditava que jamais deveria ter perdido (Gessen, 2012).

Quando Vladimir Putin deixa a presidência em 2008, isso ocorre não por vontade própria, mas por necessidade constitucional. A Constituição russa proibia um terceiro mandato consecutivo, e a solução encontrada foi a nomeação de um sucessor leal que mantivesse o poder sob controle. Dmitri Medvedev, antigo assessor do Kremlin e colaborador de longa data em São Petersburgo, foi o escolhido. Jovem, tecnocrata e com imagem moderada, ele representava um rosto aceitável para uma Rússia que desejava aparentar modernização (Gessen, 2012).

Belton (2020) observa que a escolha de Medvedev foi tudo menos aleatória. Nas palavras da autora:

Em muitos aspectos, ele não passava de uma figura simbólica. Putin o havia escolhido como sucessor precisamente porque, entre todos os membros de seu círculo íntimo, era o menos propenso a adquirir estatura suficiente para desafiá-lo. Desde o início, o plano fora que Putin retornasse à presidência após Medvedev cumprir um mandato. (Belton, 2020, cap. 12, tradução nossa⁹³).

Dessa forma, a chamada “alternância de poder” era na realidade apenas um disfarce institucional. Como primeiro-ministro, Putin manteve controle sobre as forças

⁹³ “In many ways, he was no more than a cipher. Putin had picked him as his successor precisely because, of all of his inner circle, he was the least likely ever to gain the stature to challenge him. From the start, the plan had been for Putin to return as president after Medvedev had served out a term.”

armadas, sobre a política de segurança e também sobre a estratégia externa, enquanto Medvedev cumpria o papel de um moderado, cultivando a imagem de um líder liberal e modernizador. Segundo Gessen (2012), tratava-se de uma encenação útil, o Estado apresentava uma face civilizada ao Ocidente sem alterar suas estruturas fundamentais. Myers (2015) observa que as decisões cruciais, especialmente nas áreas militar e energética, continuavam sendo tomadas por Putin e os *siloviki* (Gessen, 2012; Myers, 2015).

Durante o mandato de Medvedev, o discurso de “modernização” ganhou força, investimentos em tecnologia, cooperação com o Vale do Silício e o “reset” das relações com Washington pareciam indicar uma abertura. Mas, como destaca Belton (2020), tudo não passou de verniz: as instituições continuavam subordinadas ao Kremlin, e a política externa permanecia orientada pela lógica da segurança e da revanche. Gessen (2012) observa que, nesse período, a Rússia não se modernizou; apenas aprendeu a representar a modernidade (Gessen, 2012; Belton, 2020).

O retorno de Putin ao Kremlin, em 2012, foi recebido com a maior onda de protestos desde o colapso da URSS. As manifestações de 2011–2012, foram impulsionadas por acusações de fraudes eleitorais e por um forte cinismo em relação ao arranjo político. Essas manifestações refletiram que, embora uma parte da sociedade pudesse sim estar aceitando as reformas e no geral a visão política do Kremlin de bom grado, ela não representava a totalidade do povo. A resposta do governo foi dura, havendo uma forte repressão policial, e novas leis de censura sendo assinadas, juntamente com novas restrições à ONGs estrangeira (Belton, 2020).

Mais uma vez o governo utilizou dessa demonstração popular para construir uma narrativa de ingerência estrangeira. Myers (2015) aponta que, a partir de então o Estado passou a disseminar os ideais de uma “Rússia tradicional”, baseada no patriotismo, na ortodoxia e na defesa dos “valores russos”, que se contrapunham ao “veneno” da decadência, que seriam os valores liberais do Ocidente (Myers, 2015).

Belton (2020) identifica nesse momento o surgimento de uma nova autoconfiança imperial. A Rússia deixava de se ver como participante do sistema global liderado pelos Estados Unidos, mas para se tornar seu contraponto civilizacional. Nesse cenário, o discurso de resistência ao ocidente se tornava um eixo central da política externa russa, e a Europa, em particular, passava a ser retratada como o principal palco dessa disputa civilizacional (Belton, 2020).

Todas as tensões acumuladas até então, juntamente com a ideia de restauração culminaram na crise ucraniana de 2014, a qual representou o ponto máximo de inflexão da política externa de Vladimir Putin, até então. O evento que desencadeou a crise foi a queda do governo de Viktor Yanukovych, que de última hora havia suspendido um tratado de associação com a União Europeia, a favor de um pacote financeiro alternativo oferecido por Moscou. A decisão foi profundamente impopular e levou a eclosão de protestos massivos na Praça Maidan, em Kiev. A repressão violenta ordenada por Yanukovych agravou a crise. Em fevereiro de 2014, após confrontos que deixaram dezenas de mortos e a deserção de parte das forças de segurança, Yanukovych fugiu de Kiev, buscando refúgio em território russo. Diante da fuga do presidente, o Parlamento ucraniano declarou sua destituição e convocou novas eleições, o que Moscou denunciou como um golpe de Estado apoiado pelo Ocidente. Para o Kremlin, o que estava acontecendo era uma repetição das “revoluções coloridas”, e isso, não seria tolerado (Belton, 2020).

Nas semanas que se seguiram à fuga de Yanukovych, tropas sem insígnias passaram a ocupar pontos estratégicos dentro da Crimeia, essas tropas ficaram conhecidas como “pequenos homenzinhos verdes”, e ninguém realmente sabia de onde eles haviam surgido. Em poucas semanas, esses soldados haviam consolidado controle sob a península, e em um referendo, conduzido sob supervisão direta das forças de ocupação, foi decidido a anexação do território a Rússia. Durante as primeiras semanas, Putin negou fervorosamente que as forças ‘pertenciam a Rússia, mas eventualmente, ele iria admitir que os soldados realmente estavam sob suas ordens (Myers, 2015; Belton, 2020).

Putin justificou a intervenção evocando tanto a necessidade de proteger as comunidades russas locais quanto uma correção histórica. Segundo Myers (2015), o presidente apresentou a transferência da Crimeia para a Ucrânia, feita por Nikita Khrushchov em 1954, como um “erro histórico”, argumentando que a península fora parte integral da Rússia desde o século XVIII e símbolo do sacrifício nacional na Segunda Guerra Mundial. Essa narrativa da “reintegração da Crimeia” tornou-se central na retórica de legitimidade interna, reatando a linha simbólica entre o império czarista, a União Soviética e a Rússia contemporânea (Belton, 2020).

Em 18 de março de 2014, no Salão Georgievsky do Kremlin, Putin anunciou oficialmente a anexação diante do Parlamento e de figuras do governo. A cena é descrita por Belton (2020) revelando a articulação de uma retórica patriótica, que, em última instância, transformou uma ocupação em um ritual de reafirmação nacional:

O que aconteceu na Ucrânia reflete a situação que se desenrolou em todo o mundo”, disse ele. “Depois que o mundo das duas superpotências desmoronou, os Estados Unidos decidiram que podiam recorrer à política da força. Eles pensam que foram incumbidos por Deus. [...] Mas tudo tem seus limites... Se você pressionar demais a mola, ela voltará... A Rússia, assim como qualquer outro país, tem interesses nacionais que precisam ser respeitados.” Ao final de seu discurso, alguns oficiais enxugavam lágrimas de orgulho dos olhos, enquanto outros entoavam ‘Rússia! Rússia!’. Putin estava tocando em um anseio profundo pelos dias de glória do passado imperial soviético, sentimento compartilhado por muitos russos. (Belton, 2020, cap.12, tradução nossa⁹⁴).

Dessa vez, a reação ocidental não seria branda, uma linha havia sido ultrapassada e não haveria mais volta. Os Estados Unidos e a União Europeia impuseram sanções econômicas que atingiram empresas estratégicas, como Gazprombank, VTB, Rosneft e Novatek, e oligarcas próximos a Putin, entre eles Gennady Timchenko, Yury Kovalchuk e os irmãos Arkady e Boris Rotenberg. A Rússia foi suspensa do G8, e o fluxo de capitais estrangeiros retraiu-se. Embora tenham sido sanções pesadas, deve-se destacar que o impacto foi limitado, a economia russa se adaptou, e como resultado direto das sanções, a popularidade interna de Putin disparou, como se uma confirmação daquilo que havia sido dito até então pelo governo (Belton, 2020).

O episódio também ajudou a cristalizar o ideário do *Russkiy Mir* ou “mundo russo”. Embora não tenha sido mencionado até aqui, esse ideal é de extrema importância, pois, basicamente, nele está postulado um projeto civilizacional fundado na ideia de uma comunhão espiritual e cultural dos povos eslavos sob a égide de Moscou. Sob essa visão de mundo, os ideais da ortodoxia, patriotismo e destino histórico seriam a base que justificam a união da “mesma raiz” cultural e religiosa, sob um único órgão de soberania política. Em outras palavras, conforme destacam Myers (2015) e Belton (2020), trata-se da revitalização e modernização da ideia da “Terceira Roma”: a Rússia, como herdeira de Bizâncio e guardiã dos valores espirituais e tradições russas, possuiria o direito de intervir no exterior em nome da defesa dos russos. No contexto moderno, a Europa, ao promover o expansionismo da OTAN e os valores liberais, é vista como a maior ameaça existencial a esse desígnio (Myers, 2015; Belton, 2020).

Complementarmente torna-se necessário articular os conceitos do Eurasianismo e do Exterior Próximo, que fornecem a moldura geopolítica e estratégica para o projeto do

⁹⁴ “What happened in Ukraine reflects the situation that unfolded across the entire world,” he said. “After the world of two superpowers broke down, the US decided it could use strongarm politics. They think they have been entrusted by God. [...] But everything has its limits ... If you press the spring too hard, it will spring back ... Russia, just like any other country, has national interests which you need to respect. By the end of his speech, some officials were wiping tears of pride from their eyes, while others chanted ‘Russia! Russia!’ Putin was tapping into a deep-seated longing for the glory days of the Soviet imperial past that was shared by many Russians.”

Russkiy Mir. Em relação ao Eurasianismo, Laruelle (2012) analisa que essa corrente foi concebida a fim de representar a Rússia como uma civilização autônoma, situada entre a Europa e a Ásia, não pertencente a nenhum nem outro, mas dotada de um destino histórico singular. Nascido entre emigrados russos nos anos 1920, o Eurasianismo apresentava o império como um organismo orgânico e espiritual, cuja coesão se baseava na complementaridade dos povos que o compunham. Rearticulado após o colapso da URSS, principalmente por pensadores como Alexander Dugin, essa ideia era de especial utilidade, pois fornecia ao Kremlin uma nova gramática de legitimidade, substituindo o universalismo marxista-leninista por um discurso civilizacional que reafirmava a vocação imperial de Moscou e a continuidade histórica da Rússia como eixo moral e político do continente (Laruelle, 2012; Dugin, 1997).

Em sua vertente mais contemporânea, o chamado neoeurasianismo transformou essa herança intelectual em uma doutrina geopolítica sistemática. Em *Foundations of Geopolitics* (1997), Dugin, baseado em Mackinder, descreve a Rússia como o coração continental (*Heartland*) destinado a liderar um bloco eurasiático, agora dividido, capaz de se contrapor à chamada “hegemonia atlântica”. Nessa visão, a própria geografia seria justificativa para que a política externa russa buscasse a reintegração das antigas repúblicas soviéticas a fim de buscar uma missão comum de resistência ao Ocidente. O império espiritual de outrora assume, assim, a forma de uma Eurásia como espaço de soberania compartilhada, guiado por uma ideia de civilização que transcenderia fronteiras estatais (Laruelle, 2012; Dugin, 1997).

Já em relação ao “Exterior Próximo” (*Blizhneye Zarubezhye*), este seria um conceito estratégico que designa o conjunto das ex-repúblicas soviéticas como uma zona de influência natural e vital da Rússia. Mais que uma formulação de política externa, trata-se de uma categoria existencial: para Dugin e seus seguidores, perder esse espaço equivaleria a uma mutilação do corpo histórico russo. O “Exterior Próximo”, portanto, trata-se de uma tradução do ideal espiritual do *Russkiy Mir* em uma agenda geopolítica concreta. Ao apresentar a defesa das populações russas e russófonas fora das fronteiras nacionais como um dever histórico, o Kremlin transforma a noção de comunidade cultural em instrumento de política imperial (Laruelle, 2012; Dugin, 1997).

Desse modo, o Eurasianismo, o *Russkiy Mir* e o Exterior Próximo se fundem em um mesmo princípio: a crença de que a Rússia possui uma missão civilizacional singular, legitimada pela história, pela fé e pela geografia. Essa concepção não serve apenas para redefinir as fronteiras do Estado, mas também para reconfigurar a sua razão de ser,

transformando o império em destino e o espaço pós-soviético em território sagrado de continuidade histórica russa (Laruelle, 2012; Dugin, 1997).

Destarte, a partir de 2014, a Rússia deixava de se ver como um Estado soberano entre outros na Europa, mas sim como o centro de um mundo distinto com uma lógica própria e uma missão transcendental a suas fronteiras políticas. Assim, a Crimeia tornou-se um ponto de revelação, onde o que por décadas estivera preso no imaginário, agora manifestava-se na realidade. Dessa forma, argumenta-se que embora Putin não tenha restaurado o antigo império russo, ao menos no que se refere a suas fronteiras, ele restituiu-lhe em princípio. Unindo a retórica da história à força do Estado, conferiu-se à Rússia uma nova narrativa de legitimidade, fundada não mais em ideologias universais, mas em uma consciência civilizacional particular. Sob sua liderança, o Estado recuperou o papel de eixo moral e geopolítico, enquanto a figura do governante se confundia com a própria continuidade da nação.

A essa altura, Putin deixava de ser em teoria apenas o presidente de um Estado moderno, mas sim o símbolo de uma ideia, a encarnação do destino russo em sua forma mais arcaica e mais atual. O antigo agente do serviço secreto, emergido do colapso soviético, transformava-se em um novo czar, guardião da ordem e restaurador do orgulho nacional, com sua imagem confundindo-se com a do próprio império. Na lógica que ele próprio ajudou a construir, a sobrevivência da Rússia passava por sua permanência no poder. Assim, o homem e o Estado tornaram-se uma mesma entidade, unidos por uma narrativa de redenção histórica.

O que começou como uma promessa de estabilidade terminava como uma cruzada por identidade. E se o império não mais existe em suas fronteiras, sobrevive agora no discurso, na memória e na crença de que Moscou continua a ser, como outrora, o coração de uma civilização destinada a resistir. E embora não retratado no escopo deste trabalho, destaca-se que a atual Guerra da Ucrânia, constituiu-se como representação deste desígnio. E no centro de sua crença, Vladimir Putin permanece, não apenas como herdeiro, mas como intérprete e artífice da antiga missão imperial russa, um agente que, do interior do Kremlin, fez renascer a fé no império eterno. A fim de confirmar os pontos aqui destacados, torna-se necessária a análise dos paralelismos entre Putin e os czares do passado, um exame necessário, a fim de identificar as continuidades que definem a mais recente expressão da tradição imperial russa.

5. *RENOVATIO IMPERII RUSSORUM*? UMA ANÁLISE COMPARATIVA DAS DOUTRINAS IMPERIAIS DE PUTIN E DOS CZARES

Em primeiro lugar, antes de se iniciar a análise direta dos imperadores com Putin, gostar-se-ia deixar claro que ao atribuir ao nome deste capítulo o termo “*Renovatio Imperii*”, reconhece-se a forte associação histórica do termo com o projeto restaurador do imperador bizantino Justiniano. Tal conexão é feita de maneira deliberada, e servirá para o aprofundamento da análise.

Justiniano foi imperador do trono bizantino em 527, quando o império vivia um momento de profunda transformação. O império oriental, herdeiro da antiga Roma, sobrevivia como a última expressão institucional da civilização clássica em um mundo em ruínas. À sua volta, as províncias ocidentais haviam caído sob domínio dos povos germânicos, a economia mediterrânea estava fragmentada e o prestígio do poder imperial estava em franco declínio. De origem humilde, o novo imperador Bizantino via conferida em si a tarefa divina de restaurar ao mundo a ordem e o poder de Roma (Sarris, 2020).

O termo *Renovatio Imperii Romanorum* significa em tradução literal, “renovação do Império dos Romanos”, e tornou-se o emblema do reinado de Justiniano, expressando sua ambição de recompor a integridade espiritual, jurídica e territorial do mundo romano. Como observa Sarris (2020), o imperador não desejava apenas reviver a glória perdida de Roma, mas sim restabelecer o império que ele via como um instrumento da vontade divina sobre a Terra. Dessa forma, a restauração do império seria também a restauração da harmonia entre o poder secular e o poder espiritual, entre o trono e o altar. Sua visão teológica do governo o levava a conceber o imperador como o guardião da ortodoxia e o defensor da verdadeira fé, cuja autoridade derivava diretamente de Deus (Sarris, 2020).

Nessa perspectiva, o projeto de Justiniano não buscava apenas uma reconquista militar das antigas províncias romanas, mas sim refundar o próprio Império, utilizando-se de três fundamentos: a lei, a fé e o território. Buscava-se assim restaurar a harmonia entre o poder político, a ordem espiritual e a universalidade imperial. Em relação ao primeiro fundamento, a lei, ele se materializou na forma do *Corpus Juris Civilis*, uma compilação legislativa de todo o direito romano. A obra tinha como objetivo unificar o direito romano em um corpo coerente de tal forma que fosse capaz de reafirmar a autoridade imperial sobre as províncias e restaurar o senso de continuidade entre o império terreno e a ordem divina, buscando ordenar o mundo, e subordinando a

multiplicidade das leis locais a uma racionalidade universal emanada do trono de Constantinopla (Sarris, 2020).

O segundo pilar, a ortodoxia, atuava como princípio de legitimidade e instrumento de coesão moral, enquanto o território, o terceiro pilar, buscava, por meio de campanhas militares reconquistar as províncias perdidas e recompor o corpo histórico do Império. Assim, conclui-se que o projeto de Justiniano do *Renovatio Imperii* não foi apenas um programa político, mas um projeto civilizacional que buscava restituir a unidade entre o poder e a fé, entre o cosmos e o Estado (Sarris, 2020).

De modo análogo e, evidentemente, adaptado ao século XXI, argumenta-se que o projeto político de Vladimir Putin se constitui como uma tentativa de renovação da identidade imperial russa. Assim como Justiniano, Putin veio de origens humildes e ao seu redor, viu o mundo russo desmoronando e entrando em uma fase de caos, e falta de identidade. Ao assumir o governo, Putin ativamente buscou reestruturar o Estado e a identidade russa, e para isso, ele utilizou pilares bem parecidos com aqueles de Justiniano.

Assim como o imperador bizantino via na lei e na virtude do *Corpus Juris Civilis* o eixo ordenador da civilização romana, Putin edificou sobre o ideal da autocracia (sob a roupagem da democracia soberana, e verticalização do poder), como o eixo ordenador da civilização russa, estabelecendo um arcabouço jurídico e administrativo que recentralizou o Estado, e reordenou a sociedade à sua autoridade. De forma análoga, destaca-se que a ortodoxia ressurge na Era Putin, não apenas como uma manifestação da liberdade religiosa após a queda do Estado laicista soviético, mas como um dos pilares simbólicos e políticos do governo, como pode ser visto na participação ativa do patriarca Cirilo I nos assuntos do Kremlin⁹⁵. Por fim, o terceiro pilar é manifestado sobre o chamado Exterior Próximo, onde se revela a pretensão de recompor a continuidade territorial dos territórios “historicamente” russos.

⁹⁵ Cirilo I, é o atual Patriarca de Moscou e líder supremo da Igreja Ortodoxa Russa desde 2009. O patriarca é conhecido por sua estreita relação com Vladimir Putin, e se tornou um dos principais legitimadores religiosos do poder político russo nas últimas décadas. Conforme relatado por Mandeiro (2022), o patriarca atua como um dos pilares ideológicos do Kremlin, tendo defendido publicamente a chamada “operação militar especial” na Ucrânia e descrevendo o conflito como uma “luta metafísica” entre o bem (a Rússia) e o mal (Ocidente e às suas influências “corruptoras”). A retórica do patriarca combina elementos religiosos e nacionalistas, apresentando a guerra como defesa da unidade espiritual entre russos e ucranianos e da integridade moral da civilização russa diante da “decadência” ocidental. Além disso, Cirilo também desempenhou papel central na consolidação dos valores ortodoxos dentro da Constituição russa de 2020, ao apoiar princípios como a fé em Deus, a defesa da família tradicional e o ensino patriótico. Dessa forma, sua figura simboliza a fusão entre ortodoxia e Estado, contribuindo para a legitimação moral e identitária do projeto político de Putin (Mandeiro, 2022).

Destarte, percebe-se que a doutrina da Terceira Roma se entrelaça diretamente com a ideia do *Renovatio Imperii*, seja ela buscada de forma deliberada, ou não. E essa ideia de reconstrução imperial pode ser vista como o que a Rússia vem buscando em toda a sua história. Desde Ivan III, fundador da doutrina da Terceira Roma, o discurso russo evoca a reconstituição de terras “de direito” russas. Em Pedro I, esse discurso fica claro nas justificativas para a Grande Guerra do Norte; em Catarina II, esse ideário é revivido com o Projeto Grego; e vai além do império, durante a própria União Soviética, foi buscado, de uma forma ou de outra, a reconstrução dos territórios do antigo império, seja com diferentes objetivos ou visões, a reconstrução se deu da mesma forma. E agora, com Putin, argumenta-se que se chega ao ápice deste ciclo, pois além de preconizar o retorno de territórios “legítimos” russos, constrói-se os pilares legais e religiosos, completando a tríade de Justiniano, que estivera ausente até então.

Dessa forma, o que se observa contemporaneamente é uma busca por restaurar uma coerência histórica e espiritual, reinterpretando a antiga missão imperial sob as condições do século XXI, e que se alicerça na concepção final de que a Rússia não apenas possui um império, mas é, em si mesma, um império, possuindo um *continuum* territorial vasto e integrando diferentes culturas e etnias. Sua fragmentação, como no fim da União Soviética, não é vista apenas como o fim de um império, mas como a fragmentação da própria nação russa, vide “a maior catástrofe geopolítica do século”. Corroborando com a concepção da terra, a visão legal e religiosa alavanca a nação russa como possuidora de uma verdade universal, tendo como seu dever, a proteção dos bons costumes — assim como os romanos. Sob esse pano de fundo, torna-se agora importante entender quais são as continuidades entre as políticas de Vladimir Putin e as dos imperadores, tema ao qual se dedica a próxima seção.

5.1 A Autocracia: O Eixo Imutável

Ao longo da história russa, torna-se claro que seus soberanos sempre se estruturaram sob a ideia de que o poder centralizado seria a única forma de garantir a sobrevivência do Estado russo. Sob essa ótica, a autocracia não é vista como um desvio autoritário, mas como uma expressão natural da ordem e tradição russa. Argumenta-se que essa concepção atravessa os séculos, e molda até hoje o pensamento político russo.

Não há como falar de autocracia, sem falar de sua expressão “iluminada”. Com Catarina II a autocracia russa tomou seus primeiros moldes racionalizadores e

conscientes. Em 1767, ao redigir o *Nakaz*, a imperatriz estabelecia os fundamentos de um “código legal”, que em última instância preconizava seus entendimentos a respeito do espírito russo e do papel da monarquia sob bases racionais e universais. Ainda que inspirada pelos ideais iluministas, a visão política da imperatriz permanecia profundamente autocrática. No *Nakaz*, Catarina define com clareza a centralidade da soberania e a natureza absoluta do trono, e sua necessidade para o povo russo:

O Soberano é absoluto; pois não há outra Autoridade senão aquela que se concentra em sua Pessoa única, que pode agir com um Vigor proporcional à Extensão de um Domínio tão vasto. A Extensão do Domínio exige um Poder absoluto a ser investido na Pessoa que o governa. É conveniente que assim seja, para que o rápido Despacho de Assuntos, enviados de Partes distantes, possa compensar amplamente o Atraso ocasionado pela grande Distância dos Lugares. Qualquer outra Forma de Governo teria sido não apenas prejudicial à Rússia, mas teria até mesmo provado a sua total Ruína. (Catarina II, 1767, cap. II, pontos 9-11, tradução nossa⁹⁶).

Tal concepção de poder reflete uma noção que atravessa a tradição política russa durante sua história: a de que o Estado é o eixo do cosmos social, e o governante, o seu ponto de equilíbrio. Nesse sentido, o soberano, para Catarina, não governa apenas por direito, mas por necessidade; e a obediência, não seria uma subjugação, mas o preço da ordem. A autocracia, portanto, seria um dever moral. Em outro trecho do *Nakaz*, a imperatriz afirma:

Uma Sociedade de Cidadãos, bem como qualquer outra coisa, exige uma certa Ordem fixa: Deve haver alguns para governar, e outros para obedecer. E esta é a Origem de todo Tipo de Subordinação; que se sente mais ou menos aliviada, na Proporção da Situação dos Súditos. E, conseqüentemente, como a Lei da Natureza nos ordena a cuidar, tanto quanto estiver em Nosso Poder, da Prosperidade de todo o Povo; somos obrigados a aliviar a Situação dos Súditos, tanto quanto a Razão permitir (Catarina II, 1767, cap. XI, pontos 250-252, tradução nossa⁹⁷).

Diante do exposto, destaca-se que o entendimento da autocracia como um dever moral e modelo único para a ordem da nação russa ecoa perfeitamente nas políticas de Vladimir Putin. Após o colapso soviético, a Rússia encontrava-se mergulhada em

⁹⁶ “9. The Sovereign is absolute; for there is no other Authority but that which centers in his single Person, that can act with a Vigour proportionate to the Extent of such a vast Dominion. 10. The Extent of the Dominion requires an absolute Power to be vested in that Person who rules over it. It is expedient so to be, that the quick Dispatch of Affairs, sent from distant Parts, might make ample Amends for the Delay occasioned by the great Distance of the Places. 11. Every other Form of Government whatsoever would not only have been prejudicial to Russia, but would even have proved its entire Ruin.”

⁹⁷ “250. A Society of Citizens, as well as every Thing else, requires a certain fixed Order: There ought to be some to govern, and others to obey. 251. And this is the Origin of every Kind of Subjection; which feels itself more or less alleviated, in Proportion to the Situation of the Subjects. 252. And, consequently, as the Law of Nature commands Us to take as much Care as lies in Our Power, of the Prosperity of all the People; we are obliged to alleviate the Situation of the Subjects, as much as sound Reason will permit.”

fragmentação e desordem, resultado direto das políticas liberalizantes de Yeltsin. Ao assumir o poder, Putin começa aos poucos a recentralizar o poder, utilizando da retórica de sobrevivência nacional para justificar suas medidas, como visto no caso do atentado a escola de Beslan em 2004.

A essa política dá-se o nome de verticalização do poder, um modelo de reorganização política putinista que teve como objetivo restituir o centro da soberania. Em vez de distribuir o poder entre regiões e elites, Putin o recentralizou no Kremlin, promovendo o que Myers (2015) chamou de “restauração do centro”. Para alicerçar sua política de verticalização, Putin, juntamente com o teórico Vladislav Surkov, chegaram à ideia da “democracia soberana”, que nada mais é que a justificativa da autocracia no século XXI, com o soberano sendo apresentado como expressão autêntica da vontade nacional, um reflexo da civilização russa como um todo. Dessa forma, agindo conforme os entendimentos de Catarina.

De modo análogo, a fim de justificar a democracia soberana e as políticas centralizadoras, conforme demonstrado no capítulo 4.2.3, o governo passou a exaltar uma narrativa “abertamente conservadora, que evocava o patriotismo, a ortodoxia e a defesa dos ‘valores russos’ frente à decadência moral do Ocidente.” E a respeito dessa tríade, destaca-se o segundo ponto de comparação deste capítulo, o claro resgate da doutrina da Nacionalidade Oficial de Nicolau I: “Ortodoxia, Autocracia e Nacionalidade” (*Pravoslavie, Samoderzhavie i Narodnost*).

A fórmula, concebida no reinado do imperador por seu ministro da Educação, Sergei Uvarov, foi utilizada para definir a essência da identidade russa. E basicamente postulava que, a Ortodoxia representava a fidelidade espiritual; a Autocracia, a unidade política; e a Nacionalidade, a lealdade à cultura e ao povo russos. Sob Putin, essa doutrina foi reatualizada em moldes modernos. A Ortodoxia reaparece na aliança entre Estado e Igreja, simbolizada na relação estreita com o Patriarca Cirilo I; a Autocracia, na centralização da autoridade sob a figura presidencial; e a Nacionalidade, no discurso de defesa dos “valores tradicionais” e da “civilização russa”. Dessa forma, assim como Nicolau, Putin vê no liberalismo ocidental uma ameaça moral e política à nação, e ambos os líderes buscaram na doutrina uma forma de manter a integridade da nação frente às influências “decadentes” / “dissolventes” da Europa/Ocidente.

Destarte, a partir de Catarina II e Nicolau I, percebe-se que a autocracia na Rússia se constitui como uma forma de consciência nacional. Vladimir Putin, ao reconfigurar o Estado sob a lógica da verticalização de poder e da democracia soberana, reflete

exatamente aquilo que seus antecessores imperiais preconizavam, tanto Nicolau I quando Catarina II viam na autocracia a virtude e o dever de proteger o corpo coletivo da desintegração, e assim também faz Putin.

Dessa maneira, observa-se não só a repetição de fórmulas de governos (como a Nacionalidade Oficial), mas principalmente a persistência da mesma estrutura de pensamento. A autocracia imperial simplesmente transforma-se na “democracia soberania”, com sua essencial permanecendo em grande parte intacta. A partir disso, conclui-se que no que se refere a forma de governo a gestão de Putin não rompe com o passado, mas sim o atualiza e o perpetua.

5.2 A Vigilância: O Terceiro Departamento e a KGB

A autocracia russa, além de sua longa sustentação retórica, sustentou-se também em bases materiais, notoriamente sob a demonstração de poder e vigilância. Tal princípio assumiu sua forma mais extrema durante o reinado de Nicolau I. O imperador, marcado pela lembrança da Revolta Dezembrista, percebia a obediência e a disciplina como bases da segurança imperial. Foi nesse contexto que criou, em 1826, o Terceiro Departamento de Sua Majestade Imperial, órgão diretamente subordinado ao trono e responsável por supervisionar a censura, reprimir a dissidência e controlar a opinião pública. Sob o comando do conde Alexander Benckendorff, uma complexa rede de agentes e censores passou a monitorar estudantes, intelectuais, funcionários e até membros da nobreza. Nesse contexto, vigiar tornava-se um dos principais meios de se preservar a ordem moral do império.

Vinculado a este arranjo institucional estava a ascensão de um extenso círculo militar ao governo. Durante seu reinado, Nicolau I cercou-se de generais e figuras do exército, buscando assim, garantir a disciplina administrativa e imprimir ao Estado a lógica de uma hierárquica militar. Neste cenário, a presença de militares nos postos-chaves do governo garantiu que a carreira e a lealdade caminhassem juntas, e que a cadeia de comando do exército se espelhasse na cadeia de comando da administração, funcionando, desta maneira, como um mecanismo de fidelização. Assim, o Terceiro Departamento e o entorno militarizado formaram um sistema único de controle, que projetou o olhar do soberano sobre todo o império.

Mais de um século depois, o mesmo princípio reaparece, sob nova forma, na estrutura política de Putin. Ao assumir o governo em 2000, Vladimir Putin reorganizou

de maneira profunda as instituições de segurança e da administração estatal. Desde o início, o novo presidente passou a promover uma substituição sistemática das elites que haviam emergido no período liberal, colocando em seus lugares antigos colegas do serviço de segurança. Como se observou no capítulo anterior, esse processo representou uma parte importante da “restauração do centro”, na qual as estruturas decisórias e econômicas foram reunidas sob o comando direto do Kremlin. Destarte, os serviços de inteligência, herdeiros diretos da antiga KGB, passaram a recuperar espaço privilegiado dentro do Estado, expandindo sua influência sobre a administração civil e o setor empresarial.

Neste quesito, se estabelece um paralelo direto entre Nicolau I e Putin: se o primeiro buscou preencher o governo com generais, Putin cercou o seu com os *siloviki*. Argumenta-se, portanto, que a substituição das elites reproduz, em essência, o mesmo mecanismo de fidelização do poder, onde a lealdade pessoal e corporativa tornou-se critério de acesso aos postos decisórios na burocracia estatal. Em ambos os casos, o núcleo dirigente assume a forma de um entorno securitário, que traduz para a política civil a lógica do comando, vigilância e disciplina.

De forma análoga, tal como o Terceiro Departamento fora o “olho invisível” de Nicolau I, o aparato de segurança sob Putin converteu-se em um dos principais núcleos de sustentação do governo. A lógica da vigilância, porém, sofreu transformações substanciais em razão da modernização. Distanciando-se de uma abordagem de repressão política direta, contemporaneamente os mecanismos de vigilância concentraram seus esforços no controle da informação e da narrativa pública. Tal fato fica explícito a partir do capítulo 4.2.3, onde foi destacado como o governo promoveu uma tomada gradual do aparato estatal e midiático, reduzindo drasticamente os espaços de oposição e liberdade jornalística. Canais independentes foram incorporados à estrutura do Estado, conglomerados privados passaram ao controle de figuras próximas ao Kremlin, e a linha editorial dos grandes meios de comunicação passou a refletir a posição oficial do governo.

Essa nova forma de censura, muito mais eficaz, resultou na domesticação das vozes dissidentes e na padronização do discurso político. Neste novo cenário, o Estado não precisou mais silenciar apenas pela força, se bastou controlar os instrumentos pelos quais a realidade é comunicada. Assim, a vigilância imperial cedeu lugar a uma vigilância informacional, mais difusa, porém igualmente abrangente.

Destarte, conclui-se que a comparação entre o Terceiro Departamento e o sistema de segurança putinista evidencia um padrão institucional persistente. Tanto sob Nicolau

quanto sob Putin, a vigilância não é um fim em si mesma, mas um meio de preservar a unidade nacional e de impedir que a desordem corroa o centro. O olhar do soberano, seja ele o czar ou o presidente, permanece o mesmo: absoluto, permanente e legitimado pela crença de que, na Rússia, a ordem é sinônimo de sobrevivência.

5.3 O Ocidente: De Amantes a Inimigos

Desde o início da formação do Estado russo, a relação com o Ocidente foi conturbada, marcada por uma ambiguidade: a busca pela modernização e reconhecimento, por um lado, e o desejo de preservar a tradição e a identidade russa por outro. A partir dessa tensão, fora moldado o pensamento político russo por séculos, que passou a depender profundamente da visão do soberano para equilibrar a balança que ora tendia à imitação de modelos europeus, ora à rejeição completa deles. Revelando, dessa forma, uma constante oscilação na história russa, alternado entre a abertura e isolamento, entre a Europa como ideal e Europa como ameaça.

Nesse sentido, a Rússia sob Pedro, o Grande, assistiu a balança tender ao máximo para a ocidentalização. No ocidente, o imperador enxergava a expressão máxima do progresso, e o caminho que a nação russa deveria seguir. Através de suas reformas políticas e culturais, foram introduzidas em solo os padrões administrativos, militares e científicos da Europa moderna. A própria capital tornou-se o símbolo dessa ocidentalizada, erguida à beira do Báltico, São Petersburgo tinha o objetivo de se tornar “uma janela para o Ocidente”, com o objetivo final de Pedro, sendo integrar o império ao concerto das potências europeias.

Contudo, é importante destacar que a modernização de Pedro, foi imposta de baixo para cima, e não representou, no geral, uma mudança do imaginário popular, que continuou, em grande medida, oposto a ideais estrangeiros, conforme destacado no capítulo 3.1.3. Mesmo diante disto, porém, de uma forma ou de outra, houve-se sim uma grande abertura para o Ocidente, com boa parte do modelo europeu sendo adotado pelo aparato estatal. Essa abertura refletiu-se inclusive no nível individual, com diversas figuras das mais diversas áreas, sendo convidadas para se mudarem para a Rússia, a pedido direto do imperador durante A Grande Embaixada. Assim, como que, pela primeira vez, nobres russos eram mandados para estudar no Ocidente.

Outro momento em que a balança tendeu a favor da Europa foi durante o reinado de Catarina II, onde esse processo ganhou uma roupagem mais sofisticada. A imperatriz,

avida leitora dos filósofos do Iluminismo, buscou ao máximo conciliar a razão europeia com o espírito russo. O *Nakaz*, expressou justamente essa tentativa: a Rússia deveria adotar os princípios universais da civilização, mas sem renunciar à autoridade e à hierarquia que garantiriam a sua coesão. Desta forma, observa-se que o império sob Catarina II adotou uma feição dupla, europeia na razão e tradicionalista na forma da autocracia. Assim, argumenta-se que o período de Pedro e Catarina representaram o auge do fascínio russo pela Europa, quando o poder imperial via no Ocidente um espelho de e o instrumento de sua própria grandeza.

A relação favorável, porém, não se manteve. O século XIX trouxe consigo o desencanto. Iniciando-se com Nicolau I, mas atingindo seu ápice durante o reinado de Alexandre III, o liberalismo europeu passou a ser enxergado como uma ameaça moral e política para a Rússia. O imperador via não apenas o liberalismo como uma ameaça, mas a própria Europa como um espaço corrompido pelo individualismo e pelo materialismo, incompatível com os valores da ortodoxia e da tradição russa. O cosmopolitismo da corte, construído durante o governo de Catarina II e Alexandre II, deu lugar a uma exaltação dos costumes nacionais e à reafirmação da autocracia como essência da identidade russa. A partir deste momento, observou-se a remoção do Ocidente como modelo, e sua transformação em referência negativa, em essência, o “outro” contra o qual a Rússia definia a si mesma.

Essa mesma visão encontra-se, em grande parte, intacta⁹⁸ na Rússia de Vladimir Putin. Assim como Alexandre III, Putin construiu sua legitimidade a partir da rejeição ao Ocidente, retratando-o como símbolo máximo da decadência moral e da desordem internacional. Em seu discurso de Munique, em 2007, o presidente russo demonstrou exatamente isso, rompendo publicamente com o modelo ocidental, e acusando os Estados Unidos e a Europa de impor uma “hegemonia unilateral” e de corromper os valores tradicionais. A partir de então, observa-se que a Rússia passou a se afirmar, mais do que nunca, como uma civilização autônoma, dotada de missão moral e histórica própria, com este pensamento sendo perpetuado e desenvolvido na mencionada doutrina do Eurasianismo (A Rússia estaria destinada a se opor a “hegemonia atlântica” e à sua corrupção moral).

Essa mudança de equilíbrio, da admiração à oposição, representa um rompimento significativo em anos de história e convívio entre a Rússia e o ocidente. Destaca-se, por

⁹⁸ Inclusive, poder-se-ia dizer que se encontra ainda mais inflada pela remanência da lógica e mentalidade da Guerra Fria.

fim, que Putin ao definir o ocidente como campo antagônico a ser combatido, torna-se o guardião da ordem moral e espiritual russa, reforçando a sua própria visão de “soberania”.

Encerrando o bloco de comparações, destaca-se uma última, mais voltada para o campo da política interna, no que diz respeito a relação entre o poder e as elites. A comparação em questão a imperatriz Ana Ivanovna, que ao assumir o trono, em 1730, foi apresentada com demandas do Supremo Conselho Privado, que limitariam a sua autoridade, propondo, em essência, uma monarquia constitucional oligárquica. Na ocasião, Ana recebeu apoio da nobreza menor e conseguiu reafirmar o poder absoluto da coroa, dissolvendo o Conselho. Séculos mais tarde, Putin enfrentaria uma situação semelhante no plano econômico, ao chegar ao poder, o Estado encontrava-se dominado e dividido entre poderosos oligarcas, que aspiravam a influenciar de forma direta a política nacional. A resposta de Putin, foi tão decisiva quanto a de Ana, domesticando os oligarcas e subordinando-os ao centro. O episódio envolvendo a prisão de Mikhail Khodorkovsky e a reestatização de conglomerados estratégicos, simbolizaram o ápice desse processo. Dessa forma, tal qual como fez a imperatriz, Putin dissolveu o poder intermediário, impedindo diluição do poder, e reafirmou a autoridade indivisível do soberano.

Dessa forma, a trajetória russa frente ao Ocidente, reflete a permanência de uma tensão essencial entre modernidade e tradição, entre abertura e defesa da própria identidade. Se em sua origem, a Rússia buscou ser europeia; ao longo dos anos, buscou se tornar cada vez mais russa. Assim, a janela ao Ocidente aberta por Pedro, foi sumariamente selada por Putin reafirmando a crença de que o destino russo é, e sempre foi, o de permanecer distinto. O discurso de contraposição civilizacional contemporâneo, portanto, não é uma invenção do presente, mas o desfecho de uma longa linha de continuidade e ruptura.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho buscou-se compreender e identificar quais e como as políticas e doutrinas do governo de Vladimir Putin reproduzem continuidades ideológicas, institucionais e simbólicas do legado imperial. Ao longo do percurso, a análise histórica comparativa mostrou que a Rússia contemporânea se explica menos por decisões inéditas e mais por uma continuação de tradições e práticas que em essência atravessam séculos, criando um *continuum* na história russa de tradições governamentais que nascem em sua criação e nunca realmente foram abandonados, como a autocracia.

O recorte temporal delimitado do estabelecimento do Rus de Kiev, por volta do século IX até 2014, permitiu um estudo de longa duração do Estado russo, atravessando todas as suas fases até finalmente chegar a Vladimir Putin, demonstrando assim, a maior parte das nuances históricas russas, e permitindo entender as origens de suas instituições.

Ademais, se reforça que o corte em 2014 e a decisão de encerrar a análise na anexação da Crimeia deveu-se tanto à abundância de fontes e análises referentes a esse período quanto à necessidade de distanciamento crítico em relação aos eventos posteriores, ainda em curso. O estudo de 2000 a 2014 permitiu observar a consolidação do poder de Vladimir Putin e a reafirmação da Rússia como potência autônoma. Além disso, o que foi observado foi a transição definitiva de uma Rússia pós-soviética, marcada pela incerteza e fragmentação, para uma Rússia pós-imperial, empenhada em reconstruir sua identidade e autoridade por meio da recuperação de símbolos, discursos e práticas do seu passado imperial.

Em relação a metodologia, o trabalho estruturou-se em uma abordagem qualitativa, fundada na análise histórica comparativa, documental e bibliográfica. A partir desta perspectiva permitiu-se articular diferentes momentos da história russa, tomando-se os devidos cuidados para não cair em anacronismos, e buscando identificar padrões de poder, legitimidade e soberania que atravessam os séculos. O método hipotético-dedutivo, por sua vez, revelou-se adequado ao propósito de verificar a hipótese. Abaixo serão feitos breves resumos de cada capítulo do trabalho, a fim de recapitular o que foi trabalhado.

No segundo capítulo deste trabalho, buscou-se situar as bases históricas da formação do Estado russo e da autocracia. Demonstrou-se que desde o Rus de Kiev, e posteriormente sob o domínio de Moscou, consolidou-se uma concepção de poder inseparável da fé e da unidade espiritual, especialmente após o reinado de Vladimir, o

Grande Sol. Além disso, foi destacado a formação do ideal da “Terceira Roma” sob Ivan III no século XV, que foi fundamental para a construção da identidade imperial russa. Tal visão, nascida na idade Média, resistiria ao tempo e influenciaria toda a trajetória política russa posterior. Ademais, no capítulo também foi visto o Tempo das Dificuldades, período este que marcou profundamente o imaginário russo, tornando o povo temeroso de qualquer tipo de anarquia, e interferência estrangeira.

No terceiro capítulo, buscou-se analisar com profundidade os governos de Pedro, o Grande, Catarina II e Nicolau I, mas sem negligenciar os demais imperadores, dando-se destaque também ao reinado de Alexandre III. Sob Pedro, foi visto a fundação do império com a vitória na Grande Guerra do Norte, a qual lançou a Rússia à Europa, juntamente com os resultados da Grande Embaixada. No geral, sob Pedro buscou-se uma ocidentalização seletiva, importando as características de modernização da Europa, mas mantendo, no plano interno, o firme controle sob o trono. A construção de São Petersburgo, “a janela para o Ocidente”, juntamente com a reforma militar e a reorganização administrativa, reforçaram a ideia de que o poder central deveria se modernizar, tornar-se cada vez mais racional, mas nunca perder sua característica absoluta.

Catarina II, por sua vez, lançou mão do molde doutrinário desta autocracia racional, redigindo o *Nakaz*, no qual a lei, a razão e o poder do soberano se entrelaçaram. No governo da imperatriz o iluminismo foi amplamente propagandeado, e a razão tornou-se o vetor de diversas reformas, mas nenhuma delas estruturais, sob o manto da razão reforçou-se o despotismo iluminado e a hierarquia imperial. Nesse sentido, tanto Pedro quanto Catarina estabeleceram os fundamentos de uma tradição que Putin resgataria séculos depois através da centralização do poder.

No capítulo também foram abordadas as guinadas e aprofundamentos que o império sofreu sob os reinados de Nicolau I e Alexandre III. Durante o governo de Nicolau a autocracia foi elevada à condição de doutrina oficial do império, como resultado da formulação da chamada Nacionalidade Oficial, dando forma ao lema “Ortodoxia, Autocracia e Nacionalidade”. Essa tríade, além de legitimar o poder absoluto, fundou uma ética de Estado, na qual o imperador era o guardião da fé, o defensor da unidade e o símbolo da pátria. Ademais, destaca-se também que durante a administração do imperador, sua mentalidade militarista, juntamente com o Terceiro Departamento, foi responsável pela fusão entre o governo e os homens da segurança.

Alexandre III, herdeiro do espírito de seu avô, rompeu com o cosmopolitismo da corte e foi reacionário ao liberalismo europeu, reafirmando os valores nacionais e o isolamento da Rússia. Desta forma, tanto no reinado de Nicolau I, quanto no de Alexandre III, consolidou-se a ideia de que a força moral e espiritual do Estado russo residia justamente em sua diferença frente ao Ocidente. Essa tensão entre Europa e Rússia, tornou-se um traço permanente da política russa, tensão que o governo Putin herdaria e ressignificaria no século XXI⁹⁹.

No quarto capítulo buscou-se demonstrar o processo de ruptura e reconstrução que se estende entre o colapso do Império Russo, a experiência soviética e a reorganização do Estado russo no período pós-1991. A partir dele, chegou-se à conclusão, de que, ao contrário do que se esperaria, durante o período soviético não houve uma interrupção completa e definitiva da tradição imperial. Esse longo intervalo, na verdade, representou, sob diferentes formas, a sua transfiguração. A autocracia não desapareceu com a Revolução de 1917, foi simplesmente substituída por uma nova centralidade de poder, agora ideológica, na forma do Politburo. Em essência, a figura do czar foi substituída pelo secretário-geral, e a autoridade divina pela legitimidade revolucionária, mas a lógica de governo, vertical, disciplinar e totalizante, permaneceu substancialmente a mesma.

Com o colapso da União Soviética em 1991, essa estrutura foi abalada, mas não destruída. A nova Federação Russa herdou um vasto território, com um aparelho burocrático pesado e uma cultura política profundamente marcada pela centralização. Os anos de Boris Yeltsin revelaram a dificuldade de adaptar essas estruturas à lógica liberal e federal. O Estado foi enfraquecido por crises econômicas e políticas, e viu emergir em suas entranhas uma oligarquia que substituiu a velha nobreza na disputa pelo poder e pelos recursos nacionais. Foi nesse contexto de fragmentação e declínio que Vladimir Putin ascendeu à presidência em 2000, apresentando-se como o restaurador da autoridade e da unidade nacional.

O capítulo quarto evidenciou, portanto, que o renascimento do poder russo no início do século XXI deve ser compreendido como etapa de continuidade e não de ruptura. A transição da autocracia czarista à autocracia soviética, e desta à autocracia moderna de Putin, evidencia, em suma, a permanência de uma lógica política que identifica o Estado

⁹⁹ Ademais, em segundo plano, destaca-se aqui, a mérito de se fazer saber, que durante todo o terceiro capítulo também foi analisado e retratado os feitos do general Alexander Suvorov, que embora não tenha relação direta com os objetivos do trabalho, foi acompanhado devido a sua importância no imaginário militar russo e o seu pouco reconhecimento fora da própria Rússia, mesmo tendo sido um dos maiores generais Europeus, rivalizando, em maior ou menor grau, com o próprio Napoleão Bonaparte.

russo, desde a sua criação, com a nação e o governante, sendo isto o pilar de sua própria existência. Putin, nesse sentido torna-se o expoente moderno que reconectou a Rússia à sua trajetória imperial, restaurando uma lógica de poder, que na verdade, nunca havia ido embora.

Finalmente, no último capítulo, a partir da ideia do *Renovatio Imperii*, discutiu-se o modo como Putin reinterpretou o projeto imperial, e reconstruiu a unidade nacional por meio da lei, da ortodoxia e da soberania. Identificou-se que, sob seu governo, foi reatualizada a autocracia de Catarina II sob a forma da verticalização de poder, além de reafirmar a vigilância de Nicolau I na presença dos *siloviki* no governo. Por fim, destaca-se que também foi retomado o fechamento moral de Alexandre III em sua crítica ao liberalismo ocidental. Paralelamente a essas políticas, Putin projetou no discurso civilizacional russo a existência de uma identidade euroasiática, alternativa ao modelo ocidental e europeu. Neste cenário, o Estado reaparece, como no passado de Alexandre III, como fonte de ordem e guardião da moral.

Diante disto, a análise comparativa e documental realizada confirmou a hipótese de que “as políticas e doutrinas de Vladimir Putin reproduzem elementos centrais do legado imperial, especialmente no que se refere à autocracia, à centralização do poder e à reafirmação da identidade nacional como eixo moral e civilizacional. Ao mesmo tempo, entende-se que há uma constante redistribuição de peso na balança das relações com o Ocidente, sob o reinado de Pedro e Catarina II a Rússia passou pelo seu auge nas relações com o Ocidente, sob Nicolau I, Alexandre III a balança passou a tender para o outro lado, enquanto sob Putin ela atingiu o seu ponto mais baixo.”

Assim, o objetivo geral de comparar as doutrinas imperiais e o governo Putin foi totalmente alcançado. Em relação aos objetivos específicos, o trabalho no que buscou contextualizar o processo histórico da formação do Estado russo, desde o Rus de Kiev até a consolidação do Império; analisar as principais doutrinas e práticas políticas dos imperadores Pedro, o Grande; Catarina II; Nicolau I e Alexandre III, enfatizando suas concepções de Estado, identidade nacional e relação com o Ocidente; examinar a ascensão e consolidação de Vladimir Putin no poder, destacando a construção de uma narrativa civilizacional e a reinterpretação contemporânea da autoridade estatal; e por fim comparar as doutrinas políticas, o papel da autocracia, a relação com o Ocidente e a estrutura de poder entre os czares analisados e o governo Putin, foi bem-sucedido.

Devido ao limite de tempo, destaca-se que a pesquisa não conseguiu trabalhar com profundidade a integridade dos imperadores, alguns tiveram que ser trabalhados em

blocos únicos a fim de que o todo pudesse ser analisado. Nesse sentido, instiga-se demais pesquisadores a trabalharem justamente os czares que foram, no âmbito desta pesquisa, menos analisados, a fim de que assim, novos paralelos potencialmente possam ser encontrados, e o tema aprofundado. Além disso, permanece aberta a possibilidade de ampliar a investigação para períodos não contemplados neste trabalho, como os anos posteriores a 2014. A evolução do discurso civilizacional após a Guerra da Ucrânia, são temas amplamente promissores para pesquisadores que desejem aprofundar a compreensão da continuidade imperial na Rússia contemporânea.

Convém enfatizar, por fim, a relevância inédita desta pesquisa. O trabalho, no que se propõe a fazer uma análise de longa duração, que se inicia no Rus de Kiev e se estende até 2014, ultrapassa tanto os recortes tradicionais da historiografia russa quanto as abordagens usuais das Relações Internacionais, que frequentemente isolam o governo de Vladimir Putin de sua genealogia política. Em vez de examinar episódios específicos ou paralelos superficiais, optou-se aqui por uma comparação estrutural, buscando assim, identificar as doutrinas profundas que moldaram o poder russo ao longo de mais de um milênio. Para isso, ao longo da pesquisa foram mobilizadas uma gama de fontes primárias, como as Crônicas de Nestor e a Crônica de Novgorod, as instruções e cartas de Pedro I, e o próprio *Nakaz* de Catarina II.

Ademais, destaca-se que diante da escassez de obras em língua portuguesa que tratem a história russa em sua integralidade, e não apenas em fragmentos imperiais, soviéticos ou contemporâneos, esta pesquisa buscou preencher uma lacuna concreta na bibliografia nacional, oferecendo uma síntese analítica que integra História e Relações Internacionais. Nesse sentido, argumenta-se que a originalidade do estudo reside não apenas em comparar Putin aos czares, mas em demonstrar como suas políticas se inserem em uma tradição contínua, cuja compreensão se torna indispensável para interpretar o comportamento russo no sistema internacional contemporâneo.

Em relação às conclusões, a pesquisa permitiu constatar que nenhuma das políticas de Putin é inédita, mas sim reinterpretações. A verticalização do poder resgata o princípio de Catarina II, da autoridade soberana racional e indivisível; a presença dos *siloviki*; o fortalecimento do aparato de segurança e o controle da mídia ecoam o espírito do Terceiro Departamento de Nicolau I; a domesticação da oligarquia repete, sob novas condições, a dissolução do Supremo Conselho Privado por Ana Ivanovna; a tríade “Ortodoxia, Autocracia e Nacionalidade” é reeditada na defesa dos valores tradicionais e da soberania moral; e o antagonismo moral com o Ocidente reatualiza o fechamento

ideológico de Alexandre III e Nicolau I. Em cada um desses casos, destaca-se que o passado reaparece não de forma inerte, mas como uma matriz ativa de legitimação.

Entende-se que até mesmo o expansionismo territorial, mesmo agora justificado pela proteção de minorias russas e pela integridade civilizacional, demonstra uma continuidade com a política imperial. Sob tudo o que foi apresentado, chega-se à conclusão de que a política do *Renovatio Imperii* de Justiniano, quando aplicada a Putin, não é uma mera metáfora, mas sim a tradução contemporânea de um impulso histórico de restaurar, em novas condições, a ordem imperial russa.

Por fim, destaca-se que a maior conclusão do estudo é esta: a política russa segue uma linha contínua de tradição. Mudam-se as instituições, os regimes e as ideologias, mas o núcleo permanece. O Estado continua como o eixo moral, o líder como intérprete da vontade nacional e a autocracia como forma natural de governo. Assim, a Rússia moderna é uma reedição, uma civilização que se reinventa sem abandonar a convicção de que sua sobrevivência depende da força do centro e da unidade da autoridade. Em Putin, convergem os ecos de Pedro I, de Catarina II, de Nicolau I e de Alexandre III. Destarte, conclui-se este trabalho reiterando: a Rússia muda de forma, mas não de essência. Em cada novo governante, revive-se o mesmo impulso ancestral, o de fazer da autoridade um destino e do império, uma vocação.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, M. S **Peter the Great Imperial revolutionary?** In: DICKENS, A. G. (ed.). *The Courts of Europe: Politics, Patronage, and Royalty 1400–1800*. New York: McGraw-Hill, 1977.

ANTONOV, Boris. **Russian Tsars: the Rurikids, the Romanovs**. São Petersburgo: P-2 Art Publishers, 2011. Tradução de Kenneth MacInnes. Design de Piotr Kanalkin. Fotografias de Valentin Baranovsky et al. Editado por Irina Kharitonova e Irina Lvova.

AUTOR DESCONHECIDO. **Mapa do nordeste da Europa no tempo de Pedro, o Grande**. Mapa impresso publicado em *The History of Russia and the Russian Empire*, 1907. Disponível em: <https://www.periodpaper.com/products/1907-print-map-northeastern-europe-peter-great-russia-poland-sweden-empire-165438-xes5-008>. Acesso em: 20 out. 2025.

ART RENEWAL CENTER. **Ivan the Terrible and his Son Ivan on November 16, 1581**. c1999-2025. Disponível em: <https://www.artrenewal.org/artworks/ivan-the-terrible-and-his-son-ivan-on-november-16-1581/ilya-repin/8568>. Acesso em: 1 jun. 2025.

ARTIUKH, Volodymyr. **A lógica política do imperialismo russo**. Tradução do Coletivo UniNômade. Instituto Humanitas Unisinos – IHU, 29 jul. 2022. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/620777-a-logica-politica-do-imperialismo-russo>. Acesso em: 12 abr. 2025.

BABKIN, A. **Письма Франца и Петра Лефортов о "Великом посольстве"** (Cartas de Franz e Peter Lefort sobre a “Grande Embaixada”). *Voprosy Istorii*, v. 7, n. 4, p. 120-132, 1976. Disponível em: http://www.vostlit.info/Texts/Dokumenty/Russ/XVII/1680-1700/Lefort/Pisma_velik_pos/text.htm. Acesso em: 7 set. 2025.

BEICHMAN, Arnold. **Regression in Russia**. Political Mavens, 14 fev. 2007. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20200925072316/http://politicalmavens.com/index.php/2007/02/14/regression-in-russia/>. Acesso em: 10 abr. 2025.

BELL, Kelly. **The Battle of Poltava and the Birth of Modern Russia**. Warfare History Network, 2024. Disponível em: <https://warfarehistorynetwork.com/article/the-battle-of-poltava-and-the-birth-of-modern-russia/>. Acesso em: 22 set. 2025.

BELTON, Catherine. **Putin’s people: how the KGB took back Russia and then took on the West**. London: William Collins, 2020.

BEYER, Greg. **The Russo-Turkish War of 1877–1878 (History & Aftermath)**. TheCollector, 22 maio 2024. Disponível em: <https://www.thecollector.com/russo-turkish-war-history-aftermath/>. Acesso em: 13 out. 2025.

BROLING, Gustav. **O assassinato de Alexandre II da Rússia, 1881**. Ilustração publicada em *Illustrirte Zeitung*, v. 76, p. 262, Leipzig, mar./abr. 1881. Disponível em: [https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Attentat_mortal_Alexander_II_\(1881\).jpg](https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Attentat_mortal_Alexander_II_(1881).jpg). Acesso em: 20 out. 2025.

BYCHKOV, A. F. (ed.). **Pisma i bumagi Imperatora Petra Velikogo** [Cartas e papéis do Imperador Pedro, o Grande]. Tomo 1 (1688–1701). São Petersburgo: Gosudarstvennaia Tipografiia, 1887. Publicado pela Comissão Especial da Academia Imperial de Ciências.

BYCHKOV, A. F. (ed.). **Pisma i bumagi Imperatora Petra Velikogo** [Cartas e papéis do Imperador Pedro, o Grande]. Tomo 8. São Petersburgo: Gosudarstvennaia Tipografiia, 1908.

BYRON, George Gordon. **Don Juan**. Canto VII. [S.l.]: [s.n.], 1823. Disponível em: [https://en.wikisource.org/wiki/Don_Juan_\(Byron,_unsourced\)/Canto_the_Seventh](https://en.wikisource.org/wiki/Don_Juan_(Byron,_unsourced)/Canto_the_Seventh). Acesso em: 2 nov. 2025.

CANIKOĞLU, Erhan. **Russia's Foreign Policy in the Near Abroad: A Challenge for the Global and Regional Rivalry**. *Journal of the Human and Social Sciences Researches*, Karabük, v. 10, n. 4, 2021. Disponível em: <http://www.itobiad.com/tr/pub/issue/66167/972755>. Acesso em: 14 abr. 2025.

CATHERINE II. **Nakaz, or Instruction of Her Imperial Majesty Catherine II to the Commission Charged with the Preparation of a Project of a New Code of Laws**. London: [s.n.], 1767.

CHEN, Jimmy. **O Maior General da Rússia? Marechal de Campo Alexander Suvorov**. *TheCollector*, 17 out. 2024. Disponível em: <https://www.thecollector.com/russia-greatest-general-alexander-suvorov/>. Acesso em: 13 out. 2025.

CHURCHILL, Winston. **The Sinews of Peace (Iron Curtain Speech)**. In: *International Churchill Society*. Fulton, MO, 5 mar. 1946. Disponível em: <https://winstonchurchill.org/resources/speeches/1946-1963-elder-statesman/the-sinews-of-peace/>. Acesso em: 23 out. 2025.

DAVIES, Brian L. **The Russo-Turkish War, 1768–1774: Catherine II and the Ottoman Empire**. London: Bloomsbury Academic, 2016.

DUGIN, Aleksandr. **Foundations of Geopolitics: The Geopolitical Future of Russia**. Tradução: Lawless v0. [S.l.]: Arktogeja, 1997.

ELMES, William. **General Inverno barbeando o pequeno Boney**. Londres: Thomas Tegg, 1812. Disponível em: https://www.britishmuseum.org/collection/object/P_1868-0808-8034. Acesso em: 20 out. 2025.

ENCYCLOPAEDIA BRITANNICA. **Crimean War**. Encyclopaedia Britannica, 27 set. 2025. Disponível em: <https://www.britannica.com/event/Crimean-War>. Acesso em: 20 out. 2025.

ENCYCLOPAEDIA BRITANNICA, Inc. **Partitions of Poland, 1772–95 [map]**. 2015. Disponível em: <https://www.britannica.com/event/Partitions-of-Poland>. Acesso em: 19 out. 2025.

ENGLUND, Peter. **The Battle of Poltava: The Birth of the Russian Empire**. Translated by Peter Hale. London: Victor Gollancz, 1992.

FITZPATRICK, Sheila. **The Shortest History of the Soviet Union**. Carlton: Black Inc., 2022.

GESSEN, Masha. **The Man Without a Face: The Unlikely Rise of Vladimir Putin**. New York: Riverhead Books, 2012.

HARTOG, Leo de. **Genghis Khan: Conqueror of the World**. London: Tauris Parke Paperbacks, 2004.

HUGHES, Lindsey. **Russia in the age of Peter the Great**. New Haven; London: Yale University Press, 1998.

IVLEVA, Victoria. **Catherine II as Female Ruler: The Power of Enlightened Womanhood**. Вивліюєика: E-Journal of Eighteenth-Century Russian Studies, [S. l.], v. 3, p. 20-46, 2015. Disponível em: <https://iopn.library.illinois.edu/journals/vivliofika/article/view/584/474>. Acesso em: 16 out. 2025.

KALANTAR, Michael N. **Russia under Three Tsars**. Introduction by Irene Vartanoff. Scotts Valley, CA: CreateSpace Independent Publishing Platform, 2018.

KENEZ, Peter. **A History of the Soviet Union: From the Beginning to the End**. 2nd ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

KHUTAREV, Vladimir. **From Byzantium to present-day Russia, the double-headed eagle still soars**. Russia Beyond, 13 jul. 2014. Disponível em: https://www-rbth-com.translate.goog/arts/2014/07/13/from_byzantium_to_modern-day_russia_the_double-headed_eagle_still_soars_38131.html?_x_tr_sl=en&_x_tr_tl=pt&_x_tr_hl=pt&_x_tr_pto=sge. Acesso em: 30 maio 2025.

KINGS AND GENERALS. **Eastern Front #0.10: Soviet Strategic Situation**. YouTube, 30 abr. 2025. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=7eZMonbUPak&list=PLaBYW76inbX6ubSghjj0fxjMRvShxAUGT&index=12>. Acesso em: 23 out. 2025. (Conteúdo disponível apenas para membros).

KOTOSHIKHIN, Grigorij Karpovich. **O Rossii v tsarstvovanie Alekseia Mikhailovicha** [Sobre a Rússia no reinado de Alexei Mikhailovich]. Moscou: Archeograficheskaja Komissii, 1859.

KOTZEBUE, A. von. **The Victory at Poltava** [A Vitória em Poltava]. 1862. Hermitage Museum. In: WIKIPEDIA. Disponível em: https://en.wikipedia.org/wiki/Battle_of_Poltava#/media/File:'The_Victory_at_Poltava'_by_Alexander_Evstafyevich_Kotzebue,_1862,_Hermitage.JPG. Acesso em: 5 out. 2025.

KRAPFL, James. **How Catherine the Great may have inspired Putin's Ukraine invasion**. The Conversation, 14 mar. 2022. Disponível em: <https://theconversation.com/how-catherine-the-great-may-have-inspired-putins-ukraine-invasion-178007>. Acesso em: 13 abr. 2025.

KREMLIN.RU. **Inauguration of Vladimir Putin, 7 May 2000**. Fotografia, 7 maio 2000. Disponível em: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:Inauguration_of_Vladimir_Putin_7_May_2000-3.jpg. Acesso em: 19 out. 2025.

LAMBERT, Andrew. **The Crimean War**. BBC History, 29 mar. 2011. Disponível em: https://www.bbc.co.uk/history/british/victorians/crimea_01.shtml. Acesso em: 20 out. 2025.

LARUELLE, Marlène. **Russian Eurasianism: An Ideology of Empire**. Washington, D.C.: Woodrow Wilson Center Press; Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2008.

LONGWORTH, Philip. **The art of victory: the life and achievements of Field-Marshal Suvorov, 1729–1800**. 1. ed. New York: Holt, Rinehart and Winston, 1966.

LUNDE, Paul; STONE, Caroline (Ed. e Trad.). **Ibn Fadlān and the Land of Darkness: Arab Travellers in the Far North**. Londres: Penguin Classics, 2012.

MANÁEV, Gueórgui. **Não, não foi o inverno que derrotou o exército de Napoleão em 1812**. Russia Beyond, 23 dez. 2021. Disponível em: <https://br.rbth.com/historia/86228-nao-foi-inverno-derrotou-exercito-napoleao>. Acesso em: 20 out. 2025.

MANDEIRO, Nuno. **Quem é Cirilo I, líder da Igreja Ortodoxa Russa e aliado de Vladimir Putin**. CNN Brasil, 7 maio 2022. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/quem-e-cirilo-i-lider-da-igreja-ortodoxa-russa-e-aliado-de-vladimir-putin/>. Acesso em: 20 out. 2025.

MASSIE, Robert K. **Catarina, a grande: retrato de uma mulher** [recurso eletrônico]. Tradução de Ângela Lobo de Andrade. 1. ed. Rio de Janeiro: Rocco Digital, 2013.

MASSIE, Robert K. **Pedro, o Grande**. Tradução do original Peter the Great – His life and world. Barueri, SP: Editora Manole, 2016. 1. ed. eletrônica.

MATEJKO, Jan. Rejtan – **A Queda da Polônia. 1866.** Óleo sobre tela, 282 × 487 cm. Varsóvia: Castelo Real de Varsóvia. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Partilhas_da_Pol%C3%B4nia#/media/Ficheiro:Rejtan_Upadek_Polski_Matejko.jpg. Acesso em: 19 out. 2025.

MILNER-GULLAND, Robin; DEJEVSKY, Nikolai. **Cultural atlas of Russia and the former Soviet Union.** Revised edition. Edited by Graham Bateman, Richard Watts. Abingdon: Andromeda Oxford Limited, 1998.

MONTGOMERY, Bernard. Army Estimates. **Parliamentary Debates (Hansard), House of Lords**, London, v. 240, [Col. 227], 30 maio 1962. Disponível em: <https://api.parliament.uk/historic-hansard/lords/1962/may/30/the-army-estimates>. Acesso em: 22 out. 2025.

MONTEFIORE, Simon Sebag. **Catherine the Great and Potemkin: The Imperial Love Affair.** London: Orion Books, 2010.

MYERS, Steven Lee. **The New Tsar: The Rise and Reign of Vladimir Putin.** 1st American ed. New York: Alfred A. Knopf, 2015.

NETCHEV, Simeon. **Peter the Great and the Russian Empire, c. 1725.** World History Encyclopedia. Publicado em 18 de setembro de 2023. Disponível em: <https://www.worldhistory.org/image/17891/peter-the-great-and-the-russian-empire-c-1725/>. Acesso em: 22 jun. 2025.

NESTOR. **The Russian Primary Chronicle: Laurentian Text.** Translated and edited by Samuel Hazzard Cross and Olgerd P. Sherbowitz-Wetzor. Cambridge, Massachusetts: The Mediaeval Academy of America, 1953.

PALMER, Alan. **The Decline and Fall of the Ottoman Empire.** New York: Barnes & Noble Books, 1994.

PEKARSKY, P. P. **Наука и литература при Петре Великом** (Ciência e literatura sob Pedro, o Grande). São Petersburgo: M, 1862. v. 1, p. 364.

PERIOD PAPER HISTORIC ART LLC (distribuidor). 1907 Print Map Northeastern Europe: Peter the Great Russia Poland Sweden Empire XES5 [impressão, 1907]. Disponível em: Period Paper Historic Art LLC. Acesso em: 7 set. 2025.

PINTOR DESCONHECIDO. **Catarina, a Grande, viajando por seu país em 1787.** Segunda metade do século XVIII. Óleo sobre tela, 85 × 108,3 cm. São Petersburgo: Museu Russo. Disponível em: https://rusmuseumvrn.ru/data/collections/painting/17_19/zh-6745/index.php?lang=en. Acesso em: 13 out. 2025.

PRESNIAKOV, Alexander E. **Emperor Nicholas I of Russia: The Apogee of Autocracy, 1825–1855.** Edited and translated by Judith C. Zacek. Gulf Breeze, FL: Academic International Press.

PROKOPOVICH, Feofan. **The famous speech of Peter I at the Battle of Poltava**. São Petersburgo: Presidential Library, 2021. Disponível em: <https://www.prilib.ru/en/news/1340877>. Acesso em: 7 set. 2025.

PULLELLA, Philip. **Invasão da Ucrânia divide a Igreja Ortodoxa e isola o patriarca russo, Cirilo I**. O Globo, 14 mar. 2022. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/invasao-da-ucrania-divide-igreja-ortodoxa-isola-patriarca-russo-cirilo-i-1-25432000>. Acesso em: 27 abr. 2025.

PUTIN, Vladimir. **Annual Address to the Federal Assembly of the Russian Federation**. Moscou, 25 abr. 2005. Disponível em: <http://en.kremlin.ru/events/president/transcripts/22931>. Acesso em: 20 out. 2025.

PUTIN, Vladimir. **Speech and discussion at the Munich Conference on Security Policy**. Munique, 10 fev. 2007. Disponível em: <http://en.kremlin.ru/events/president/transcripts/24034>. Acesso em: 19 out. 2025.

REDAÇÃO OESTE. **Igreja Ortodoxa da Rússia apoia ‘guerra santa’ contra Ucrânia**. Revista Oeste, 04 abr. 2024. Disponível em: <https://revistaoeste.com/mundo/igreja-ortodoxa-da-russia-apoia-guerra-santa-contr-ucrania/>. Acesso em: 27 abr. 2025.

REUTERS. **Hailing Peter the Great, Putin draws parallel with mission to "return" Russian lands**. 9 jun. 2022. Disponível em: <https://www.reuters.com/world/europe/hailing-peter-great-putin-draws-parallel-with-mission-return-russian-lands-2022-06-09/>. Acesso em: 13 abr. 2025.

RIASANOVSKY, Nicholas V.; STEINBERG, Mark D. **A History of Russia**. 9th ed. New York: Oxford University Press, 2019.

RIASANOVSKY, Nicholas Valentine. **Nicholas I and Official Nationality in Russia, 1825–1855**. Berkeley; Los Angeles: University of California Press, 1959.

RICKARD, John. **Siege of Sevastopol**. British Battles, 3 maio 2016. Disponível em: <https://www.britishbattles.com/crimean-war/siege-of-sevastopol/>. Acesso em: 20 out. 2025.

ROBERTS, Michael. **The Swedish Imperial Experience: 1560–1718**. Cambridge: Cambridge University Press, 1979.

SAFIRE, William. **On Language: The Near Abroad**. The New York Times, Magazine, New York, 22 maio 1994. Disponível em: <https://www.nytimes.com/1994/05/22/magazine/on-language-the-near-abroad.html>. Acesso em: 14 abr. 2025.

SARRIS, Peter. **Justinian: Emperor, Soldier, Saint**. London: Allen Lane, 2020.

SHAFIROV, Petr Pavlovich. **A discourse concerning the just causes of the war between Sweden and Russia: 1700-1721**. Edited and introduced by William E. Butler. Dobbs Ferry, N.Y.: Oceana Publications, 1973.

SHVANGIRADZE, Tsira. **The Great Game: British Empire vs. Tsarist Russia in Afghanistan**. TheCollector, 7 ago. 2024. Disponível em: <https://www.thecollector.com/great-game-afghanistan-british-empire-russia/>. Acesso em: 20 out. 2025.

SURIKOV, Vasily. **Suvorov Crossing the Alps**. 1899. Óleo sobre tela, 284 × 599 cm. São Petersburgo: Museu Russo. Disponível em: https://en.wikipedia.org/wiki/Suvorov_crossing_the_Alps. Acesso em: 20 out. 2025.

THE CHRONICLE OF NOVGOROD: 1016–1471. Translated from the Russian by Robert Michell and Nevill Forbes. London: Offices of the Society, 1914.

THE MAP ARCHIVE. **Expansion of Muscovy 1462–1533**. The Map Archive, [S. l.], 2024. Disponível em: <https://www.themaparchive.com/product/expansion-of-muscovy-14621533/>. Acesso em: 31 maio 2025.

TSYGANKOV, Andrei P. **Russia's foreign policy: change and continuity in national identity**. 4. ed. Lanham: Rowman & Littlefield, 2016. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=-8FWCwAAQBAJ>. Acesso em: 13 abr. 2025.

VOLTAIRE. **Histoire de l'empire de Russie sous Pierre le Grand**. Tome Premier. [S.l.]: [s.n.], 1759. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=QZBcAAAACAAJ>. Acesso em: 28 ago. 2025.

WORTMAN, Richard. **Scenarios of Power: Myth and Ceremony in Russian Monarchy**. Abridged ed. Princeton: Princeton University Press, 2006.